



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE
DOUTORADO EM ASSOCIAÇÃO PLENA EM DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE**



JADSON DE JESUS SANTOS

ESTRUTURAS SOCIOAMBIENTAIS E OS MÚLTIPLOS ESPAÇOS URBANOS DE ARACAJU/SE



São Cristóvão, Sergipe

2019

JADSON DE JESUS SANTOS

**ESTRUTURAS SOCIOAMBIENTAIS E OS MÚLTIPLOS ESPAÇOS
URBANOS DE ARACAJU/SE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe.

Orientadora: Maria José Nascimento Soares

Coorientador: César Henriques Matos e Silva

São Cristóvão, Sergipe

2019

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

S237e Santos, Jadson de Jesus
Estruturas socioambientais e os múltiplos espaços urbanos de Aracaju/SE / Jadson de Jesus Santos ; orientadora Maria José Nascimento Soares. – São Cristóvão, 2019.
266 f. : il.

Tese (doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, 2019.

1. Infraestrutura socioambiental. 2. Espaços urbanísticos. 3. Ambiente urbano. 4. Aracaju (SE). I. Soares, Maria José Nascimento, orient. II. Título

CDU: 502.15:71

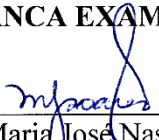
JADSON DE JESUS SANTOS

**ESTRUTURAS SOCIOAMBIENTAIS E OS MÚLTIPLOS ESPAÇOS
URBANOS DE ARACAJU/SE**

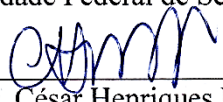
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, como requisito final para obtenção do título em Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe.

Aprovado em 1º de fevereiro de 2019

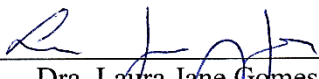
BANCA EXAMINADORA



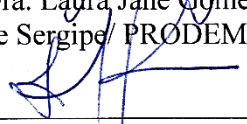
Dra. Maria José Nascimento Soares
Universidade Federal de Sergipe - Orientadora



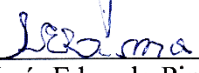
Dr. César Henriques Matos e Silva
Universidade Federal de Sergipe/DAU - Coorientador



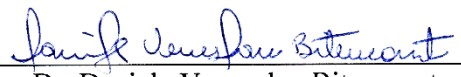
Dra. Laura Jane Gomes
Universidade Federal de Sergipe/ PRODEMA- Examinador Interno



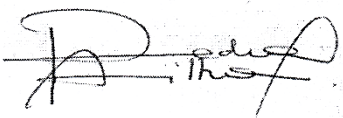
Dr. Hélio Mario de Araújo
Universidade Federal de Sergipe/ DGE- Examinador Externo



Dr. Luís Eduardo Pina Lima
Universidade Federal de Sergipe DHI- Examinador Externo



Dr. Daniela Venceslau Bitencourt
Universidade Federal de Sergipe/ PRODEMA-PÓS-DOC. Examinador Externo

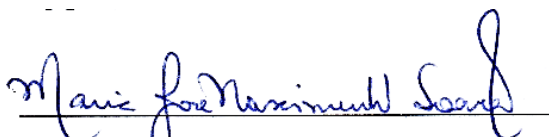


Dr. Pedro Alves da Silva Filho
Universidade Federal de Roraima - Examinador Externo

São Cristóvão, Sergipe

2019

Este exemplar corresponde à versão da Tese de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente concluído no Programa em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

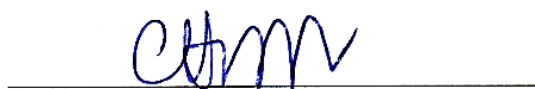


Dra. Maria José Nascimento Soares

Orientadora

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA

Universidade Federal de Sergipe.



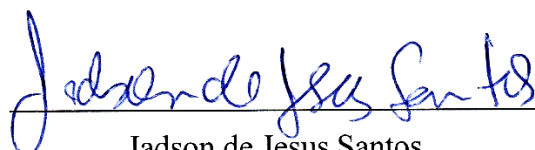
Dr. César Henriques Matos e Silva

Coorientador

Departamento de Arquitetura e Urbanismo - DAU

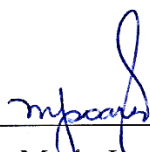
Universidade Federal de Sergipe.

É concedido ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) responsável pelo Curso de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente permissão para disponibilizar, reproduzir cópia desta Tese e emprestar ou vender tais cópias.



Jadson de Jesus Santos

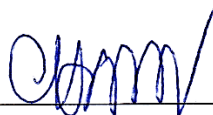
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA
Universidade Federal de Sergipe.



Dra. Maria José Nascimento Soares

Orientadora

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA
Universidade Federal de Sergipe.



Dr. César Henriques Matos e Silva

Coorientador

Departamento de Arquitetura e Urbanismo - DAU
Universidade Federal de Sergipe.

Dedico este trabalho aos meus pais
e a Phellipe

AGRADECIMENTOS

São diversas as formas de se percorrer uma estrada em busca de novos conhecimentos. É possível seguir por ela sozinho enfrentando dificuldades que só podem ser vencidas com a ajuda de alguém e, podendo se perder pelo caminho. Há a possibilidade de seguir acompanhado, recebendo o apoio de outras pessoas, podendo assim chegar ao fim sem riscos de se perder. No entanto, podemos ainda adentrar a uma estrada sozinho e pelo caminho ir encontrando apoio e conselhos para escolher o melhor caminho. Uma mescla dessas opções foi a escolha efetuada para que, por meio de um misto entre a solidão e a companhia de diversas pessoas, fosse possível chegar ao final dessa estrada.

Agradeço, dessa forma, aos meus pais e irmãs por serem os principais incentivadores para que isso fosse realizado.

A Phellipe, por ter adentrado nessa estrada e caminhado junto do início ao fim, sem ele, acredito que eu não tivesse conseguido concluir.

Aos meus professores que contribuíram para toda a minha formação desde à infância até hoje e em especial, à minha orientadora, a Professora Dra. Maria José, o comprometimento desempenhado por ela com os conselhos, correções e leituras do meu texto foram fundamentais para que eu pudesse sair de um buraco que acabei caindo nos quilômetros finais dessa estrada.

À Gláucia, ela está ao meu lado há mais de uma década, compartilhamos muitos momentos de alegrias e tristezas, mas sempre juntos continuamos nos apoiando nos caminhos que vamos escolhendo.

Aos amigos que continuaram juntos mesmo nos momentos em que precisei ficar afastado ou recluso, seja devido à necessidade de cumprimento de prazos, seja somente por que eu precisava de um descanso à exaustão física e mental que enfrentei em diversos momentos. Em especial às filhotas Cézar e Lúcio, a Genevaldo e a Thiago e Flávio.

Agradeço à D. Mauricéa, por ser esta pessoa tão iluminada, e aos seus filhos por também sempre terem incentivado a mim e a Phellipe durante os percursos dos nossos trabalhos.

Aos meus alunos das escolas em que lecionei, eles são fundamentais para que eu continue sempre buscando aperfeiçoamento para que eu possa contribuir para a escolha de suas próprias estradas.

Preciso agradecer também às diretoras das escolas que trabalhei, em especial à Irineide, pela compreensão dada por elas em diversos momentos para que eu não precisasse desistir no meio do caminho.

Agradeço também a todos os demais que estiveram ao meu lado, cada um foi fundamental para que houvesse um equilíbrio entre o mundo acadêmico e a vida social, isto é fundamental para que a sanidade mental possa existir.

Agradeço, por fim, àqueles que por algum motivo não puderam continuar ou estar ao meu lado. Compreendo as razões de cada um, já que nem todas as estradas precisam se cruzar por mais de uma vez.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Jadson de Jesus Santos

“É a vida...”

Josefa Santos

RESUMO

As cidades são tidas como o habitat do homem e é nelas onde ocorrem as formações individual e coletiva dentro da sociedade. A urbanização dos espaços, antes naturais, transformaram, ao longo do tempo, a cidade como o local favorável a atender às necessidades de vivência do homem para que possa ser atingida a necessária qualidade de vida. Aracaju, capital do Estado de Sergipe, assim como em outras cidades brasileiras, não foge à regra. A capital sergipana passou por processos de transformação do meio ambiente natural desde a sua fundação, a partir da construção dos novos espaços urbanos nos aterros feitos sobre os mangues, restingas e alagadiços. Desde então, é possível observar as diferenças dadas na expansão urbana de Aracaju influenciada pelo poder econômico exercido pela população abastada, enquanto, para os mais pobres, tenta-se afastá-los dessas áreas nobres, restando a eles as periferias não planejadas e sem a mesma infraestrutura encontrada em zonas nobres, necessárias à qualidade de vida. Desse modo, é possível perceber critérios de investimentos aos espaços urbanos de Aracaju em que são vários, mas é o poder econômico que tem um papel principal e determinante à execução das modificações dos espaços urbanos. O aspecto problemático se dá quando investimentos em áreas ambientais específicas são reduzidos e, às vezes, deixados de lado. Dito isso, a execução da pesquisa apresentada deu-se a partir do uso de técnicas de análises quantitativas e qualitativas, partindo da bibliometria como meio de formação conceitual e bibliográfica, para posteriormente apresentar a tese a partir da análise da paisagem, sendo amparadas por pesquisa documental. Para a execução da pesquisa e organização da tese, tivemos como objetivo geral: analisar a infraestrutura socioambiental considerando a dinâmica da cidade de Aracaju ao relacionar planejamento, gestão e funcionalidade dos espaços urbanos e para tanto defendemos a tese de que a distribuição espacial dos equipamentos urbanos de sociabilização com o meio ambiente na cidade de Aracaju privilegia as áreas mais nobres da cidade. Neste sentido, evidenciou-se que os espaços socioambientais de Aracaju são diferentes de acordo com a sua localização, os quais carecem de uma revisão pelos gestores quando da implementação de investimentos em infraestrutura (praças, orlas e parques) que sejam harmoniosos por que a cidade deve ser acessível a todos, independentemente do poder econômico que cada um possui. Desse modo, os espaços devem ser construídos em harmonia com o meio ambiente natural, ainda existente na cidade, para que esses espaços possam ser preservados/conservados a fim de que Aracaju possa (des)envolver continuamente para toda a população.

PALAVRAS-CHAVE: Infraestrutura Socioambiental. Espaços Urbanísticos. Ambiente Urbano.

ABSTRACT

Cities are the habitat of man and it is in them where individual and collective formations take place within society. The urbanization of spaces, formerly natural, transformed, over time, the city as the place favorable to meet the needs of the man's life so that the necessary quality of life can be achieved. Aracaju, capital of the State of Sergipe, as well as in other Brazilian cities, does not escape the rule. The Sergipe capital has undergone processes of transformation of the natural environment since its foundation, from the construction of new urban spaces in the landfills made on the mangroves, restingas and marshes. Since then, it is possible to observe the differences given in the urban sprawl of Aracaju influenced by the economic power wielded by wealthy population, whereas for the poor, tries to drive them these prime areas, leaving them the unplanned neighborhoods and without same infrastructure found in noble areas, necessary for the quality of life. In this way, it is possible to perceive criteria of investments in the urban spaces of Aracaju in which there are several, but it is the economic power that has a main and determinant role to the execution of the modifications of the urban spaces. The problematic aspect is when investments in specific environmental areas are reduced and sometimes neglected. That said, the execution of the research presented was given from the use of techniques of quantitative and qualitative analysis, based on the bibliometrics as a means of conceptual and bibliographical training to later present the thesis from the landscape analysis, and supported by research documentary. For the implementation of research and organization of the thesis, had as general objective: to analyze the environmental infrastructure considering the dynamics of the city of Aracaju to relate planning, management and functionality of urban spaces and for that we defend the thesis that the spatial distribution of equipment urban socialization with the environment in the city of Aracaju privileges the most noble areas of the city. In this sense, it became clear that the social and environmental areas of Aracaju are different according to its location, which need to be reviewed by managers when implementing investments in infrastructure (squares, edges and parks) that are harmonious for the city must be accessible to all, regardless of the economic power that each one has. In this way, the spaces should be built in harmony with the natural environment, still existing in the city, so that these spaces can be preserved/maintained so that Aracaju can (dis)continuously engage for the entire population.

KEYWORDS: Social and Environmental Infrastructure. Urban Spaces. Urban Environment.

RESUMEN

Las ciudades son consideradas como el hábitat del hombre y es en ellas donde ocurren las formaciones individual y colectiva dentro de la sociedad. La urbanización de los espacios, antes naturales, transformaron, a lo largo del tiempo, la ciudad como el lugar favorable a atender a las necesidades de vivencia del hombre para que pueda alcanzarse la necesaria calidad de vida. Aracaju, capital del Estado de Sergipe, así como en otras ciudades brasileñas, no escapa a la regla. La capital de Sergipe pasó por procesos de transformación del medio ambiente natural desde su fundación, a partir de la construcción de los nuevos espacios urbanos en los rellenos hechos sobre los manglares, restingas y alagadizos. Desde entonces, es posible observar las diferencias dadas en la expansión urbana de Aracaju influenciada por el poder económico ejercido por la población acomodada, mientras que, para los más pobres, se intenta alejarlos de esas áreas nobles, restando a ellos las periferias no planificadas y sin la misma infraestructura encontrada en zonas nobles, necesarias para la calidad de vida. De ese modo, es posible percibir criterios de inversiones a los espacios urbanos de Aracaju en que son varios, pero es el poder económico que tiene un papel principal y determinante a la ejecución de las modificaciones de los espacios urbanos. El aspecto problemático se da cuando las inversiones en áreas ambientales específicas se reducen y, a veces, se dejan de lado. Dicho esto, la ejecución de la investigación presentada se dio a partir del uso de técnicas de análisis cuantitativas y cualitativas, partiendo de la bibliometría como medio de formación conceptual y bibliográfica, para posteriormente presentar la tesis a partir del análisis del paisaje, siendo amparadas por investigación documental. Para la ejecución de la investigación y organización de la tesis, tuvimos como objetivo general: analizar la infraestructura socioambiental considerando la dinámica de la ciudad de Aracaju al relacionar planificación, gestión y funcionalidad de los espacios urbanos y para tanto defendemos la tesis de que la distribución espacial de los equipos urbanos de sociabilización con el medio ambiente en la ciudad de Aracaju privilegia las áreas más nobles de la ciudad. En este sentido, se evidenció que los espacios socioambientales de Aracaju son diferentes de acuerdo con su ubicación, los cuales carecen de una revisión por los gestores en la implementación de inversiones en infraestructura (plazas, orillas y parques) que sean armoniosos porque la ciudad debe ser accesible a todos, independientemente del poder económico que cada uno posee. De este modo, los espacios deben ser construidos en armonía con el medio ambiente natural, aún existente en la ciudad, para que esos espacios puedan ser preservados/conservados a fin de que Aracaju pueda (des)involucrar continuamente para toda la población.

PALABRAS CLAVE: Infraestructura Socioambiental. Espacios Urbanísticos. Ambiente Urbano.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. (CAPA) Vista de Aracaju a partir da margem esquerda do Rio Sergipe. Foto: Jadson J. Santos	1
Figura 2. Ponte Aracaju-Barra.....	24
Figura 3. Tira representativa da infraestrutura da cidade de Aracaju.....	26
Figura 4. Gráfico de frequência de tipo de publicação.....	28
Figura 5. Gráfico de frequência de publicação nos últimos 10 anos.....	29
Figura 6. Etapas Metodológicas da Pesquisa	32
Figura 7. Concepção epistemológica, segundo Taylor (2000)	37
Figura 8. Teleférico do Parque da Cidade	43
Figura 9. Espaços e prioridades: destinação do capital	73
Figura 10. Formadores da cidade	78
Figura 11. Calçada Formosa Aracaju	80
Figura 12. Província de Sergipe em 1860	84
Figura 13. Vista aérea de Aracaju na década de 1920, onde é possível observar o Plano de Pirro.....	87
Figura 14. Aracaju em 1855	88
Figura 15. Vista de Aracaju a partir da Colina de Santo Antônio em 1920	90
Figura 16. Vista aérea do Bairro Industrial - 1950	91
Figura 17. Casarões construídos no início do século XX na rua Estância	92
Figura 18. Desmanche do Morro do Bonfim	93
Figura 19. Vista parcial do Conjunto Governador Augusto Franco.....	94
Figura 20. Zonas Urbanas de Aracaju	95
Figura 21. Bairros de Aracaju	97
Figura 22. Aracaju: Eixo do Turismo.....	98
Figura 23. Esquema do ambiente urbano	101
Figura 24. Principais benefícios das áreas verdes urbanas.....	103
Figura 25. Planta e projeto da Atalaia, segundo a Lei 371 de 1928	107
Figura 26. Evolução urbana de Aracaju no período 1865-1964.....	108
Figura 27. Ponte da Atalaia sobre o rio Poxim, construída em concreto e com acentuada elevação para permitir a passagem de canoas à vela, na década de 1940	109

Figura 28. Palácio de Veraneio do Governador, localizado na avenida Beira Mar	110
Figura 29. Capa do Correio de Aracaju de 17 de janeiro de 1957, com destaque à solenidade de inauguração da estrada atalaia-mosqueiro	111
Figura 30. Edição 445 de 27 de setembro de 1959 da Gazeta de Sergipe mostrando o clamor dos Aracajuanos por melhorias na Atalaia	112
Figura 31. Vista aérea da praia de Atalaia antes da construção da Orla	114
Figura 32. Vista parcial aérea da Atalaia na década de 1970	116
Figura 33. Praia de Atalaia atualmente.....	118
Figura 34. Vista aérea parcial da Orla da Atalaia na década de 1990	119
Figura 35. Orla de Atalaia, com destaques ampliados dos três trechos	120
Figura 36. Arcos da Atalaia.....	121
Figura 37. Vista parcial da Orla de Atalaia, com destaque aos lagos artificiais no entorno do Oceanário de Aracaju	122
Figura 38. Local onde será construída a nova extensão da Orla de Aracaju.....	125
Figura 39. Placa de indicação de informações referentes à obra de revitalização da Orla Pôr do Sol.....	126
Figura 40. Obra de revitalização do píer da Orla Pôr do Sol	126
Figura 41. Praia Treze de Julho em 1973	129
Figura 42. Avenida Beira Mar em meados da década de 1980	130
Figura 43. Publicidade sobre a inauguração do Shopping Riomar publicada na Gazeta de Sergipe em 9 de maio de 1989	131
Figura 44. Avenida Beira Mar antes da obra do Calçadão Formosa Aracaju	133
Figura 45. Planície de maré dos bairros Treze de Julho e Jardins entre 1984 e 2003	135
Figura 46. Vista aérea do Calçadão Formosa Aracaju, no Bairro 13 de Julho, em Aracaju/SE136	
Figura 47. Degradação do mangue da praia Formosa devido à poluição das águas	138
Figura 48. Prédio da fábrica da Sergipe Industrial no início da década de 1920	140
Figura 49. Orlinha do Bairro Industrial em 2010	144
Figura 50. Deterioração observada em parte da Orlinha do bairro industrial no início de 2018	145
Figura 51. Área de Interesse Urbanístico 4	146
Figura 52. Mapa dos Parques de Aracaju	149
Figura 53. Edição 753 de 1º e 2 de fevereiro de 1981 do Jornal de Sergipe (p. 3) destacando o estado de abandono do Parque da Cidade	151
Figura 54. Mapa atual do Parque da Cidade de Aracaju	153

Figura 55. Vista aérea do Parque Augusto Franco mais conhecido como Parque da sementeira, Aracaju-SE	155
Figura 56. Planetário Galileu Galilei, localizado no Parque da sementeira, Aracaju/SE.....	157
Figura 57. Antiga Cidade das Crianças do parque dos cajueiros sendo usada para prática de Paintball em um período de abandono, antes da última reforma de 2012.....	158
Figura 58. Vista aérea do Parque dos Cajueiros, Aracaju-SE	159
Figura 59. Aracaju: distribuição das praças por bairro	161
Figura 60. Falta de saneamento básico e infraestrutura na Avenida Anchieta, bairro Santa Maria, Aracaju-SE.....	166
Figura 61. Escavadeira em atuação em córrego de esgoto no bairro Santa Maria, Aracaju-SE	167
Figura 62. Praça Maria Terezinha dos Santos Menezes, bairro Santos Dumont, Aracaju-SE	168
Figura 63. Praça São Pio X, bairro Dezoito do Forte, Aracaju-SE	168
Figura 64. Comício político na Praça Fausto Cardoso em meados do século XX.....	170
Figura 65. Praça Fausto Cardoso à frente e Olímpio Campos por trás do Palácio do Governo em meados da década de 2000	171
Figura 66. Praça Fausto Cardoso em meados do século XX.....	172
Figura 67. Praça da Bandeira após o capeamento asfáltico em 2016.....	173
Figura 68. Praça Camerino na década de 1940	174
Figura 69. Praça Camerino, Aracaju-SE	176
Figura 70. Praça Tobias Barreto após a reforma em 2014	177
Figura 71. Praça da Imprensa, bairro São José.....	178
Figura 72. Praça Luciano Barreto Junior, bairro Jardins.....	178
Figura 73. Praça Missionária Zilda Arns, bairro Grageru	179
Figura 74. Evento de <i>Food Trucks</i> na Praça Alda Teixeira, bairro Jardins.....	180
Figura 75. Maré do Apicum	182
Figura 76. Aracaju: recorte espacial.....	184
Figura 77. Feira de hortifrúti no centro da cidade de Aracaju	188
Figura 78. Feira de Artesanato em frente à Catedral Metropolitana de Aracaju.....	188
Figura 79. Vista parcial aérea da Orla de Atalaia.....	190
Figura 80. Vista parcial aérea do Calçadão Formosa Aracaju	190
Figura 81. Aracaju: Evolução da Mancha Urbana	193
Figura 82. Região da Catedral metropolitana no início do século XX evidenciando as quadras de Pirro	194

Figura 83. Região da Catedral Metropolitana em 2013 destacando o processo de verticalização que a cidade sofre desde a sua fundação	195
Figura 84. Elevação do relevo e áreas de risco de Aracaju	196
Figura 85. Vista aérea da zona sul de Aracaju em 1973	197
Figura 86. Vista aérea da zona sul de Aracaju em 2013, destaque ao Shopping Jardins à direita	198
Figura 87. Pontos de análise no decorrer dos percursos dos canais	201
Figura 88. Espelho d'água como recurso de valorização da paisagem, Calçada Formosa Aracaju	209
Figura 89. Vista parcial do bairro América a partir da avenida Dr. José da Silva Ribeiro Filho	215
Figura 90. Rua de acesso a parte do bairro América sem saneamento básico	215
Figura 91. Comunidade Nova Esperança, localizada na entrada da cidade no bairro Olaria	216
Figura 92. Favela ao redor do antigo Mercado Central.....	217
Figura 93. Vista do centro de Aracaju, antes da reforma dos mercados, em 1998	218
Figura 94. Vista aérea atual do centro de Aracaju, com destaque aos mercados centrais.....	219
Figura 95. Vista aérea da Coroa do Meio na década de 1970	222
Figura 96. Vista aérea da Coroa do Meio após a construção da ponte Godofredo Diniz e do lago, além da demarcação das ruas e avenidas	222
Figura 97. Foto de satélite do estuário do rio Sergipe. Em meados da década de 70	223
Figura 98. Foto de satélite do estuário do rio Sergipe, atualmente	223
Figura 99. Palafitas construídas sobre a Maré do Apicum na Coroa do Meio em 2001	224
Figura 100. Imagem de satélite da localização da quarta etapa do Bairro Coroa do Meio, Aracaju-SE	225
Figura 101. Maré do Apicum no bairro Coroa do Meio, Aracaju-SE.....	227
Figura 102. Projeto do Museu do Mangue	228
Figura 103. Prêmio ODM 2005, referente ao Programa Socioambiental implantado no Bairro Coroa do Meio, Aracaju-SE	230
Figura 104. Museu do Mangue em estado de abandono	231
Figura 105. Aracaju: pobreza e desigualdade social, 2017	235
Figura 106. Vista parcial do Bairro Santa Maria, Aracaju-SE	236
Figura 107. Padrões residenciais encontrados no Bairro Santa Maria: Condomínios populares e casas construídas em morros	237
Figura 108. Sujeira e falta de infraestrutura encontrada no Bairro Soledade, Zona Norte de Aracaju	238

Figura 109. Vista parcial da Avenida Lauro Porto, nas proximidades dos bairros Jardim Centenário e Olaria.....	239
Figura 110. Avenida Lauro Porto, bairro Jardim Centenário	240
Figura 111. Rua sem pavimentação no Bairro Santa Maria, Aracaju-SE	242
Figura 112. Registro de uma manifestação por questões habitacionais na comunidade Alto da Bela Vista, no bairro Santa Maria, Aracaju em 2014.....	242
Figura 113. Manifestação na comunidade Nova Esperança, bairro Olaria, Aracaju, em dezembro de 2015.....	243
Figura 114. Mercado Thales Ferraz	245
Figura 115. Bairro Treze de Julho.....	251

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Espécies nativas e exóticas plantadas em 2005 no Parque da sementeira, Aracaju-SE	156
Quadro 2. Áreas de interesse ambiental: praças.....	162
Quadro 3. População por bairro: recorte espacial da pesquisa.....	186

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

a. C.	Antes de Cristo
ADEMA	Administração Estadual do Meio Ambiente
Art.	Artigo
ASN	Agência Sergipe de Notícias
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAIXA	Caixa Econômica Federal
COGEDURB	Coordenadoria Geral do desenvolvimento Urbano de Aracaju
d. C.	Depois de Cristo
Dehop	Departamento Estadual de Habitação e Obras Públicas
EMURB	Empresa Municipal de Urbanização de Aracaju
<i>et al.</i>	E outros (<i>latim</i>)
etc.	E outras coisas mais (<i>latim</i>)
Fig.	Figura
ha	Hectare
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICCV	Índice CadÚnico de Condições de Vida
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IHGS	Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe
km	Quilômetro
km ²	Quilômetro quadrado
m	Metro
m ²	Metro quadrado
MP-SE	Ministério Público de Sergipe
MPE	Ministério Público Estadual
mi	Milhão
nº	Número
ODM	Objetivos do Desenvolvimento do Milênio
ONU	Organização das Nações Unidas
p.	Página
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbanístico
PIB	Produto Interno Bruto

PMA	Prefeitura Municipal de Aracaju
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo
sec.	Século
SEMASC	Secretaria Municipal da Assistência Social de Aracaju
SMFAS	Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social de Aracaju
SEPLAN	Secretaria de Planejamento de Aracaju
SEPLOG	Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão de Aracaju
Sesc	Serviço Social do Comércio
SIC	Assim (<i>latim</i>)

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - A PESQUISA E SUA TRAJETÓRIA TEÓRICO-METODOLÓGICA	24
1. Introdução: as questões e o foco da pesquisa	25
2. A tese e os objetivos geral e específicos.....	27
3. Construção do referencial teórico.....	28
4. Técnicas de análise da pesquisa	31
5. Apresentação da tese	41
 CAPÍTULO 2 - ABORDAGENS CONCEITUAIS E (RE)VISÃO CIENTÍFICA	43
1. O processo civilizatório e o surgimento das cidades: abordagem interdisciplinar.....	44
2. As cidades e o processo civilizatório.....	48
3. O capital e o poder econômico como aparelho para o (des)envolvimento dos espaços urbanos	54
4. A monetização do meio ambiente nas cidades	63
5. A setorização e segregação nas cidades	69
 CAPÍTULO 3 - FORMAS E ESTRUTURAS SOCIOAMBIENTAIS DA CIDADE DE ARACAJU.....	81
1. A história da cidade de Aracaju, Sergipe	81
2. Os espaços verdes da cidade de Aracaju	99
3. Orlas de Aracaju: ambientes construídos para a população	105
3.1. Orla de Atalaia: linda de se ver e apaixonar.....	105
3.2. Calçadões Formosa Aracaju e Treze de Julho: ambientes para as caminhadas ...	128
3.3. Orlinha do Bairro Industrial: (des)valor dos empreendimentos históricos	138
4. Parques de Aracaju e suas vivências pela população	148
4.1. Parque da Cidade: visão panorâmica do estuário do rio Sergipe	150
4.2. Parque da Sementeira: ambiente arborístico de passeios e lazeres	154
4.3. Parque dos Cajueiros: ambiente esportivo.....	158
5. Praças de Aracaju: espaços frequentados para lazeres	160
5.1. As praças das “Zonas Periféricas”: (des)caso paisagístico.....	164
5.2. As praças das “Zonas Nobres”: paisagismo embelezado para visitantes	169

CAPÍTULO 4 - OS MÚLTIPLOS ESPAÇOS URBANOS DE ARACAJU	182
1. Espaços de análise na cidade de Aracaju: pontos reflexivos.....	183
2. A evolução da mancha urbana da cidade de Aracaju	187
3. Os espaços urbanos em Aracaju	199
4. O esconderijo da pobreza: periferias ocultas	214
5. Comunidade oculta: Programa Socioambiental Coroa do Meio, Aracaju-SE.....	221
6. As zonas excluídas da infraestrutura paisagística da cidade de Aracaju	232
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 245
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 251

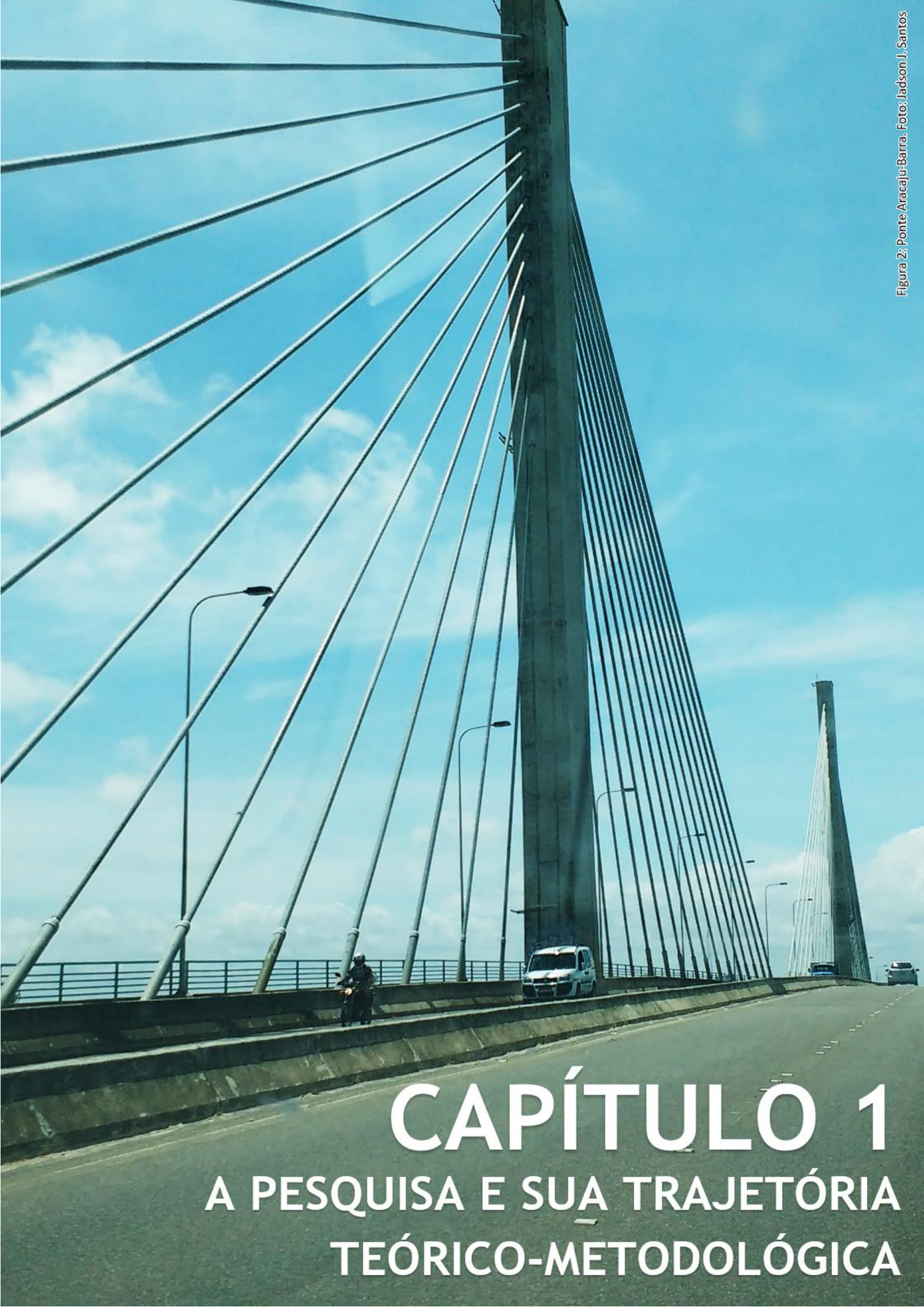


Figura 2: Ponte Aracaju-Barra. Foto: Jadson J. Santos

CAPÍTULO 1

A PESQUISA E SUA TRAJETÓRIA TEÓRICO-METODOLÓGICA

A PESQUISA E SUA TRAJETÓRIA TEÓRICO-METODOLÓGICA

1. Introdução: as questões e o foco da pesquisa

A cidade é tida como um espaço de movimentações e modificações. Pessoas circulam, comunicam-se e modificam o espaço continuamente. Denominada como relações sociais, elas caracterizam-se pelo fluxo de ideias entre os diversos atores, são perpassadas por individualidades e transmitidas por meio da atuação de cada um dos indivíduos em conexão direta com o poder público que os representam.

O papel do poder público nas cidades faz-se, principalmente, pela infraestrutura dos diversos locais e espaços. Os critérios de investimentos são diversos, sendo que o poder econômico é um dos principais fatores nas tomadas de decisões para um determinado empreendimento na cidade. Isso pode ser um problema quando os investimentos em outras áreas são reduzidos e, às vezes, deixam de lado, os relacionados aos espaços de convivências socioambientais de uma cidade como: parques, praças, orlas e em canteiros centrais de avenidas que harmoniza o paisagismo.

As cidades são divididas em espaços, apesar de haver homogeneidade em alguns casos, há, principalmente em países subdesenvolvidos, variações infraestruturais heterogêneas em algumas cidades. Nelas são comuns haverem áreas nobres e periféricas, a infraestrutura, o meio ambiente, a segurança e a mobilidade estão entre as questões de maior diferenciação.

Para áreas de concentração de população de alta renda os investimentos possuem melhor elaboração e concretização, enquanto para as demais o mesmo não acontece, evidenciado nos espaços periféricos.

O despertar dessa temática surgiu a partir de um quadrinho ilustrativo, apresentado na Figura 3, sobre as diferenças socioeconômicas e infraestruturais de locais diferentes da cidade de Aracaju, elaborado pelo ilustrador Fernando Caldas, “Éff”. O quadrinho aborda sobre o questionamento acerca das diferenças dos recortes espaciais ilustrados da Orla de Atalaia, ponto turístico da cidade, em relação ao rio que passa pelo bairro Bugio, na periferia de Aracaju.



Figura 3. Tira representativa da infraestrutura da cidade de Aracaju.
Autor: Fernando Caldas, Éff.

A partir de então, começou-se a ser pensado sobre as razões e motivos dessas diferenças existentes na cidade de Aracaju, comum a várias outras cidades, principalmente de países em desenvolvimento, como o Brasil. Há diversas razões compartilhadas pelo censo comum, tais quais: as questões de ordem política, a falta de conhecimento participativo da população em relação à organização espacial das cidades, a destinação desigual de recursos. Mas, por que essas diferenças são tão gritantes? Será que a distribuição espacial da cidade de Aracaju privilegia os mais ricos? Será que realmente os privilégios relacionados ao poder econômico indicam o que vai ser construído?

A partir desses questionamentos foi iniciada uma pesquisa para o desenvolvimento do projeto que nortearia a tese. Passou-se a assinalar, primeiramente, o turismo como fator principal, posteriormente pensou-se que eram realmente as questões políticas, até ligar os dois pontos e perceber que o que realmente possibilita essas diferenças infraestruturais são os diversos poderes econômicos envolvidos nas decisões políticas de uma cidade, estado ou país.

E que esses poderes são o principal fator decisório em países com índices consideráveis de analfabetismo, pobreza e desigualdade social, como é o Brasil e que, devido ao poder econômico as questões ambientais são colocadas em segundo plano, importando mais o lucro e vantagens, à conservação de ambientes naturais nas cidades.

Nesta pesquisa pretendeu-se fazer uma investigação sobre como a cidade de Aracaju foi setorizada e como são destinados os investimentos públicos em cada um desses setores. As áreas em que o poder econômico exerce força frente às decisões dos gestores públicos para a construção de grande empreendimento são construídos com base nos interesses sociais, diferentemente dos localizados nos espaços da periferia, as quais carecem de diversos

equipamentos urbanos, em relação aos espaços considerados de “nobres” das cidades, geralmente planejadas, concentram os investimentos por parte do poder público para melhoria da infraestrutura socioambiental.

2. A tese e os objetivos geral e específicos

Para delimitação do problema socioambiental na infraestrutura da cidade de Aracaju analisou-se as relações entre áreas nobres e periféricas em sua extensão urbana. Portanto, pretendeu-se confirmar a hipótese de que há problemáticas na infraestrutura socioambiental diferenciada entre os bairros, os de áreas nobres sofrem processos de gentrificação urbanística prejudicando os espaços socioambientais e aqueles onde não há este apelo, geralmente localizados na periferia da cidade, são construídos e organizados com base no poder econômico que atribuem valor empresarial.

Partiu-se, então, da tese de que **a distribuição espacial dos equipamentos urbanos de sociabilização com o meio ambiente na cidade de Aracaju privilegia as áreas mais nobres da cidade**. Para tanto, temos como objetivo geral: analisar a infraestrutura socioambiental considerando a dinâmica da cidade de Aracaju ao relacionar planejamento, gestão e funcionalidade dos espaços urbanos.

E como específicos:

- Abordar a utilização dos diferentes espaços, enfatizando o conteúdo histórico, social e econômico resultantes do processo de urbanização da cidade;
- Verificar as relações espaço-tempo e as mudanças na infraestrutura socioambiental urbana em Aracaju/Se;
- Mapear espaços urbanos em que evidenciam as diferentes formas de apresentação da infraestrutura socioambiental urbanística;

3. Construção do referencial teórico

Para confirmar essa tese, primeiramente, buscou-se averiguar as produções acadêmicas voltadas às questões socioambientais e infraestruturais na cidade de Aracaju a partir da pesquisa bibliométrica. Para o levantamento bibliométrico foram pesquisados nas bases Scopus, Google Scholar, Web Of Science e Thomson Reuters os algoritmos: Aracaju, infraestrutura e questões socioambientais. Os trabalhos encontrados se caracterizam como sendo um conjunto de trabalhos de conclusão de curso, capítulos de livros, artigos científicos dissertações e teses vinculados à essas bases, conforme demonstrado na Figura 4.

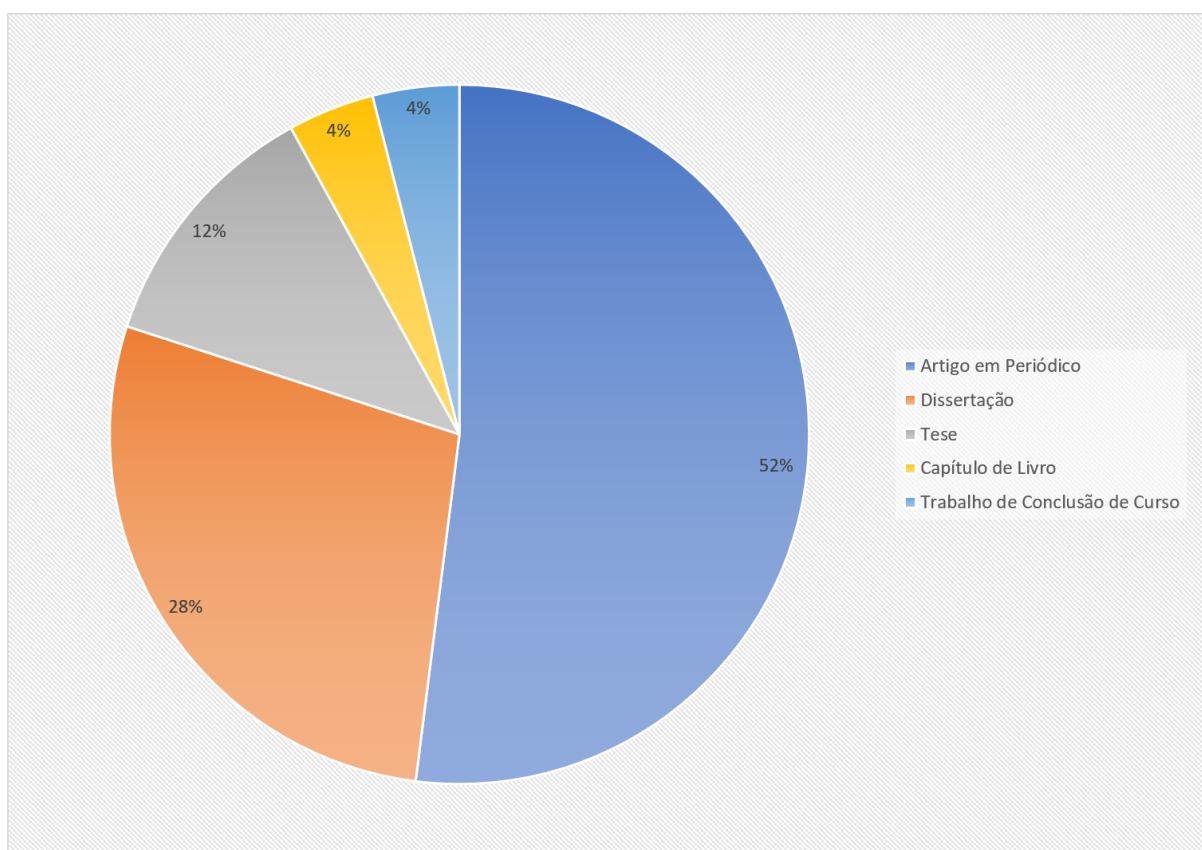


Figura 4. Gráfico de frequência de tipo de publicação.

Fontes: Scopus/Google Scholar/Web Of Science/Thomson Reuters (Organizado pelo autor)

Foi possível perceber durante o levantamento a amplitude dada aos estudos na cidade de Aracaju, em relação às questões socioambientais. Fato dado, principalmente, pela existência de programas de pós-graduação como: Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), Programa de Pós-graduação em Geografia

(PPGEO) e Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS), na Universidade Federal de Sergipe.

Considerando as bases citadas e os algoritmos utilizados, foram encontrados cerca de 1480 (um mil, quatrocentos e oitenta) trabalhos desenvolvidos a partir dessa temática, com uma distribuição espacial que ultrapassa as fronteiras físicas do país. Foram publicados em revistas científicas estrangeiras, principalmente em países de língua portuguesa e espanhola. Além disso, há uma lista de diversas universidades brasileiras onde, a partir de temáticas ligadas a esses algoritmos, foram desenvolvidos trabalhos de pesquisa como TCC, Dissertação e Tese.

Em relação ao número de publicações por ano, observou-se um destaque para o ano de 2012, quando chegou a 232 (duzentos e trinta e duas) publicações. Porém, há uma distribuição anual de publicações semelhantes no decorrer dos últimos 10 anos, como observado na Figura 5.

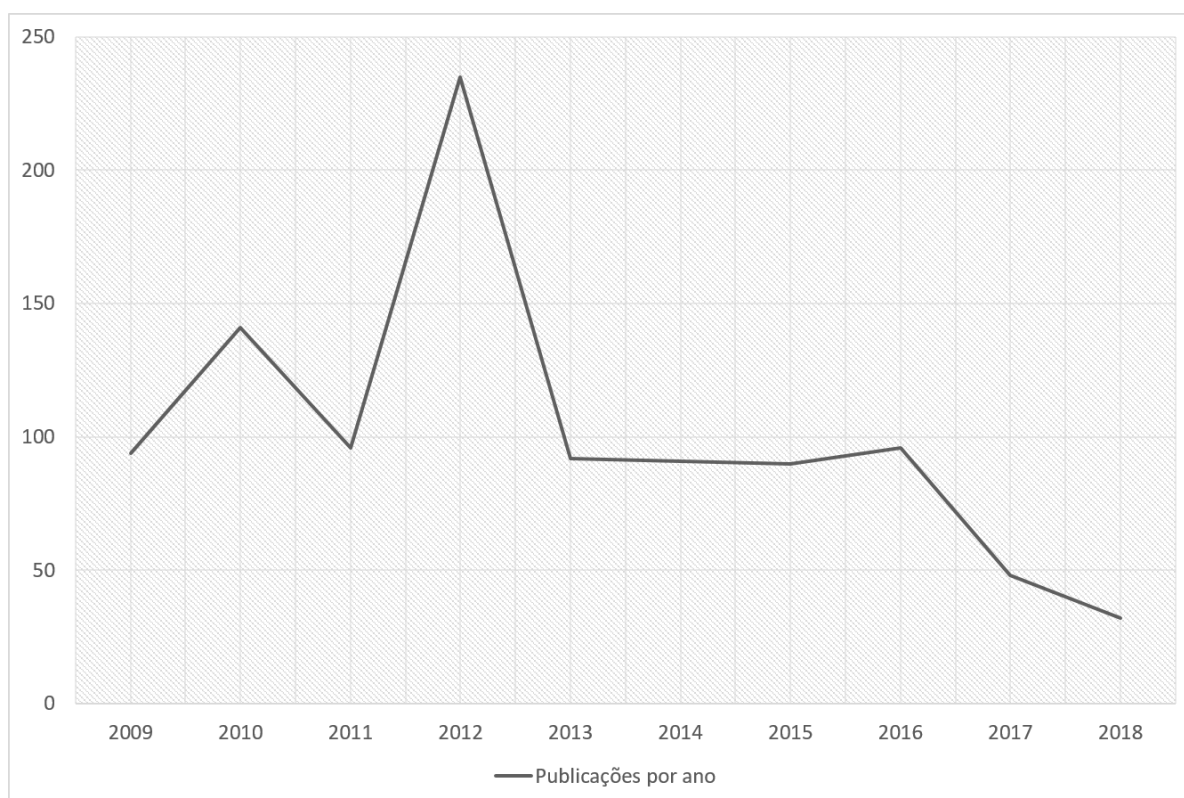


Figura 5. Gráfico de frequência de publicação nos últimos 10 anos.

Fontes: Scopus/Google Scholar/Web Of Science/Thomson Reuters (Organizado pelo autor)

Posteriormente à análise bibliométrica, a pesquisa foi direcionada por meio de etapas que possibilitaram a averiguação e análise dos objetivos propostos. A análise documental e

trabalhos de campo foram a base da pesquisa, em que foram analisados documentos de cunho histórico – revistas e jornais disponíveis na base de dados do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS) por meio do *site*: <http://jornaisdesergipe.ufs.br>, com informações de jornais e revistas datados desde o fim do século XIX – além de busca por balanços das gestões municipais da cidade de Aracaju.

Foram feitas 15 (quinze) visitas de campo a fim de analisar *in locus* tudo o que foi constatado nos documentos analisados. Juntamente a esse levantamento foram capturados por meio de registros fotográficos paisagens atuais para análise e observação dos problemas socioambientais da infraestrutura das diversas áreas urbanas da cidade. E ainda, revisão teórica bibliográfica e documental sobre dados relacionados à pesquisa, além de uma análise nos dados de acesso público disponibilizados no Portal da Transparência, do município de Aracaju. Gibbs ressalta que:

A seleção e busca em todos esses dados enquanto é criada uma análise coerente e perceptiva que se mantenha baseada nesses dados – ou seja, os dados proporcionam boas evidências de sustentação – é um grande desafio e requer boa organização e uma abordagem estruturada dos dados (GIBBS, 2009, p. 16).

Desse modo, foram consideradas as dinâmicas socioambientais e a infraestrutura das localidades dimensionadas, como também as políticas públicas relacionadas às necessidades dos moradores comparando-as aos investimentos dados à execução de projetos infraestruturais para a cidade de Aracaju. Pois, com base nos dados de investimentos em infraestrutura foi possível entender as potencialidades vinculadas aos usos dos espaços. Esse comparativo é objeto de interesse desta pesquisa para a análise sobre as relações das infraestruturas socioambientais na cidade de Aracaju.

Durante a etapa de coleta da pesquisa foram considerados os dados estatísticos oficiais e as entrevistas realizadas com os gestores e ou informações extraídas dos meios de comunicação (jornais impressos e digitais). Nessa etapa, a análise foi realizada para compreender de que forma se dão as políticas, processos e investimentos pelos administradores públicos.

Vale ressaltar que o diálogo entre os autores deu consistência aos instrumentos de pesquisa e análise de modo a validar os dados coletados e dar confiabilidade à pesquisa. Na fase de análise contextualizada da pesquisa o processo de construção e desconstrução foi

constante e de forma contínua para a elaboração crítica dos conteúdos coletados nas mídias eletrônicas.

Para evitar que sejam postas avaliações imprecisas, foram utilizadas diversas técnicas de análise, a saber: bibliometria, análise de paisagem e mapeamento temático das áreas abordadas da cidade de Aracaju. No tocante ao mapeamento, foi utilizada a base de dados cartográficos da Google, contida nas aplicações *Maps*, *Earth* e *Earth Engine*. Essa base cartográfica foi escolhida devido às atualizações constantes executadas pela empresa em suas aplicações cartográficas, além do uso livre de seus dados, desde que sejam referenciados.

Em outras palavras, para validação dos dados, foram considerados as informações e o conjunto de elementos coletados e ancorados na teoria conceitual a fim de que confirmassem o levantamento feito durante a pesquisa para, no decorrer das análises, atestar a tese da pesquisa.

Por fim, a análise dos resultados obtidos nas etapas anteriores foi base para a construção da síntese, interpretando os dados obtidos em cada uma das etapas e reinterpretando os dados empíricos com base nos cruzamentos entre todas as informações inerentes ao tema para a apresentação dos resultados da pesquisa.

4. Técnicas de análise da pesquisa

Para o desenvolvimento dessa pesquisa de doutoramento em Desenvolvimento e Meio Ambiente, foram utilizadas diversas técnicas de análise qualitativas e quantitativas, tais quais: bibliometria, a dissertação epistemológica de conceitos voltados à temática da tese, pesquisa documental e bibliográfica, análise histórica de paisagem assim como a análise de dados disponibilizados por órgãos estatísticos oficiais.

A pesquisa foi constituída por três etapas organizadas em: técnicas de coleta; análise contextualizada e técnicas de análise de dados; elaboração da síntese como demonstra a Figura 6.

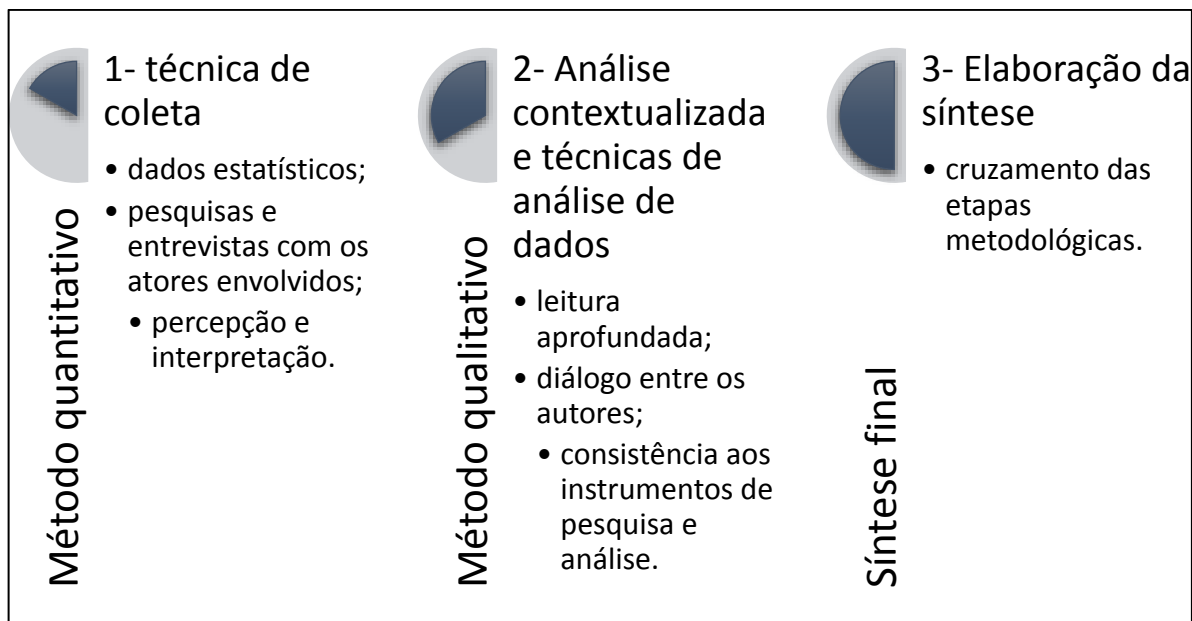


Figura 6. **Etapas Metodológicas da Pesquisa.**

Fonte: adaptado de Marcondes e Brisola, 2014. (Organizado pelo autor)

Um dos desafios principais de uma pesquisa após o questionamento do problema e a definição da hipótese é a definição das técnicas metodológicas de análise necessárias ao desenvolvimento e validação da pesquisa. Partindo da etimologia da palavra, método é de origem grega *methodos*, com diversas interpretações, significando, principalmente, via ou caminho da pesquisa.

Assim, a interdisciplinaridade foi necessária para a pesquisa relacionada às ciências ambientais que carece de metodologias que deem sustentabilidade, veracidade e confiabilidade à pesquisa. Dessa forma, para o desenvolvimento desta pesquisa e elaboração da tese de doutorado, a utilização de métodos qualitativos e quantitativos de análise forneceu confiabilidade aos resultados ao final da pesquisa.

Uma pesquisa possui por característica o desenvolvimento de ações para solucionar o problema posto. Para tanto, é necessário organizar ações de modo a utilizar técnicas que são necessárias a esse processo bem como a escolha da metodologia ideal a fim de alcançar as metas. Devemos entender que, assim como indaga Santos (2008, p. 99), “[...] para alcançar o conhecimento, a forma nos dá um ponto de partida, mas está longe de nos dar um ponto de chegada, sendo insuficiente para oferecer, sozinha uma explicação”. A forma é, dessa maneira, um dos pontos de partida de análise do espaço socioambiental, bem como os tipos de análise, a ser considerada durante o processo de pesquisa. Portanto, para a análise a infraestrutura socioambiental da cidade é preciso considerar todos os seus aspectos.

Devido ao aspecto heterogêneo das cidades, quanto ao social, arquitetônico, ambiental, mobilidade, sustentabilidade dentre outros, torna a cidade foco de pesquisa para diversas ciências: antropologia, geografia, sociologia, ciências ambientais e historiografia, com base na abordagem interdisciplinar. A respeito da interdisciplinaridade em pesquisas desse tipo, Pombo adverte que:

Passando do nível das palavras ao nível das ideias, ou, se preferirem, das coisas, verificamos que a interdisciplinaridade é um conceito que invocamos sempre que nos confrontamos com os limites do nosso território de conhecimento, sempre que topamos com uma nova disciplina cujo lugar não está ainda traçado no grande mapa dos saberes, sempre que nos defrontamos com um daqueles problemas imensos cujo princípio de solução sabemos exigir o concurso de múltiplas e diferentes perspectivas. (POMBO, 2008, p. 15)

Afinal, é por isso que o uso de diversos campos disciplinares articulando entre si possibilitam a análise adequada em pesquisas onde há fronteiras disciplinares sendo rompidas e submergindo em outras ciências para complementação do estudo. Ainda sobre o assunto, Alvarenga, Philippi Jr. et al. afirmam que:

A interdisciplinaridade apresenta-se, a partir de 1960, como uma importante precursora não somente da crítica, mas, sobretudo, na busca de respostas aos limites do conhecimento simplificador, dicotômico e disciplinar da ciência moderna ou clássica. Ela passa, então, a constituir, em função de sua proposta, um modo inovador na produção de conhecimento científico, mas é considerada, ao mesmo tempo, alternativa e complemento do modo disciplinar do pensamento. (ALVARENGA; PHILIPPI Jr. et al., 2011, p. 20)

É preciso utilizar-se de critérios para selecionar o objeto de estudo e para que se possa torná-los como comprovadores, ou não, de teses elaboradas acerca da cidade e do urbano. Lefebvre (2011) destaca que, além de tudo, há níveis sensíveis a serem considerados nos estudos ligados à cidade, dentre eles, a conjuntura social entra como fomentador da formação da cidade, sendo ela a responsável pela ordem incorporada às ideologias e instituições contidas na vida urbana.

A partir desse princípio, é preciso determinar as técnicas de análises metodológicas a serem usadas numa pesquisa relacionada à cidade ao considerar o simbolismo que rodeia a sua heterogeneidade. Pois, são diversas as possibilidades de estudos a serem trabalhados, a

saber: o papel que as relações sociais; o desenvolvimento socioeconômico; as constantes modificações do organismo urbano e outros.

Para Harvey, as cidades estão abarrotadas de aspectos promotores de investigação “[...] para isso, precisamos de uma metodologia bastante geral para a medida do simbolismo espacial e ambiental” (1980, p. 22). O campo empírico é fundamental para a compreensão da estrutura do organismo urbano com a utilização de registro podemos capturar muitos aspectos de análise e apreciação organizativa da cidade.

Vale ressaltar que os estudos em geografia, sociologia e antropologia, não são produtos exatos. São estudos aos quais não se deve afirmar e generalizar as informações devido, às individualidades e coletividades das relações sociais, cada uma delas colocando-se como agentes transformadores dos espaços, sempre mutáveis, colaborando para a essência das diversas vivências que neles estão contidas.

Esse organismo mutável e heterogêneo em todos os seus aspectos, como os sociais e os ambientais, utilizam-se de artifícios humanos e naturais para sua formação e constituição. A versão dos fatos entendida como verdade hoje imposta ou colocada do outrem pode não ser considerada em todas as épocas ou por todos, mas colocados em casos específicos analisando o espaço-tempo. Lefebvre (2011) afirma que, a cidade representa uma parte e o todo relacionado ao mundo, ela representa como se dão as vivências urbanas de forma local, mas não deixando de demonstrar como o global ali também é exercido, isso dá charme à vida urbana e, desse modo, à própria cidade.

A análise de um sistema complexo quão é a cidade carece, dessa maneira, de abordagens diversificadas que possibilitam compreender seus processos no contexto das vivências humanas. Para isso, a análise da cidade de Aracaju, por ela ser um organismo complexo, necessitou de um estudo focado em torno da infraestrutura socioambiental e os usos desta pela população local. O trabalho proposto durante a pesquisa utilizou-se dos dados e análises dos fatos e das informações extraídas no campo empírico e ainda da abordagem conceitual utilizando-se da abordagem epistemológica a partir de temas-chave da pesquisa como: gentrificação, espaços vividos, espaços vazios, urbanismo e outros conceitos abordados no decorrer da tese.

As ciências, individualmente e em conjunto uma com a outra, são responsáveis por explicar questionamentos com base nas análises e interpretações dos fatos que surgem no âmbito da investigação determinada por nós, seres humanos de modo que a análise de fatos

para a elaboração de argumentos a um dado fenômeno fomenta a cientificidade e, portanto, a elaboração de uma tese.

A epistemologia, para Foucault (2012), deve utilizar-se das disciplinas até então existentes para fundamentar as correntes que darão base à ciência que ancora a pesquisa em questão. Pois, a interpretação do conhecimento em bases epistemológicas é fundamental à compreensão dos fenômenos que nos cercam de modo a entender o princípio, para obter o meio para interpretar o que pode vir posteriormente enquanto principais quesitos no tocante a estudos voltados à base epistemológica conceitual.

Taylor (2000) afirma que o conhecimento retrata realidades independentes em cada área e a fundamentação epistemológica desencadeia a compreensão do conhecimento como um todo, o referido autor afirma que:

essa teoria depende por inteiro da filosofia das Formas. Uma vez que cessemos de explicar como são as coisas em termos das espécies que as informam, essa concepção do conhecimento torna-se insustentável, ficando rapidamente quase ininteligível. Grande é a nossa dificuldade de compreendê-la hoje. A visão representacional pode então aparecer com a única alternativa disponível. (TAYLOR, 2000, p. 15-16)

Dessa forma, o conhecimento é vinculado aos fatores internos e externos, o qual possibilita a inserção do que é adquirido às novas análises dos fatos que ocorrem em nossa sociedade. A construção do conhecimento não se dá de modo instantâneo, mas ao longo da história e por meio de sua evolução constante. Harvey afirma que:

A epistemologia procura descobrir os procedimentos e condições que tornam possível o conhecimento. [...] O conhecimento é visto como uma parte da experiência humana e como decorrendo da prática humana; é uma relação interna dentro da sociedade vista como totalidade. A consciência e o conhecimento são produtos de uma situação social. Mas, obter conhecimento é atividade produtiva; é por isso visto como parte daquele processo mais geral pelo qual a sociedade é transformada (HARVEY, 1980, p. 256).

O conhecimento que temos do mundo, às vezes, não é o que acreditamos que seja. É preciso averiguar as ocorrências e os fatos para tomar algumas decisões acerca das possíveis explicações desses acontecimentos. A metodologia científica entra como um quebra-cabeça a fim de desvendar e explicar o que se tem como tese fundamentado em argumentos. Para

Taylor “[...] a confiança que se encontra na base de toda essa operação é a de que a certeza é algo que podemos gerar de nós mesmos, ao ordenar nossos pensamentos da maneira correta – de acordo com vínculos claros e nítidos” (2000, p. 17).

Dessa forma, os fatos históricos determinarão sua evolução, retrocesso ou mesmo o (des)uso de uma dada ciência. Isso é relevante, pois a cada contexto histórico o homem retrocede ou evolui nos diversos fatos sociais aos quais estão inseridos. Corroborando com Harvey (1980, p. 258), podemos afirmar que “[...] a evolução da teoria é vista como diferenciação e reestruturação gradual do conhecimento, a partir da qual emerge uma hierarquia de conceitos que se relacionam entre si de modo particular”. E, ainda que “[...] os conceitos e ideias assim estabelecidos podem, então, se tornar força material na produção. Fazer isso, contudo, requer que os conceitos que existem como meras abstrações sejam traduzidos em prática humana” (HARVEY, 1980, p. 256).

Taylor (2000) defende a ideia de que o pensamento epistemológico é vinculado à liberdade do saber e do querer. O saber enquanto conhecimento necessita do querer enquanto responsabilidade à aquisição e compreensão do conhecimento. Para o autor, a concepção epistemológica é vinculada a três ligações históricas, conforme ilustrado na Figura 7, primeiramente, o sujeito como idealmente desprendido, ou seja, livre e racional; a segunda, que é consequência da anterior, sujeito idealmente pronto afim de assegurar o bem-estar dele e dos outros; e a terceira, consequência das anteriores, dando margens para “[...] uma visão atomista da sociedade como constituída por propósitos individuais ou devendo ser explicada em última análise em termos desses propósitos” (TAYLOR, 2000, p. 19).

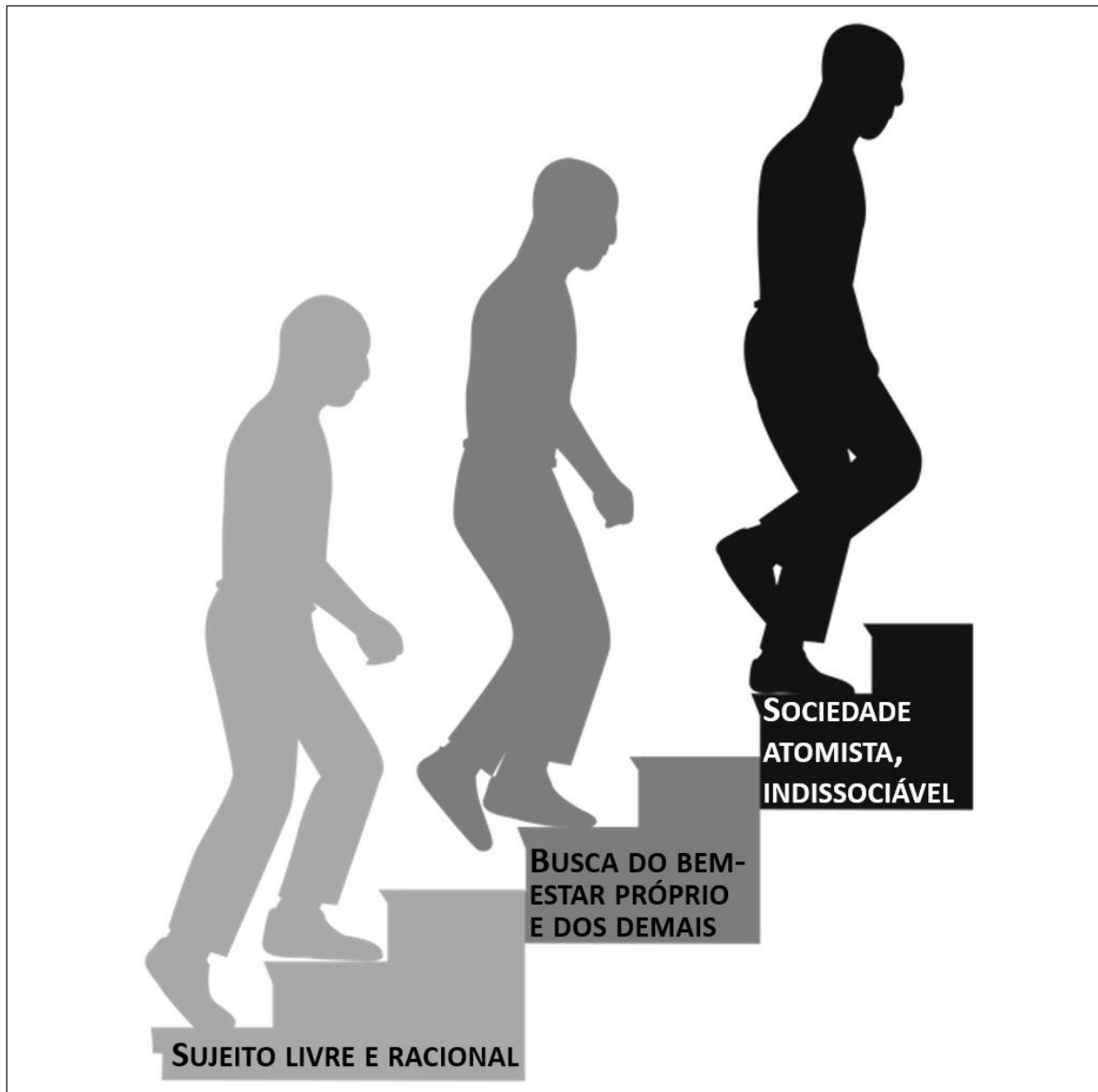


Figura 7. **Concepção epistemológica, segundo Taylor (2000).**

Fonte: Taylor, 2000. (Organizado pelo autor)

A ciência, principalmente a humana e a social, é construída a partir do conhecimento adquirido. O que cada indivíduo vivencia no decorrer do tempo é interpretado a maneira de cada um. A ciência entra como organizador e fundamentador de todo o conhecimento empírico, inclusive o adquirido pelos próprios autores das ciências. Taylor (2000) assinala que:

Cada um de nós tem a compreensão de sua própria cultura, estando ela fincada bem profundamente em nossa vida: não a usamos principalmente para tornar as pessoas inteligíveis em contextos teóricos, mas para compreender nossas próprias motivações e ações, e as de pessoas com quem

nos relacionamos diariamente, e para deliberar acerca delas (TAYLOR, 2000, p. 165).

Neste aspecto, devemos considerar que a compreensão que temos dos fatos pode ser modificada ao longo do tempo. É preciso salientar que o conhecimento é o conjunto de aplicações, argumentos, teses e estratégias que são anexadas ao longo da vida de cada indivíduo, sendo o conhecimento como algo mutável. A busca pelo conhecimento deve ocorrer de maneira consciente a fim de possibilitar uma melhor compreensão do que é estudado em qualquer área das ciências.

Como já abordado inicialmente, para a análise do meio ambiente urbano são necessários instrumentos diferentes e, ao mesmo tempo, que dialoguem entre si. É por isso que, além da abordagem conceitual, é preciso que sejam utilizadas outras técnicas de análise que fomentem a análise do conjunto abordado na pesquisa como a técnica de análise histórica da paisagem.

Lamas, (2004), explicita que há diferentes instrumentos que darão foco a aspectos específicos e necessários a cada análise proposta numa pesquisa, em que:

o meio urbano pode ser objecto de múltiplas leituras, consoante os instrumentos ou esquemas de análise utilizados. No essencial, os instrumentos de análise vão fazer ressaltar os fenómenos [sic] implicados na produção do espaço. As inúmeras significações que se encontram no meio urbano e na arquitectura correspondem aos inúmeros fenómenos que os originam. [...] Só o cruzamento de diferentes leituras e informações poderá explicar um objecto tão complexo como a cidade (LAMAS, 2004, p. 37).

Dentre as possibilidades de análise de paisagem, o uso de imagens traz a possibilidade de considerar a execução de fatores distintos. Na técnica do *Balinese Character*, desenvolvida pelos antropólogos Gregory Bateson e Margaret Mead considera a imagem como um instrumento de leitura que vai além do visual. Em seus diversos modelos de análise busca sequenciar imagens a fim de definir características a serem analisadas. No modelo sequencial da técnica utiliza-se de imagens diferentes que consideram o espaço-tempo como foco de análise onde, segundo Samain (2000), no

modelo sequencial, nosso olhar desliza, de maneira quase cinematográfica, *no tempo e no espaço* das fotografias. Nosso olhar ‘dança’, para assim dizer,

de fotograma para fotograma, recolhendo ao fio desse percurso ou dessa travessia, um conjunto de informações sígnicas que deveria nos levar a uma mensagem. (SAMAIN, 2000, p. 75)

A paisagem serve de objeto de análise no contexto espaço-tempo de modo a servir de discussão ao que representa para a sociedade. A cidade, enquanto paisagem mutável, possui características transitórias relacionadas a espaço-tempo. Numa visão disciplinar, a arquitetura modela a paisagem urbana, em conjunto com a dinâmica social, econômica e geográfica, ao ponto de determinar certas peculiaridades absorvidas ou não pela cultura local. Dessa maneira, Lamas considera que:

Esta posição implica aceitar que a construção do espaço físico passa necessariamente pela arquitetura. Então, a noção de ‘forma urbana’ corresponderia ao meio urbano como arquitetura, ou seja, um conjunto de objectos arquitectónicos ligados entre si por relações espaciais. A arquitetura será assim a chave da interpretação correcta e global da cidade como estrutura espacial (LAMAS, 2004, p. 41).

Assim, a paisagem interligada aos preceitos socioculturais molda o meio ambiente urbano, em que dá suporte aos modos de vida e características peculiares de cada grupo social que a compõe enquanto paisagem urbana se considerar a cidade como múltipla e dimensional, nos setores e espaços distribuídos ao longo da cidade.

O conceito de paisagem tem em si as artimanhas de generalização da análise, já que por si só, ela só tem caráter explicativo a partir daquilo que pode ser visto. Ao somar-se com outros contextos – histórico, por exemplo – poderá servir de objeto de análise mais concreta, já que ela é o material composto pela história de um lugar. Incoerências, entre o que é ou não a paisagem, existem e sobre o que ela significa há um vasto campo de contradições. Bertrand e Bertrand consideram que:

A paisagem é, então, objeto de execuções sumárias: ressurgência da geografia descritiva clássica, visão pseudocientífica de ecologistas delirantes, maquinação tecnocrática destinada a mascarar os “verdadeiros” problemas das sociedades. Manipulações duvidosas, sobretudo por parte daqueles que sempre temem estar atrasados em relação a uma ideia, um conceito... ou uma paisagem. A paisagem é dessa forma esmagada entre excessos de sensatez e de loucura, ou, mais prosaicamente, entre o desprezo e a impostura. (BERTRAND; BERTRAND, 2009, p. 214)

Neste sentido, há uma variedade de interpretações às suas significações. O que é a paisagem? Como ela se formou? Qual o contexto sociocultural a qual pertence? E os fatores econômicos, foram também influência à sua formação? Dezenas são os questionamentos ligados à análise da paisagem. Inseri-la numa significação histórica é uma das possibilidades à sua análise.

A história, nesse contexto, pode dar validade às análises da paisagem que vão desde feitos naturais a contextos sociais. Num apanhado científico Bertrand e Bertrand explicam que a paisagem passou por ápices de importâncias onde:

A escola francesa deixou-se levar, e a despeito de reticências, e até de resistências, por um método de análise fundamental determinista que ela não dominava. O meio natural é então tratado em uma descrição compartimentada que se desenvolve de forma deficitária em relação à problemática social. A geografia humana desvia-se cada vez mais desse tipo de análise ao mesmo tempo equívoca e inútil. Inapta a aprender a paisagem na sua complexidade socioecológica, a geografia clássica nem por isso deixou de trazer algumas contribuições indispensáveis à análise paisagística: as noções de espaço e de escala, a contribuição da geomorfologia e a familiaridade com as ciências histórica e arqueológica. (BERTRAND; BERTRAND, 2009, p. 215)

Bertrand e Bertrand (2009) explicam ainda que as fontes epistemológicas ligadas à análise de paisagem perpassam por diversas ciências, mas foi na geografia que ela se tornou objeto de análise contextualizado a partir de metodologias desenvolvidas por geógrafos soviéticos.

A Técnica de Análise Histórica de Paisagem será, desse modo, utilizada como base para a análise da construção da paisagem por meio da apreciação de fotografias da área proposta no estudo desde a fundação da cidade de Aracaju aos anos 2000 a 2018, época em que várias construções surgiram como infraestrutura socioambiental na cidade de Aracaju/Sergipe, com a assinatura por parte do governo brasileiro e de outras 191 nações da Declaração do Milênio das Nações Unidas e dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) em 8 de setembro de 2000.

A análise da cidade deu-se por frentes de pesquisas a partir da definição dos espaços a serem analisados. Na primeira frente de pesquisa, foram analisados os espaços socioambientais da cidade distribuídos em Orlas, Praças e Parques. A segunda frente se deu por meio da análise de bairros periféricos como: Bugio, Soledade, Japãozinho, Porto D'Antas, Santa Maria, Olaria e outros. Ainda dentro dessa segunda frente de análise, utilizou-se o

percurso de dois canais que se estendem entre a Zona Norte da cidade e a Treze de Julho, onde foi construído o Calçadão Formosa Aracaju, além da análise do projeto de intervenção habitacional ocorrida no Bairro Coroa do Meio, no início deste século.

Neste contexto da pesquisa foi trabalhada, a análise epistemológica, por meio da compreensão dos conceitos e definições, além da análise de dados e paisagem embasadas em técnicas metodológicas qualitativas e quantitativas pré-fixadas na pesquisa. Sendo possível, dessa forma, alcançar os objetivos propostos a fim de viabilizar a confirmação, ou não, da tese de que a distribuição espacial dos equipamentos urbanos de sociabilização com o meio ambiente na cidade de Aracaju privilegia as áreas mais nobres da cidade.

Assim, a análise do estudo sobre o meio ambiente urbano está distribuída em três aspectos distintos: quantitativo – tudo aquilo que pode ser colocado em números: população, densidade, PIB e outros; funcionais – dos usos que cada espaço tem: comercial, lazer, escolas e outros; e qualitativo – análises dos porquês entre os dados capturados e sua funcionalidade para com o meio ambiente urbano sócio ambientalmente.

Em síntese, o percurso metodológico utilizado foi: levantamento bibliométrico sobre a cidade de Aracaju, análise documental e análise de paisagem para a organização e elaboração de conceitos descritos na tese.

5. Apresentação da tese

São apresentados nesta Tese quatro capítulos que discorrem sobre a trajetória teórico-metodológica e empírica, em que no primeiro deles, apresentado até aqui, trouxe as questões dadas a partir da tese e objetivos propostos, o qual foi base para a organização da pesquisa. Posteriormente, foi apresentado a abordagem metodológica a partir da pesquisa em torno do uso da análise da paisagem como recurso metodológico à compreensão do contexto socioambiental, o qual possibilitou uma conjuntura de análise entre o espaço urbano e seus diversos setores, afim de otimizá-los para que sejam tidos como recurso à qualidade de vida urbana. Além disso, o uso da análise bibliométrica amparou o conjunto teórico e conceitual do trabalho para que houvesse fundamentação teórica à análise empírica da cidade de Aracaju.

No segundo capítulo é apresentado o levantamento bibliográfico a partir de publicações clássicas e atuais, em que são debatidos os diversos conceitos teóricos utilizados

nesta tese, para, assim abordar a partir dos principais teóricos a análise da cidade por meio do processo civilizatório e pelo viés interdisciplinar, bem como uma abordagem sobre a dinâmica das cidades desde o desenvolvimento dos seus espaços urbanos e da segregação e setorização dos mesmos no decorrer desse processo.

O capítulo três expõe os estudos de campo realizados na cidade de Aracaju fazendo análises dos recortes espaço-temporais que foram colocados à pesquisa. Nesta parte da tese, a abordagem é dada a partir dos espaços socioambientais da cidade, tais quais: parques, praças, orlas e calçadas, na perspectiva de trazer à tona a necessidade da existência desses espaços nas cidades e uma análise sobre como esses locais são tratados por parte do poder público a partir do poder econômico que a população de cada um deles possui.

Por fim, o capítulo quatro aborda as influências dos espaços, a partir do recorte dado para a construção do capítulo, para assim poder compreender sobre os porquês dos problemas relacionados à expansão urbana de Aracaju, bem como os projetos desenvolvidos pela cidade que fizeram como que a pobreza fosse expulsa/transferida/escondida.

Na sequência, são feitas algumas considerações sobre os resultados obtidos pela tese e, por fim, são apresentadas as referências bibliográficas que ancoraram o referido estudo.



Figura 8: Teleférico do Parque da Cidade. Foto: Jadson J. Santos

CAPÍTULO 2

ABORDAGENS CONCEITUAIS E (RE)VISÃO CIENTÍFICA

CAPÍTULO 2 – ABORDAGENS CONCEITUAIS E (RE)VISÃO CIENTÍFICA

1. O processo civilizatório e o surgimento das cidades: abordagem interdisciplinar

O ser humano, assim como outras espécies animais, possui um ciclo de dependência materna e/ou paterna, do nascimento até a sua maturidade em razão de ser diferente de outras espécies tem a possibilidade/necessidade de se envolver na sociedade e no espaço, antropizado ou natural, em que vive. Por questões evolucionais sua personalidade foi se moldando/enquadrando ao convívio em sociedade ao definir e transformar o meio ambiente na perspectiva socioambiental.

Nessa interação consegue modificar a natureza adaptando e transformando o meio ambiente, conforme adverte Quigley (1961), que o homem é um agente transformador do meio com base nas suas necessidades, seja no desmatamento de uma floresta para o uso da madeira ou mesmo no aterramento de áreas alagadas para a expansão de uma cidade.

À medida em que as sociedades humanas evoluem, o seu habitat é construído seguindo a dinâmica de todo esse processo que ocorre de modo ordenado e ou desordenado. Assim, a cidade é construída pelo próprio homem, enquanto agente construtor e idealizador deste espaço –, é como o rio ou mar é para os peixes, a árvore na floresta é para o macaco e a colmeia é para a abelha de modo que a cidade enquanto *habitat* para o homem é a construção social do meio em que vive.

Dentre os fatores dessa construção, as diversas personalidades individuais, construídas socialmente, são considerados como responsáveis pelas constantes alterações das paisagens destes *habitats*, hoje quase totalmente urbanos em parte do mundo. A cidade é fruto do contexto histórico que envolve o campo, espaço natural e a construção social. O homem como ser modificador utiliza-se deste poder para qualificar os espaços como seu *habitat*.

Para a ecologia, *habitat* é a morada, a cidade hoje é, para o homem, o seu *habitat*, o que antes foi a natureza, posteriormente o campo, agora é uma cidade em que o homem se apropriou como espaço de moradia e tornando-a como espaço de vivência¹. Para Lefebvre

¹ Enfoco, também, que isto não deve ser generalizado, visto que ainda há pessoas usando a natureza e o campo como habitat, mas, em sua maioria, faz da cidade como principal morada.

(2011), o habitar é necessário a todos os seres, segundo a ecologia, isso torna o humano, assim como os outros animais, um ser carente de habitação e, para ele, é a cidade que torna isso possível, sua moradia, seu habitat.

Contudo, nas cidades há resquícios de ambientes naturais que antes serviu de morada para o homem, a exemplo de parques e praças que podem ser colocados como sendo resgate do "natural" para o homem, como práticas de hortas em varandas de apartamentos, em quintais de casas ou jardins como forma de recuperar pequenos hábitos comuns às atividades do campo.

O complexo conjunto de estruturas e infraestruturas dadas por uma cidade à sua população transforma-a num organismo único em sua complexidade. Harvey (1980) considera isto como sendo a imaginação sociológica do indivíduo, em que o homem possui um papel determinante à sua própria ação, transformando cada espaço em seu próprio lugar, por pertencimento a ele.

Essa condição social de reconhecimento do seu lugar retrata o vínculo dado à cidade pelo os que nela residem, tornando-a, deste modo, o seu lugar. Esse vínculo afetivo se intensifica ao passo em que sua população reconhece como sendo um espaço de vivência. Dessa forma, a cidade está em constante modificação para atender aos anseios sociais de acomodações e vivências, em que a natureza e cidade são consideradas como heterogêneas e objeto de análise das ciências. Pois, Santos (2008) considera que o mundo natural apresenta modificações constantes que variam de acordo com as trocas de energias exercidas entre tudo o que faz parte dele, a natureza muda de acordo com essas trocas transformando-se. E a cidade enquanto espaço de vivências coletivas possuem sinergias advindas das necessidades socioambientais.

O homem, indissociável ao meio natural, deve ser inserido no processo de estudo do meio ambiente em razão de que ele sendo um dos principais agentes transformadores da natureza, constituiu peculiaridades ao seu habitat que trouxe comodidades ao seu processo de vivência em sociedade. Dessa forma, o meio ambiente é, para o homem, o indissociável ao natural, ao urbano, ao social, ao histórico e ao ambiental, pois o homem é transformador do seu próprio ambiente, modificando-o e inserindo-se aos seus próprios critérios – determinados por via social.

Neste aspecto, a cidade é considerada como o meio ambiente do homem, tal qual a floresta é considerada *habitat* para os animais. Devemos considerar ainda que a genética não

está relacionada a posição do homem como agente de transformação do seu espaço, outros animais também transformam ou criam espaços para sua moradia e para o homem o meio ambiente urbano, tal qual a floresta é considerada como o meio ambiente natural para os animais e todo o ecossistema.

O homem é colocado como agente transformador de seu próprio meio em que antes o natural era visto, o homem reconfigurou e transformou como seu novo ambiente, como o seu habitat. A configuração desses espaços é visível em diferentes lugares, inclusive, onde consideramos como natureza intocável. Neste aspecto Diegues esclarece que

A noção de mito naturalista, da natureza intocada, do mundo selvagem diz respeito a uma representação simbólica pela qual existiriam áreas naturais intocadas e intocáveis pelo homem, apresentando componentes num estado "puro" até anterior ao aparecimento do homem. Esse mito supõe a incompatibilidade entre as ações de quaisquer grupos humanos e a conservação da natureza. O homem seria, desse modo, um destruidor do mundo natural e, portanto, deveria ser mantido separado das áreas naturais que necessitariam de uma 'proteção total' (DIEGUES, 1994, p. 179).

Sendo de tal modo, o homem, enquanto parte do conjunto de seres pertencentes à natureza e assim indissociável à natureza, Larrère e Larrère (1997), destaca o papel fundamental na formação e conservação/preservação, inclusive de espécies, a partir do manejo adequado ao uso que é dado, por necessidade, pelo homem. Se o homem assim o fizer, a natureza, mesmo que não intocada, pode continuar existindo simultaneamente à sua existência.

O homem transforma os espaços como um animal que possui instintos de sobrevivência, que surge então, um questionamento: Seria o instinto à sobrevivência humana? Santos (2008), esclarece que mesmo quando tudo era meio natural, haviam escolhas feitas pelo homem para atender as suas necessidades: espaços, artifícios, condições climáticas e até mesmo acesso à água e alimentação, atendendo assim, às necessidades de sua vivência e de seus pares.

As cidades, por estarem diretamente ligadas à sociedade, sofrem modificações em sua infraestrutura em velocidade semelhante às modificações que ocorrem nas relações sociais, as quais são concebidas por influência da cultura; pelo arranjo econômico; pela dinâmica arquitetônica e outros advindos da mobilidade social e ambiental. Vale ressaltar que há distinções entre uma cidade e outra, já que cada uma é o espelho das relações particulares –

mesmo no mundo globalizado – que existem em cada comunidade, dada às especificidades que influenciam fatores econômicos, culturais, históricos e outros. Lefebvre (2011) explicita que a cidade é mais que um *habitat*, ela é obra de arte, é a produção e reprodução material do próprio ser humano e de sua capacidade de transformação de seu meio socioambientalmente.

Os individuais – mesmo que dentro de uma coletividade – moldam as paisagens urbanas ao longo do tempo e, se destacam ao deterem o poder para definir essas transformações. Contudo, é possível considerar que a coletividade também molda a construção da cidade, mas esta sem o aval de quem detém o poder de decisão não consegue inserir suas decisões no processo de construção desses espaços. Assim sendo, podemos determinar que os detentores de poder, obtido por processos distintos, sejam históricos, políticos ou econômicos, são aquelas que possuem o comando da situação e definem o que, em que serão construídos e constituídos os diferentes espaços urbanos em detrimento da aniquilação ou manutenção do espaço natural em seu *habitat*.

Neste aspecto, Bauman (2007) afirma que a cidade é moldada de forma líquida em constante movimento de acordo com o que a população da “camada superior” define como prioridade própria, tornando a sua moradia como um espaço delimitado às suas necessidades vinculadas ao resto do mundo. E para “camada inferior” ocorre o oposto, inclusive com cortes às comunicações globais, fazendo com que esses “acreditem” que não há outra possibilidade senão o espaço em que vivem.

Podemos determinar, desta maneira, que é o poder que, ao longo da história, define os destinos das civilizações, umas extintas e destruídas em detrimento de outras ainda mais poderosas. O poder, colocado na sociedade como associação fluida constitui-se a partir de determinados indivíduos como força de transformação social. É como se o poder institucionalizado entre os indivíduos de modo subjetivo “caminhasse junto” com a evolução das civilizações humanas. É como se fosse um fator determinante para realizar modificações no espaço urbano para atender aos interesses sociais e econômicos de uma dada sociedade.

Os homens que detém o poder frente às sociedades são os detentores de todo o processo de construção e modificação do espaço bem como de todas as tomadas de decisões, mesmo que haja outras necessidades, são impulsionados pelo o poder que detém em suas mãos, que tomam as decisões de transformação do habitat da sua própria civilização e atende aos interesses da classe econômica e todo o sistema capitalista.

2. As cidades e o processo civilizatório

A ideia de civilização é o mais abrangente de todas as possíveis aglomerações de pessoas que partilham de uma mesma escrita e de vivências urbana e rural. A civilização, de definição ampla, origina-se de uma sociedade, esta de um grupo. Assim, o grupo, por definição, consiste num aglomerado de pessoas que possuem relações entre si, agregando características próprias, porém, a maior parte das relações de cada indivíduo se faz com os outros de fora do grupo, com por exemplo: grupos de amigos numa sala de aula; grupos de skatistas ou de uma pelada de futebol, o qual possui como característica principal o interesse por algo em comum com os demais. A sociedade, por sua vez, é formada por aglomerações de pessoas que se relacionam quase sempre entre si, dividem um mesmo contexto cultural, econômico, político, religioso e, por que não, ambiental.

Desde a primeira civilização a qual temos conhecimento até a nossa, ocidental, ocorreu pela ascensão de uma que foi se ampliando dada a supressão da outra, mesmo que por determinado tempo elas tenham existido simultaneamente. Assim foi com a Mesopotâmica (6000 – 300 a.C.), primeira de todas, fragmentada em diversos impérios e invadida pelos gregos até o seu fim. E outras, mais recentes, existentes no Novo Mundo desbravado pelos europeus como a Mesoamericana (1000 a.C. – 1500 d.C.) e a Andina (1500 a.C. – 1600 d.C.) exterminadas pelo poderio europeu que já dominavam o uso de armas de fogo, artigo fundamental ao sucesso colonizatório europeu no Novo Mundo. O poder, em suas variadas formas, se mostra peça fundamental na (des)construção das diversas civilizações ao longo da história.

A civilização ocidental é, atualmente, a maior. Fazemos parte dela desde a chegada dos europeus em terras Brasileiras, as quais foram constituídas como sendo as terras americanas que eram habitadas por variados povos e etnias que foram dizimadas ao longo das colonizações europeias. Para Elias (1994), o conceito de civilização possui plurissignificações, todos definidos por características de processos que ocorrem juntamente à evolução das sociedades, além disso depende também de decisões legais, determinadas pelas regras impostas pelo próprio homem em cada época, sobre o que pode ser tratado como “civilizado” ou “incivilizado”. O autor explicita ainda que a hegemonia da civilização

ocidental foi dada a partir do conjunto de todas essas características, colocando-se como superior às demais até então existentes.

Quigley (1961) defende a ideia de que as civilizações passam por três estágios: o de gestação, início do processo de arrumação da sociedade até a configuração enquanto civilização; a expansão, momento em que a nova civilização passa por um processo de conquistas e avanço do seu poder perante as demais civilizações; e o conflito, estágio final, quando em um determinado momento, por fatores como a expansão de uma outra civilização de maior poder, acaba sendo colocado abaixo por esse poderio ainda maior.

No conjunto de evoluções civilizatórias há, dessa forma, a predominância de uma para outra civilização. A que possui maior poder, naquele momento, acaba sobressaindo à outra, extinguindo-a ou, conforme adverte Ribeiro (1968), regredindo-a. Neste aspecto, a regressão civilizatória ocorre a partir da possibilidade de continuação de sua existência, porém, é preciso que haja uma regressão do poderio para que demonstre o respeito à ascensão da outra e, dessa forma, continue existindo simultaneamente.

Este fato é notório em diversos povos americanos que para não serem aniquilados por completo, após a colonização europeia, foram forçados a reduzir sua força e coexistir com o novo e dominante colonizador. Esse procedimento de coexistência leva, mais uma vez, às transformações na cadeia civilizatória, (re)organizando a dinâmica do habitat humano de modo a se tornar um conjunto de cooperação de conhecimentos diversos, pois é um processo em que cada povo colabora com os métodos de transformação do outro.

Ainda nas Américas, outros períodos de transformação sociocultural foi a escravização do índio americano e do negro africano, considerado uma vergonha para a humanidade, e a chegada povos de outros países que também servirem para colonizar espaços e capturar recursos naturais, no caso do Brasil - o pau brasil.

As civilizações podem possuir infinitas existências devido à supremacia de uma sobre a outra, que vão sendo exterminadas pelas ações provocadoras do homem para com a transformação dos espaços a organização das cidades, que surgem de forma espontâneo ou por planejamento, passam então por estágios parecidos com as das civilizações, a saber: primeiro, necessidade de habitação por pessoas em um lugar, o qual passa a crescer de modo (des)ordenado, por meio da expansão da economia local ou por fatores socioculturais e históricos das cidades. Pois, a cidade é fruto do desenvolvimento das civilizações, a qual se

tornou espaço enquanto infraestrutura e forma que conhecemos hoje, com todos seus processos de transformação no decorrer das épocas na história da humanidade.

As cidades, por sua vez, passam por processos de construção e transformação em sua dinâmica a todo momento e com o advento da “Revolução Urbana”, a qual é defendida por Ribeiro (1968), como sendo o desenvolvimento dos processos produtivos, inicialmente na agricultura, na metalurgia em conjunto com o desenvolvimento da escrita, fez com que as cidades (enquanto *habitats* humanos), se transformassem em um celeiro das ramificações das classes sociais, da vida social e, consequentemente, da cultura humana.

Num contexto histórico, as cidades tomaram forma a partir do poder exercido pelos burgueses em que a seus critérios construíam e organizavam as cidades feudais para governar, além dela, também o campo. Sobre isto Harvey (2009) afirma que a criação de grandes cidades as tornou como governadoras do campo, tornando-se o principal espaço de concentração da força de trabalho e dos meios de produção, com a permanência dos poderes políticos e econômicos, enquanto forças hegemônicas frente à zona rural.

O poder de transformação do homem o condiciona como mola propulsora para a execução da vida urbana desde as primeiras civilizações. É como se fosse um grupo de indivíduos vivendo de forma (des)organizada com base em esquemas de lideranças dos que detém o poder. Assim, determina o tipo de abordagem que será dada no desenvolvimento da cidade é tão complexo quanto a própria cidade, enquanto organismo social.

Exemplificando, Lefebvre (2011) destaca que não se pode afirmar que a cidade não possa ser elucidada, estudada e formada por historiadores, economistas, demógrafos e outros profissionais. Cada um deles possui papel fundamental seja referente à execução de sua construção e/ou transformação, seja ao estudo dado pelo passado, presente ou mesmo na elaboração de projetos para o futuro. Cada profissional pode elencar fatores das diversas funcionalidades das cidades afim de estudá-las para possibilitar uma melhor transformação. No nosso caso, a cidade enquanto espaço urbano que se alteram socioambientalmente a partir dos interesses econômicos.

Ao longo de épocas distintas, a visão do que é a cidade ideal se modifica constantemente, além disso, os estudiosos mudam o foco em paralelo às mudanças de percepção sobre o que é a cidade. Lefebvre afirma que desde a filosofia clássica, a cidade enquanto teoria é tida como determinação do habitat ideal, pois, “[...] o tempo e o espaço

urbanos reproduzem na terra a configuração do universo tal como a filosofia descobre” (2011, p. 119).

O ser humano enquanto sociedade sofre modificações ao passo em que as relações vividas entre e por ele se transformam, modificam e/ou alteram. Santos (2008) descreve que as modificações das relações sociais e do processo de trabalho marcam as mudanças no espaço urbano, um processo dado tanto em sua morfologia quanto em suas funções. Assim, as cidades a depender do processo econômico, produtivo, social ou cultural, transforma-se em conjunto com essas modificações afim de atender as necessidades pontuais de cada um desses fatores.

Dessa forma, a ciência ficcional – se assim pudermos denominá-la – se encarrega de tratar do que é o ideal para uma cidade em nosso tempo atual. Ela se encarrega da construção materializada enquanto ficção, como inspiração à realidade da busca pelo ideal de cidade. Para Lefebvre (2011), atualmente se desejamos saber o “ideal” para uma cidade devemos, não mais buscar nas teorias filosóficas, já que as cidades evoluíram e se apresentam como uma nova forma da cidade para o novo contexto social.

A transformação do natural em seu meio ambiente urbano torna o homem como agente de seu próprio espaço, caracterizando-o como transformador em construção de suas vivências espaciais. A constituição da vivência em sociedade (des)organizada tornou o homem cada vez mais capaz de transformar e adequar o natural aos seus critérios de habitat ideal.

As técnicas desenvolvidas pelo homem o tornaram um alquimista da natureza, conforme afirma Santos (2008, p. 235), que “[...] esse meio natural generalizado era utilizado pelo homem sem grandes transformações. As técnicas e o trabalho se casavam com as dádivas da natureza, com a qual se relacionavam sem outra mediação”. Assim, é necessário haver uma harmonia entre o seu espaço e a natureza a fim de possibilitar que ela coexista mantendo a possibilidade de utilizá-la como “[...] continuidade do meio de vida” (2008, p. 236).

A percepção que o homem tem de que é preciso respeitar para usar é vista em sua conexão entre as relações sociais e a natureza, mesmo nos casos em que não há esse respeito. Santos (2008, p. 237) adverte que, a partir do desenvolvimento da técnica, “[...] os objetos técnicos, maquinicos, juntam à razão natural sua própria razão, uma lógica instrumental que desafia as lógicas naturais, criando, nos lugares atingidos, mistos ou híbridos conflitivos”. O referido autor defende ainda que as transformações urbanísticas que vem ocorrendo no campo

é uma visão das modificações que ocorreram no âmbito da cidade onde esta não produz mais pela “[...] ação do trabalho sobre a natureza, mas do trabalho sobre o trabalho” (SANTOS, 2008, p. 255).

Nesta perspectiva, o meio, antes natural, tornou-se, ao homem, ambiente urbano de modo que o trabalho não depende mais somente da disponibilidade do natural, mas, do próprio homem e suas relações sociais. O homem é, então, o agente transformador do seu próprio meio ambiente, consolidando seu habitat às suas necessidades, de modo a possibilitar a existência do modo de vida característico da cidade: o urbanismo.

Para diferenciar o que é de fato a cidade e o urbanismo neste estudo, a fundamentação a respeito das ideias colocadas ao que é urbanismo e o planejamento urbano é discutida por teóricos sociais e arquitetos, respectivamente. Cabe às duas áreas compreenderem o significado de ambos termos para poder considerá-los em seus campos como fundamentais à cidade. Para os cientistas sociais, o urbanismo é interpretado como o modo de vida urbano e o planejamento urbano, para os arquitetos, é tido como a construção harmoniosa da cidade, os dois, de fato, devem se complementar para elencar todas as possibilidades de argumentação do planejamento para o urbanismo, ou seja, o modo de vida deve servir de influência ao planejamento urbano, assim como este influencia o estilo de vivência das pessoas na cidade.

Desse modo, a cidade e o urbanismo são duas categorias heterogêneas e em constante modificação. Elas seguem a evolução das relações humanas e são determinantes para a sua construção. Por ser um organismo em constante modificação e por estar ligado a todos esses processos, cada cidade terá sua própria identidade, vinculada à comunidade que nela reside e a torna cidade. Lefebvre (2011, p. 62) define a “[...] cidade como sendo *projeção da sociedade sobre um local*, isto é, não apenas sobre o lugar sensível como também sobre o plano específico, percebido e concebido pelo pensamento, que determina a cidade e o urbano”.

A cidade, por ter dinâmica heterogênea, necessita de planejamento e gestão que abranjam essa demanda. Assim, o planejar ou gerir são ações que necessitam de estudos interdisciplinares, ou seja, é necessário a interação entre as diversas áreas das ciências com a finalidade de discutir, abordar e analisar todas as possibilidades de soluções e alternativas das necessidades elencadas pelos seus representantes como uma forma para atingir a melhoria da qualidade de vida das pessoas. A cidade é, então, traduzida como obra ou produto, como personificação dos contrapontos colocados nas relações sociais.

A cidade é o organismo que se modifica constantemente, que se agrega e divide as relações de trabalho. É, palco para o exercício histórico-cultural dos seus integrantes bem como objeto de estudo para filósofos e historiadores ao colocá-la no cenário dos fatos e acontecimentos. Entretanto, a ciência geográfica trata do espaço estabelecendo relação com o social, ao buscar as conceitualizações dadas por outras ciências, o espaço é dado apenas pelo espaço, isto é válido em determinados estudos, mas, para o trabalho exposto nesta tese, o espaço tratado dá vínculo às relações exercidas nele e por ele.

O urbanismo, é o modo de vida, é a ideologia do que é o urbano. O urbanismo é as próprias relações que ocorrem na cidade. É, para os antropólogos, a cultura em si de quem vive nas cidades e que exercem nela a cultura urbana em todas as suas facetas. Sobre isso, Lefebvre (2011) argumenta que o urbanismo entra em crise com a entrada do capital como transformador das cidades, vez que este tem como papel principal criar-se a partir da força de trabalho.

Outro ponto importante sobre o que é o urbanismo e a cidade, é a representação cartográfica do espaço. Mapeá-lo carece, além da representação planificada, em que serão colocados os pontos relacionados às relações sociais dadas no referido espaço geográfico. Sobre isto, Harvey (1980) indaga que as pluralidades isofórmicas da cidade possibilita a necessidade de mapeamento de acordo com um plano perceptivo de maneira indutiva, assim, o mapeamento de um lugar pode ser representado de diferentes maneiras, cada uma delas representando um dos diversos contextos que se inserem na cidade podendo ser analisados ou previstos problemas e soluções a serem consideradas.

Nesse processo, a cidade é formada por meio das adições dadas por cada relação social, a saber: a cultura colocará sua marca em espaços públicos; a economia trará uma nova formatação dos edifícios; a história comporá, ao longo do tempo, a organização dos corredores culturais em que as demandas sociais determinarão a localização dos equipamentos urbanos.

O meio ambiente urbano torna-se, desse modo, objeto para construção de estudo interdisciplinar ao passo em que várias categorias de análise são fundamentadas no contexto urbano. A cidade tida como o meio ambiente urbano é fruto do processo epistemológico da construção histórica das relações sociais fundamentada na evolução do pensamento humano por meio de sua constituição enquanto ser sociável.

3. O capital e o poder econômico como aparelho para o (des)envolvimento dos espaços urbanos

O ser humano desde as primeiras civilizações tende a se autoclassificar em grupos – burguesia e campesinato, por exemplo. A cidade é, hoje, espelho dessa característica humana, sendo formada por divisões, setores, espaços diferenciados uns dos outros. Nos últimos anos, o acelerado crescimento das cidades, sobretudo os grandes centros urbanos que devido à forte industrialização e/ou crescimento econômico ligado a outros setores da economia, incham os novos subúrbios a uma maneira em que não se tem controle. Villaça afirma que referindo, “[...] à concentração de uma classe no espaço urbano, a segregação não impede a presença nem o crescimento de outras classes no mesmo espaço” (2001, p. 142).

Neste aspecto, a heterogeneidade da cidade é vinculada à diversos acontecimentos e fatos ao longo do tempo e que a luta de classes, o capital, o trabalho e a cultura, contribui para a formação e espacialização das cidades. Santos (2008) esclarece que a cidade é o palco para o trabalho e o capital, ela atrai os pobres expulsos pela modernização da agricultura campo, possibilitando o enriquecimento da diversidade cultural das cidades por meio da interação entre as novas possibilidades ali encontradas e a necessidade de trabalho, ao entrelaçar interações propositivas para o futuro do que a cidade deve ser.

Com o desenvolvimento da produção industrial – nos séculos XVIII e XIX, pessoas migram para as cidades provocando modificações no modo de vida e, também, na configuração urbana, uma vez que a oferta de trabalho as atraíram e para tanto, Harvey (2009, p. 70), “[...] a proporção da população global, em constante crescimento, que vive em cidades dobrou em trinta anos, criando concentrações espaciais de massas de pessoas numa escala até então considerada inconcebível”. Como consequência desse crescimento acelerado, as cidades passaram a carecer de diferentes infraestruturas no tocante às novas necessidades da sociedade.

Convém ressaltar que nem sempre essas novas demandas são atendidas, fato contestado principalmente devido à falta de priorização de uso dos recursos financeiros. A

cidade e as espacializações dos equipamentos urbanos são administradas pelos detentores do poder econômico² à sua população, isso dado à agregação de valor em espaços mais providos de infraestrutura, dificultando, dessa maneira, a ocupação de classes menos favorecidas economicamente a estes espaços. Corroborando com Villaça sobre a ideia de segregação, essa é entendida como “[...] um processo dialético, em que a segregação de uns provoca, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, a segregação de outros. Segue a mesma dialética do escravo e do senhor” (2001, p. 148).

Neste sentido, planejar acarreta em problemáticas referentes à execução de cada um deles, individualmente. Pois, o planejar ou gerir deve abranger todos os aspectos que envolve a cidade enquanto heterogênea: social, cultural, geográfico, arquitetônico – em suas formas –, infraestrutural, histórico, econômico e antropológico e por que não ambiental.

Na vinculação da análise social, os quesitos infraestruturais (engenharia, arquitetura), como também as questões ambientais, são necessários para que hajam bons resultados dados ao planejamento e, conseqüentemente, à gestão urbanos, além disso, na visão de Souza (2006), há a necessidade de dialogar sobre essas problemáticas impostas pelas constantes modificações das cidades a fim de possibilitar a reflexão do porquê acontece e quais as possibilidades de solubilidades. Souza (2006), defende ainda que a geografia possui trunfos quanto aos estudos dessas soluções, dado pela possibilidade da análise epistemológica do espaço urbano.

As vertentes teóricas ligadas ao planejamento variam de acordo com a época, mas, quase sempre, vinculadas à economia do momento, pois a cidade atual é fruto, dentre outros fatores, da industrialização e da modernização do campo. Foram esses fatores – além dos histórico-culturais e sociogeográficos – que modelaram, organizaram, classificaram e espacializaram as cidades da forma que vemos hoje. A cidade, enquanto produto do capital, é personificação da divisão do trabalho. Assim, o capitalismo³ direciona a organização das cidades e, conseqüentemente, do urbanismo vivido pela grande massa trabalhadora.

² Para Bobbio, *et al* (2000, p. 933), o “[...] Poder designa a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos. Tanto pode ser referida a indivíduos e a grupos humanos como a objetos ou a fenômenos naturais”. E, ainda, “[...] o Poder é, portanto, uma relação entre os homens, devendo acrescentar-se que se trata de uma relação triádica” (2000, p. 934). Desse modo, o poder econômico é caracterizado pela posse de bens econômicos por uma parcela da população em que se utilizam como artifício à imposição de suas vontades em detrimentos de outrem.

³ O advento do capitalismo colocou este processo em evidência, já que, por diferenças sociais colocadas pela divisão do trabalho e, conseqüentemente, pelo acúmulo desigual de capital e pela falta de planejamento por parte da gestão pública, transforma as cidades como palco de desigualdades sociais.

Formada e constituída sob influência do capitalismo, a cidade enquanto objeto é transformada em atrativo ao consumo, uma vez que possui como característica a indução ao acesso aos produtos, sejam eles físicos, culturais ou de lazer, para findar na lucratividade. Apesar de as atividades comerciais fazerem parte da concepção das cidades, Lefebvre (2011), defende que a cidade capitalista é o espelho do consumo dado pelo capital, o adensamento dos comércios nos centros das cidades mostra a nova essência que elas possuem perante ao sistema capitalista: o consumo pelo consumo. Desse modo, o consumo determinará, também, o foco dado aos investimentos para tornar a cidade cada vez mais atrativa, tal qual uma vitrine de loja com decoração impecável.

Ainda segundo Lefebvre (2011), não há dúvidas de que o comportamento da sociedade atual carece dessas modificações urbanas, o sucesso do capitalismo enquanto sistema econômico se dá pelo prazer do consumo e pela possibilidade de criação desses centros para o prazer do consumismo. Em Santos sobre a paisagem da cidade na atualidade, possui características próprias ao seu fim, o centro da cidade é reflexo da tendência do consumismo, a paisagem é transformada para atender essa necessidade, tornando-a como um palco ao teatro do consumo, pois, “[...] a paisagem é, então, o resultado de uma combinação de elementos, cuja dosagem supõe um certo ritmo de evolução e um certo dinamismo” (1965, p. 29).

A contradição colocada entre o aumento da pobreza e a concentração de renda, é um quesito evidenciado em relação à infraestrutura urbana de uma cidade, visto que a detenção do poder econômico também está diretamente vinculada à concentração de renda e, se quem o detém é quem define, às prioridades dos investimentos infraestruturais na cidade e que se encontram vinculados, primeiramente, a seu favor.

E como consequência, os espaços não priorizados pelos detentores de poder são colocados à margem desses investimentos. Harvey (2009) relata que, o capitalismo define os espaços de acordo com a diferenciação entre os trabalhadores e o tipo de produção local, o consumo e produção são os definidores do processo de espacialização das cidades, determinando as divisões de todas as divisões sociais, e “[...] essas divisões não desaparecem automaticamente, sendo ativamente produzidas por meio dos poderes diferenciadores da acumulação do capital e das estruturas de mercado” (HARVEY, 2009, p. 61).

No desenvolvimento do capitalismo, a força de trabalho é utilizada de modo intenso, inclusive, com longas horas de trabalho com a finalidade de sempre aumentar a produção e, consequentemente, o lucro. Para que isso ocorra, diversos fatores são colocados de lado, dentre eles as questões sociais e ambientais. Em contraponto, o que se faz necessário colocar como ponto de vista é que o modo de produção capitalista, como conhecemos hoje, necessita do local para o global.

O Capital Local é resultado dos processos dados por diversos fatores humano, financeiro e social. O Capital Humano é, de acordo com Smith (1996), a necessidade de melhoria nas condições de vida por cada indivíduo envolvido no sistema, cada uma das partes terá sua porcentagem no espaço produtivo transformado em capital financeiro, uns apenas terão a possibilidade de manter-se em sobrevivência, outros acumularão mais capital por possuírem poderes para isto. Assim, o capital local influencia diretamente as possibilidades de realização de cada indivíduo numa sociedade.

Desse modo, a execução do trabalho, caracteriza a necessidade de melhoria nas condições de vida do indivíduo. Em contrapartida, cada indivíduo sempre depende de outro já que, em sociedade, o homem transforma sua força de trabalho em Capital Financeiro, o qual serve como moeda de troca por bens e/ou atividades necessárias à essas melhorias das condições de vida. Para Hilferding (1985), o Capital Financeiro é, o dinheiro em si, aquele colocado pelo sistema bancário como indutor da economia local e global, produzido pela força de trabalho e multiplicado pelo banco em forma de juros o transformando em capital rendoso, sendo investido – com a incidência de juros – pela indústria tornando isso um ciclo lucrativo ao sistema bancário.

Os diversos usos dados ao Capital Financeiro transforma a paisagem e as relações sociais sendo artifícios às modificações da cultura e transformadores do Capital Social que é, segundo Higgins (2005, p 33) “[...] entendido em termos funcionais, isto é, consiste em todos aqueles elementos de uma estrutura social que cumprem a função de servir como recursos para que atores individuais atinjam suas metas e satisfaçam seus interesses”, os quais consistem como primordiais nas diversas atividades de uma sociedade e, consequentemente, ao crescimento urbano das cidades.

No crescimento das cidades, há mutações relacionadas às necessidades que vão surgindo, se adequando, intercalando ao passar do tempo, Lefebvre (2011) destaca que, o crescimento direcionado ao subdesenvolvimento possibilita a projeção de necessidades que

possam vir a surgir, isso é bom para que a cidade possa desenvolver, já que nessa orientação os resultados já vão sendo elaborados a partir de um planejamento adequado.

Como consequência é preciso averiguar as possibilidades que “[...] dependem de um duplo exame: *científico* (projeto e projeção, variantes dos projetos, previsões) e *imaginário* (caso limite: a ficção científica)” (LEFEBVRE, 2011, p. 127). Nem sempre esse duplo exame é levado em consideração por parte da gestão pública, principalmente em países subdesenvolvidos, uma vez que a gestão pública, fica à mercê de uma parcela da população economicamente empoderada já que são, quase sempre os "financiadores" de suas campanhas eleitorais, priorizando interesses e desejos no tocante à infraestrutura urbana.

A impossibilidade – para não dizer: falta de força de vontade – de os gestores e administradores públicos acompanharem o crescimento destas cidades de modo a oferecer uma infraestrutura necessária causa, o que podemos chamar de uma nova demanda urbana ligada às classes operárias que, devido aos baixos salários e/ou aos altos custos de deslocamento para o trabalho, submetem-se à moradias de baixo padrão habitacional⁴.

A discussão acerca das moradias deve ser considerada em relação aos aspectos de infraestrutura das cidades que são visíveis durante o deslocamento nos perímetros urbanos e os acessos necessários para viver na sociedade. Assim, o capital determina mais uma vez o zoneamento dos espaços e sem contestações a esta obviedade, os detentores do poder econômico são também detentores da maior porcentagem do capital. Desse modo, além do poder que já exercem, o domínio do capital – este adquirido, na maioria das vezes, pela detenção de outros poderes: político, por exemplo – determina onde e como farão suas moradias e os espaços de uso comum.

Em relação, a esse debate Harvey (1980) defende que há um fenômeno monopolizador da moradia em que classes que não possuem capital necessário carecem de alugar para poder residir, os proprietários dessas moradias, por sua vez, possuem o poder de centralizar e controlar este mercado que vai desde a oferta e procura, até mesmo em relação à disponibilidade de capital bancário para financiamentos de moradias populares, a depender da proporção do capital retornável, controlado de modo a garantir sempre maior lucratividade.

⁴ Sobre tais moradias, não considero apenas aquelas construídas com materiais alternativos e de baixa durabilidade. Incluo na lista os novos padrões condominiais para populações de baixa renda, com apartamentos de poucos metros quadrados com preços considerados baixos e atrativos para o público alvo, mas que se comparados à empreendimentos de alto padrão, possuem, proporcionalmente, valores mais altos se levarmos em consideração, além da metragem, toda a infraestrutura e equipamentos urbanos localizados nas proximidades desses empreendimentos.

Neste sentido, é possível afirmar que os possuidores de capital definem o espaço para fixação de moradia, enquanto quem não o detém reside nos espaços designados pelo mercado. Países em desenvolvimento são caracterizados pela segregação da população visível a *olhos nus* e que segundo Villaça (2001), há um padrão de segregação brasileira entre o centro e a periferia das grandes cidades onde, no centro, há a ocupação das altas classes devido à localização dos diversos equipamentos urbanos e de melhor infraestrutura, enquanto as periferias, principalmente as mais distantes do centro e do mercado de trabalho, tendem a ser ocupadas pelos mais pobres, pois "[...] o espaço atua como um mecanismo de exclusão" (VILLAÇA, 2001, p. 143).

Dessa forma, a classe trabalhadora se submete a receber/comprar casas populares em virtude do trabalho que tem de modo a alterar os padrões urbanos colocados por essa dinâmica no contexto capitalista de produção: mais trabalho e lucro não significam maiores salários. Desse modo, é possível concordar com Harvey (1980) no momento em que ele defende que há um processo de readequação e relocação dos setores urbanos em que os locais esvaziados, mas próximos às altas classes, são (re)arrumados para atrair os olhares das classes em ascensão, dessa forma as classes mais pobres ficam, mais uma vez, exclusas desses espaços já que passam a ser (re)ocupados, aumentando o valor e tornando inviável para aqueles já excluídos neste processo.

O valor dos espaços, assim como a cidade, é mutável. Há uma oscilação quase sempre positiva nos valores, determinados pelos valores de uso e pelas pessoas. Para Villaça (2001), o valor é determinado pelos usos e por quem os usa, mesmo que todos os espaços sejam frutos da força produtiva, o que vai determinar seu valor vão ser as pessoas que neles podem ser colocadas ou mesmo sobre o valor relacionados à infraestrutura do espaço, quanto maior, mais caro, assim como quanto maior o poder econômico de quem neles irão residir, tornando a localização de acordo com quem a consume como principal valorizador do local.

Considera-se a oferta e a procura para determinar a idealização enquanto produto viável ao capitalismo e, com isso, garantir o retorno em forma de lucro. O mesmo ocorre com as cidades dentro deste sistema em que nem sempre o necessário será idealizado. Para tanto, o "[...] núcleo urbano torna-se, assim, produto de consumo de uma alta qualidade para estrangeiros, turistas, pessoas oriundas da periferia, suburbanos. Sobrevive graças a este duplo papel: lugar de consumo e consumo de lugar" (LEFEBVRE, 2011, p. 20).

Esse processo pode ser considerado pela massa trabalhadora como natural no contexto urbano, onde a cidade cresce, incha e gera problemas. Mas, devemos colocar à frente desse

processo os protagonistas da problematização e, por que não, das possíveis soluções: os detentores do poder econômico. São esses os principais pilotos da construção da cidade, já que por meio desse poder exercido e, conseqüentemente, do capital que possuem acesso, podem determinar o caminho a ser tomado pela cidade.

Vale ressaltar que não estou retirando a massa trabalhadora dessa construção, ela possui, também, poder de transformação urbana – em alguns casos, quando há uma organização conjunta em defesa de algo que dê suporte à melhoria da qualidade de vida, em que reivindica ações diretas aos gestores e administradores, que tomam decisão final para as transformações nos espaços urbanos, os quais são modificados o consumo.

No âmbito do capitalismo, a construção (i)material dos espaços leva em consideração, a possibilidade de agregar valor de troca para o consumo desses espaços, evidenciando a construção da cidade como objeto de consumo e isso se torna essencial para as definições e investimentos que partem dos gestores e administradores públicos. Podemos afirmar então, que “[...] o mundo da mercadoria tem sua lógica imanente, a do dinheiro e do valor de troca generalizado sem limites” (LEFEBVRE, 2011, p. 87). Pois, o desenvolvimento do capitalismo tem mostrado como um dos principais modificadores espaciais.

Os espaços são constituídos em detrimento dos usos diversos e que são influenciados pelo capitalismo, como realça Harvey (2009), ao destacar que o capitalismo determina e transforma os espaços de acordo com as necessidades presentes ao processo de geração do lucro. Transforma a paisagem para atender às necessidades daquele momento e modifica-a à medida em que se (re)inventa para dar continuidade ao seu processo de hegemonia econômica, ao definir as modificações das cidades e de seus espaços.

Vale ressaltar, que a organização dos espaços é dado de maneira temporal, ou seja, um espaço que hoje é organizado e/ou definido para um fim específico pode, ao passar do tempo, ser transformado e utilizado para outros fins diferentes. O espaço-tempo é, então, responsável por transformações, em especial as relacionadas à dinâmica de usos em cada época, estando relacionado à conjuntura do momento: seja econômica, social e cultural.

A análise das contradições espaço-temporais é necessária para o estudo da relação de pertencimento da população com seu próprio espaço. Podemos, dessa forma, denominar esse movimento como o ato de (re)territorializar e ainda, considerar a questão da amplitude de aspectos vinculados à cidade e ao modo de vida urbano com a finalidade de transformar a cidade num espaço de vivência, observando que “[...] a cidade foi um espaço ocupado ao

mesmo tempo pelo trabalho produtivo, pelas obras, pelas festas. Que ela reencontre essa função para além das funções, na sociedade urbana metamorfoseada” (LEFEBVRE, 2011, p. 128).

O consumo imposto pelo sistema capitalista transformou a cidade como uma moeda de troca ou objeto para consumo atrelada às necessidades que o processo de produção capitalista vai impondo para motivar a organização desses espaços. Dito isto, Harvey (2009, p. 86) considera que “[...] o capitalismo está sempre movido pelo ímpeto de acelerar o tempo de giro do capital, apressar o ritmo de circulação do capital e, em consequência, de revolucionar os horizontes temporais do desenvolvimento”, bem como na produção da paisagem urbana na qual para Harvey (2009), o capitalismo se apropria e define como estará construída e (re)constituída em cada momento, a fim de sempre possibilitar a acomodação de seus fins.

A territorialização não é algo que ocorre de forma natural, sua construção depende, dentre outros fatores, de uma conjuntura política e, como afirma Harvey (2009, p. 108), “[...] a territorialização é em última análise resultado de lutas políticas e de decisões políticas tomadas no contexto de condições tecnológicas e político-econômicas determinadas”. Resultado em lutas políticas que segundo Harvey (2009, p. 109), “[...] terá importantes implicações para o modo de as pessoas organizarem sua vida comunitária”. Assim, os espaços urbanos são constituídos de acordo com os desejos da sociedade em cada momento.

Furtado (2014, p. 345) descreve que “[...] o capitalismo constrói um ambiente físico e social de acordo com sua própria imagem, apropriada à sua própria condição em um determinado momento no tempo”. E, ainda, “[...] a história do desenvolvimento urbano é uma história de constantes padronizações e transformações da cidade, que se torna mais rápida e institucionalizada com o advento do capitalismo⁵” (2014, p. 343).

O desenvolvimento⁶, na concepção de Souza (2006), é entendido como mudanças positivas ligadas a fatores socioespaciais. E, ainda, essas mudanças não ficam relacionadas apenas aos desejos dos grupos sociais, é um conjunto de conjecturas que levam a considerar o que é evolução dentro do desenvolvimento pois, na teoria, se desenvolve.

⁵ O sistema capitalista pode ser analisado por várias ciências desde a economia até às humanas como a geografia, sociologia e antropologia que tratam o sistema em todas as suas vertentes fazendo um contraponto com o desenvolvimento das cidades e da vida urbana.

⁶ Há uma polissemia elencada na definição do termo. O desenvolvimento pode estar ligado a diversos fatores, ambos relacionados ao progresso e crescimento de algo: o desenvolvimento físico, psicológico ou intelectual nas pessoas; na música o desenvolvimento ocorre como introdução à letra; e, como apresentado nesta pesquisa, o desenvolvimento é dado a partir de fatores ligados à economia, infraestrutura, sociedade e meio ambiente.

Neste âmbito, é comum articular o desenvolvimento à economia, ao capitalismo e aos produtos de ambos. O desenvolvimento deve ser compreendido como algo além do econômico de modo que devemos inserir as questões socioespaciais para conceitualizar o que é o desenvolvimento. Estudos ligados à cidade devem levar em consideração a dinâmica urbana que a envolve, desde aspectos físicos, aos ambientais e histórico-culturais, como também os socioantropológicos.

Em relação ao aspecto urbano, Furtado (2014, p. 346), denomina de espaço geográfico, ao afirmar que é “[...] um produto histórico, do qual qualquer porção é objeto de relação dentro do sistema de relações que compõem o modo de produção e reprodução capitalista”. Assim, o espaço geográfico é composto por atores e objetos. São eles os determinadores das características que serão dadas ao espaço, pois Santos (2008) defende que, a formação dos espaços se dá pelos objetos e vice-versa, um depende do outro, seu funcionamento e dinâmica depende dessa interação, eles são e se instalam transformando o espaço e este depende daqueles para sua transformação, juntamente com a dinâmica das relações sociais que interagem nos sujeitos/atores nas cidades.

A cidade, como conhecemos hoje, é fruto de diversos fatores históricos, sobretudo, no último século, pela tendência industrial dada ao dinamismo urbano atual. É resultado do processo agrícola, artesanal e comercial em outras épocas. É comum destacar que em cada época, a cidade, possui, como mérito próprio, o acúmulo de riquezas como impulsionador do seu crescimento e desenvolvimento.

Os aglomerados urbanos podem ser definidos como instrumentos para as relações sociais – cada vez mais dinâmicas – e também como palco para que elas ocorram. Porém, nem sempre, esses palcos são os mais viáveis ou necessários⁷. Harvey (1980) afirma que o espaço é dado pela compreensão do fenômeno urbano em interação com as relações sociais, é um conjunto de transformações em cada época que define o que cada cidade se torna e como o espaço é colocado perante às relações exercidas pelas pessoas que neles constituem⁸.

⁷ Se levarmos em consideração o processo em que, segundo Lefebvre (2011), o valor de uso é dado pela cidade enquanto obra, enquanto o valor de troca a considera como mercadoria, a cidade dentro do sistema capitalista da economia atual torna-a como um produto a ser consumido.

⁸ Para Ramos e Koga (2011), os caminhos dados pelo coletivo ou por cada pessoa individualmente é o que irá dar a possibilidade de análise do espaço, na limitação da cartografia, a história pode entrar e solucionar até o seu ponto limite, sendo adicionado a interlocução entre a antropologia e sociologia, para assim ter uma melhor noção do espaço a partir dessas análises de cada uma dessas ciências.

Segundo Harvey (1980, p.5), “[...] o problema da correta conceitualização do espaço é resolvido da prática humana em relação a ele”, ou seja, as relações sociais são as que irão definir os espaços urbanos. São colocadas em prática o que, por definição de cidade, as conjunturas dos espaços vividos, construídos e transformados pelos indivíduos e para eles próprios. Sobre isto, o autor afirma que a compreensão disso tudo se dá pela dinâmica humana no espaço em que “[...] com aparente tranquilidade e perfeição, os mistérios filosóficos profundos relativos à natureza do espaço e às relações entre o processo social e as formas espaciais” (HARVEY, 1980, p. 5).

A cidade é, por isso só, um organismo complexo em constante modificação. A cidade para ser considerada como um espaço consolidado deve passar por profundas modificações para atender às necessidades de quem nela vivem, possibilitando o seu desenvolvimento. As cidades são, em si, diferenciadas umas das outras, a saber: os fatores socioeconômicos e culturais para a sua criação contribuem para determinar cada uma das características que tornam cada cidade como única; uma espécie de impressão digital de modo que paisagem e espaço são distintos e se complementam, pois, a paisagem⁹ é a parte, enquanto o espaço é o todo, determinados pela vivência social no decorrer do tempo.

A cidade como o habitat, como o palco das relações humanas torna-se problema e/ou solução, pois, é organismo multável e heterogêneo que se transforma com base nas relações sociais, econômicas, políticas, religiosas e ambientais simultaneamente. Lefebvre destaca que a cidade (2011, p. 81), “[...] atravessa tantas vicissitudes e metamorfoses, desde seus núcleos arcaicos que seguiram de perto a aldeia, essa forma social admirável, essa obra por excelência das práxis e da civilização se desfaz e se refaz sob nossos olhos”. Espelho das relações sociais, a cidade é, desse modo, o ápice contemporâneo ao que é o espaço para o homem. Ela é o palco do exercício do homem enquanto ser social. Ela é o habitat, a paisagem, o lugar e o território definido para e pelo o homem como seu espaço de vivência, transformando-a e desenvolvendo-a de acordo com suas necessidades.

4. A monetização do meio ambiente nas cidades

⁹ A paisagem, segundo Santos (2008), é construída de modo transversal entre o tempo passado e o presente, determinada pelo resultado no decorrer do tempo. Enquanto o espaço é, construção horizontal, dado sempre pelo presente. E, ainda, “[...] a paisagem é apenas uma abstração, apesar de sua concretude como coisa material. Sua realidade é histórica e lhe advém de sua associação com o espaço social” (SANTOS, 2008, p. 108).

O arranjo dado no modelo de cidade pós-industrial caracterizou esse ambiente em grande parcela do planeta. A cidade apresentada como espaço de moradia e de relações sociais entre as pessoas, é tida também como o espaço para o desenvolvimento do modo capitalista de vivência. Assim, como os centros comerciais construídos para o exercício de compra e venda, fundamental à existência e manutenção do sistema capitalista, o meio ambiente passa também a ser foco de valorização e monetização a partir de sua venda, seja em espaços embrenhados de verde e jardinagem até mesmo pela paisagem vista pela varanda ou janela.

Moreira (2003) conceitua o meio ambiente como um complexo existente a partir da fusão da noção de espaço e território, afirmando que “[...] o meio ambiente é essa complexidade estrutural do espaço territorializado, vista em sua ligação com o paradigma técnico, cujo elo simbólico é o imaginário de relação do homem com a natureza que o acompanha” (MOREIRA, 2003. p. 8).

Cabe ressaltar que a natureza apreciada e conceitualizada como conhecemos hoje, passou por diversas fases de apreciações e modificações ao longo da evolução das sociedades. Em cada momento histórico ela tinha característica, conceito e importâncias diferenciadas a depender do modo de vida das sociedades em cada época. O advento do capitalismo favoreceu à natureza uma nova conceitualização e importância dada, principalmente pela possibilidade de monetização da mesma. Camargo (2005), explica que esse processo é dado por fatores diversos e que:

Esse contexto, que habita o conceito social da natureza e que em sua dialética associou-se ao desenvolvimento do sistema capitalista, garantiu a transformação do ambiente em mercadoria calçado no ideal da maximização do lucro. Por isso, a aceleração competitiva capitalista associou-se diretamente com a ampliação da utilização do meio natural, transformando-o em bem econômico (CAMARGO, 2005. p. 28).

A ideia de que a natureza é renovável faz acreditar, aos que a comercializam, que ela pode ser usada e negociada de modo infinito. Isso traz a ideia de que o natural é uma fonte de lucro a ser usado em diversos aspectos. Camargo (2005) expõe ainda que “[...] essa visão

garante o lucro e a permanência de uma parcela da humanidade, que adquire e consome bens e recursos, embriagada pela ilusão do poder e da ganância” (2005. p. 28).

Em contrapartida, os usos dados aos espaços urbanos diferenciam-se a depender do grau de adensamento de pessoas com poder econômico numa região. As cidades, com mais intensidade em países subdesenvolvidos, possuem diferenciações em relação aos seus espaços. Camargo coloca que “[...] é essa natureza que hoje se associa aos grandes investimentos ou, mesmo, a dinâmicas naturais provenientes de subsistemas externos que se interconectam dialeticamente às atividades humanas” (2005, p. 199).

É comum em áreas periféricas onde, geralmente, há maior concentração da pobreza, a existência de invasões e habitações subnormais caracterizadas por construções sem um grau adequado de qualidade de vida. Essas moradias são inseridas em margens de rios e encostas próximas às matas ciliares, espaços vazios e outros. Assim, a falta de fiscalização apropriada no processo de construção residencial acarreta implicações no tocante à conservação adequada daqueles recursos naturais existentes na cidade.

São vários os quesitos que levam a esses espaços, mesmo com atrativos naturais, a serem desvalorizados economicamente: proximidade de equipamentos urbanos, infraestrutura da região, interesse por parte de quem detém poder econômico e outros. Além disso, como relata Chiarini (2006), o sistema econômico vigente subemprega a maior parte da mão-de-obra, causando desigualdades entre a população, sendo que esses que possuem subempregos pouco podem determinar onde e como será sua moradia. E, ainda, “[...] por essa razão, indivíduos que estão à mercê desse sistema são marginalizados, amontoados em meios urbanos, coagidos a buscar estratégias diversas de sobrevivência a partir de empregos não qualificados, de remuneração baixa, ou emprego informal, sem vínculo ou garantia” (CHIARINI, 2006, p. 9).

Contemporaneamente ao processo de evolução das cidades dado pelo surgimento do sistema capitalista e da industrialização, a mecanização do campo acarretou, também, problemáticas ligadas ao crescimento das cidades e, por conseguinte, a conservação de espaços naturais em comunhão aos espaços urbanizados. Além disso, há um processo de expulsão, por meio da gentrificação de espaços urbanos, de pessoas com baixo poder aquisitivo, gerando problemáticas urbanas relacionadas às invasões anteriormente citadas e, consequentemente, ao surgimento das favelas em cidades. É possível interpolar a essa ideia a análise feita por Moreira (2003), onde ele afirma que o:

crescimento desordenado de cidades de topografia movimentada, como o Rio, de onde a especulação com os melhores terrenos empurra a população para as encostas dos morros e margens dos cursos d'água da cidade, dando origem às favelas, relacionam-se as catástrofes das épocas de chuvas fortes, que desmancham e instabilizam as encostas dos morros e produzem o transbordamento dos rios, desalojando e vitimando com mortes seus habitantes (MOREIRA, 2003. p. 23-24).

Essa produção desordenada do espaço urbano acaba acarretando em problemáticas de (des)valorização dos espaços, pois aumentam seu valor comercial ao observar construções conjuntas entre moradias e infraestrutura em contrapartida, as que não são construídas conjuntamente à infraestrutura perdem valor. A aglomeração de habitações subnormais geradas por essa última possibilidade acarreta no surgimento e crescimento incontrolável de favelas. Abiko e Coelho (2009), consideram que além do que já foi argumentado, o processo de favelização também ocorre por fatores como o aumento da pobreza gerado pelo desemprego. Eles também relatam que:

Uma marca nas favelas são as situações de insalubridade, riscos estruturais, geológicos e de inundações, além de indicadores desfavoráveis associados à vulnerabilidade social, cujos exemplos são saúde, educação, violência, trabalho e renda. Essas circunstâncias de degradação aliadas à imagem da favela da forma como é mostrada pela mídia, fazem com que exista certo mito apresentando-a como um lugar somente habitado por traficantes e outros marginais, mendigos e desocupados (ABIKO; COELHO, 2009. p. 16).

A partir desse olhar dado pelo senso comum, áreas favelizadas acabam perdendo o valor comercial inerente ao setor privado e o amparo infraestrutural por parte do poder público, desencadeando toda essa série de problemas. Podemos analisar esse contexto onde em favelas, mesmo com a vista de uma paisagem natural intocável ou proximidade de um rio ou área arborizada, não possuem o mesmo valor de outros espaços urbanos vendidos a alto preços por possuírem ou terem sido construídos espaços com essas características. Essa desvalorização comercial por vias locais acaba gerando a formação de um mercado paralelo de venda de lotes irregulares, como é demonstrado por Abiko e Coelho (2009), ocasionado:

pela venda massificada, em curto espaço de tempo e para ocupação imediata, de pequenos ‘lotes’ por pessoas que nem sequer são donas do imóvel. Existem ainda inúmeros casos em que as ocupações são fomentadas por motivações políticas, seja de caráter ideológico, com argumentos como o da universalização do direito de acesso à terra urbana, seja por proveito meramente eleitoral, visando promover políticos, candidatos e demais lideranças envolvidas (ABIKO; COELHO, 2009, p. 16-17).

É possível determinar que, a partir dessa análise, a pobreza pode ser considerada como algo gerado por um sistema em que o capital determina o poder que cada um possui. A concentração de capital em poucas mãos agrava a condição de crescimento desenfreado de espaços pobres e favelizados. Em contrapartida, o mesmo ocorre com os espaços nobres, só que relacionado ao desenvolvimento destes em relação aos favelizados. Chiariri (2006) considera que:

A contradição entre cidade e meio-ambiente pode ser consequência de um padrão de crescimento que gera contraposições e *trade-offs*¹⁰, desconsiderando as interações entre cidades e meio-ambiente e muitas vezes desconsiderando até mesmo o cálculo ambiental envolvido (CHIARIRI, 2006, p. 10-11).

O peso do valor dado ao meio ambiente em cada espaço, de diferentes poderes econômicos envolvidos, é desigual em cada local da cidade. É necessário colocar em questão que é realmente o poder econômico que determina o grau de investimento e de valor de cada espaço urbano e, conseqüentemente, o grau de monetização, também, do meio ambiente contido na cidade. Silva e Vargas (2010) trazem a este olhar a cidade enquanto entrópica devido ao fato de ser desordenada enquanto sistema e afirmam que:

A cidade, universo complexo e contraditório, é um lugar de contrastes extremos: de oportunidades, especialização, cooperação, desenvolvimento tecnológico, comunicação, e de violência, pobreza, sujeira e desespero. Lugar de consumo, luzes, brilho, encontro e acesso à saúde, e de abandono, medo, violência e doenças. (SILVA; VARGAS, 2010. p. 2)

¹⁰ *Trade-off* é um termo utilizado por economistas para caracterizar os conflitos e custos que são envolvidos num processo de escolhas em momentos de escassez econômica.

A cidade é, assim, complexa em todos os aspectos: ora valorizada pela presença do ambiente natural, ora desvalorizada pela ausência de poder econômico de quem ali reside. Além disso, o mercado impõe situações de diferenciações quase irreversíveis à cidade, até que seja possível agregar valor a partir de situações pontuais que possam vir a surgir. Por isso, é possível corroborar com Camargo ao defender que “[...] o capitalismo torna-se, assim, refém de seu próprio panóptico, de sua cela, de sua prisão, pois se garante na possibilidade da previsibilidade como elemento crucial e teórico em suas análises e planejamentos positivistas” (2005. p. 112).

Os espaços urbanos vão, assim, sendo definidos e organizados à mercê do poder econômico, o qual vem determinar a estrutura de cada um desses espaços. Enquanto isso, o meio ambiente torna-se favorável à agregação de valor a depender do que o mercado considere como necessário para cada espaço. Podemos determinar, então, que não basta a inserção ou existência de espaços ambientais na cidade para gerar monetização.

É necessário que haja interesse por parte dos detentores de poder econômico em relação ao conjunto daquilo que é ofertado, originando um conjunto de satisfações, aos abastados, e de privações aos demais. Como afirma Chiarini ao destacar que:

tais privações acabam por influenciar as capacitações dos moradores, uma vez que eles vivem com pouca qualidade dentro dos domicílios, muitas vezes sujeitos a doenças relacionadas a saneamento básico e contaminação da água e lixo. Não é de se surpreender que a maioria de tais domicílios são de pessoas pobres (CHIARINI, 2006, p. 19).

A cidade deve passar a ser considerada como um sistema harmônico entre a qualidade de vida urbana e as condições de conservação dos bens naturais nela existentes ou inseridos. É preciso que o modelo urbano se adeque à medida em que há a necessidade de uma conjuntura igualitária entre todos que ali vivem e em relação, também, com os ambientes naturais. Isso deve ser refletido além do valor de monetização desses espaços, deve ser pensando como um conjunto sustentável entre o residir, de modo literal, e o habitar, que vai além de somente ter uma moradia: seria o conjunto agregado de possibilidades harmônicas entre o natural e o urbano, possibilitando uma adequada qualidade de vida.

A cidade deve tomar um viés democrático em relação à constituição de seus espaços. Ela deve propiciar a todos e à própria natureza a possibilidade de vivência de uma qualidade de vida adequada com o acesso a todos os componentes necessários à vida urbana, que vão além dos mantidos pela rotina de trabalho. Deve ser pensada, propriamente, também para o lazer, para uma boa qualidade do ar, clima mais ameno, água potável e saneamento básico, dentre outros.

A velocidade notada pelas alterações e modificações, que ocorrem nesses organismos urbanos, é necessária à evolução dos seres humanos. Em contrapartida, ela deve ser adequada também às possibilidades de ordem entre o que é construído e o que é natural, para que não haja uma ruptura do equilíbrio necessário à existência dos mesmos.

5. A setorização e segregação nas cidades

O arranjo das cidades, enquanto sociedade, depende das forças de poderes envolvidas na sua composição. Apesar de existirem demandas sociais que carecem de aplicações organizacionais para sua constituição, são os detentores de poder – administradores e gestores públicos, políticos, empresários etc. – que tomam rédeas e decidem o que, quando e como serão organizados os espaços de vivências comunitárias que, em alguns casos, não trazem os aparatos necessários e, desse modo, tornam-se espaços vazios¹¹, sem a vivência necessária à comunidade local.

A industrialização, foi um dos setores principais ligados à urbanização mundial, em seu processo de avanço e modernização é hoje, também, um dos setores que reestrutura as cidades e dá uma nova reconfiguração, pois, a descentralização dos polos e distritos industriais está provocando o esvaziamento desses distritos, provocando mudanças na configuração de novos usos a esses espaços.

¹¹ Derivado de *vacivum*, em latim, a matemática define o vazio quando, em um conjunto, não se comportam elementos. Para a astronomia (DAMINELI; STEINER, 2010), o vazio é a definição dos espaços entre os filamentos do Universo que possui nenhuma ou poucas galáxias. Neste estudo, o vazio é dado ao processo de desuso de espaços com finalidades diferentes das que elas foram designadas, tornando-os vazios e sem utilidade – por um período – para a organização urbana.

Zoloni (2007) coloca que, o processo de globalização e de transformação da divisão de trabalho torna a indústria um campo multinacionalizado no processo de mutação das cidades, ela hoje modifica-se de acordo com suas necessidades perante a este mercado, não sendo mais necessário permanecer em determinados locais, sendo possível ter instalações sazonais a depender de suas necessidades. Essa sazonalidade transforma espaços antes ocupados, em esvaziados nas cidades onde antes funcionavam, possibilitando a existência da especulação imobiliária, encarecendo determinados espaços a depender dos usos previstos pela construção civil.

A valorização de espaços urbanos gera descompassos ao desenvolvimento social numa cidade. Pois, o valor agregado pelo conjunto de equipamentos urbanos condiciona as parcelas distintas da população a serem setorizadas, segregadas uma vez que o valor dado ao espaço vazio determinará em qual contexto e/ou condição social estarão inseridas as pessoas que ali utilizarão como habitat o espaço vazio.

Os usos que serão dados aos espaços vazios, são difíceis de serem pré-determinados, mas quanto aos quesitos: localização, equipamentos urbanos, infraestrutura entre outros estão vinculados aos critérios do mercado. Villaça descreve que “[...] a valorização de um terreno vago é acréscimo de valor resultante da produção da cidade e na cidade. Terreno vago não gera renda diferencial. A localização, ou a ‘terra-localização’, tem valor; seu preço, portanto, é a expressão monetária desse valor” (2001, p. 78).

A especulação imobiliária e os usos dados aos espaços das cidades provocam a diferenciação entre um e outro em relação ao acréscimo do preço que aumenta as margens de lucros dos empreendimentos que causam o esvaziamento de partes do espaço urbano, provocando um processo de segregação¹² em setores das cidades.

Neste aspecto, a ação do homem determina as formas de espacialização na cidade bem como as variações de técnicas e da relação social que fundamenta o agrupamento dos diversos espaços, considerando cada uma de suas funções e de seus atores que as determinam, pois é fruto transitório e multável das relações sociais, a cidade coloca-se como palco do exercício de territorialidades, de poderes, de lazes e de consumo.

¹² Do latim *segregatio*, segregação significa o ato de separar, distinguir, isolar, afastar. A genética (BURNS; BOTTINO, 1991) define segregação como o processo de meiose no momento de separação dos cromossomos homólogos. Para a geologia (TEIXEIRA *et al*, 2009), segregação é a diferenciação do magma durante seu resfriamento devido à acumulação irregular de elementos. Enquanto, para as ciências humanas e sociais, usada nesta pesquisa, a segregação está encadeada ao processo de separação de classes sociais.

Ramos e Koga (2001, p. 251) coloca ainda que “[...] a cidade é, em última instância, experiência espacial que se coloca eloquentemente ao nosso olhar, espaço constituído como produto social sobre o qual o urbanista se debruça em seu ofício de projeção”, o qual depende de um planejamento quanto a sua infraestrutura socioambiental.

Souza (2006) enfatiza que é preciso haver um planejamento urbano em todas as áreas da cidade; é preciso prever por meio do uso de técnicas¹³, planejar, desenvolver modo singulares para possibilitar qualidade de vida para as pessoas que nela residem. E, ainda, “[...] o espaço urbano reúne áreas com os mais diversos conteúdos técnicos e socioeconômicos. [...] A paisagem urbana reúne e associa pedaços de tempo materializados de forma diversa, autorizando comportamentos econômicos e sociais diversos” (SANTOS, 2008, p. 308) e também ambientais.

O mundo passou pelo processo denominado globalização em que o todo é visto por meio das telecomunicações como: internet, imagens ou satélites. Essa dinâmica levou a alterações em algumas relações sociais antes diferentes e hoje funcionando com algumas outras entonações, a exemplo de: comunicação entre pessoas que residem em locais distantes; elaboração de rede de contatos profissionais; sistema educacional e outros.

Os conceitos de planejamento e gestão possuem significados aparentemente semelhantes e, ao mesmo tempo, diferentes na sua base ideológica. Há algum tempo os modos de como são feitos os planejamentos vêm sendo criticados por diversos teóricos por serem constituídos em relação ao que pode acontecer, ou seja, de certo modo, uma previsão – quase sempre imprecisa – do futuro. O conceito de gestão é vinculado à administração, no tempo presente, dos recursos a serem utilizados em serviços e/ou equipamentos materiais. Em suma, na visão de Souza, o planejamento deve ser colocado como um processo permanente, uma gestão planeja para a outra e, assim, cada uma vai fazendo o seu papel de contribuição para a melhoria dos espaços urbanos. Assim, “[...] longe de serem concorrentes ou intercambiáveis, planejamento e gestão são *distintos e complementares*” (SOUZA, 2006, p. 46).

A cidade como um organismo em constante modificação, em que é cogitado como necessário um melhoramento na sua paisagem com base no atendimento das normas vigentes quanto ao saneamento básico, desmatamentos, espaços urbanos desocupados e áreas

¹³ As técnicas são em conjunto ao aspecto temporal os que constituirão as paisagens urbanas sendo, também, mutáveis ao longo das modificações que ocorrem no modo de vida urbano.

geralmente apaziguadora de "bem-estar" como por exemplos condomínios as margens de rios, lagos e praia ou ainda próximo à áreas verdes.

A previsão em relação às modificações urbanas deve ser abordada a partir das possibilidades de ocorrência e fatos que podem, ou não, acontecer. Assim, o planejamento com base na gestão de uma cidade, devem ser considerados os usos do capital público na execução de serviços e/ou equipamentos urbanos necessários à população. Para Souza (2006, p. 48) “[...] construir cenários significa (ou deveria significar) apenas simular desdobramentos, sem a preocupação de quantificar probabilidades e sem se restringir a identificar um único desdobramento esperado, tido como mais plausível”.

O planejamento são, então, as possibilidades colocadas a curto ou a longo prazo de acontecimentos. É o elencamento de possíveis acontecimentos com as possíveis abordagens dadas à gestão futura daquelas suposições que podem vir a se concretizarem. Corroborando com Souza (2006), devido ao histórico das relações urbanas, é preciso planejar dando abertura às mudanças e imprevistos que podem acontecer, isso só é possível ao dar abertura também para o não-razional e, dessa forma, flexibilizando o planejamento para atender as necessidades que vão surgindo, particularmente em relação às questões ambientais que são imprevisíveis frente a ação humana.

Nesta perspectiva, o gestor que planeja as possíveis mudanças de uma cidade deve compreender que as necessidades são infinitas e variam de acordo com cada espaço de vivência. Mesmo as necessidades básicas de uma população são diferentes em cada espaço-tempo. Ela pode ser desde a necessidade à moradia até mesmo a necessidade ao lazer comunitário. Tudo vai depender do que e de como é considerada tal necessidade pelo indivíduo e/ou comunidade.

O modo de pensar individual é um muro a ser escalado para que uma sociedade se torne justa e atenda à demandas e necessidades colocadas pelas pessoas que ali vivem bem como da coletividade. Com isso, é possível, ainda, afirmar que além das necessidades locais, temporal e cultural é preciso que seja pensado o global sem desconsiderar o local conforme demonstrado na Figura 9.



Figura 9. **Espaços e prioridades: destinação do capital.**

Fonte: organizado pelo autor.

O modo capitalista de formação da sociedade torna cada vez mais conflituosa a relação entre o capital e o trabalho. Essa dualidade nem sempre é respeitada tendo em vista o sistema que envolve o homem, a natureza, a técnica e o capital. Segundo Santos (2008), à medida que há ampliação da divisão de trabalho, há também o aumento da necessidade de expandir tudo isso a partir de novos lugares, novos profissionais e pela inserção de novas empresas nesse contexto. E, “[...] na medida em que se multiplicam as interdependências e cresce o número de atores envolvidos no processo, podemos dizer que não se alarga a dimensão dos contextos como aumenta a sua espessura” (SANTOS, 2008, p. 254).

O rumo de uma cidade se dá baseado em sua história e na construção de um futuro imprevisto. São as medidas tomadas no presente que formarão a história do futuro. Esse jogo temporal coloca a responsabilidade, de quem determina como a cidade continuará se transformando, em nível alto, já que no aspecto temporal o que determina o passado e/ou o futuro são as decisões tomadas no presente.

A cidade, como sendo dinâmica na escala de um organismo mutável carece de uma gestão do que é planejado – ou ao menos deveria. Contudo, devido ao aspecto da política não dar continuidade ao planejado (Plano Diretor) criam-se outros mecanismos como ideia do imediatismo, do que deve ser publicado construído e, com isso, o planejamento perde espaço na administração pública, cabendo apenas à gestão anterior o protagonismo dos usos do que é público no momento, sempre no presente.

Numa ilustração desta problemática, Harvey (2009) referencia a cidade de Baltimore, no estado de Maryland, Estados Unidos, caracterizando-a no processo de metropolização ocorrido a tantas outras cidades do mundo. Harvey (2009) afirma, então, que os problemas de concentração geográfica nela foram modificando-se ao passar do tempo, a riqueza caminha junto com o tempo e os espaços, se transformando e se transferindo de um lugar para outro. Dessa forma, “[...] as disparidades geográficas em termos e espaço e riqueza e de poder aumentam, dando à cidade o perfil de um universo metropolitano de crônico desenvolvimento geográfico desigual” (HARVEY, 2009, p. 201).

Esse movimento urbano, em Baltimore, comandado basicamente pelo poder econômico exercido por quem o detém, afasta, absorve, atrai, investe e/ou expulsa a pobreza de áreas das cidades à medida em que criam critérios de seus próprios argumentos dados às suas necessidades. Onde hoje é um espaço gentrificado¹⁴, a depender dos interesses do poder, pode deixar de ser com o passar do tempo que, como dito, tudo dependerá sempre de quem detém o poder. E, corroborando com Harvey (2009), quem tem o poder econômico possui a liberdade de escolha sobre o que consumir, inclusive o espaço para moradia, enquanto para os demais, pobres, restam apenas os usos do que é coletivo, desde o transporte ao próprio espaço de moradia e vivência, assim, “[...] nós, o povo, não temos o direito de escolher o tipo de cidade que vamos habitar” (HARVEY, 2009, p. 205).

Desse modo, percebemos que todo o movimento urbanístico traz à tona a alusão aos modelos de cidades pequenas compostas por uma estrutura que favorece as relações sociais entre seus moradores. A cidade, ao crescer, passa a não mais atender a esses anseios sociais de

¹⁴ O conceito de gentrificação é uma tradução à *gentrification*, utilizada para conceitualizar a reestruturação dos espaços urbanos. Derivado de *gentry* (inglês), advindo de *gentrise*, em francês, pode ser traduzido como algo que é nobre ou, em tradução direta, gentil, era usada para denominar as pessoas das altas classes sociais. Foi usada pela primeira vez por Ruth Glass (1912-1990) em 1964 com a obra intitulada “*London: aspects of changes*”, onde, por meio da análise da reestruturação das vizinhanças de bairros londrinos ricos, definiu o termo como o ato de modificar o espaço pobre a fim de dar suporte às classes altas, um ato, de certo modo, segregatório. Posteriormente, o termo vem sendo agregado aos estudos sociais, em arquitetura e, também, dos processos espaciais urbanos, estes, encabeçados pela leitura geográfica, principalmente por Neil Smith (1954-2012).

relações próximas entre pessoas, mesmo que a cidade grande traga a possibilidade de mais liberdade. O problema urbano acarreta além da infraestrutura, a segurança pública, a educação, a saúde e outros que são acrescidos por conflitos e vulnerabilidades em espaços que carecem de atenção aos investimentos públicos na tentativa de sanar as necessidades relacionadas aos equipamentos urbanos.

Os espaços são (des)valorizados a critérios do capital, como descreve Santos (2008, p. 254) que “[...] ao longo da história, passamos de uma autonomia relativa entre subespaços a uma interdependência crescente; de uma interação local entre sociedade regional e natureza a uma espécie de socialização capitalista territorialmente ampliada”. Com isso, no tocante à organização dos espaços comuns das cidades, ainda depende, de decisões tomadas sobre como e onde serão construídos.

Para Harvey (1980), as tomadas de decisão sobre a infraestrutura urbana são tomadas por pequenos grupos majoritários, eles decidem sobre o que é preciso e necessário, a seu critério, ser feito no espaço urbano, decidem, então, pelo planejamento urbano de toda a cidade. Dessa maneira, podemos perceber que as “[...] subculturas influentes dentro da cultura urbana estão padronizando situações de estímulos (visual, cinestético, social etc.) – em diferentes partes da área urbanizada – que gerarão, provavelmente, disparidades culturais bastante fortes” (HARVEY, 1980, p. 69).

As instituições urbanas – leia-se aqui todos os que compõem o modo capitalista: indústria, bancos, comércio e outros que fazem parte sistemas econômicos – compõem, juntamente com os gestores, a base decisória sobre como ocorrerão as transformações infraestruturais, acarretando dano ou não ao ambiente para fins do “novo urbanismo”. Neste aspecto, Harvey (2009) lança como proposta da participação da comunidade para sanar a problemática para tomadas de decisões em parceria com as instituições e a comunidade tomará decisões para a nova configuração de vizinhança.

Os novos anseios urbanísticos remetem à necessidade das cidades, voltarem a ter a dinâmica observada em cidades pequenas em que as pessoas realmente transformam o seu lugar em um espaço de vivência. Isso não quer dizer que a solução seja limitar o tamanho das cidades, mas sim considerar a dinâmica de vivência que há naquelas cidades em que a dinâmica social é mais próxima entre as pessoas. Cabe aqui reafirmar, que não basta apenas construir, é preciso que haja o envolvimento social para dar forma, e a funcionalidade aos espaços. Ainda assim, Harvey adverte que (2009), há uma utopia direcionada a esse novo urbanismo, algo quase que (in)concreto no tocante à sua realização já que é preciso haver

transformações nas relações socioculturais. Pois, “[...] tudo isso ocorre porque o ‘novo urbanismo’ tem de enquadrar seus projetos, caso pretenda tomar forma concreta, num conjunto restritivo de processos sociais” (2009, p. 225),

Usando como metáfora a ideia de que todos somos transformadores de espaços tal qual são os arquitetos. Nós, seres humanos, usamo-nos de artifícios para modificar o espaço de tal modo a atender às nossas necessidades. Harvey argumenta que “[...] na qualidade de habilidosos arquitetos inclinados à rebeldia, temos de pensar estratégica e taticamente acerca do mudar e de onde mudar, sobre como mudar.

Contudo, o poder das decisões fica ainda mais forte pois, o povo, não mais possui vínculos de vizinhança e de pertencimento em determinados espaços e que segundo as normas da nossa sociedade essas deveriam ser exercidas ali: conversas, discussões, alegrias, contato, troca de ideias e tantas outras. Assim, as modificações de determinados espaços a priori deveriam surgir desse contexto diário nas relações sociais numa ideia de comunitarismo. O que deveria ser de uso comum à comunidade.

É preciso evidenciar a cidade e o urbano como um conjunto para torná-los como espaços de vivência a todos e que segundo Lefebvre, o modo de vida urbana, tratada pelo urbanismo, “[...] só pode ser concebido enquanto implicação prática de uma teoria completa da cidade e do urbano, que supera as cisões e separações atuais” (2011, p. 111). E que o valor de uso de um espaço vazio se modifica ao passo em que o mesmo se torna construído tendo seu ápice ao tornar-se um espaço de vivência.

As definições para transformar um espaço vazio em um espaço de vivência, serão determinadas pelas infinitas necessidades das comunidades que farão uso dos espaços e que seu valor terá seu ápice somente quando for considerado pelos usuários como um espaço de vivência. O espaço vivido é um complexo apanhado individual e, ao mesmo tempo, coletivo das alegrias e usos dos artifícios existentes e isso é o que dá ao espaço a característica da vivência pelos indivíduos em todas as suas relações sociais.

O comportamento social do homem é tão mutável quanto seus habitats escolhidos no decorrer da história, pois houveram épocas em que a vida nômade fazia parte do dia-a-dia do ser humano, passando por épocas em que o campo era a sua principal escolha e, em outros momentos, a cidade torna-se a casa do homem – e todos os casos citados podem ocorrer simultaneamente. A título de exemplificação, se uma dada comunidade possuía um espaço

vazio de domínio público adquire durante o processo uma prioridade em relação ao acesso à saúde, a construção de um hospital que sanaria esta necessidade.

Assim, o espaço vazio, após a sua construção, torna-se um espaço de vivência com valor de uso à comunidade. Sobre este aspecto Harvey (1980) argumenta que “[...] os valores de uso refletem num misto de necessidade e reivindicações sociais, idiossincrasias, hábitos culturais, estilos de vida e similares, que, deve dizer-se, não são arbitrariamente estabelecidos pela ‘pura’ soberania do consumidor” (1980, p. 137). Para o autor, o valor de uso é colocado fora do contexto político-econômico, causando, dessa maneira a problemática da individualização dos usos dados pelo espaço urbano, não atendendo a questão da coletividade.

A cidade é, dessa maneira, o conjunto que existe entre as relações, as demandas e as necessidades sociais juntamente ao capital e ao poder exercido por quem o detém. São esses fatores que diferenciam uma cidade da outra, pois em cada uma há atores com relações e necessidades diferentes uns dos outros. E ainda, a cidade, sendo um conjunto em harmonia, possibilita a (des)evolução dos valores do modo de vida urbano, se constituindo como um aparato à construção antropológica e social de todos os atores envolvidos – com a cidade.

E para complementar Lefebvre adverte que há uma (2011, p. 113) “[...] estratégia urbana baseada na ciência da cidade tem necessidade de um suporte social e de forças políticas para se tornar atuante”. A cidade é, portanto, um objeto de estudo importante para a compreensão e entendimento de distintas relações sociais. De acordo com Harvey, “[...] o estudo do urbanismo pode, por isso, contribuir significativamente para nossa compreensão das relações sociais na base econômica da sociedade, assim como para nossa compreensão dos outros elementos políticos e ideológicos na superestrutura” (1980, p. 175), de modo que a cidade é um organismo composto por dois formadores: comunidade e gestores em que cada um exerce papéis na construção da cidade e do modo de vida urbano, conforme ilustrado na Figura 10.

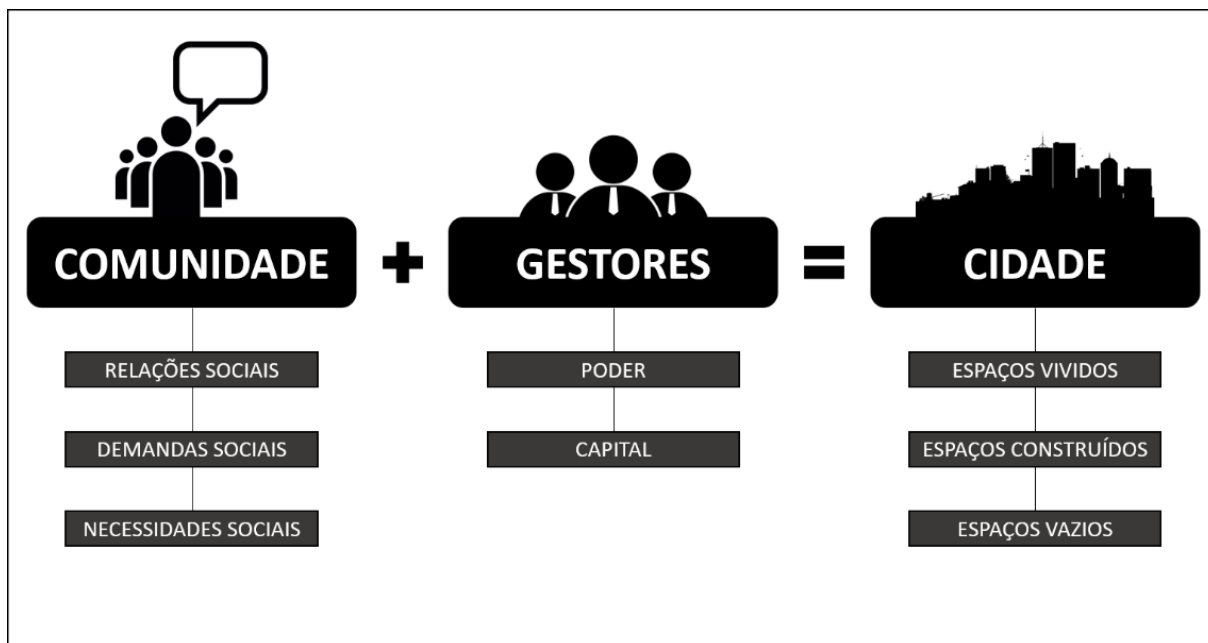


Figura 10. **Formadores da cidade.** (Organizado pelo autor)

A apropriação dos espaços pelos agentes formadores da cidade segrega, dilui, une e tornam homogêneos os aspectos que constam para que o urbano tenha significado para a cidade. São esses agentes – cultural, capital, infraestrutural, político-social, histórico, geográfico e ambiental que tornam a cidade como espaço de vivência à sua população. Os modos de vida diversos e que se dinamizam são essenciais à cidade e, em particular, ao urbanismo. Neste sentido, Lefebvre (2011, p. 101-102) afirma que “[...] a cidade não é apenas uma linguagem, mas uma prática [...] O urbano é obsessão daqueles que vivem na carência, na pobreza, na frustração dos possíveis que permanecem como sendo apenas possíveis”.

Para Lefebvre (2011, p. 99), “[...] a crise da cidade, cujas condições e modalidades são pouco a pouco descobertas, não deixa de se fazer acompanhar por uma crise das instituições na escala da cidade, da jurisdição e da administração urbanas”. Assim, a harmonia deve ser regra a todos os agentes urbanos já que são eles os formadores da cidade, levando em consideração, em que o conflito faz parte da cidade. Sem total harmonia, comum a boa parte das cidades, ocorre o caos em diversos os setores urbanos.

Podemos considerar, então, que a organização comunitária e social, o patrimônio cultural, a paisagem, redes e contatos exercem funcionalidade aos espaços em que são alterados em conformidade com a ação dos seus agentes. O que é gerado como capital social pode e deve ser trabalhado com a finalidade de modificações das paisagens por meio da execução de infraestruturas socioambientais necessárias às pessoas. Como resultado, temos o

Capital Local, que é a soma de todos os capitais gerados em sociedade enquanto fornecedor de oportunidade para a geração futura com base na retirada ou colocação de indivíduos em ambientes de vulnerabilidades e riscos.

Neste sentido, cabe, então, aos gestores públicos buscar alianças estáveis entre os detentores do poder econômico para criar estratégias administrativas de modo a concretizar todas as necessidades infraestruturais socioambientais para o bom funcionamento de uma cidade.



Figura 11: Calçadão Formosa Aracaju. Foto: Jadson J. Santos

CAPÍTULO 3

FORMAS E ESTRUTURAS SOCIOAMBIENTAIS DA CIDADE DE ARACAJU

CAPITULO 3 – FORMAS E ESTRUTURAS SOCIOAMBIENTAIS DA CIDADE DE ARACAJU

1. A história da cidade de Aracaju, Sergipe

Fundada em 17 de março de 1855, em meio a uma crise econômica durante o período do Império Brasileiro que passava, por problemas ligados à produção açucareira, devido, principalmente, ao início das mudanças relacionadas à escravidão, Aracaju teve como principal missão, desde a sua fundação, a de salvar o mercado açucareiro da província de Sergipe Del Rey e consigo alavancar o desenvolvimento através do escoamento da produção, ainda de mão-de-obra escrava, dos engenhos da província.

Os governos provinciais desta época ainda tratavam a escravidão como necessária à economia, sem ela não era possível considerar que houvesse desenvolvimento neste mercado, mesmo o Brasil sendo, ainda, um dos últimos a utilizar-se desta mão-de-obra. Além disso, haviam problemas estruturais ligados ao escoamento da produção açucareira em Sergipe Del Rey. Pois, a província baiana àquela época provia de um importante porto utilizado ao escoamento de sua produção e ao recebimento das mercadorias vindas, do Reino de Portugal. O que faltava a Sergipe Del Rey era algo parecido. Havia uma barreira entre a produção e o escoamento, mesmo havendo em suas terras cinco rios com grandes estuários que desaguavam no oceano com profundidade adequada à navegação.

A partir dessa necessidade se começou a pensar alternativas para este quesito e, há poucos quilômetros da capital São Cristóvão se percebeu um relativo movimento de algumas embarcações. Porto (1991) relata que dentre estes estuários havia, às margens do rio Sergipe, há cerca de 1300 metros do oceano uma povoação sobre uma colina construída, provavelmente, devido à capela ali existente, atraindo assim aquela população, de economia pesqueira, que ali residia.

Dessa forma, o arraial de Santo Antônio do Aracaju tornou-se mira do governo provinciano em que segundo Porto (1991) havia um empecilho que precisava ser reconsiderado pois:

As embarcações que aqui vinham buscar riqueza da terra, transpostas as barras dos rios sergipanos, não cerravam velas nem paravam hélices. Tinham que subi-los até que suas quilhas estivessem a ponto de roçar o álveo dos rios. Aí paravam para tomar sua carga. Esta chegava em embarcações menores, que podiam atingir pontos mais a montante, de águas mais rasas ou vinham mesmo em lombos de burros ou carros de bois. (PORTO, 1991, p. 14)

Neste contexto, a partir de então se começou a pensar sobre a necessidade de construção de um porto naquela região, ou era isso, ou a economia açucareira da província continuaria em decadência. O porto seria então o elo ao escoamento advindo da produção local ao reino, principalmente o português que ainda era o maior parceiro do império brasileiro.

Posteriormente, o então presidente da província de Sergipe Del Rey, Inácio Joaquim Barbosa começou a focar nas possibilidades vistas àquela região para melhoria da economia e, consequentemente, destinada a agradar ao imperador. Foi então, que em novembro de 1854 começou-se o plano em que, “[...] perto da foz do rio Sergipe, foi o alvo predileto das províncias governamentais. Para ela foram transferidas a Alfândega e a Mesa de Rendas Provinciais; criaram-se aí uma Agência do Correio e uma Sub-Delegacia Policial; pintou-se a atalaia. O porto ia aparecer...” (PORTO, 1991, p. 16)

Em meio a todas essas decisões começou-se uma batalha política a fim de levantar votos do legislativo para que a ideia de Inácio Barbosa fosse à frente. Com isso, em 2 de março de 1855 ele conseguiu dar um pontapé inicial ao seu plano, transferindo a capital sergipana para as proximidades de onde seria construído o futuro porto. Em 17 de março do mesmo ano, juntamente com a nomeação do engenheiro Sebastião José Basílio Pirro, primeiro brasileiro contratado para o planejamento de uma nova cidade, conseguiu-se a elevação do arraial à categoria de cidade e, posteriormente, da execução da obra que seria projetada por Pirro para que a nova capital tomasse forma e possibilitasse a execução de sua função enquanto desenvolvedora e salvadora da economia provinciana.

O projeto, um dos primeiros em terras brasileiras, consistia e quarteirões simétricos com cruzamentos a cada 100 metros, isto foi, pelo tempo dado ao engenheiro, o que foi projetado. Não haviam desdobramentos à expansão, planejamentos sobre o aumento da população, naquele momento esses fatores não eram prioritários. Porto (1991) relata que:

Geograficamente Aracaju derrotou a velha São Cristóvão situada no fundo do Paramopama, mal acessível até às menores embarcações, construída no topo de um estreito contraforte, rodeada de encostas íngremes terminando em vales estreitos e que não poderia oferecer as mesmas facilidades de expansão que a planície do Aracaju.

Geograficamente, Aracaju derrotou Estância, Laranjeiras, Maruim e Porto das Redes que se tornavam cada vez mais distantes do mar à medida que aumentava o porte dos navios.

Geograficamente Aracaju estava próxima da mais poderosa região econômica: a Cotinguiba. Esta, por sua vez, assentava num fator geográfico a sua supremacia sobre a ribeira do Vasa-barris [SIC]. No estreito vale deste rio a agricultura aproveitava-se das várzeas adubadas por suas enchentes. A Cotinguiba era a vasta expansão geográfica da bacia dos calcários cretáceos de Sergipe, calcários que se decompondo produziram colinas de encostas suaves cobertas pelo famoso “massapê”, a terra preta dos canaviais.

Geograficamente, Aracaju derrotou interesses políticos e individuais que há muito desejavam a mudança da Capital, não como foi feita, mas para locais mais ao alcance dos tentáculos de sua influência, a fim de melhor dominarem a administração da Província. (PORTO, 1991, p. 17)

A Figura 12 representa a província de Sergipe em 1860 após a mudança da capital para a cidade de Aracaju, com o esquema do traçado inicial da cidade no canto inferior à direita.

Fonte: C. M. de Almeida. Disponível em: <goo.gl/YPBfJK>. Acesso em 23 de maio de 2018.

Para mim, é incontestável que a Capital deve ser do lado em que está situado o povoado do Aracajú, quer porque tem muito boas agoas, e é muito salubre e ventilado, tendo nos fundos o fértil município do Socorro, ao passo que o dos Coqueiros tem um clima ardentíssimo, é falto de agoas, e tem nos fundos o município de Santo Amaro, que é estéril e decadente, quer porque tem uma

mais curta comunicação por terra com a cidade de Laranjeiras e outros ricos povoados, sem lhe faltar a comunicação fluvial. (PORTO, 1991, p. 21-22)

Sobre a insalubridade e qualidade da água, pesquisadores demonstram que nos primórdios da nova capital nada era diferente do resto do Brasil. A insalubridade, como também, a água escura e de gosto ruim ali encontradas eram comuns na nova cidade. O que Inácio Barbosa usou como item elencado à escolha do arraial passou a ser visto com maus olhos, mesmo após serem encontradas fontes de abastecimento de água. Porém, à época, seria inviável a escolha do outro lado do rio, um estuário de 2 quilômetros de largura seria uma contramão ao que se buscava com a nova capital.

Para Lima (2013), a região também era dada como alternativa para que a produção açucareira dos engenhos do estado não sucumbissem aos problemas relacionados à precária infraestrutura logística no estado uma vez que:

o canal do Pomonga representava uma boa via de escoamento; enquanto o porto da praia do Aracaju, que bordeava as terras da região conhecida por Maçaranduba [sic], localizado às margens do rio Sergipe, poderia ser um importante ponto de apoio para o desenvolvimento econômico da região. (LIMA, 2013, p. 25-26)

Mas, em se tratando dos últimos anos do império brasileiro, nem tudo era perfeito, ainda assim a economia açucareira padecia. Havia uma pressão por parte de outros países para que o Brasil abolisse a escravidão. Os senhores de engenho recusavam-se a abrir mão da garantia de uma mão-de-obra gratuita e escrava, recusavam-se – isso não podia nem ser cogitado – a abrir mão de parte das terras para uma possível reforma agrária no pós-abolição.

Foi então, que em 1860 o imperador D. Pedro II juntamente com a imperatriz Thereza Cristina fizeram visita à Aracaju sendo tratado como, assim relata Mott (1986), o “Anjo da Paz”. Essa visita trazia consigo o peso de conciliação entre os senhores de engenho e o governo provincial, não que o governo provincial fosse a favor, mas os boatos de abolição e reforma agrária não agradavam em nada o engajamento ao levantamento da economia. Lima descreve que “[...] a programada visita do Imperador Pedro II a Sergipe para o ano de 1860, começou a marcar os rumos da construção de uma cidade moderna e planejada nos moldes ditados pela moda arquitetônica do neoclassicismo da corte” (2013, p. 31). Notas dos jornais à época relatavam como isso era tratado, como o exemplo dado por Mott (1986) do Correio

Sergipense de 22 de outubro de 1859, na transcrição da fala do presidente, de Sergipe Del Rey, Alves Jr.:

O escravo, simples máquina que a nossa legislação sujeitou à vontade do senhor... vê com bons olhos a pena das galeras, pois tal pena longe de ser repressiva, é muito pelo contrário uma provocação continuada ao crime, é mesmo uma ameaça flagrante contra todos os homens livres que podem ser vítimas ao desejo que tem o escravo de ver-se livre do domínio do senhor, e de gozar do maior descanso que lhe dão as galés em relação ao trabalho na lavoura. (MOTT, 1986, p. 170)

Com esse fato, o império brasileiro passava por um período de modificações em relação aos seus pensamentos sobre as cidades como nova opção à economia que estava se modificando. Ali, desde o início, começou-se a repensar sobre a vida urbana nas cidades brasileiras. Devia-se (re)configurá-las e investir para possibilitar a melhoria em suas infraestruturas.

Entretanto, por mais de três séculos coloniais a Coroa Portuguesa não via com bons olhos a possibilidade de melhoria da infraestrutura das cidades, tornou-se um obstáculo secular para o Império a resolubilidade deste impasse. Para isto, juntamente com a ideia de Inácio, o Imperador apoiou a designação dada a Pirro para o desenvolvimento da capital sergipana. Apesar de não ter sido um projeto (Figura 13) que atenderia à todas as necessidades de uma boa vida urbana, suas formas e traçados geométricos simétricos já possibilitavam um avanço perante ao que era visto à época. Pirro seguiu as tendências urbanísticas da época influenciado, principalmente, por fontes Francesas e Norte Americanas que já se utilizavam de linhas retas e longínquas na elaboração de planejamentos urbanos em suas novas expansões.



Figura 13. **Vista aérea de Aracaju na década de 1920, onde é possível observar o Plano de Pirro.** Fonte: <<http://www.overmundo.com.br/overblog/a-quadradinha-aracaju>>, acesso em 23 de maio de 2017.

Todavia, a pressa na execução deste projeto fez com que Pirro não pudesse fazer um estudo elaborado das reais condições geográficas da região carecendo, dessa forma, que durante as expansões da cidade fossem necessários aterramentos de pântanos e mangues a fim de respeitar o projeto do traçado xadrez. Além disso, com as dificuldades financeiras encontradas, não houveram o respeito às condições naturais, inclusive de nível de escoamento de águas, fazendo com que até hoje grandes problemas de inundações e enchentes sejam recorrentes na cidade.

A partir daí a cidade começou a sua expansão respeitando as linhas retas a todo custo, com exceção solicitada à Pirro da rua da frente seguir a forma da margem do rio Sergipe para possibilitar as construções às margens do rio. Em 03 de setembro de 1853 foi aprovada a Resolução Provincial nº 458 pela Câmara Municipal da capital, em que eram elencados os itens do primeiro código de posturas da cidade e, conseqüentemente, à sua expansão, principalmente à sul e noroeste. Dessa resolução, podemos destacar:

Art. 2º - Toda casa que se edificar, ou reedificar, terá vinte palmos de vivo de pé direito no primeiro pavimento, dezenove palmos de vivo no segundo pavimento, dezoito palmos no terceiro, e assim por diante [...]

Art. 4º - os proprietários serão obrigados a cair a frente de suas casas duas vezes por ano pelo menos, e bem assim terem limpas as suas testadas. [...]

Art. 13 - Todo proprietário de casa é obrigado a calçar a frente de suas casas com lageado regular, a saber: nas ruas de sessenta palmos de largura terá lageado oito palmos de largura e nas de cem palmos terá o lageado de dez palmos. [...]

O código de postura foi o primeiro ato de segregação à população dado pelo poder econômico aracajuano. As regras impostas ali faziam com que ficassem apenas aqueles que tornassem o próprio espaço sinônimo do desenvolvimento e sucesso da nova capital, não sendo bem-vindos os empobrecidos e carentes de recursos.

Assim, essa população foi colocada, de forma indireta, para fora do traçado de Pirro, criando centros fora do projeto nas proximidades do mangue Olaria, conforme Figura 14, em que hoje estão localizadas a rua Divina Pastora e a Avenida João Ribeiro, numa encosta de morro em condições ainda mais insalubres surgindo, assim, um aglomerado de casebres e casas de todas as formas e tamanhos com vistas grossas dadas pelos administradores.

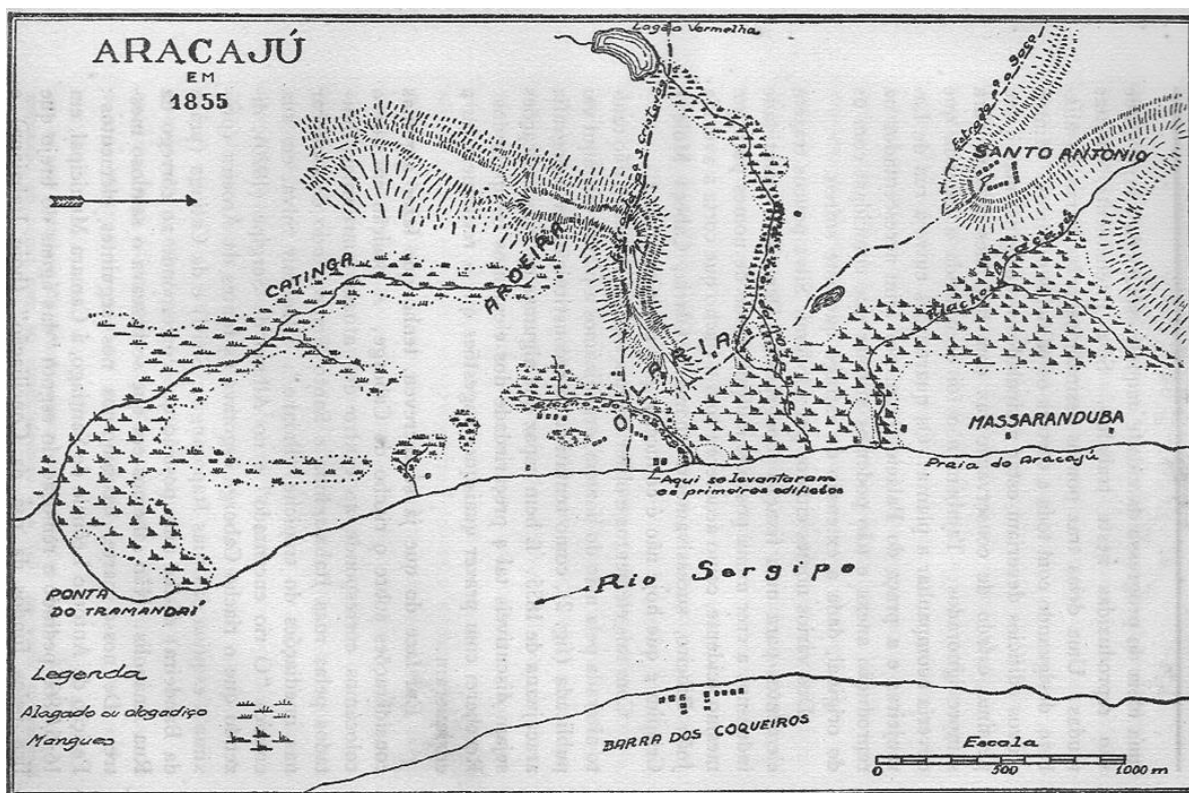


Figura 14. Aracaju em 1855.
Fonte: PORTO, 1991, p.19.

O desvio de olhares por parte da administração pública e do poder econômico sobre parte da cidade que nascera para o desenvolvimento planejado, executado às pressas sobre as “coxas” e com “desvios de olhares” e “vistas grossas” à parte da população que não era “bem quista”¹⁵ e abastada de recursos econômicos, como adverte o professor Antônio Carlos Campos do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe em publicação à Revista Rever publicada em 26 de janeiro de 2015, “[...] Aracaju foi uma cidade criada por decreto, mas não planejada, como muitos imaginam” (MARTINS; CRISTINA, 2015. s/p). Lima (2013) relata que os investimentos à construção da nova cidade estenderam-se:

somente até a década de 1870. Depois disso, grupos de imigrantes livres e pobres vindos de todas as partes da Província, e até fora dela, começaram a se instalar tanto dentro quanto fora do plano original, construindo a chamada ‘cidade de palha’, aglomerando-se para além do centro urbano [...] as casas de palha demoraram a desaparecer, mesmo depois da segunda leva modernizadora que se impôs aos moradores da cidade (LIMA, 2013, p. 31-32)

Assim, dava-se início à duas “Aracajus”, uma para ser vista e servir de inspiração para o desenvolvimento e ao sucesso e outra a ser escondida, esquecida, parte de uma cidade em que até hoje o poder público não enxerga de forma adequada, mesmo sendo moradia da maior parcela da população da cidade em que está a classe trabalhadora, necessária ao desenvolvimento econômico daquela época.

É a partir das primeiras décadas do século XX que Aracaju começa a desenvolver-se enquanto cidade. A chegada da indústria é um marco importante relacionado ao crescimento da mancha urbana, até então limitada ao Quadro de Pirro. Devido aos limites dados pelo Morro do Urubu ao norte e pelo Rio Sergipe a leste, restava apenas utilizar-se das faixas de alagadiços existente ao sul. Assim, começou o vasto projeto de expansão a partir do aterramento de manguezais e brejos para darem lugar aos novos espaços urbanos de Aracaju. Na Figura 15 podemos observar a partir da Colina de Santo Antônio que, em 1920, ainda havia vasta vegetação na região onde havia sido designada a fundação da capital, a partir do Quadro de Pirro.

¹⁵ Os termos aqui citados são corroborações dadas a partir indagações feitas por Porto, 1991.



Figura 15. **Vista de Aracaju a partir da Colina de Santo Antônio em 1920.**

Foto: Allen Morrison

Disponível em: <<https://goo.gl/utDdiY>>. Acesso em 26 de novembro de 2018.

No início da década de 1920 começaram-se a serem instaladas as primeiras indústrias, mais abaixo da Colina de Santo Antônio em que hoje está localizado o bairro industrial. É nesta época que, segundo Almeida e Ribeiro, afirmam ser o grande início dos aterramentos de mangues e áreas alagadas de Aracaju para a expansão da cidade para fora do Quadro de Pirro:

A grandiosidade dos aterros da primeira metade do século XX deve-se à busca de novos acessos ao desenvolvimento urbano da cidade de Aracaju, notadamente no Bairro Industrial. A prática de aterramentos de lagos, baixadas inundáveis, manguezais e apicuns esteve associada às construções da estrada de ferro que cresceu concomitantemente à referida prática. Havia, assim, uma relação de dependência, um ciclo vicioso que, ao mesmo tempo, desterrava dunas, aterrava manguezais e ainda ofertava espaço para construção de mais quilômetros de ferrovia (ALMEIDA; RIBEIRO, 2009. p. 37)

Três décadas após às primeiras instalações industriais, a indústria em Aracaju pouco havia se expandido, principalmente devido à falta de ligação via terrestre entre o bairro Industrial e o centro da cidade, como é possível observar na Figura 16.



Figura 16. Vista aérea do Bairro Industrial - 1950.

Foto: Prefeitura Municipal de Aracaju

Disponível em: <<https://goo.gl/6bs11j>> Acesso em 26 de novembro de 2018

Juntamente à chegada da indústria, o governo do estado começou a fazer investimentos infraestruturais à capital. Até então, Aracaju não passava de uma cidadela com poucas ruas, quase todas sem saneamento básico, rede de água ou mesmo energia elétrica. Nessa época, segundo informa Silva:

o Estado iniciou a implantação de equipamentos urbanos importantes, como água encanada e bondes a tração animal (1908), energia elétrica (1913), serviços de esgoto (1914), rede de telefonia (1919) e bondes elétricos (1926), o que permitiu uma maior extensão do perímetro construído e o surgimento dos bairros Santo Antônio, 18 do Forte e Aribé, atualmente denominado Siqueira Campos (SILVA, 2010, p. 53).

Foi a partir da segunda década do século XX que a cidade passou por uma grande reestruturação arquitetônica, durante o governo de Graccho Cardoso, o qual, por meio do pensamento higienista das cidades à época, de acordo com Alves:

Em 1918 o governo traz a Aracaju um grupo de arquitetos e escultores italianos que estavam na Bahia com a finalidade de reforma o Palácio do Governo e assim acabaram contribuindo com outras obras na cidade. Isso contribuiu com uma nova visão arquitetônica que passou a ser empregada nas construções e assim remodelaria a cidade, com isso surgem os palacetes que compuseram a paisagem urbana de Aracaju a partir dos anos 20 como os palacetes da Rua Estância, Rua Itabaiana, da Av. Barão de Maruim, da Praça Camerino entre outras ruas que nos dias de hoje exibem poucos exemplares dessa época e que na sua maioria foram demolidos para construção de estacionamentos no centro da capital (ALVES, 2013, s/p).

É possível encontrar até hoje parte desses casarões, construídos nesta época no centro da cidade de Aracaju, como exemplos da Figura 17. O estilo trazido pelo grupo italiano era predominantemente em *Art Décor* e *Art Nouveau* o qual utilizavam-se de formas geométricas e inspirações decorativas em forma de folhagens e animais, respectivamente.



Figura 17. Casarões construídos no início do século XX na rua Estância.

Fonte: Jadson de Jesus Santos. Fotografado em 5 de novembro de 2018.

Nos anos 1950, a população urbana de Aracaju chega a 78.364 habitantes, tornando-a capital regional, com forte influência ao resto do estado e outras fora das divisas estaduais. Juntamente a essa força regional que Aracaju exercia, Alves relata que “[...] o problema da falta de moradia exigia a ampliação e a adequação de políticas voltada para a modernização urbana já que a legislação anterior já não mais atendia aos anseios gerados pelo crescimento

populacional” (2013, s/p). Para isso “[...] o Governo do Estado construiu em 1953 o conjunto habitacional Agamenon Magalhães que surge como uma proposta para evitar a proliferação de favelas na cidade, visto que duas se destacaram nesse período, Ilha das Cobras, nas imediações do bairro Industrial e o Curral, nas imediações da Av. Pedro Calazans” (2013, s/p). Nesta época, segundo Almeida e Ribeiro, houve uma intensificação dos aterramentos para a expansão da cidade:

Estes recursos urbanísticos foram justificados pela insalubridade e pela necessidade de expansão da incipiente capital. Não obstante, esta prática de aterro-desmonte perdurou, em Aracaju, até a década de 1950, época de dilatação da cidade para o sul, principalmente para os bairros São José e 13 de Julho (ALMEIDA; RIBEIRO, 2009, p. 37).

Outros fatos marcantes ocorridos durante a expansão da cidade foram: o aplainamento do Morro do Bonfim para a construção do Terminal Rodoviário no centro da cidade em 1955 (Figura 18); a instalação da Petrobras na década de 1960, o que ocasionou uma grande demanda residencial e de escritórios para atender às necessidades da empresa; e a construção dos conjuntos habitacionais Orlando Dantas e Augusto Franco (Figura 19) entre 1977 e 1989.



Figura 18. Desmanche do Morro do Bonfim.

Fonte: MELINS, Murillo. Aracaju romântica que vi e vivi anos 40 e 50, 3ed. Aracaju: Unit, 2007.



Figura 19. Vista parcial do Conjunto Governador Augusto Franco.

Fonte: Jornal Gazeta de Sergipe nº 6.910 de 15/10/1981. Disponível em: <<https://goo.gl/A782nP>>. Acesso em 24 de novembro de 2018.

Hoje, a capital do estado de Sergipe, Aracaju está localizada entre as fozes dos rios Sergipe e Vaza-barris. O município abrange uma área de 181,857 km², com população estimada em 2018 de 648.939 habitantes, segundo dados do IBGE. É o município de maior IDH do estado com índice de 0,770, tido como alto, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD de 2010. Além disso, de acordo com o Plano Diretor, Aracaju está dividida em quatro Zonas, representadas na Figura 20, que são classificadas de acordo com as características socioeconômica-espacial, a saber, segundo Santos (2016b):

a) Zona Norte: Porção da cidade que comporta os bairros situados nas regiões mais elevadas da cidade, onde se situa a Área de Proteção Ambiental (APA) Morro do Urubu, além de regiões de mangue próximas ao Riacho do Cabral e Rio do Sal, fronteira com o município de Nossa Senhora do Socorro. Predominantemente, nesta zona vive a população de baixa a média renda (de 1 a 6 salários mínimos), com presença de pequenos pontos de comércio, tais como mercadinhos, lojas de roupas e farmácias. [...]

b) Zona Sul: Zona mais heterogênea da cidade, compreende os bairros mais ricos (Jardins e 13 de Julho) e mais pobres da cidade (Santa Maria). Ainda possui intensa especulação imobiliária, principalmente na Zona de Expansão e na Jabotiana. Caracteriza-se por ser a zona mais próxima do litoral aracajuano, onde se situam as praias e os principais pontos turísticos da cidade, tais como a Passarela do Caranguejo e a Orla de Atalaia. [...]

c) Zona Central: Única porção da cidade que mantém a base do “tabuleiro de xadrez”, desenho utilizado pelo arquiteto Sebastião José Basílio Pirro para o arruamento da cidade. É uma zona predominantemente comercial, com presença ainda de clínicas, bancos e escolas, limitando-se com o Rio Sergipe. Nesta zona situam-se prédios históricos tais como o Palácio Museu

Olímpio Campos (sede anterior do governo do Estado), Centro Cultural de Aracaju (antiga sede da Alfândega) e Museu da Gente Sergipana (antiga sede da Secretaria de Estado da Educação). [...]

d) Zona Oeste: Zona diretamente ligada ao seu bairro principal, o Siqueira Campos, construído no final da década de 1950 e conhecido popularmente como “segundo Centro” de Aracaju. Contém população de baixa a média renda (de 1 a 6 salários mínimos). De forma análoga à zona central, também possui diversos pontos de comércio, além do Centro Administrativo da Capital, sede de diversos órgãos públicos. Porém, é uma zona predominantemente residencial. [...]

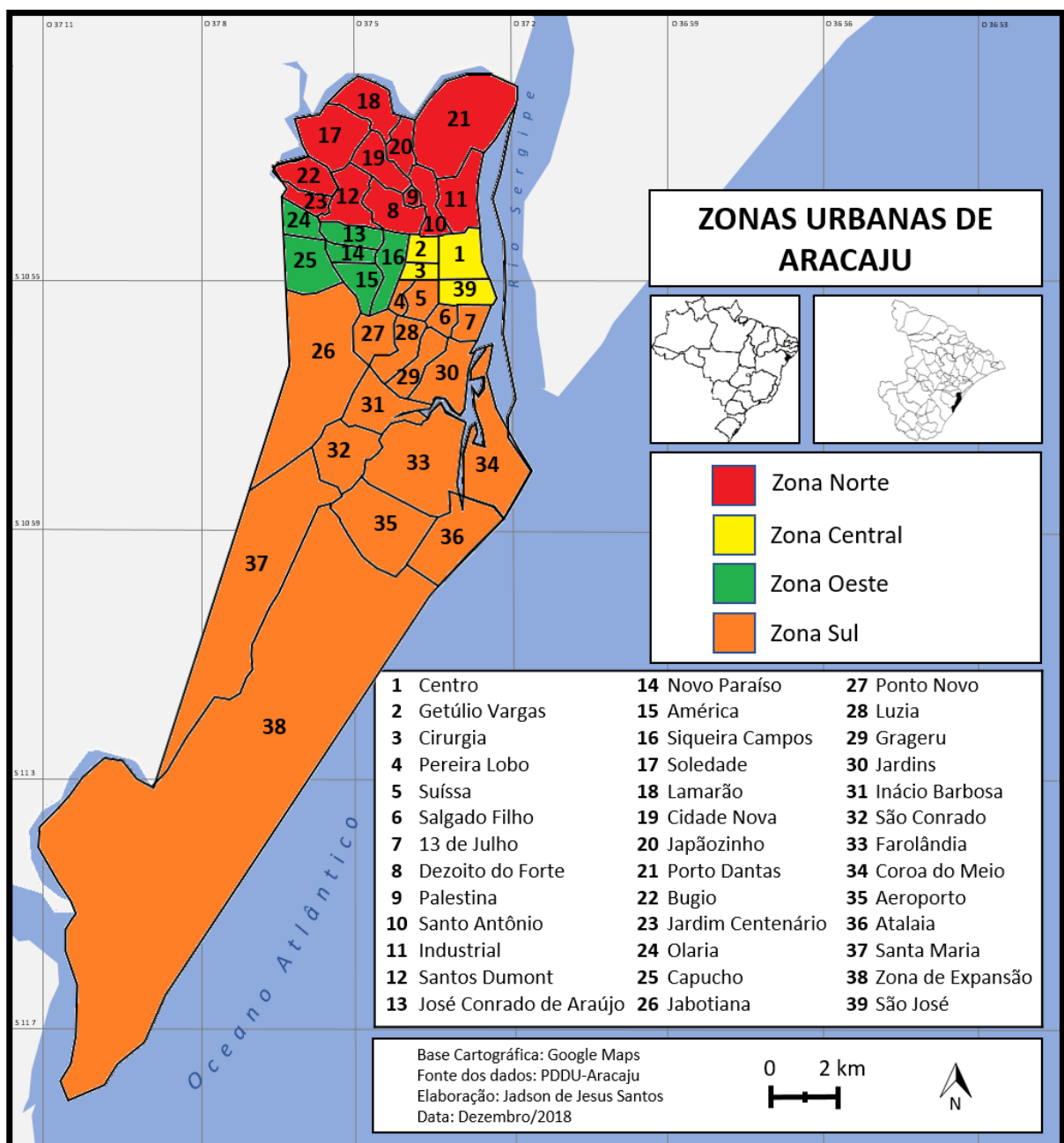


Figura 20. Zonas Urbanas de Aracaju.

Fonte: PDDU-Aracaju

É possível perceber as diferenças que existem entre essas Zonas da cidade, em que cada uma delas possuem características de organização de ruas, praças e avenidas diferenciadas e heterogêneas. A cidade de Aracaju é dividida em 39 (trinta e nove) bairros, conforme ilustração na Figura 21, de acordo com o Plano Diretor da Cidade. Apresenta áreas heterogêneas em relação à densidade demográfica, como também, em relação à infraestrutura de saneamento básico.

Dos 39 (trinta e nove) bairros da cidade, somente 18 (dezoito), localizados entre a região central e a zona sul da cidade, possuem saneamento básico considerado como ótimo ou bom, enquanto os demais bairros da zona norte e oeste, apesar de serem os bairros mais densamente povoados, segundo dados do IBGE, apresentam rede de saneamento básico regular ou ruim, segundo levantamento do Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico do Município de Aracaju de 2015.

Há uma concentração, em determinadas Áreas de Interesse Social pela cidade. Elas possuem como características a precariedade pela irregularidade no parcelamento, com locais de habitações subnormais ou, em casos pontuais, de invasões a conjuntos habitacionais antes da finalização e entrega às famílias cadastradas em programas municipais. A zona norte da cidade e a zona de expansão, mais uma vez possuem destaque nesse quesito, concentrando a maior parte dessas áreas.

A maior parte dos equipamentos urbanos estão concentrados entre a área central e a zona sul. São eles: parques municipais, orlas fluviais e marítimas, calçadões, museus e praças, além, do quesito saneamento básico já descritos..



Figura 21. **Bairros de Aracaju.**

Fonte: Prefeitura de Aracaju.

No quesito turismo, segundo levantamento de dados do Ministério do Turismo, em 2015 entre embarques e desembarques, a movimentação do aeroporto de Aracaju chegou a 1.280.236 passageiros, apesar de ter havido uma queda em relação à 2014, quando o número chegou a 1.377.535 passageiros.

Há, em Aracaju, uma concentração de espaços socioambientais destinados, além do uso da população, ao turismo, no que denominamos de Eixo do Turismo de Aracaju, ilustrado na Figura 22.



Figura 22. Aracaju: Eixo do Turismo.

Fontes: 1. 2. 4. 9. 10. 15. 16. Jadson de Jesus Santos. 3. Miss Check-in. Disponível em: <<https://goo.gl/gd6NNv>>. 5. Jeová Luiz. Disponível em: <<https://goo.gl/NL1xUi>>. 6. Lineu Lins. Disponível em: <<https://goo.gl/13pWEx>>. 7. Yelp. Disponível em: <<https://goo.gl/BBMxHF>>. 8. Salutado. Disponível em: <<https://goo.gl/x6YDJY>>. 11. Portal A8. Disponível em: <<https://goo.gl/jRe8Xo>>. 12. Word Press. Disponível em: <<https://goo.gl/KSUuKr>>. 13. Áreas Verdes das Cidades. Disponível em: <<https://goo.gl/pt7sqW>>. 14. Lagarto CEV. Disponível em: <<https://goo.gl/ESQrgk>>. 17. TripAdvisor. Disponível em: <<https://goo.gl/sFc6R1>>. Acessos em 25 de novembro de 2018. (organizado pelo autor)

É possível observar que os atrativos turísticos de Aracaju se estendem em um percurso de 13 km entre o Parque da Cidade ao norte até a Orla de Atalaia ao sul, se considerarmos apenas os pontos turísticos na área urbana principal. É nessa área da cidade em que estão localizados os bairros de maior valor monetário do metro quadrado. É, também, nesta área que estão localizados os principais espaços verdes da cidade, incluindo parques, praças, orlas e calçadas.

2. Os espaços verdes da cidade de Aracaju

As configurações dos espaços urbanos ao longo do tempo transformam-se de acordo com as necessidades impostas pelos atores e grupos sociais nos locais que vão sendo criados. Essas configurações dependem de diversos fatores ligados à cultura, história, economia e pelas próprias relações sociais, a exemplo dos usos dados aos espaços urbanos em cada época em que pode ser comercial, industrial, residencial e/ou ambos. Além disso, há uma demanda cada vez maior da necessidade de conservação e/ou da introdução de espaços verdes nas cidades em virtude do amplo crescimento urbano. Tais espaços dependem principalmente de demandas relacionadas ao poder público exercido, principalmente, por fatores econômicos e ambientais impulsionados pelas legislações em vigor.

Os planos diretores das cidades possuem pontos ligados à criação de espaços verdes em áreas pontuais. Tais espaços – praças, parques, orlas, calçadas e canteiros centrais de avenidas – são criados de acordo com interferências da urbanização em cada bairro ou localidade, a partir da configuração das cidades, propriamente ditas. Assim, é preciso definir que, a partir daqui, chamamos de verde todos os espaços relacionados até então, aqueles destinados aos usos coletivos por parte da população e constituídos por um ambiente arborizado com jardinagem e, em alguns casos, com fontes de águas como lagos, rios ou mar.

Neste aspecto, a gestão urbana deve ser liderada pelo poder público em diálogos constantes com os atores da sociedade: empresários, servidores públicos, moradores e outros, na perspectiva de buscar o equilíbrio nas ações a serem executadas para o bem-estar comum da população. Porém, é perceptível a existência de diferentes espaços com infraestruturas distintas entre si numa mesma cidade. O notório é que a organização dos mesmos depende, quase sempre, do interesse socioeconômico envolvido.

Moura (2004, p. 151) afirma que “[...] o território, torna-se fato a produção corporativa do espaço. Como expressão geográfica da globalização, um novo conjunto de técnicas informacionais re-herarquiza os lugares e impõe um [sic] nova regulação política do território”. A partir de então, é possível constatar que, de fato os bairros de alto padrão possuem espaços destinados à concentração do verde, bem como nos bairros de periferia há esses espaços destinados ao verde, mas, diferenciado na organização, tamanho e manutenção daqueles que se encontram em áreas mais nobres.

O mundo, relacionando-o ao capitalismo, monetiza todas as suas atividades, objetos e espaços, inclusive cidades para torná-la mais atrativa, a exemplo do turismo, comércio e indústria, só para citar. A monetização do verde dá-se ao fato de que quanto mais embelezada for a paisagem, mais caro pode-se cobrar por ela. Pois, não é à toa que nas cidades litorâneas, o metro quadrado torne-se mais caro ao passo em que se aproxima do mar ou ainda possa vê-lo como um cartão postal pela varanda ou janela. Mendonça considera que:

a idéia de que a cidade resulta de um campo de interações entre a natureza e a sociedade não é algo novo. O que parece ser novo é a maneira como estudiosos, urbanista e gestores urbanos passam, cada vez, a concebê-la, dando relevância à interação estabelecida entre as duas dimensões da realidade, as dinâmicas e a gênese dos elementos que compõem a cidade, e os problemas ambientais que decorrem da pressão humana sobre os recursos nos exíguos espaços formados pelas áreas urbanizadas (MENDONÇA, 2004. p. 198).

Neste sentido, são os diversos elementos naturais, sociais, culturais, históricos e antropológicos que compõe a cidade tornando-a um ambiente urbano completo. Cada um desses elementos, representados na Figura 23, possuem papel de formação e interação dentro do espaço geográfico que compõe a cidade. E são eles, também, os causadores dos problemas ambientais, quando não estão inseridos de forma harmônica com os demais.



Figura 23. Esquema do ambiente urbano.

Fonte: Adaptado de Mendonça, 2004. p. 199 (organizado pelo autor)

Caracterizada por sua artificialidade antropizada, a cidade não pode ser desvinculada do meio ambiente, por que, ela é para o homem o habitat desenvolvido e construído à medida que as sociedades determinam ao longo da história em virtude de suas necessidades, sejam: condições adequadas de clima e temperatura, acesso à água, acesso a áreas para cultivo de alimentos e outros.

Podemos analisar a cidade como sendo o ambiente urbano em que é possível considerar os atributos naturais e sociais inseridos nessa construção em que o homem tenta deixar marcas de elementos naturais em espaços específicos como por exemplo, as áreas

verdes urbanas. Assim, esses ambientes são conceitualizados como espaços abertos numa cidade e são destinados ao exercício das relações sociais, inserindo as pessoas num ambiente mais natural, agradável e relaxante, como sendo uma espécie de “fuga” para a rotina movimentada de afazeres, trabalho e estudos.

Groening defende que “[...] as qualidades e a quantidades de espaço aberto podem ser apreciadas de modo muito diferente nas várias situações sociais” (2004, p. 89). E que há variações que segundo o autor “[...] o cientista social, um *designer*, e um usuário é uma atividade significativa na cultura de jardim” (2004, p. 89).

Desse modo, os indivíduos em espaços ambientais de uma cidade passam por vulnerabilidades no tocante ao seu uso e conservação. Por exemplo, a cidade de Aracaju possui espaços verdes diversos que possuem traços ligados ao natural como arborização e jardinagem, os quais são tão importantes para que a população se aproprie e use de acordo com suas necessidades. Alencar defende que nas cidades, a arborização “[...] tem o intuito de estreitar os laços do homem com a natureza, trazendo inúmeros benefícios que atendem ao bem estar [sic] físico e psicológico humano” além disso, “[...] proporcionam a oportunidade do convívio social” (2017, p. 21)

A natureza para as cidades contemporâneas passa a ser atrativa às construções residenciais e hoje, é considerada como principal meio condutor para a monetização dos espaços a serem construídos e comercializados pelas grandes construtoras. Sobre essa questão, Gois, Figueiredo et al. (2011) evidenciam que o novo padrão de consumo é:

consubstanciado na apropriação da ideia de natureza que enseja várias propagandas de incorporadoras imobiliárias, tornando dessa maneira a natureza urbana elitizada, onde vendese [sic] a imagem de ar “puro”, proximidade com o “natural”, sendo a realidade de Aracaju(SE), um exemplo emblemático dessa nova lógica mercantil-imobiliária (GOIS; FIGUEIREDO et al. 2011, p. 53).

Para além desses espaços, outros se fazem presentes no contexto socioambiental, a saber: o clima entra nesse viés sofrendo interferências micro e macroespaciais que são definidas pelas construções, principalmente nas áreas centrais, e por correntes atmosféricas, respectivamente. A cidade de Aracaju possui altos índices de umidade do ar, podendo,

segundo Araújo (2006, p.16) ser caracterizado como clima “[...] do tipo megatérmico sub-úmido úmido (C₂A”a’)”. E ainda,

Por estar inserido na larga faixa litorânea que abrange a porção sul do Estado, Aracaju apresenta três meses secos – entre dezembro e fevereiro – correspondendo à área em que a precipitação é bem mais distribuída durante o ano e na qual se registram os maiores totais (ARAÚJO, 2006, p. 18).

Essa diferenciação e a má distribuição temporal das chuvas causa problemas constantes à cidade relacionadas às inundações causadas pelas chuvas e pelos movimentos de marés que aumenta o nível dos córregos e canais que circundam e permeiam a cidade. Além do uso para sociabilização e lazer por parte da população, as áreas verdes nas cidades trazem diversos benefícios ligados, principalmente, a fatores urbanos físicos, biológicos, territoriais e sociais, representados na Figura 24:

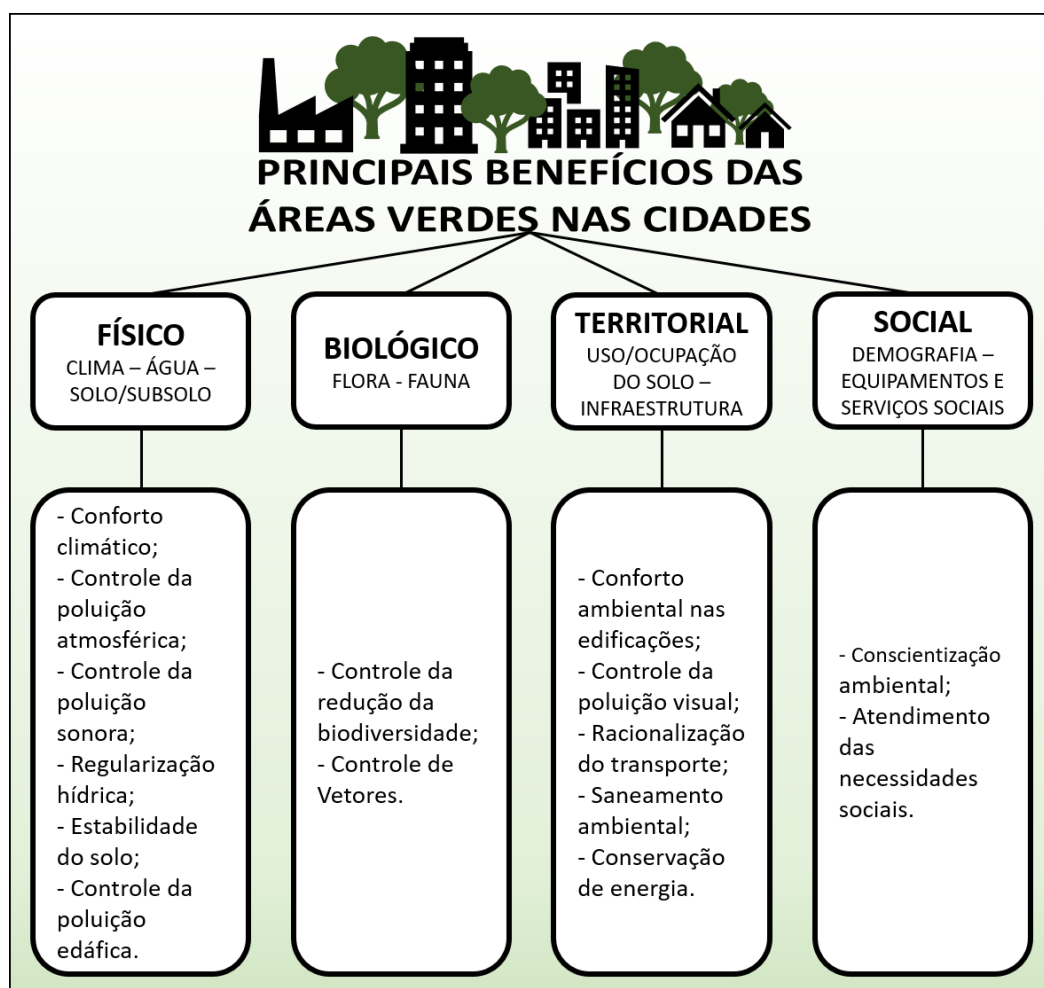


Figura 24. Principais benefícios das áreas verdes urbanas.
Fonte: Adaptado de Ambiente Brasil, 2005 (organizado pelo autor)

Aracaju, devido à sua criação por meio de um projeto urbanístico e seguindo em parte de sua expansão, vários pontos foram destinados ao lazer atrelados aos elementos naturais, a exemplo dos Parques da Cidade, Sementeira e Cajueiros. Esses espaços verdes foram criados na cidade para que a população fizesse bom uso, bem como serve de instrumentos de amenização das altas temperaturas e de drenagem de águas de chuvas, uma vez que possui terra em vez de concreto e asfalto e características da região tropical em que a cidade está inserida. Para Gois; Figueiredo et al. (2011) esclarecem que:

Em cidades tropicais a presença da arborização no meio urbano é uma condição prístina para uma melhor qualidade ambiental, tendo em vista os vários benefícios que um conjunto arbóreo pode propiciar para a população, sobretudo o melhoramento do conforto térmico, já que estamos tratando de ambientes onde as temperaturas máximas são demasiadas para o conforto humano (GOIS; FIGUEIREDO et al. 2011, p. 46).

Os constantes aterramentos de mangues e aplainamentos de morros do terreno da cidade trouxeram problemas socioambientais ligados, principalmente às inundações, já que o bioma nativo, manguezal, possui alta permeabilidade e é propício ao acúmulo de água durante as cheias de maré. Hoje, as águas possuem dificuldades de permeabilização no solo por causa da cobertura do mesmo, dificultando o escoamento e drenagem das águas das chuvas e das marés. Sobre essa questão, França e Rezende (2010) descrevem sobre Aracaju que:

Por ser uma cidade recortada por canais naturais, hoje artificializados, apresenta problemas de escoamento e drenagem, no período das chuvas. De maneira fortemente acentuada, isto também ocorre na Zona de Expansão Urbana - ZEU, devido a permeabilidade do solo que provoca o aumento do nível das lagoas e das depressões encharcadas (FRANÇA; REZENDE, 2010. p. 11-12).

As cidades têm critérios de organização e ocupação particulares, seus contextos sociais, econômicos, ambientais, históricos e culturais determinam o desenvolvimento de cada cidade, tornando-as únicas. Essa singularidade dada às cidades as torna amplo objeto de pesquisas em diversas áreas das ciências humanas, sociais e ambientais. A análise do

crescimento e expansão a cidade de Aracaju, especificamente, se deu por diversos fatores, como advertem França e Rezende (2010), ao expor que:

A expansão da malha urbana na Zona de Expansão Urbana - ZEU deveu-se a uma série de condicionantes. Primeiro, a ascensão imobiliária da região, devido a [sic] proximidade com a porção central e a praia. Segundo, a enorme concentração de terras nas mãos de poucos proprietários, acentuando a ocupação. Terceiro, os investimentos governamentais e as políticas públicas, que beneficiaram a produção imobiliária, principalmente a inserção de conjuntos habitacionais do Programa de Arrendamento Residencial e projetos voltados para habitação popular. Quarto, a realização de obras de infraestrutura viária que facilitaram o acesso, direcionando a migração populacional (FRANÇA; REZENDE, 2010. p. 3).

Dessa forma, ao surgirem novos espaços habitáveis, a cidade vai se organizando e os equipamentos urbanos vão surgindo, via poder público e/ou investimento privado. O que vai diferenciar cada um desses espaços é a presença de fatores ligados ao poder econômico de seus moradores, o qual define a paisagem de um local; os equipamentos urbanos a serem instalados; a qualidade da infraestrutura sanitária, dentre outros.

3. Orlas de Aracaju: ambientes construídos para a população

3.1. Orla de Atalaia: linda de se ver e apaixonar...

Os aracajuanos, como um quarto da população brasileira, vivem num ambiente urbano localizado na faixa litorânea. A praia, por estar inserida no ambiente urbano de Aracaju, faz parte do contexto de vivências entre as pessoas, ela faz parte da cidade, assim como a cidade está inserida nela. Levando essa interação em consideração, a Orla de Atalaia possibilita às pessoas convivências e interação entre si, já que por meio de uma intervenção urbanística, no início da década de 1990, transformou uma faixa de mais de quatro quilômetros em espaços de lazer, prática de esportes, refeições e turismo.

A Atalaia antes de tornar-se bairro, era um povoado do município de Aracaju em que residiam aqueles que não tinham possibilidades de fixar residência na área do Plano de Pirro. As pessoas que ali residiam tinham a pesca e a agricultura como principais meios de sustento familiar. Além disso, a produção dessa região abastecia a população que crescia em alta velocidade no centro urbano da cidade de Aracaju, a saber: frutas, verduras e legumes, além da pesca que caracterizava culturalmente a população que ali residia e se desenvolvia. A ampliação do povoado tornou-o foco principal à expansão da cidade com o encarecimento do centro dos Traçados de Pirro. Em um soneto, Jacintho de Figueiredo canta a Atalaia do início do século XX, ainda simples, rodeada pela natureza:

Atalaia, de então, era de palha;
E o seu melhor transporte era a canoa.
Entre as dunas e o mar, frouxa toalha
De fina areia se estendia à toa...

Hoje, que a mão do homem ali entalha,
Rasgando a areia humildemente boa;
Separando-a do mar pela muralha...
Toda aquela paisagem se esboroa!...

E do contraste em plena Natureza,
Entre o primado eterno da beleza
E os caprichos da humana criação...

Somente o velho mar, calmo ou em procela,
Ainda nos fala da beleza dela,
Da Atalaia de palha e “pé-no-chão”!...

(FIGUEIREDO, s/d. p. 33)

A forma natural existente na região começava aos poucos a ser modificada. Após a aprovação da Lei 900 de 13 de outubro de 1925, a região até então de pertencimento municipal litigioso, passa a ser parte do município de Aracaju. Posteriormente, com a necessidade de adequação ao código de posturas do município de Aracaju, por meio da Lei 371 de junho de 1928, foram determinadas mudanças no tocante à espacialização da localidade, como também das construções ali existentes. É possível observar, já nesta época, por meio da Figura 25, que a lei determinou a organização inicial dos traços das vias e ruas que seriam abertas.

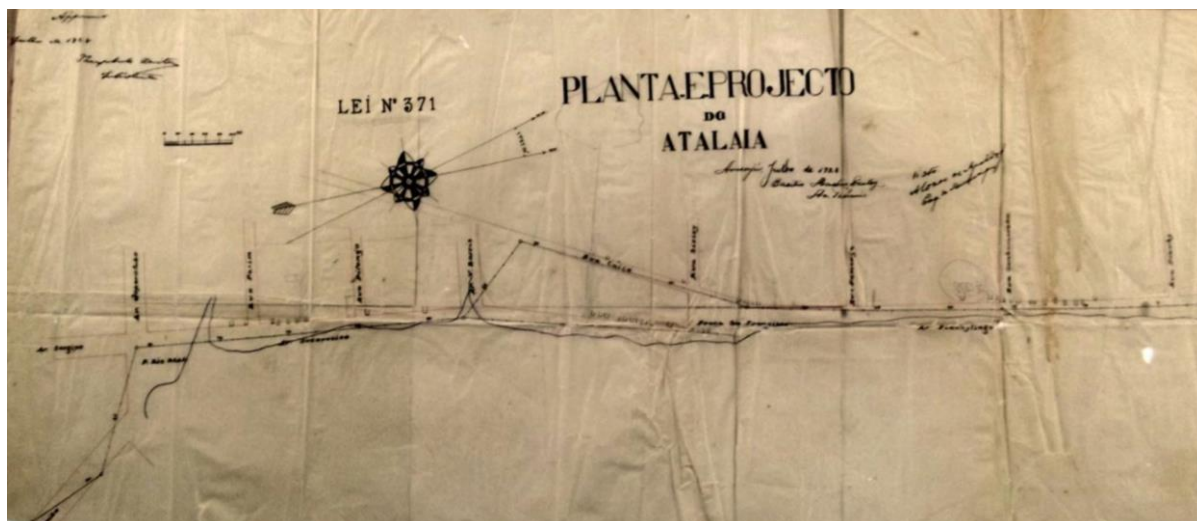


Figura 25. **Planta e projeto da Atalaia, segundo a Lei 371 de 1928.**

Fonte: Arquivo Municipal de Aracaju *Apud* BRITO NETO, 2015.

Haviam interesses, à época, por parte do então prefeito Teóphilo Corrêa Dantas, em desenvolver tal região devido às suas condições favoráveis à moradia, apesar de haver outras áreas mais próximas com condições favoráveis à mesma finalidade pensada por Dantas. Com o passar dos anos, a singular Atalaia começava a se modificar e a perder um pouco dessa calma que a natureza dava. A partir da década de 1950 a migração campo-cidade se acentua e torna necessária a expansão de Aracaju para outras áreas, demonstradas na Figura 26, começando a alargar a estrada rural que ligava o centro urbano à Atalaia. Este foi o início de um crescimento acelerado da região, sendo consolidado após a necessidade de construção de uma ponte de ligação por meio, também, da criação de um novo bairro – Coroa do Meio – entre o Povoado de Atalaia e o Centro.

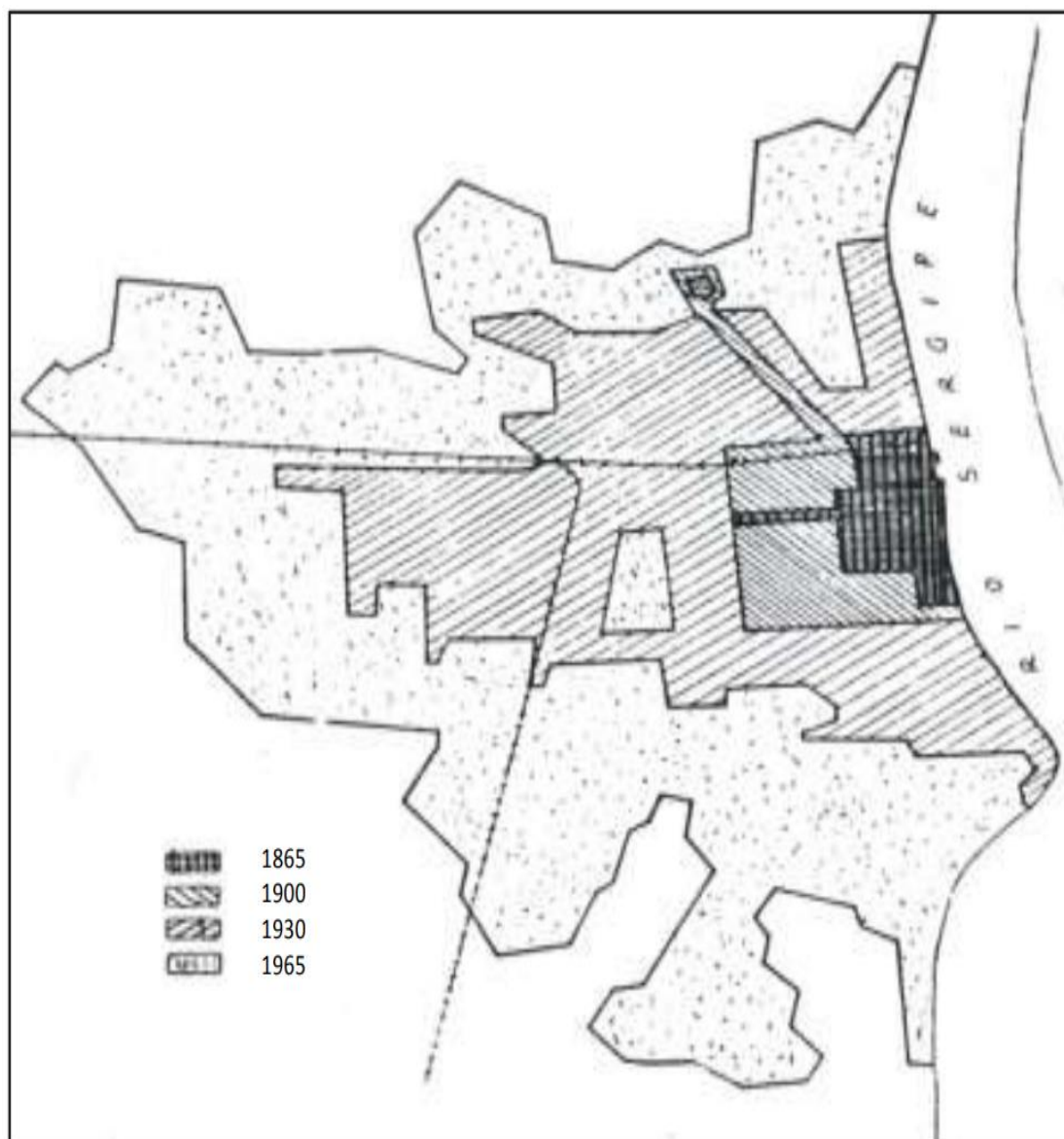


Figura 26. **Evolução urbana de Aracaju no período 1865-1964.**

Fonte: Castro, apud Santos, 2016a, p. 66.

O irregular caminho até o povoado era dado pelo conjunto de uma estrada e a ligação por barco entre os dois lados do rio Poxim. Santos descreve que:

As viagens ao bairro eram feitas com muita dificuldade no início da década de 30. Seu acesso se dava através de estrada carroçável com travessia por canoas no Rio Poxim, sendo facilitada na década de 40 com a construção de uma ponte de cimento em um local chamado “boca do Rio”. A mesma era estreita, não permitindo a passagem de dois veículos ao mesmo tempo em sentidos opostos, mas mesmo assim, para a época, a ponte era moderna e serviu para o aumento do transporte coletivo. Os anos iam se passando e o número de veranistas ia aumentando, consequentemente a qualidade das

casas melhorando, sendo substituídas por alvenaria (SANTOS, 2016a. p. 79).

A necessidade de expansão para essa região trouxe melhorias relacionadas à urbanização do caminho assim como do próprio povoado. Uma ponte de ligação, retratada na Figura 27, em que era realizada a travessia por barco foi construída, a qual possibilitou que o interesse por conhecer tal região se intensificasse bem como a fixação de residência ou mesmo para construção de casa de veraneio.

Mais uma vez o processo de gentrificação de um espaço de Aracaju acabou expulsando ou mesmo dificultando a vida de quem ali já tinha residência fixa, devido, principalmente, ao encarecimento do metro quadrado.



Figura 27. Ponte da Atalaia sobre o rio Poxim, construída em concreto e com acentuada elevação para permitir a passagem de canoas à vela, na década de 1940.

Fonte: Diniz, 2009. p. 100.

Além da influência da construção da nova ponte de acesso, “[...] a construção do Palácio de Veraneio do Governador em 1940 na Atalaia, pelo engenheiro alemão Hermann Otto Von Altenesch, estimulou a construção de outros ‘Palácios de Veraneio’ da elite nas

proximidades da costa” (SANTOS; VILAR, 2014, p. 1723). Altenesch, inclusive, influenciou a arquitetura das construções da época, o desenho da fachada do Palácio de Veraneio¹⁶, na Figura 28, foi referência às inúmeras casas que foram construídas posteriormente.



Figura 28. Palácio de Veraneio do Governador, localizado na avenida Beira Mar.

Fonte: Agência Sergipe de Notícias

Em 1957, outra obra de grande importância ao crescimento e desenvolvimento da Atalaia foi a inauguração da via de acesso ao mosqueiro, além do início das obras de construção do aeroporto de Aracaju. Dizia-se na edição nº 6083 de 17 de janeiro de 1957 do Correio de Aracaju, ilustrada na Figura 29, que:

o Governador Leandro Maciel, após analisar os aspectos social e econômico daquela importante rodovia construída unicamente com os poucos recursos do Estado, dentro das exigências da técnica moderna, solicitou ao seu eminente amigo Senador Lourival Fontes, que tanto tem ajudado o Estado nos seus altos interesses cortasse a fita simbólica, declarando, assim, entregue á serventia pública aquela estrada.

¹⁶ O Palácio de Veraneio foi, recentemente, desativado, sendo utilizado somente em ocasiões especiais de visitas de autoridades. Tal fato é decorrente da grave crise na gestão pública estadual influenciada pela crise econômica dos últimos anos. Fonte: <https://a8se.com/sergipe/noticia/2018/04/137388-palacio-de-veraneio-do-governo-estadual-e-desativado.html>

Encerrada essa solenidade, realizada em meio á vibração cívica dos praianos que aplaudiram entusiasticamente o seu benemérito benfeitor [...] (CORREIO DE ARACAJU, Ano L, Número 6083 de 17 de janeiro de 1957)

6088

Solene a inauguração da estrada ATALAIA-MOSQUEIRO



ANALISANDO-SE, INSUSPEITA E HONESTAMENTE, A OBRA ADMINISTRATIVA DO GOVERNADOR LEANDRO MACIEL, NESSA METADE DO SEU QUADRIÊNIO, NÃO SE PODE DEIXAR DE RECONHECER — QUE SERGIPE NUNCA EXPERIMENTOU UMA FASE DE TRABALHO E DE PROGRESSO, EM TODOS OS SEUS SETORES, COMO A QUE VEM ATRAVESSANDO

haidros da cidade e no interior, reforma das instalações dos Serviços de Água e Esgoto, abono provisão e aumento de vencimentos ao funcionalismo, restauração da navegação marítima e consequente fomento à produção, pagamento de adicional e dívidas congeladas, auxílios aos menos favorecidos, passagens aos flagelados e leitos de hospitais aos doentes, cooperação com as Prefeituras para a solução de diversos problemas, renúncia das obras do campo da aviação, desmonte do morro do Bairro Industrial, além dos entendimentos havidos para a industrialização do salgema e de outros produtos, são realizações que definem a capacidade construtiva e o espírito patriótico de um governante.

A propósito, sábado último, como parte do seu plano de administração, o Governador Leandro Maciel, acompanhado dos Srs. Senador Lourival Pontes, Deputados Federais Luis Garcia e Seixas Dória, Dr. João Aragão, Chefe do 9º Distrito de Portos, Rios e Canais, Dr. Paulo Barreto, Diretor do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, Deputados Estaduais Filadelfo Doria e Moreira Filho, Dr. Emílio Gentil, Delegado do Trabalho, Dr. Ávila Nabuco, Diretor do Departamento de Saúde Pública, Pedro Diniz Gonçalves Filho, Secretário da Fazenda, Produção e Obras Públicas, Paulo Figueiredo, Presidente da Federação das Indústrias, Professor Napoleão Duros, Secretário Particular, Dr. Milton Pina, Engenheiro do D.N.E.R., Dr. Lourival Batista, Executor do Acórdão de Caça e Pesca, Vereador Claudio Silva, Presidente da Câmara Municipal de Aracaju, José Conrado de Araújo, Delegado do I.A.P.I., industrial Melício Machado, Cel. Guilhermino Rezende, Dr. Marques Guimarães, Promotor da Capital, Major João Machado Filho, Ajudante de ordens, poeta Freire Ribeiro, Vereadora Maria Carmelita Cardoso Chagas, Vereadores Jayme Cruz, Monteiro de Jesus, João Alves e Milton Santos, Souza Lima, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria, Vitorino Pita, diversos Presidentes de Sindicato de Classes e outras pessoas cujos nomes não podemos colher, presidiu o Governador a inauguração da estrada que liga a Atalaia aos povoados Robalo, São José, Areia Branca, Gamaleira e Mosqueiro, num percurso de dezesseis quilômetros, sendo recebido aos acordes da Banda de Música da Polícia Militar, por numerosa massa humana, á cuja frente se encontravam o Dr. Nyeu Dantas e o Vereador João Bezerra.

Exaltando a notável realização, que vem de concretizar uma velha e reclamada reivindicação do povo praiano, agora transformada numa punjante realidade, falaram varios oradores.

Agradecendo as homenagens prestadas, o Governador Leandro Maciel, após analisar os aspectos social e economico daquela importante rodovia, construída unicamente com os parcos recursos do Estado, dentro das exigências da técnica moderna, solicitou ao seu eminente amigo Senador Lourival Pontes, que tanto tem ajudado o Estado nos seus altos interesses, cortasse a fita simbólica, declarando, assim, entregue á serventia pública aquela estrada.

Encerrada essa solenidade, realizada em meio á vibração cívica dos praianos que aplaudiram entusiasticamente o seu benemérito benfeitor Engenheiro Leandro Maciel, teve lugar o almoço oferecido á caravana governamental e aos habitantes daquela região, na residência do Sr. Carlos Alcebades dos Santos.

Precisamente ás 15 horas, o Chefe do Poder Executivo e sua Ilustre comitiva retornaram a esta Capital, prosseguindo as festividades com a realização de animado baile, que se prolongou até alta madrugada.

Em nossa próxima edição, abrihantaremos nossas colunas, com a publicação na íntegra do discurso proferido por ocasião do ato de inauguração da estrada Atalaia-Mosqueiro, pelo Dr. Nyeu Dantas, uma das mais ricas joias de honra e cultura da nossa terra.

Gov. Leandro Maciel, — trabalha com afinco pela terra que ama

Grupos escolares, escolas, postos médicos e de puericultura, ambulatórios para procedimentos, ampliação do plano rodoviário, açudes, barragens, distribuição de terras aos lavradores, edifícios dos Serviços Públicos e conclusão do Instituto de Educação, energia elétrica nos

ANC L — NUMERO 6083 ARACAJU — QUINTA-FEIRA, 17 DE JANEIRO DE 1957

Correio de Aracaju

Director: CARVALHO DEDA *** Gerente: JOSE EDUARDO DE OLIVEIRA

FACILITE O SEU PAGAMENTO VOLTANDO A VENDA

Figura 29. Capa do Correio de Aracaju de 17 de janeiro de 1957, com destaque à solenidade de inauguração da estrada atalaia-mosqueiro.

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Disponível em:

<<http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/12759>>. Acesso em 23 de novembro de 2018.

Assim, pode ser observado que a elite aracajuana tomava a Atalaia como o novo local atrativo ao descanso e lazer. Isso era fruto de todo um investimento por parte do poder público, também detentor à época do poder econômico, sendo o principal indutor a todas as questões de investimentos dados à região.

Juntamente às obras de tal estrada, foram iniciadas a instalações da rede elétrica, além de asfaltamento da estrada que interliga o centro de Aracaju à Atalaia. Porém, ainda era perceptível a necessidade de melhorias drásticas da localidade. Havia precárias instalações sanitárias e poucos investimentos infraestruturais que dessem suporte aos banhistas e turistas que frequentavam a praia. Tais fatos podem ser observados na edição 445 de 27 de setembro

de 1959 da Gazeta de Sergipe (Figura 30), em que há a afirmação e clamor da população por melhorias na região, além do medo dado pela possibilidade da praia ser “tomada” de Aracaju para tornar-se, a Atalaia, cidade.



Figura 30. Edição 445 de 27 de setembro de 1959 da Gazeta de Sergipe mostrando o clamor dos Aracajuanos por melhorias na Atalaia.

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Disponível em:

<<http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/25217>>. Acesso em 23 de novembro de 2018.

INVADIDA A ATALAIA

Os aracajuanos invadem já, a Atalaia. A nossa praia de veraneio, que serve a granfinos e plebe rude (como diria o cronista), está sendo povoada a pouco e pouco. Até ônibus diários já existem. São os veranistas, os de pele mais fina, de resistência ao calor menor que o comum que fogem o ar abafado da cidade e procuram a salsugem.

E O MUNICÍPIO?

Há poucos dias ensaiaram criar um município de Atalaia. É capaz de acontecer isso, pois o dinheiro sempre fala mais alto. E município novo, é “cota” na certa. É dinheiro grosso. É cópia mais grossa de bons negócios. São mais cadeiras de vereadores. Mais isso e mais aquilo. Mas a Atalaia cidade, agora, é um aleijão. É cortar um pedaço de Aracaju para ser coisa nenhuma. Ou coisa fétida, dias após que se joga no esgoto. Políticos não nos roubem nossa praia!

URGE MELHORAR

Sol, água, ar... eis Atalaia. Bela na sua rudeza. Bela até no desprezo que lhe votam as autoridades.

Urge um plano perfeito de urbanização para aprimorar sua beleza. Urge o retorno dos “Jogos de Verão”, que na gestão Godofredo Diniz dava um colorido alegre à nossa única praia balneária.

[...]

(GAZETA DE SERGIPE, ano IV, número 445 de 27 de setembro de 1959)

A notoriedade dada pelos que frequentavam a praia é dada com ênfase na publicação jornalística, além disso, é possível observar que havia um interesse de desmembramento da área do município de Aracaju. Havia interesses particulares ligados a esse desmembramento, assim como do interesse pela elite aracajuana pela permanência da praia para Aracaju.

Dessa forma, já nas décadas de 1950 e 1960 famílias abastardas aracajuanas já possuíam casas de veraneio na Atalaia causando assim, um intenso e constante investimento por parte do poder público para possibilitar urbanização e adequação necessárias às novas moradias. Era grande o poder de atração que o novo ponto de lazer da cidade possibilitava, como é possível visualizar na Figura 31.

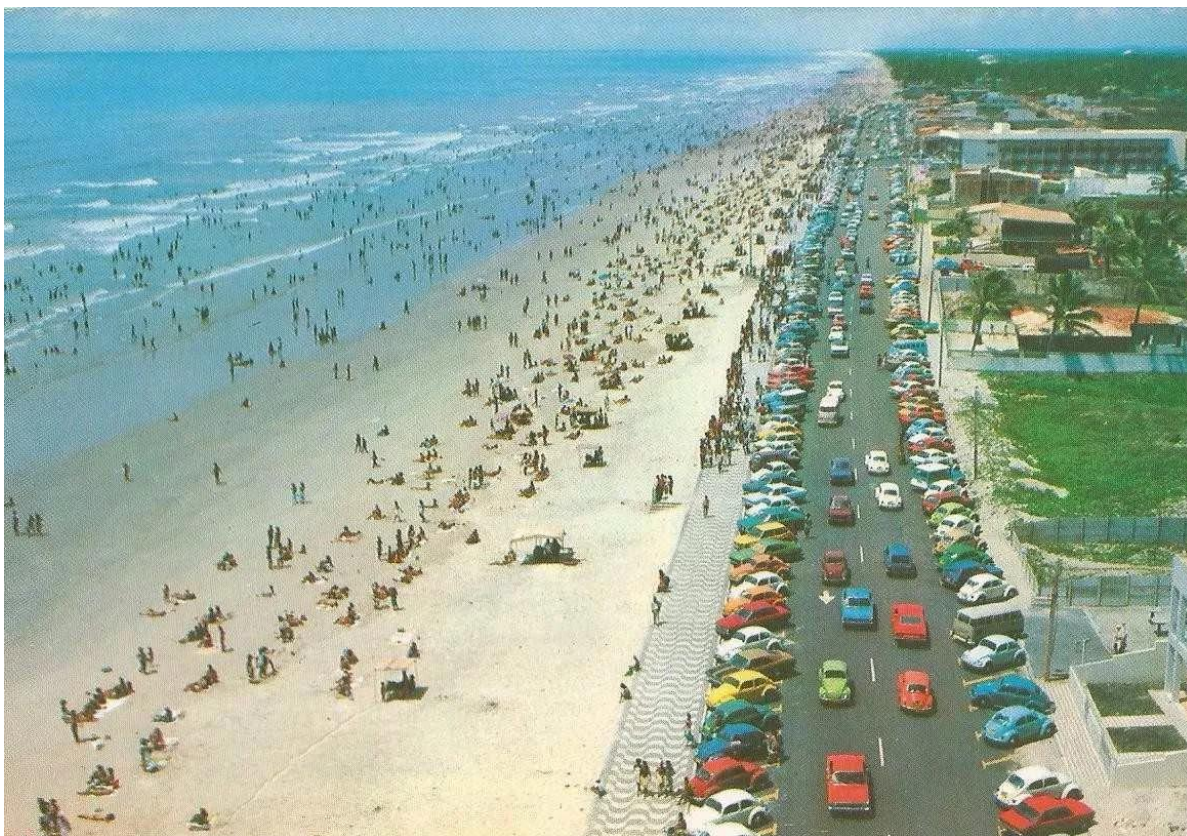


Figura 31. **Vista aérea da praia de Atalaia antes da construção da Orla.**

Foto: Soc. Com. e Repr. Gráficas LTDA. Disponível em: <<https://goo.gl/v2YdWb>>. Acesso em 14 de outubro de 2018.

A década de 1950 foi marcada também pelos investimentos dados à exploração de petróleo juntamente à estatização da exploração com a criação da PETROBRAS S.A. em 1953, também explorado em terras sergipanas. Tal descoberta começava a empurrar as transformações já existentes na Atalaia, intensificando-as. Além de transformar ou exaurir as atividades agrícolas e pesqueiras locais. Sobre isso, Brito Neto (2015) afirma que:

No entanto, a entrada da Petrobrás em Sergipe foi sentida de forma ambígua. Enquanto a empresa trazia novas perspectivas de desenvolvimento econômico, esta também desfavorecia a agricultura local. A cana-de-açúcar, o algodão, o coco, dentre outros elementos agrícolas, foram perdendo espaço para o petróleo. A população de Sergipe aumentou, inclusive na Atalaia. Sítios de outrora, onde se desenvolvia a cultura do coco, serviram de espaços para criação de conjuntos residenciais, os quais foram erguidos para atender essa demanda. A praia popularizou-se, e o turismo começou a ser incentivado (BRITO NETO, 2015, p. 119).

Houve um outro fato marcante à consolidação do processo de urbanização da Atalaia. Em 19 de janeiro de 1962 foi inaugurado o novo terminal de passageiros do Aeroporto Santa Maria. O aeroporto, que teve as obras iniciadas no início da década de 1940, possuía uma pequena casa como terminal de passageiros, com instalações precárias às necessidades da aviação comercial à época. A inauguração do novo terminal foi comemorada com grande clamor pela elite política de Sergipe, sendo esse um empreendimento que traria novas possibilidades ao turismo de Sergipe e, conseqüentemente, a consolidação da praia de Atalaia como atrativo.

Até então, por meio do Código de Urbanismo do Município de Aracaju dado pela Lei Nº 19 de 10 de junho de 1966, as construções no núcleo de Atalaia deviam seguir a metragem dada de lotes de 10 a 12 metros de testada e pelo menos 25 metros de profundidade nas ruas pavimentadas e principais avenidas caracterizadas em ZR-1 e nunca inferiores a 8 metros de testada e 25 de profundidade nas ruas internas, caracterizadas em ZN-2.

E ainda estabelece no inciso XIII-19 que “[...] as construções, em ZR-1 e ZR -2 deverão ser todas em alvenaria e de acôrdo com as prescrições que este Código determinar, sendo, terminante proibida as construções de taipa”. Esse Código ainda definia que na orla marítima não poderia construir edifícios com mais de 3 pavimentos, à exceção de quando houvesse térreo em pilotis¹⁷ com altura de 2,30m, possibilitando edificar um pavimento a mais, desde que não ocupasse mais de 80% da área.

Essas medidas eram referentes às primeiras quadras às margens do mar ou rios, as posteriores seguiam um aumento de dois pavimentos à medida que se afasta da Orla e redução de taxa de ocupação para 60%. Havia, então, um rigor em relação às construções, já que o enobrecimento da área carecia de normas para que a paisagem do bairro não fosse desconfigurada como demonstrado na Figura 32, em que exhibe uma vista aérea parcial, já com a avenida Rotary construída, ao seu final, e posteriormente construídos os Arcos da Atalaia, passando a serem símbolo principal ligado à Aracaju.

¹⁷ Segundo o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), pilotis são pilares em concreto armado que sustentam uma construção. São característicos da arquitetura modernista brasileira e fazem parte dos Cinco Pontos da Nova Arquitetura proposta pelo francês Le Corbusier. Esses pilares são muito importantes para a arquitetura brasileira, pois através deles é possível obter um vão livre no nível térreo, caracterizando um espaço público em contraposição ao espaço verticalizado, normalmente privado ou de uso restrito. Dessa forma, é possível ter abrangentes espaços de convivência e circulação. Isso era um valor para os modernistas e uma inovação conceitual.



Figura 32. **Vista parcial aérea da Atalaia na década de 1970.**

Fonte: Diniz, 2009.

Em meados da década de 1970 já era possível chegar à Atalaia por meio de linhas regulares de ônibus, assim como de carros particulares. A Atalaia passa a ser um dos principais pontos do circuito turístico do estado na época.

Houveram algumas alterações no tocante ao gabarito de construção, em 1976, por meio da Lei Nº 466 que aumentava o número de pavimentos em orlas fluviais e marítimas da cidade, a exceção se dava na orla de Atalaia, onde quaisquer construções com mais de três pavimentos, tinham de ser autorizados por setores da Aeronáutica e da Marinha.

Outras alterações foram sendo feitas por meio de Leis até que a partir da criação do Plano Diretor - PDDU – Lei Complementar 042/2000 – permitiu-se construir edifícios de até 20 andares em toda a cidade iniciando assim um rápido investimento por parte de construtoras em bairros, como a Atalaia, onde antes não era permitido. A falta de revisão de pontos do PDDU pode ocasionar prejuízos praticamente irreversíveis à região, chegando até à poluição do mar, devido à falta de rede de esgoto adequada para atender a demanda de constante crescimento e adensamento urbano do bairro.

Com a construção do Terminal de Carmópolis (TECARMO) ligado à extração de petróleo e à Petrobras, o bairro atrai moradores, expandindo a área urbana da região. Segundo Santos (2016):

Na década de 70 e 80, os loteamentos se intensificaram, sendo possuídos por famílias de classe média alta que foram ocupando progressivamente. A INOCOOP (Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais), em 1979, construiu o Conjunto Costa do Sol, na parte sudoeste do bairro. O conjunto residencial com sessenta e nove unidades habitacionais era destinado a (sic) classe média. O mesmo facilitou a ocupação dos terrenos no seu interior. Em 1986 foi entregue o Condomínio Estrela do Mar (INOCOOP), constituído de blocos de apartamentos de três andares, com 496 unidades. Consta ser o primeiro edifício do bairro (SANTOS, 2016a. p. 82).

Ao fim dos anos 1970, o início do Projeto Coroa do Meio ampliou as possibilidades urbanísticas da região. Mais uma vez, as comunidades de pescadores ali existentes foram alvo da gentrificação, mesmo que para os nativos fossem assegurados a sua permanência e participação na construção deste novo bairro de ligação entre o centro da cidade e a Atalaia. (Ver mais sobre o Projeto Coroa do Meio no Capítulo 4)

Hoje, localizada na zona sul da cidade, o seu crescimento se intensificou após o final dos anos 1980 com a construção da ponte de ligação pelo bairro Coroa do Meio. Nesta época, pensou-se no projeto grandioso de urbanização da orla marítima com a construção de diversos equipamentos urbanos, a fim de agregar valor à região e atrair investimentos de empresariado ligado à rede hoteleira, conforme demonstrado na Figura 33.



Figura 33. **Praia de Atalaia atualmente.**

Foto: booking.com. Disponível em: <<https://goo.gl/xEqzxF>>. Acesso em 14 de outubro de 2018.

Na segunda gestão do governador João Alves Filho, no início da década de 1990, a orla de Atalaia foi constituída tal qual conhecemos hoje. Projeto ambicioso que abarcava áreas de lazer, esportes e restaurantes. Esta obra é considerada como sendo a consolidação do Bairro enquanto principal ponto de atração hoteleira e turística da cidade. Fato que, favoreceu o aumento do valor do metro quadrado, mesmo com diversos problemas estruturais ligados a saneamento e pavimentação de ruas.

Ao observar a Figura 34 a concentração de hotéis (à direita) os quais seguiam o padrão de gabarito de construção relacionados à época, com até 4 pavimentos. E, à esquerda, a presença de quadras esportivas que tinham como finalidade atender, principalmente, aos moradores da cidade.



Figura 34. **Vista aérea parcial da Orla da Atalaia na década de 1990.**

Fonte: Diniz, 2009, p. 149.

Até o fim da década de 1990 haviam algumas limitações legais relacionados à verticalização do bairro, o gabarito foi alterado e a partir de meados dos anos 2010, edifícios começaram a ser construídos com mais intensidade ocasionando uma modificação da paisagem do bairro. Hoje, o bairro apresenta ainda diversos espaços vazios, contudo, é possível observar que o processo de urbanização e consolidação do bairro continua, principalmente depois da reestruturação da orla de Atalaia a partir do início da década de 1990.

Constituída como espaço de lazer e veraneio ao aracajuano, a Atalaia sempre foi foco a investimentos por parte do poder público. A partir da década de 1990 começou a ser desenvolvido um amplo projeto urbanístico na região, o qual previa a duplicação da Avenida Santos Dumont, além da ampliação do calçadão com a construção de amplos e diversos espaços ligados ao lazer, esporte, refeições e outros, como é possível ser observado na Figura 35.

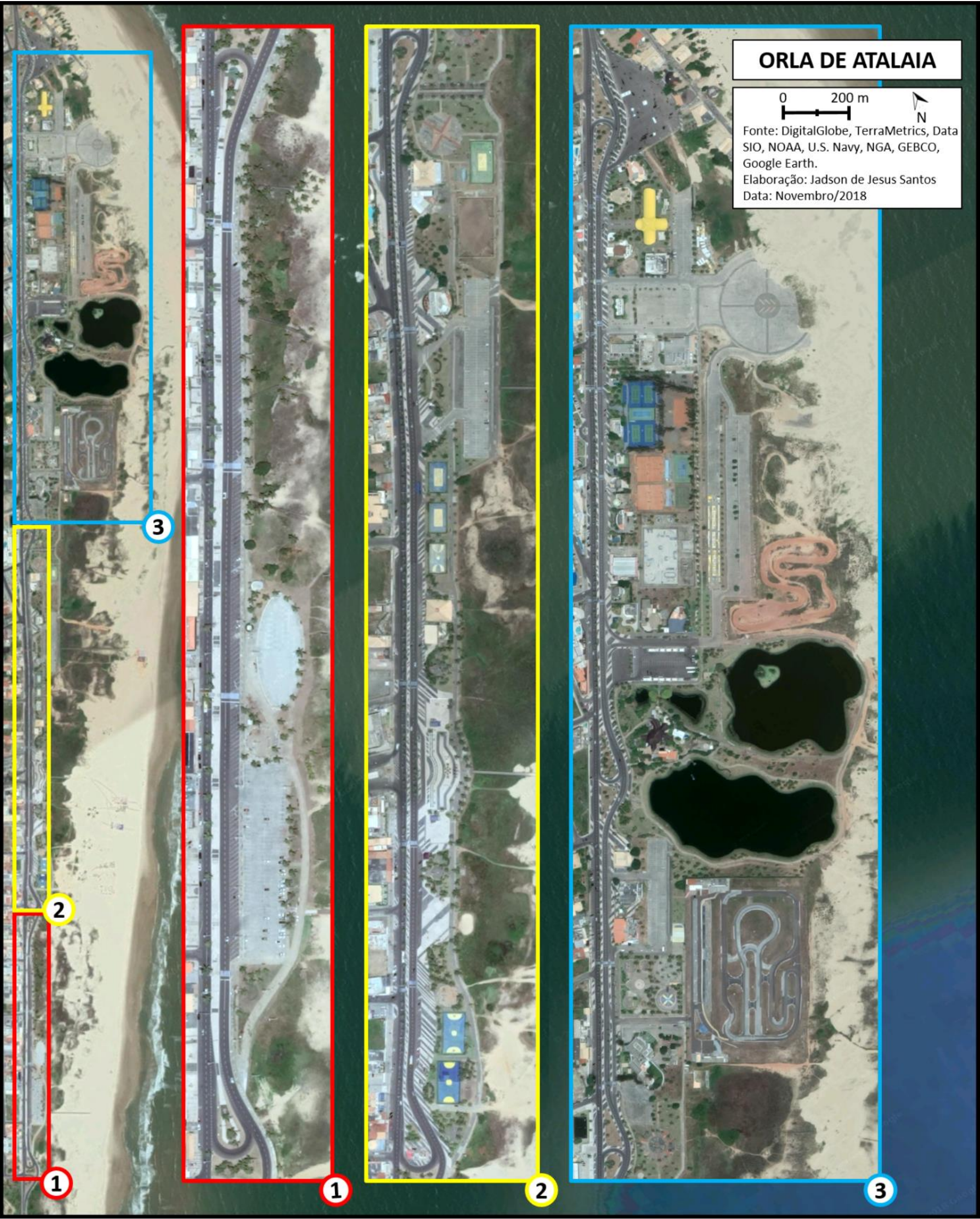


Figura 35. Orla de Atalaia, com destaques ampliados dos três trechos.
Fonte: DigitalGlobe, TerraMetrics, Data SIO, NOAA, U.S. Navy, NGA, GEBCO, Google Earth.

A Figura 35 ilustra a atual configuração da Orla de Atalaia. Antes de mais nada, é preciso destacar que a escala apresentada na imagem se refere ao todo, as ampliações possuem escalas diferenciadas. Dito isto, a orla foi separada na imagem para melhor representação e descrição. A primeira parte, em vermelho e representada pelo número 1, corresponde à denominada Passarela do Caranguejo. Nesse trecho é marcante a presença de bares e restaurantes, além de estacionamento e ampla pista de patinação.

O trecho 2, em amarelo, concentra parte das hospedagens da orla principalmente em posadas e *hostels*. Além disso, é neste trecho em que está localizado o principal cartão postal da cidade, os Arcos da Atalaia, conforme Figura 36, com significado incerto, esse monumento tornou-se a principal paisagem de referência da cidade de Aracaju. Além disso, há, nesse trecho, a presença de diversas quadras esportivas, monumentos em bronze, bares e restaurantes na extensão do calçadão.



Figura 36. **Arcos da Atalaia.**

Fonte: Jadson de Jesus Santos. Fotografado em fevereiro de 2013.

No último trecho destacado em azul, número 3, é possível perceber um adensamento de equipamentos urbanos, como pode ser visto na Figura 37. É nesse trecho onde estão localizados os principais e maiores hotéis da cidade. Com destaque ao Mundo Maravilhoso da Criança – com diversos brinquedos – o Kartódromo Emerson Fittipaldi, o Oceanário de

Aracaju – mantido pelo projeto TAMAR – além de lagos artificiais, estacionamentos, bares, restaurantes, pista de skate, praça de eventos, pavilhões de artesanato, pista de *motocross* e outros.



Figura 37. Vista parcial da Orla de Atalaia, com destaque aos lagos artificiais no entorno do Oceanário de Aracaju.

Fonte: BoqNews. Disponível em: < <https://goo.gl/rMFZsc> >. Acesso em 24 de novembro de 2018.

Foram utilizadas as terras praianas que se estendiam desde a praia dos Artistas, próximo ao farol, até o final da praia de Atalaia, próximo ao Hotel Parque dos Coqueiros. Ocorreram diversos percalços no decorrer da obra, desde embargos judiciais a pedido de órgãos ambientais, à greves de operários envolvidos na obra. Além disso, haviam questionamentos ligados à capacidade de manutenção e administração dos espaços por parte da Prefeitura Municipal, dada a magnitude do projeto. Bastos Júnior *et. al.* (2005) afirmam que:

Dado o contraste visual das edificações em relação às praias adjacentes, a Orla de Atalaia representa um *recorte* no conjunto da orla marítima da capital sergipana. Assim, o projeto Orla, enquanto estratégia, está vinculado

a associação entre práticas de gentrification e o desejo político do estado de formar um espaço turístico litorâneo que passaria a ser referência no Nordeste brasileiro. (BASTOS JÚNIOR *et. al.*, 2005. p. 161)

É interessante destacar que no projeto, a orla toda é voltada contra o mar. Isso pode ser analisado como uma forma de subestimar a importância de tal paisagem natural ao previsto no projeto que era servir de atrativo turístico e assim, uma vasta área de faixa de praia foi encoberta pelo novo calçadão urbanizado e imponente.

Dentre os problemas enfrentados durante a construção, pode-se descrever também os protestos dos, até então, donos de barracas de comercialização de bebidas e alimentos. Parte dessas pessoas ficaram de fora do projeto de ampliação e reestruturação do calçadão da orla.

É possível constatar inconsistências relacionadas à distribuição espacial da nova orla, como descreve Bastos Junior *et al.*, ao afirmar que “[...] é importante observar que a constituição espacial das barracas se deu de forma lenta e gradual. De fato, nem todos os comerciantes prejudicados pela distribuição dos bares conseguiram se estabelecer na areia da praia com um ponto de comercialização” (2005. p. 164).

Além dos problemas enfrentados entre os donos de bares da Orla, haviam também conflitos entre a prefeitura e o governo do estado. Olival relata que:

O projeto de urbanização da orla de Aracaju, o Projeto Orla, desenvolvido pelo Governo do Estado, no bairro Atalaia, também gerou conflito entre o poder municipal e o estadual porque as duas instâncias de governo possuíam projetos distintos para o mesmo espaço. Como Aracaju é área de interesse especial, após disputa judicial o governo estadual iniciou as obras, com duplicação de avenidas, construção de quadras de esporte, pista de patinação, skate, ciclovia, praça de eventos, parques infantis, quadras poliesportivas, quiosques, conjuntos de bares e restaurantes, etc (OLIVAL, 2005, p. 160)

Apesar dos problemas enfrentados, a obra continuou a ser executada e outras etapas foram sendo inauguradas com o passar do tempo. Em maio de 2005 a segunda etapa foi entregue pelo então governador João Alves Filho o qual, segundo o NE-Notícias de 12 de maio de 2005:

inaugurou o Espaço de Convivência, localizado em frente ao Balneário do Sesc, e a nova Passarela do Caranguejo. Com a inauguração das áreas de lazer, a orla da praia de Atalaia reafirma a máxima de que é a mais bonita e mais aparelhada do Brasil. Dentro da programação festiva, homenagens, emoções, shows de luzes, cores e música na Noite do Esporte Sergipano.

O governador seguiu em passeata pelo Espaço de Convivência e descerrou a placa inaugural, junto com a vice-governadora Marília Mandarino, o secretário de infra-estrutura [sic], Luiz Durval, e o presidente da Dehop, Antonio Carlos (NE-NOTÍCIAS, 12 de maio de 2005)

Desta feita, a Atalaia foi utilizada mais uma vez no processo de gentrificação urbana da cidade de Aracaju em que era notável a existência do poder econômico como determinante à manutenção no local e, ainda segundo Bastos Junior *et. al.*:

O projeto Orla manteve aproximações com práticas de gentrification no tocante à constituição de uma paisagem de poder, produzida a partir da exclusão/inclusão de sujeitos e a conseqüente definição de uma centralidade na orla marítima de Aracaju. Entretanto, notam-se algumas *singularidades*, os (des)usos e adaptações funcionais que se reproduziam no calçadão, além do destrato ambiental (BRITO JUNIOR *et. al.* 2005, p. 165).

Em 2016, iniciou-se, por meio de editais licitatórios, o projeto de expansão da Orla, dessa vez com a finalidade de estendê-la por mais 16,5 km, desde o final da passarela do caranguejo até o farol da praia do Mosqueiro, a Figura 38 ilustra parte desse local onde serão executadas as obras.



Figura 38. **Local onde será construída a nova extensão da Orla de Aracaju.**

Foto: ASN. Disponível em: <<https://goo.gl/5UUQen>>. Acesso em 10 de dezembro de 2018.

A obra está orçada em R\$ 300 milhões e contará, segundo informa a Agência Sergipe de Notícias (ASN) com:

a construção de ciclovias, bicicletários, acessos de pedestres e cadeirantes a areia, iluminação de LED e painéis solares, quadras poliesportivas, pontos de esportes radicais, lounge, passarela, redário, academia de praia, estacionamentos para ônibus, sinalização indicativa e turística, postos de informações turísticas e calçamento que impeçam o uso de veículos motores na areia, protegendo os usuários e evitando danos ao ecossistema local (ASN, publicado em 26 de outubro de 2016).

Os recursos para a execução da obra é fruto de uma linha de crédito ofertada pelo Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Juntamente a este projeto, outras obras são contempladas como a reforma da Orla Pôr do Sol iniciada no início de 2018. As Figuras 39 e 40 ilustram a placa com informações sobre a obra na Orla Pôr do Sol e parte do píer que está sendo revitalizado e ampliado.



Figura 39. **Placa de indicação de informações referentes à obra de revitalização da Orla Pôr do Sol.**
Foto: Jadson de Jesus Santos, em 15 de setembro de 2018



Figura 40. **Obra de revitalização do píer da Orla Pôr do Sol.**
Foto: Jadson de Jesus Santos, em 15 de setembro de 2018.

Assim como na Atalaia, a extensão da orla marítima em Aracaju tem como finalidade a valorização das regiões em que ela se estende com vistas a atrair investimentos da iniciativa

privada ligada ao turismo. Em 2016, durante o lançamento do edital de licitação da nova Orla de Aracaju, o então governador Jackson Barreto destacou que:

O setor turístico gera um ciclo virtuoso capaz de melhorar a vida das pessoas, além de contribuir com o desenvolvimento do estado como um todo. Essas obras de infraestrutura serão capazes de promover um novo ciclo de desenvolvimento para esse importante setor da nossa economia (ASN, publicado em 26 de outubro de 2016).

É preciso que esse tipo de investimento seja direcionado não somente a um único setor, é preciso que ele também insira as pessoas que residem no local onde são feitas essas intervenções. É necessário ainda que todos façam parte desse momento de urbanização da cidade, não sendo necessário que ninguém tenha de sair do seu lugar devido à valorização financeira relacionada ao encarecimento da região ocasionado pela gentrificação executada nesse tipo de obra.

Trazer a harmonia entre o urbano e o natural numa perspectiva de intervenção com a construção da Orla era necessário em razão do ambiente ali existente. Anteriormente os aracajuanos já usavam como local de lazer e descanso. A demanda cresceu, instaurando-se problemas sérios relacionados à infraestrutura da região em que se tornou com a diversidade de empreendimentos, uma região nobre da cidade. Permeava, então a necessidade de transformá-la aos moldes que tal parcela da população exigia ao seu conforto, pois, embelezamento paisagístico era essencial. Restou aos que não podiam ali ficar apenas a sensação de exclusão e/ou expulsão (in)voluntária. E aos que ficaram: proveitos dados pela nova urbanização daquilo que o natural já privilegiava. Aos demais, fica a sensação dada ao ouvir a canção de Chico Queiroga e Antônio Rogério em que o Cheiro de Terra corresponde a mirar as tão belas ondas do mar de Atalaia.

*Lá vem o dia despertando a natureza
Vou seguindo a correnteza
Na incerteza de chegar
Dia após dia
Noite e dia sem cessar
Tanta dor tanta alegria
Eu assim não vou ficar
Eu quero o cheiro das manhãs da minha terra*

*Ver o sol nascer na serra
E o vento norte soprar
Eu quero mesmo é ficar bem juntinho dela
Na praia de Atalaia
Mirando as ondas do mar
Mirando as ondas do mar*

(Chico Queiroga e Antônio Rogério, Cheiro de Terra)

É evidente que as mudanças ocorridas na praia de Atalaia trouxeram embelezamento urbanístico ao já belo ambiente natural. Contudo, alguns impactos aconteceram com a fauna e flora da encosta do mar e fatores como esses devem ter um olhar especial por parte dos gestores para que problemas futuros não aconteçam em decorrência das intervenções feitas no ambiente natural. Espera-se que o poder público conserte os problemas identificados em etapas anteriores da construção da Orla, para que não se repitam os mesmos problemas nas novas etapas que são construídas posteriormente.

3.2. Calçadões Formosa Aracaju e Treze de Julho: ambientes para as caminhadas

Localizados às margens do estuário do rio Sergipe, os calçadões Formosa Aracaju e Treze de Julho fazem parte da paisagem urbana característica das áreas nobres da cidade de Aracaju. Essas duas intervenções urbanas foram construídas, principalmente, devido à devastação e poluição causada no rio e, conseqüentemente, pela força que o mar passou a exercer devido à essas interferências antrópicas. Sobre a pretensão da construção do calçadão Treze de Julho, Rabelo descreve que:

O Calçadão iria esconder os ruídos de poluição da Praia Treze de Julho, dando uma paisagem menos incômoda para os atuais e futuros moradores do Bairro. Por isso, a necessidade das plantações das árvores de amêndoas, as quais não faziam parte da paisagem da Praia Formosa (RABELO, 2010, p. 160).

Antes das necessárias intervenções, a praia Treze de Julho era frequentada pela elite sergipana já residente de casarões no local. A água límpida e calma do rio Sergipe era o principal atrativo à balneabilidade naquele local, conforme destaque na Figura 41, a qual podemos observar a praia Treze de Julho em princípio de povoamento, na parte inferior da imagem podemos perceber a presença de poucas casas construídas no local em que se localizava a praia. No centro da imagem podemos observar o traçado da atual avenida Francisco Porto, em que já era possível ver que nessa época a região era pretendida à ocupação antrópica.



Figura 41. Praia Treze de Julho em 1973.

Foto: Jaime Gomes Junior. Disponível em : <<https://goo.gl/KEqqcN>>. Acesso em 28 de novembro de 2018.

Primeiro a ser construído, o calçadão Treze de Julho, anteriormente chamado de Calçadão Viana de Assis, referência dada ao prefeito da cidade no final da década de 1980, o qual tinha como lema: “Quatro anos em quatro meses” e o primeiro a ter a ideia da construção desse espaço urbano, possui atualmente uma vasta lista de equipamentos urbanos como: ciclovia, equipamentos de ginástica, mirante, quadras esportivas, jardins e outros.

A Figura 42 de meados da década de 1980 mostra a região já densamente povoada. O calçadão ainda não havia sido construído, mas é possível ver a desembocadura do riacho localizado na atual Avenida Anísio Azevedo.



Figura 42. **Avenida Beira Mar em meados da década de 1980.**

Foto: Waldemar Neto. Disponível em: <<https://goo.gl/Uz9fsK>>. Acesso em 14 de outubro de 2018.

Vale destacar que a obra do calçadão ia além de ser apenas uma intervenção paisagística, o objetivo era abrir caminho para o primeiro shopping da cidade construído no recente projetado bairro Coroa do Meio. O shopping Riomar, entregue em 8 de maio de 1989, foi precursor da expansão dada à cidade na região entre o centro e a Atalaia, devido aos interesses do poder econômico da elite sergipana, pois, parte da cidade recebia altos investimentos em infraestrutura para possibilitar os avanços econômicos esperados.

A Figura 43 ilustra um anúncio de página inteira publicado na Gazeta de Sergipe em 9 de maio de 1989 destacando a importância econômica trazida pela construção do primeiro shopping sergipano.

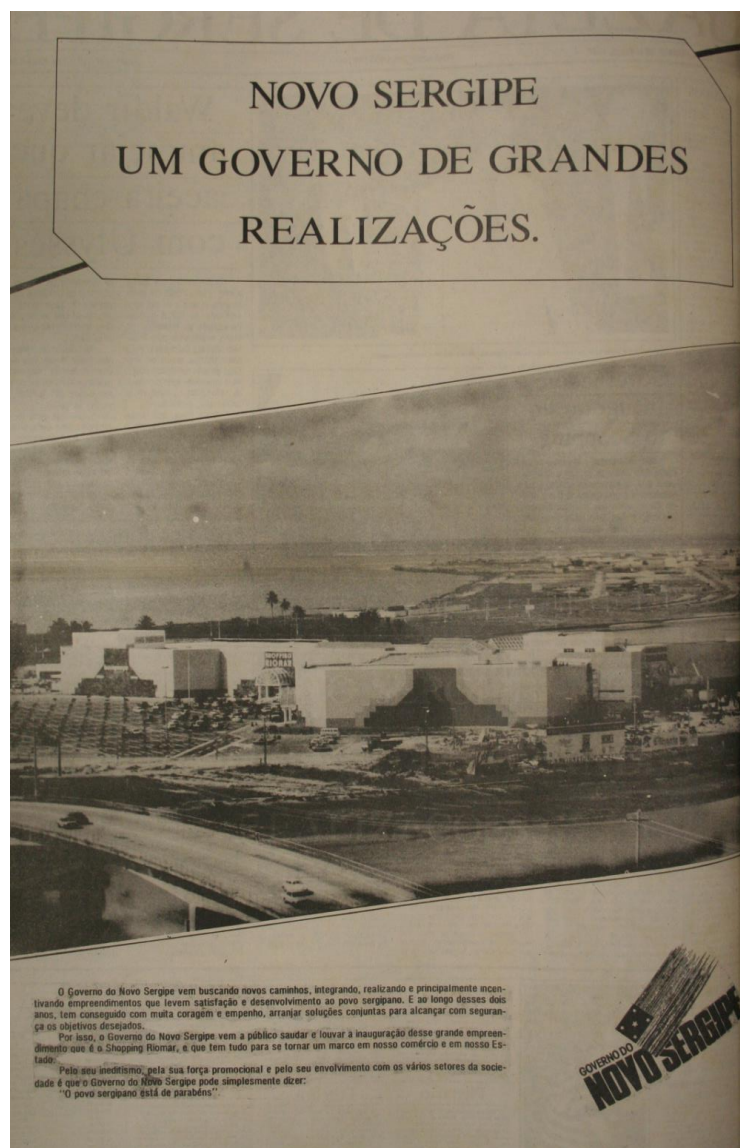


Figura 43. Publicidade sobre a inauguração do Shopping Riomar publicada na Gazeta de Sergipe em 9 de maio de 1989.

Fonte: Jornais de Sergipe. Disponível em: <<https://goo.gl/5bbFJu>>. Acesso em 28 de novembro de 2018

Havia alvoroço causado pela inauguração, comemorado e ovacionado, a preocupação da preservação/conservação ambiental da região era destaque em publicação da Gazeta de Sergipe dia após a sua inauguração, em que “[...] a presença do Shopping Riomar na Coroa do Meio não representa riscos para o meio ambiente” afirmava a notícia, “[...] os dejetos não serão lançados no braço de rio. Tudo foi planejado também para evitar problemas para o meio ambiente. Os esgotos sanitários funcionarão em sistema integrado” (GAZETA DE SERGIPE, em 9 de maio de 1989, p. 5).

A preocupação dada era necessária, visto que a principal finalidade da construção do Calçadão da Treze de Julho era amenizar e esconder os problemas de poluição causados pelo lançamento de dejetos nas águas do rio Sergipe. Pois, juntamente à construção do calçadão, foi plantada vegetação nativa para possível recuperação e filtragem natural dos resíduos lançados no rio. O mangue encontrado na Treze de Julho é fruto de poluição, bioma sensível, mas de vasto crescimento a partir de um conjunto apropriado entre temperatura, umidade e extrato de microrganismos adequados.

Hoje, com a paisagem já modificada, o calçadão da Treze de Julho representa uma paisagem harmônica entre o luxo dos condomínios de alto padrão e a natureza responsável por esconder os destratos do ser humano para com o meio ambiente. Além disso, segundo Rabelo:

No Calçadão, podemos entender o significado da apropriação em massa de bens de consumo, pois temos dificuldade de perceber, nele, quem são os moradores do Bairro e os ‘estranhos’. Não estamos afirmando a existência de uma homogeneidade de estilos do local, pois, ali, há ruídos que contrastam com o ambiente: meninos de rua, trabalhadores informais, etc. (RABELO, 2010. p. 166).

São esses aparatos que dão vida ao local e é devido ao alto valor do metro quadrado no bairro e região que acaba afastando a população pobre. Na Figura 44 podemos observar uma mudança na paisagem após a construção do calçadão e a verticalização dada na região de modo que é possível notar uma vasta área de mangue às margens do rio. Essa imagem ilustra a região antes da construção do calçadão Formosa Aracaju, entregue em 2016 após paralizações da obra devido a conflitos existentes entre a Administração Estadual o Meio Ambiente (ADEMA) e a Empresa Municipal de Obras e Urbanização (Emurb), além de intempéries climáticas, relatado na publicação do Jornal do Dia:

Enfim, depois de três anos e dois meses de atraso, a Prefeitura de Aracaju concluiu e entregou na noite de ontem a obra de urbanização da Praia Formosa - extensão do calçadão da 13 de Julho. O serviço que foi iniciado no final de janeiro de 2013 enfrentou problemas judiciais, interferências climáticas e críticas por parte de grupos de apoio ao meio ambiente. O projeto concluído necessitou promover um aterramento de 40 metros do Rio Sergipe e custou aos cofres públicos municipais mais de seis milhões de

reais. O projeto inicial previa quatro milhões. (JORNAL DO DIA, publicado em 16 de julho de 2016)

A obra desenvolvida durante a gestão do prefeito João Alves Filho, abrange uma área de vinte mil metros quadrados e possui, além do paisagismo, equipamentos de ginástica, jardim suspenso, espelho d'água e outros e foi orçada em R\$ 4 milhões.



Figura 44. **Avenida Beira Mar antes da obra do Calçadão Formosa Aracaju.**

Foto: brasilgigante.com. Disponível em: <<https://goo.gl/iX2sDs>>. Acesso em 14 de outubro de 2018.

Mais uma vez, a intervenção dada a partir da construção de um novo calçadão, é proveniente do destrato ao meio ambiente. Desde as intervenções dadas pelo aterramento da Coroa Do Meio “[...] foram destruídos os canais de maré que serviam de proteção natural da costa e que agiam como ‘quebra mar’ natural, diminuindo a velocidade das correntes de maré e evitando o carreamento do material mais fino “ (SANTOS, 2012, p. 35), até a construção do

molhe¹⁸ para contenção do avanço da mar sobre o bairro às margens do rio na Coroa do Meio, a maré mudou sua forma e começou a ameaçar os moradores e pedestres avançando sobre a avenida Beira Mar, descreve Rolemberg:

O risco de desabamento de balaustrada¹⁹ e da pista devido ao avanço do mar fez com que a juíza Simone de Oliveira Fraga, da 3ª Vara Cível, atendendo a uma ação movida pelo Ministério Público Estadual, determinasse a interdição imediata do tráfego de veículos em um trecho de aproximadamente 640 metros da avenida Beira Mar, uma das principais de Aracaju [...]. Também quer que a prefeitura adote medidas emergenciais que façam cessar o risco de destruição da balaustrada, calçada e pista de rolamento da via. Ela ainda determinou que a administração municipal fiscalize semanalmente a área delimitada a fim de constatar a evolução da situação da área de risco até que seja iniciada a obra. (ROLEMBERG, 2013, s/p)

Além disso, por interesses econômicos era preciso construir uma barreira contra a maré de modo que a paisagem permanecesse harmônica, dado o grau de nobreza da população ali residente. Inclusive, segundo Rabelo:

É interessante percebermos como as propagandas dos empreendimentos imobiliários se relacionam com o Calçadão, pois os mesmos enfatizam a possibilidade de o morador não ter a necessidade de sair para o espaço da rua para fazer ginástica, fazer refeições, etc., e também sublinham a estrutura do setor de serviços do Bairro, o Calçadão, entre outros (RABELO, 2010, p. 171).

A Figura 45 ilustra as diferenças da planície de maré entre os anos de 1984, antes da construção do calçadão Treze de Julho e 2003, 19 anos após a obra e plantio do mangue, sobre a responsabilidade da Prefeitura Municipal.

¹⁸ Um molhe é uma barreira de contenção construída, geralmente, em portos marítimos em forma de cais. A construção é também usada como barreiras de contenção, semelhante aos espigões e quebra-mar.

¹⁹ Balaustrada é o corrimão ou parapeito construído para proteção ou apoio.

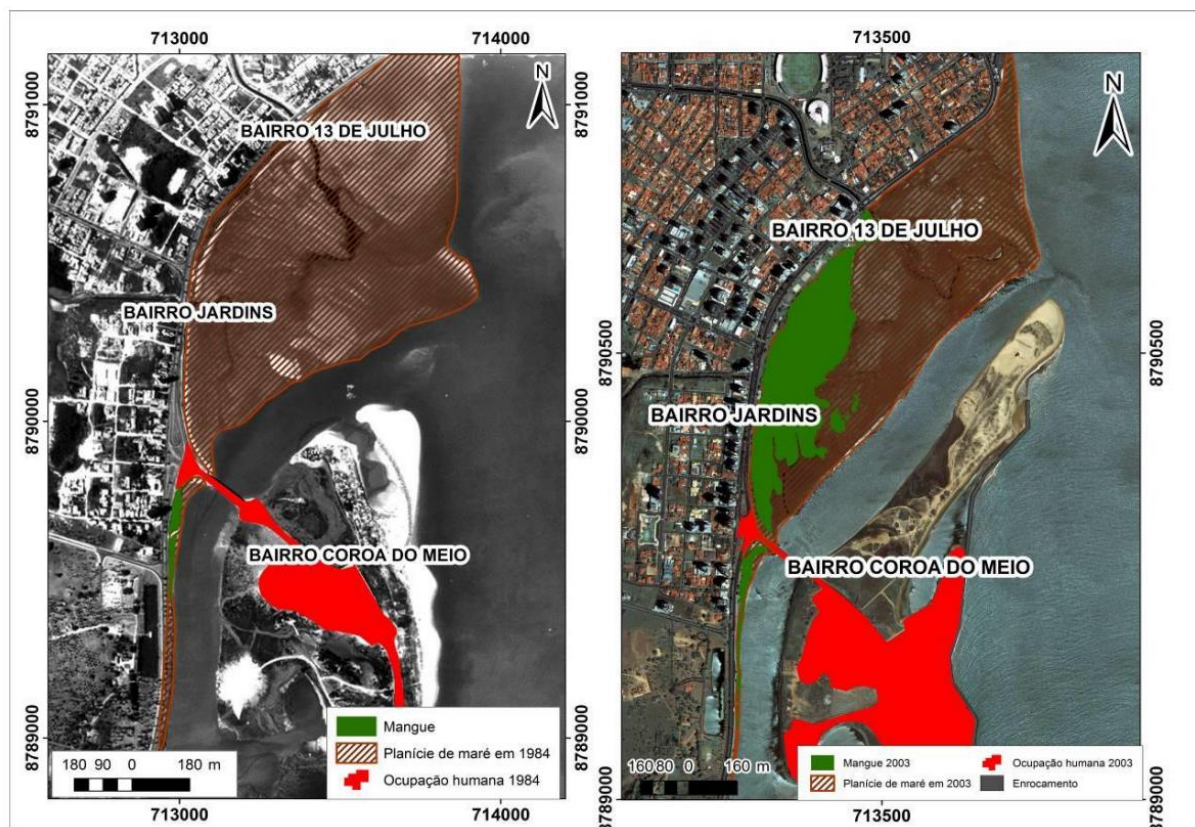


Figura 45. Planície de maré dos bairros Treze de Julho e Jardins entre 1984 e 2003.

Fonte: SANTOS, 2014a.

Na imagem, estão explícitas as diferenças da área da planície de maré, que foi reduzida em um total de 9,4 hectares a partir do avanço da mancha urbana da região pela expansão do Bairro Coroa do Meio. Segundo informações de Santos:

Entre 1984 e 2003 foi observada nova redução da área total da planície de maré, passando de 71 ha em 1984 para 61,6 ha em 2003. Verificou-se que o promontório arenoso adjacente (Coroa do Meio) aumentou sendo estabilizado pela construção dos enrocamentos (obra de contenção) às margens do rio Sergipe. A Planície de maré que entre 1955 e 1984 encontrava-se exposta e com rarefeita colonização pelo mangue, em 2003 constituiu um manguezal amplamente desenvolvido com área colonizada pelo mangue de cerca de 16,5 ha. É necessário destacar que as intervenções antrópicas continuaram a se expandir sobre a Coroa do Meio e que a colonização pelo mangue só ocorreu na área de estudo em virtude da proteção fornecida pelo pontal arenoso, predominantemente, de origem antrópica (SANTOS, 2014a, p. 285)

O avanço do mar perante às constantes modificações no ambiente natural em que está localizada Aracaju causou problemas no tocante às ameaças da natureza. Num ambiente já urbanizado, é preciso conter essas ameaças e, ao mesmo tempo, é necessário também manter o padrão do bairro para a continuidade do mercado imobiliário de alto padrão na região. Para tanto, foi elaborado um projeto em que haveria além da contenção da maré, a construção de um espaço com diversos novos atrativos à população aracajuana desde um corredor com um túnel de água, à um jardim suspenso.

Podemos observar a partir da Figura 46 que na alteração da paisagem dada pela construção do Calçadão Formosa Aracaju, houve um recuo do rio, criando-se novamente, a praia Treze de Julho, anteriormente a 1930, denominada de Praia Formosa. Além disso é possível perceber no canto superior direito que houve uma retração da faixa de mangue dada pelas alterações de maré, além da imensa quantidade de dejetos jogados no rio Sergipe na região. Hoje, diferentemente dos anos de 1970, não há balneabilidade da praia Treze de Julho, devido ao alto grau de poluição das águas do rio.



Figura 46. **Vista aérea do Calçadão Formosa Aracaju, no Bairro 13 de Julho, em Aracaju/SE.**
Foto: Studio Jorge Henrique. Disponível em: <<https://goo.gl/j9ixku>>. Acesso em 26 de novembro de 2018

Os problemas ligados à poluição do sensível bioma manguezal vem causando, ao longo do tempo, a diminuição desse tipo de vegetação. Em 1988, juntamente com a urbanização dada pelo calçadão, durante a gestão do prefeito Viana de Assis, foram plantadas espécies à margem do rio para que um manguezal pudesse desenvolver ali. Em publicação do Jornal de Sergipe é possível notar que o prefeito afirmava à época que o mangue morria também por causas naturais, “[...] a intenção de Viana é replantar vegetações próprias dos mangues nativos, que foram destruídos naturalmente. ‘Os mangues também morrem’, diz Viana, ‘mas estamos cuidando para reincorporá-lo à paisagem do novo calçadão’” (JORNAL DE SERGIPE, 8 e 9 de dezembro de 1988).

Apesar do crescimento dado do mangue a partir do plantio em 1988, o mesmo vem sofrendo uma diminuição nos últimos anos, causada, mais uma vez, pelas alterações do espaço urbano de Aracaju. Santos aborda esse assunto e afirma que é possível observar que:

as ações humanas sobre a paisagem costeira do município de Aracaju, promoveram indiretamente o desenvolvimento do manguezal entre os bairros 13 de julho e Jardins. Vale ressaltar que no contexto das áreas de manguezais do município de Aracaju esse exemplo é uma exceção, já que grande parte dos manguezais encontra-se em processo de degradação devido ao crescimento urbano (SANTOS, 2014a, p. 289).

A nova configuração urbana dada à margem direita do rio Sergipe, após a construção do Calçadão Formosa Aracaju, provocou, mais uma vez, alterações na dinâmica da vegetação do mangue. O Ministério Público de Sergipe (MP-SE)²⁰ tentou intervir na construção do calçadão, afirmando existir problemas em seu planejamento, principalmente no tocante à manutenção do mangue ali existente. Para o MP-SE haviam outras possibilidades de intervenção àquela área para conter o avanço da maré sem que houvesse a necessidade da construção de um conjunto de aparelhos urbanos como ocorreu. Hoje, é possível ver que há um recuo do mangue agravado, ilustrado na Figura 47, também, pelo lançamento das águas poluídas do córrego da avenida Anísio Teixeira e do rio Tramandaí.

²⁰ Ação Civil Pública nº 0000083-60.2014.4.05.8500, disponível em: <<https://goo.gl/hEaKEd>>. Acesso em 7 de dezembro de 2018.



Figura 47. **Degradação do mangue da praia Formosa devido à poluição das águas.**

Foto: Jadson de Jesus Santos, em 14 de dezembro de 2018

O poder econômico, mais uma vez, exerce de fato a tomada de decisões no tocante à paisagem urbana. O movimento natural do mar afetado pela ação antrópica causou na região a necessidade de intervenção em dois momentos. Poderiam as gestões municipais de cada época fazer vistas grossas aos fatos que ali estavam acontecendo, mas, devido à existência de moradores com poder econômico no local, tudo foi “olhado” e analisado de maneira diferenciada. Pensaram em projetos paisagísticos em que fosse possível unir a necessidade com o bem-estar a partir de uma “bela” paisagem urbana com equipamentos direcionados ao esporte e lazer.

3.3. Orlinha do Bairro Industrial: (des)valor dos empreendimentos históricos

Já abordado no início deste capítulo, a história do Bairro Industrial remete ao início da ocupação da cidade de Aracaju. Inicialmente, como visto na Figura 14 (Ver página 88), a localidade chamava-se Massaranduba, posteriormente alterada para Chica Chaves e somente em 1920 devido à concentração industrial, passou a ter a atual denominação. A década de

1920 foi o período mais importante para criação e expansão desse bairro com a instalação de fábricas e uma nova configuração do espaço com os aterramentos e desmontes de morros necessários à sua ocupação, à época. Além de investimento em infraestrutura como construção de pontes de ligação e de linha férrea para escoar a produção para parte do estado. Devido estar entre o Santo Antônio e o Centro, a região começou a tomar forma e investimentos, Diniz descreve que:

Para o norte, acompanhando o estuário, o bairro Chica Chaves continuou crescendo graças ao aumento da produção das fábricas de tecidos. O Santo Antônio também vai ter sua ocupação bastante incrementada após 1910, com a implantação do sistema de bondes a burros, e mais ainda a partir de 1926, quando os bondes elétricos facilitaram a ligação entre essa área mais remota e o Centro. Essas zonas vão atrair também uma parte da população de renda mais elevada. O povoamento se intensificou com a urbanização da antiga Estrada Nova e a criação da Avenida João Ribeiro na década de 30 (DINIZ, 2009, p. 88).

Para Santos e Shimada “[...] o Bairro Industrial teve papel de destaque no processo histórico da formação e organização de Aracaju ocasionando diversas ações dos sujeitos que interferem direta e indiretamente na produção do espaço através da relação capital-trabalho” (2018, p. 2). A primeira a ser instalada, em 15 de fevereiro de 1882, e a principal responsável pela ocupação, o prédio da Sergipe Industrial S. A., ilustrado na Figura 48, possuía relevância ao contexto histórico da cidade. Foi a partir de sua instalação que se começou a ser visualizado um avanço mais acelerado da expansão da cidade, dada a necessidade de mão-de-obra para produção.



Figura 48. **Prédio da fábrica da Sergipe Industrial no início da década de 1920.**

Foto: Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura. Disponível em: <<https://goo.gl/mnG76u>>. Acesso em 29 de novembro de 2018

Nos versos escritos por Jacintho Figueiredo, o bairro Industrial é mostrado como importante centro de comercialização dos produtos, também ali, fabricados. A “Feirinha de Tecido” descreve a feirinha do bairro, ainda denominado de Chica Chaves:

A Feirinha em “Chica Chaves”,
 A Feirinha do Tecido:
 Carne não tinha, nem aves...
 Mas beiju, menduim [sic] cozido.
 Livre de impostos, entraves,
 - Um comércio divertido...
 Sem anúncio, sem alarde,
 Dia de sábado, à tarde,
 Tinha lugar e função:
 Logo à saída da ponte,
 E, da Fábrica, adiante,
 Bem defronte do portão.
 (FIGUEIREDO, s/d, p. 51)

A região, porém, começou a sofrer alterações dadas pelo avanço industrial, Lima (2013), descreve que as modificações dadas pela produção industrial começavam a serem visualizadas, caminhões atravessavam o bairro carregando matéria-prima e toda a produção das fábricas de tecido “[...] e as vibrações provocadas por esses veículos incomodavam insistentemente os moradores do local; havia muito barulho, odores estranhos emergiam das fumaças das fábricas e a cor da areia e das águas da praia já não eram as mesmas de antes” (2013, p. 36-37).

A história do bairro Industrial também serviu de inspiração, de acordo com Santos e Shimada (2018), para a obra “Os Corumbas”, do escritor paulista Amando Fontes, a referência utilizada no romance mostra que à época já havia sido construída a ponte de ligação entre o bairro e o centro da cidade:

Clareava o dia. A maré quase cobrira o aterro. Ao sopro da ventania, pequenas maretas se formavam e vinham rebentar bem aos pés das raparigas. Emergindo das águas transparentes flutuantes. O aterro que liga o Bairro Industrial à parte mais rica da cidade também formigava de gente. (FONTES, 2001, p. 22).

É possível observar no trecho que a cidade já havia intensificado o aterramento das áreas de mangues e alagadiços e que haviam diferenças socioeconômicas entre os dois locais, sendo o centro da cidade, dentro do Quadro de Pirro, o mais rico deles. As instalações industriais à época eram atrativas aos moradores do interior, os quais buscavam melhoria de vida. Fontes, usa de descrições da vida de suas personagens para retratar esse momento:

Na capital há emprego decente para as duas meninas nas fábricas de tecidos, estavam assim de moças, todas ganhando bom dinheiro... Pedro não demoraria em conseguir um bom lugar, como ferreiro ou maquinista... Uma outra vida, enfim. Vestiam-se melhor, andavam-se no meio de gente... uma certeza de que logo as filhas casariam (FONTES, 2001, p. 10).

Porém, a história do bairro aos poucos vai sendo perdida, seus cenários de grandes galpões industriais vão dando lugar a novos segmentos econômicos. Nem mesmo a primeira fábrica foi poupada, em 2011, tentou-se tombar o prédio da Sergipe Industrial S.A., assim

como o conjunto arquitetônico existente naquela quadra, como confirma a petição pública encabeçada pelos professores do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe, Antonio Lindvaldo Sousa e Claudefranklin Monteiro Santos:

A fábrica de tecido Sergipe Industrial está entres os bens culturais que representam a memória e história de Aracaju. Tombar o mesmo é um ato de valorização da identidade aracajuana e sergipana, contribuindo para alicerçar a idéia de que existe história de Sergipe em Aracaju e não somente em São Cristóvão e Laranjeiras.

Entendemos que a mesma precisa ser tombada pelos seguintes motivos:

- 1) um dos grandes empresários de Sergipe, Thales Ferraz, a dirigiu por mais de uma década. Ela foi um espaço importante desses empreendedores pioneiros. Thales Ferraz, por exemplo, estudou engenharia têxtil na Inglaterra e inovou nessa fábrica em muitos aspectos. Um deles foi montar um parque de lazer em seu interior;
- 2) a história do esporte sergipano começou com as fábricas SI e Confiança;
- 3) as primeiras lutas de operários foi [sic] nessa fábrica, lideradas pelo Centro Operário contendo jornais de boa circulação e bastante críticos como "O Operário" e "A Voz do Operário";
- 4) a SI ajudou no processo de modernização de ARACAJU, contribuindo para expansão do bairro industrial e sua ligação com o Bairro Santo Antônio e o centro. O capital gerado de sua produção pagou impostos e ajudou em benfeitorias para a cidade.

Neste sentido, solicitamos junto ao Conselho de Cultura o tombamento estadual da fábrica de Tecidos.

Aracaju, 10 de novembro de 2011.

Porém, a intenção de transformação do local, por parte dos detentores do poder econômico, ia além de tombamentos para manutenção da história. O bairro receberia investimentos da iniciativa privada e a mesma necessitava de demolir os resquícios da história de Aracaju ocupados pelas construções ali existentes, a exemplo da antiga e primeira fábrica de Sergipe, para a construção de um novo shopping para reestruturação e reconfiguração do bairro industrial. Mais à frente retomarei sobre esse fato aprofundando-o.

O bairro Industrial viveu décadas de história como importante espaço econômico para Aracaju e para o estado de Sergipe. Porém, a partir da década de 1960 o bairro começou a sofrer com a crise instaurada no país e, para tentar contornar a situação, pensou-se aos poucos

na transferência das indústrias para um local com melhor infraestrutura a partir da década de 1970: o Distrito Industrial de Aracaju (DIA). Desde então, o bairro industrial foi esvaziado, seus galpões industriais foram praticamente abandonados, deixando sem movimentação econômica, o bairro, que foi palco de momentos de expansão urbano e industrial da cidade de Aracaju.

Com o esvaziamento do bairro Industrial, a paisagem local começou a sofrer alterações. Os galpões industriais foram dando espaço às residências e, aos poucos, a indústria foi sendo substituída pela vivência dos novos moradores da região. A partir disso, a região careceu de uma nova reestruturação para melhorar a qualidade de vida dos moradores como confirmam Martins e Cristina:

O cenário se modificou com o passar dos anos. As velhas fábricas deram espaço às residências e vieram projetos de valorização das belezas naturais do bairro, como a Orlinha do Bairro Industrial, inaugurada em 2003. Segundo dados da prefeitura, ela está entre os locais turísticos mais frequentados da capital. A orla conta com uma vista privilegiada do Rio Sergipe e da Ponte Construtor João Alves, que ligou a Barra dos Coqueiros ao centro da cidade e trouxe visibilidade ao que passaria a ser a nova essência do Bairro Industrial: o comércio (MARTINS; CRISTINA, 2015, s/p).

Segundo dados publicados na Infonet, “[...] o investimento nas obras foi de cerca de R\$ 2,5 milhões, aplicados em dois restaurantes de grande porte, parque infantil, quadra esportiva, quiosques, mirante, ciclovia, banheiros, enfim, uma infra-estrutura necessária ao funcionamento do local” (INFONET, 2003. s/p). Durante a inauguração da obra foi destacada a importância daquela reestruturação dada ao bairro, devido às alterações na ocupação do mesmo desde a desativação da maior parte das indústrias anteriormente ali existentes.

Na Figura 49 é possível observar a estrutura da Orlinha do Bairro Industrial. No canto superior direito da imagem é possível observar um conjunto de galpões industriais desativados, atualmente usados pela empresa de *telemarketing* italiana Alvaviva S.A., desde 2012. Ao fundo da imagem ainda não é possível observar a demolição do conjunto de galpões onde, dentre eles, estava o da Sergipe Industrial.



Figura 49. **Orlinha do Bairro Industrial em 2010.**

Foto: Miss Check-in. Disponível em: <<https://goo.gl/TTXkQz>>. Acesso em 29 de novembro de 2018

Atualmente, a Orlinha encontra-se com problemas de manutenção de sua infraestrutura, pois, os meios de comunicação relatam a necessidade de reforma dos espaços da Orlinha como descreve a nota publicada no Jornal da Cidade em 12 de julho de 2018:

Bancos sem assento, alambrado da quadra destruído, brinquedos do parquinho que colocam em risco a saúde das crianças, calçadas com as pedras soltas, madeiras do local de passagem de pedestres não existem ou estão quebradas. Estes são alguns dos sinais de abandono encontrado Orlinha do bairro Industrial, em Aracaju,

Moradores e comerciantes do local dizem que um dos mais bonitos cartões postais de Aracaju precisa de reforma urgente, mas que a solicitação ocorre há anos e nenhuma providência é tomada. “Dia de domingo aqui é o lugar de lazer dos moradores de todos esses bairros próximos e agora está assim abandonado”, lamentou Daniel Socorro, que nasceu e foi criado no bairro Industrial (JORNAL DA CIDADE, 12 de julho de 2018).

A Figura 50 publicada pelo jornal, mostra a deterioração que pode ser observada em parte da Orlinha. Fato que decorre da precária manutenção da infraestrutura por parte do

poder público para a população ali residente, além da falta de cuidados da população com a manutenção e conservação dos equipamentos ali existentes.



Figura 50. **Deterioração observada em parte da Orlinha do bairro industrial no início de 2018.**
Foto: Andre Moreira/Equipe JC. Disponível em: <<https://goo.gl/BJYwXT>>. Acesso em 29 de novembro de 2018.

É possível notar a diferença dada no quesito manutenção a partir da espacialização dos espaços urbanos da cidade de Aracaju. Na Orlinha, devido à composição populacional, não há os mesmos cuidados dados aos calçadões do bairro Treze de Julho ou da orla da Atalaia, já que lá a demanda dada pela população de alto poder econômico influencia nas decisões dos gestores municipais da cidade de Aracaju.

Apesar dos problemas apresentados na Orlinha, o Plano Diretor da Cidade de Aracaju considera parte do bairro Industrial, ilustrado na Figura 51 como Área de Interesse Urbanístico, o qual prevê a sua revitalização e dinamização urbana, a partir das seguintes diretrizes de intervenção:

- Incentivo a mudança de uso industrial para comercial e de serviço, com reciclagem dos antigos galpões e edifícios industriais.
- Adoção de medidas facilitadoras de acessibilidade ao local, como por exemplo a construção da Av. Beira Rio (projetada).
- Projeto especial que promova a restauração, manutenção e animação turística, das antigas vilas operárias com a elaboração de uma matriz de uso, além do residencial. (PDDU/PMA, 2015, A.I.U-4)

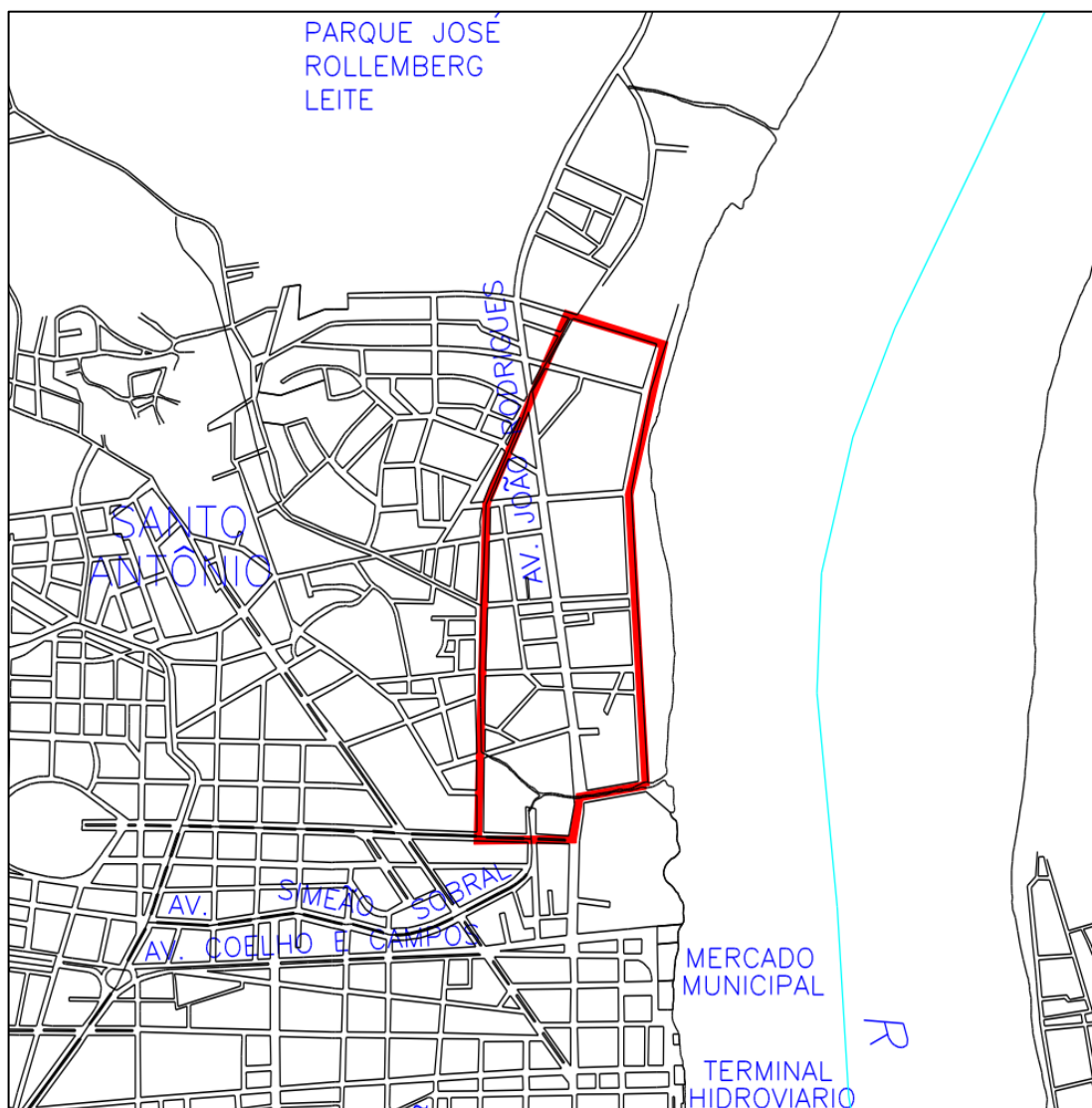


Figura 51. **Área de Interesse Urbanístico 4.**

Fonte: PDDU/Aracaju. Disponível em: <<https://goo.gl/h7dtFh>>. Acesso em 13 de dezembro de 2018

Considerando ainda o fluxo de pessoas que fazem o traslado para a Barra dos Coqueiros, a região toma importância aos investimentos em infraestrutura, já que por ela há um fluxo de pessoas do estado, assim como turistas.

A atual configuração do mercado financeiro demonstra como são tratados os espaços urbanos, em que antes o valor era determinado pelo interesse político e econômico de atendimento à demanda de interesse capitalista, hoje é o mercado que determina tal valor. Foi a partir desse pensamento que começou a ser construído um novo shopping no bairro Industrial, como afirmam Martins e Cristina (2015) sendo corroborado pelo professor Antônio Carlos Campos, da Universidade Federal de Sergipe ao destacar que:

os pequenos comerciantes do bairro devem ser prejudicados por não conseguirem acompanhar a economia acessória ao shopping. Isso deve provocar mudanças drásticas no perfil dos moradores para os próximos anos. 'A população não impõe mais o perfil do mercado, o mercado é que impõe o perfil da população', diz ele. E com o surgimento de prédios acima de quatro andares, que já são uma tendência no Bairro Industrial (o próprio terreno ocupado pelo shopping inicialmente serviria para um condomínio do tipo), essa população também deve aumentar. Um crescimento acompanhado por possíveis problemas, como o aumento da criminalidade, destaca Campos (MARTINS; CRISTINA, 2015, s/p).

Este aspecto já era observado antes mesmo do início das obras do novo shopping com base nos argumentos dados à sua construção a partir da demolição de parte da história. Assim, Martins e Cristina descrevem que:

O Aracaju Parque Shopping chegou ao Bairro Industrial já transbordando pretensão em seu projeto arquitetônico. E não só pela responsabilidade assumida de revitalizar a zona norte da cidade. Mas também porque será o primeiro shopping de Aracaju a apresentar um projeto inovador e ousado, que pretende garantir os valores étnicos, culturais e religiosos da população. A sede da Paróquia São Pedro Pescador, que fica situada quase ao centro do terreno do shopping, será restaurada e mantida pelo empreendimento (MARTINS; CRISTINA, 2015, s/p).

É possível inferir uma análise nesse fragmento sobre os diferentes olhares e tratos dados aos espaços urbanos a partir de sua configuração e localização. Aqueles, como a Orla de Atalaia e os Calçadões do bairro Treze de Julho, por estarem localizados em áreas nobres recebem tratos diferenciados de locais, com a mesma importância e relevância em seus usos, como a Orlinha do Bairro Industrial.

A construção, estruturação e manutenção desses tipos de espaços socioambientais no contexto urbano possuem influência do poder econômico exercido pela população ali residente e, quando necessário, o próprio mercado tenta reclassificar essa população a partir de construções que gentrificam os espaços, desconsiderando por vezes a história ali contida, como é o caso do Bairro Industrial de Aracaju.

Esses fatores são reveladores de impactos socioambientais quando se percebe que a estrutura urbana não é bem utilizada pelos moradores, além dos precários investimentos a essa questão pela gestão e/ou planejamento de governantes em relação ao ambiente natural, podendo ser percebido a recorrência de problemas como as inundações nas áreas urbanas de Aracaju.

4. Parques de Aracaju e suas vivências pela população

A cidade de Aracaju possui três grandes parques, ilustrados na Figura 52, destinados aos usos socioambientais pela população. O Parque Governador José Rolemberg Leite, na zona norte, e os Parques Augusto Franco e Governador Antônio Carlos Valadares, ambos na zona sul. Dados os usos mais comuns, neste tópico os parques serão denominados a partir do seu nome popular e usual sendo então, respectivamente, Parque: da Cidade, da Sementeira e dos Cajueiros.

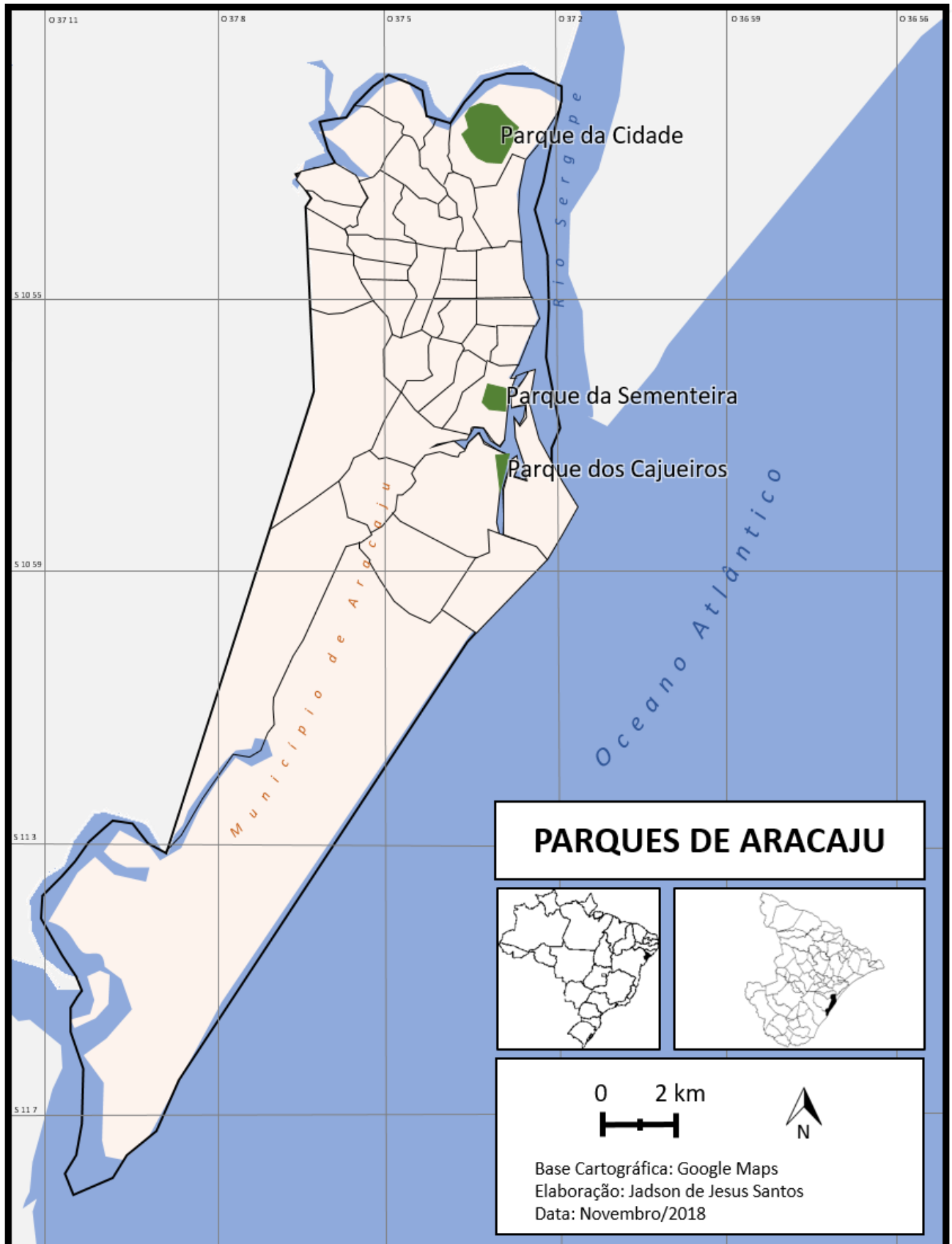


Figura 52. Mapa dos Parques de Aracaju. (elaborado pelo autor)

4.1. Parque da Cidade: visão panorâmica do estuário do rio Sergipe

Constituído no Morro do Urubu, o Parque da Cidade, foi criado em meio a um ponto de densa vegetação rodeada por área urbana. Juntamente a isso, o parque é constituído, também, por saberes, histórias e lendas locais. A começar pelo nome dado ao morro remetido à uma lenda em que, segundo Plácido:

O nome do morro deve-se à uma chacina de índios ocorrido ali. A carnificina encontrada no local atraiu um grande número de urubus. Contudo, o fato é que esses animais permanecem no local até hoje. A explicação mais plausível é que o espaço sempre foi um dormitório de urubus, por ser o ponto mais elevado da cidade protegido por mata. (PLÁCIDO, 2005, p. 193)

O parque foi desenhado, a pedido da gestão de João Alves Filho (1875-1979), por Jaime Lerner²¹ o qual designou diversas áreas de lazer e sociabilização com a construção de praças, lagos e ruas. Porém, devido às chuvas ocorridas à época da construção e à falta de recursos para a finalização da obra, tudo ficou abandonado por alguns anos, tornando sua finalização promessa de campanha para governador, mais uma vez, por João Alves Filho.

O caráter de abandono dava espaço à criminalização no local. É possível encontrar relatos e queixas em jornais da época sobre a situação do parque. O Jornal de Sergipe de 1º e 2 de fevereiro de 1981, conforme ilustrado na Figura 53 que descreve a situação de abandono encontrada no Parque da Cidade, colocando o local como centro de marginalidade. Segundo o Jornal de Sergipe, os relatos da população dão conta que:

Quando chove, segundo os populares que frequentam aquele logradouro, o lamaçal impossibilita a passagem das crianças ou de quem quer que seja. A falta de inúmeras poças d'água, onde muitos estudantes brincam quando fogem dos olhos dos mestres.

²¹ Jaime Lerner, nascido em Curitiba-PR em 17 de dezembro de 1937, é um político, arquiteto e urbanista. Lerner foi responsável por alguns projetos na cidade de Aracaju durante as gestões de João Alves Filho como prefeito da cidade ou governador do estado. Dentre os principais projetos desenvolvidos por Lerner estão o Parque da Cidade e o Bairro Coroa do Meio.

Os brinquedos, hoje em dia, estão completamente destruídos. O que tem preocupados pais é o contato das pessoas que conseguem penetrar no interior do parque, geralmente mal intencionados, com as crianças da escola. (JORNAL DE SERGIPE, Ano IV, número 753 de 1º e 2 de fevereiro de 1981. p. 3)

PARQUE DA CIDADE ESTÁ ENTREGUE AO ABANDONO

Apesar da implantação de um núcleo escolar nas dependências do antigo parque da cidade, a população do bairro Industrial continua bastante preocupada com a situação em que se encontra aquele logradouro. Ele foi quase que totalmente destruído em consequência das chuvas. Essa área de recreação, segundo os queixosos, ficou completamente abandonada pelas autoridades municipais, dando margem dessa forma, ao surgimento de diversos problemas para os que por ali residem.

«O parque foi construído sem infraestrutura».

Dessa forma, segundo explicações daquela fonte, aquele logradouro, «só poderá receber atenção da municipalidade quando a Prefeitura estiver dotada de recursos suficientes para começar tudo de novo. Desde a colocação da primeira pedra do alicerce... o que se torna prática é mesmo impossível, mesmo porque o projeto é muito dispendioso e a PMA não tem verba».

MARGINALIDADE

A Prefeitura Municipal de Aracaju tem recebido diversas críticas e por sua vez defende-se argumentando, através do titular da sua Secretaria de Obras e Urbanismo, que

ESPERANÇA

No entanto, enquanto nada se resolve a comunidade daquele populoso bairro continua sofrendo as consequências que já eram de se esperar. Muitos afirmam que a implantação da chamada escola colúmbica

fui uma maneira encontrada pela municipalidade, para acabar de uma vez por todas, com as reclamações.

Porém, segundo informações prestadas por alguns populares que residem nas adjacências do antigo parque, a situação melhorou um pouco na área onde funciona o núcleo escolar, mas nos arredores, tudo continua como antes, e um dos maiores inconvenientes é a penetração de marginais e viciados no interior daquele grande logradouro, seja pelo dia ou pela noite, devido à falta de vigilância. As reclamações são as de sempre e a PMA não resolve nada até agora, afirmam os queixosos.

DESTRUIÇÃO

Além de tudo, dizem eles, os melhoramentos que foram feitos para que a escola funcionasse não foram satisfatórios, uma vez que os educadores vivem reclamando das condições ambientais.

Quando chove, segundo os populares que frequentam aquele logradouro, «a lamaçal impossibilita a passagem das crianças ou de quem quer que seja. A falta de correções gera inúmeras poças d'água, onde muitos estudantes brincam quando fogem dos olhos dos mestres».

Os brinquedos que existiam e que proporcionavam alegria para as crianças, hoje em dia, estão completamente destruídos. O que tem preocupado os pais é o contato das pessoas que conseguem penetrar no interior do parque, geralmente mal intencionados, com as crianças da escola.



Figura 53. Edição 753 de 1º e 2 de fevereiro de 1981 do Jornal de Sergipe (p. 3) destacando o estado de abandono do Parque da Cidade.

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Disponível em: <http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/33925>. Acesso em 24 de novembro de 2018.

É possível observar na descrição de que foi implantada uma escola nas dependências do parque a fim de atender a população do Bairro Industrial e bairros adjacentes.

Saindo-se vitorioso na eleição para governador em 1985, João Alves Filho entrega, em 25 de maio, o denominado Parque José Rollemberg Leite, ou Parque da Cidade – forma usual para denominá-lo. Segundo Plácido, “[...] João Alves afirmava que o parque havia sido construído para todo o povo sergipano, mas especialmente para as crianças carentes” (2005, p. 196).

Pressupõe que essa intensão seja, devido à sua destinação aos mais carentes da cidade, que o parque enfrenta desde a sua criação e construção problemas recorrentes ligados à sua manutenção e administração. O descaso dado ao parque à época é recorrente até os dias atuais. São constantes as notícias dadas sobre o possível fechamento do parque por problemas de infraestrutura, principalmente relacionado ao Zoológico ali instalado.

Em recente decisão judicial, mediante Ação Civil Pública de 2015, após a morte da leoa em 12 de novembro daquele ano, foi determinado que o fechamento do zoológico não ocorreria. Foi determinado, também, que os órgãos responsáveis atendessem a todas as exigências para a continuidade do funcionamento do zoológico no parque e, ainda:

Julgo improcedentes os pedidos alusivos à interdição total do Zoológico do Parque da Cidade à visitação pública, à transferência do leão abrigado no referido empreendimento para outro local e à condenação dos demandados ao pagamento de dano moral coletivo. No pertinente à situação do leão, determino que o IBAMA providencie uma leoa, que tenha como habitat o cativeiro, para fazer par com ele, conforme já ordenado na decisão proferida em 24/09/2016 (item 92.2.1 desta sentença), uma vez que o IBAMA possui melhores condições de cumprir essa determinação, em razão de sua atuação nacional na gestão dos recursos faunísticos, providência ainda não cumprida por qualquer dos entes réus, ficando sujeita a autarquia federal em tela à imposição de multa, caso continue descumprindo a aludida decisão judicial. (JUSTIÇA FEDERAL-SE. Ação Civil Pública. Sentença em 29 de junho de 2018)

Há um empasse ligado à manutenção do parque assim como do zoológico. São constantes os cortes de recursos financeiros destinados à sua manutenção. Atualmente, a entrada no parque e no zoológico são gratuitas. Apenas o uso do teleférico, de administração privada, é cobrado. Assim, sua manutenção e operação ficam também por conta da empresa que o administra e para ilustrar, a Figura 54 expõe aspectos relevantes do parque.

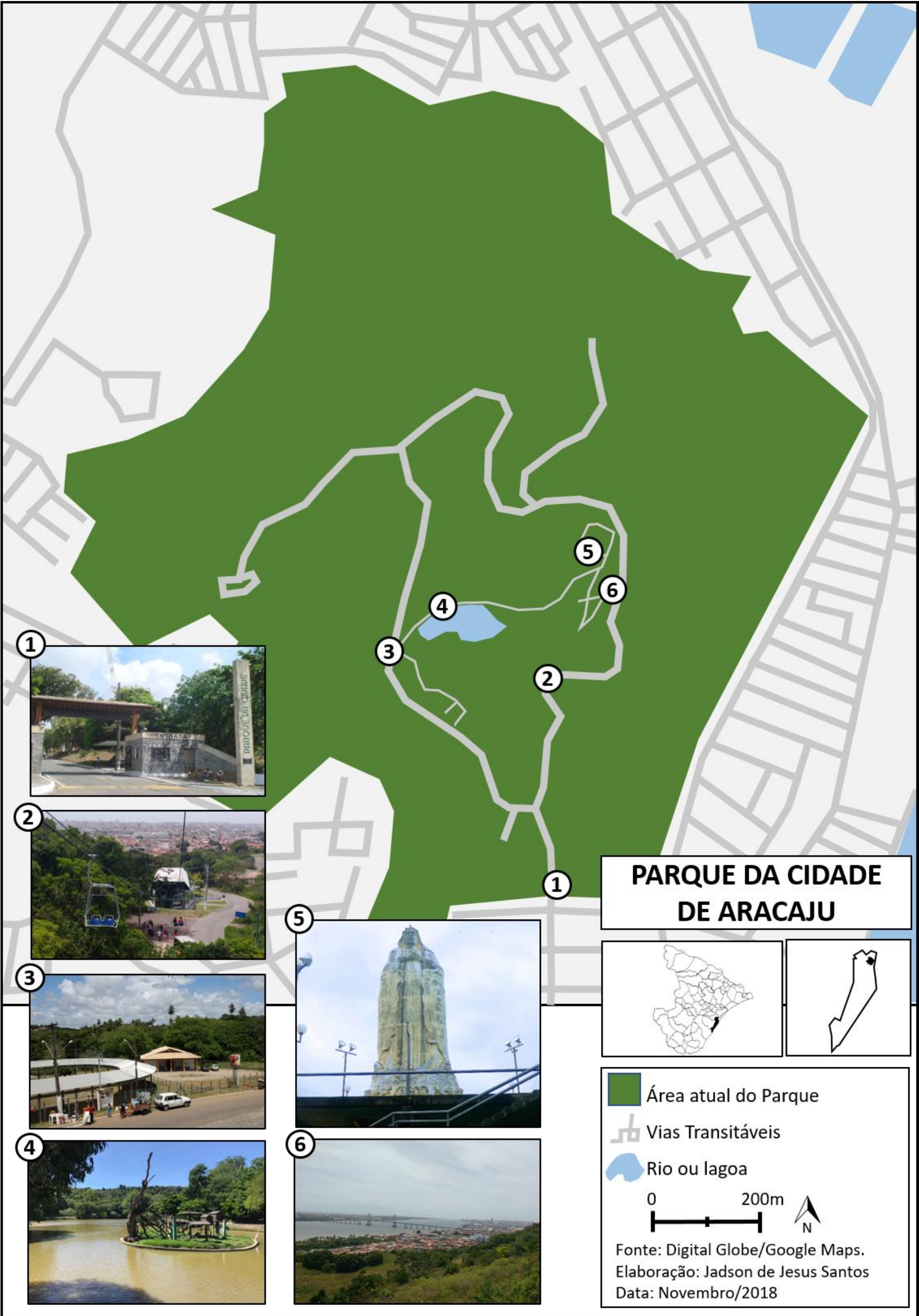


Figura 54. Mapa atual do Parque da Cidade de Aracaju.

Fonte: Digital Globe/Google Maps, 2018. (Elaborado pelo autor)

1. Entrada do Parque. Foto: F5News. Disponível em: <<https://goo.gl/pQHBp8>>. Acesso em 24 de novembro de 2018. **2. Teleférico de Aracaju.** Foto: arquivo pessoal. Dezembro de 2017. **3. Centro de equoterapia.** Foto: FotografiaUFS. Disponível em: <<https://goo.gl/MfcFgL>>. Acesso em 24 de novembro de 2018. **4. Zoológico da Cidade.** Foto: Tripadvisor. Disponível em: <<https://goo.gl/Sehu9M>>. Acesso em 24 de novembro de 2018. **5. Mirante e Monumento Nossa Senhora da Conceição.** Foto: Google Plus. Disponível em: <<https://goo.gl/NXW7VE>>. Acesso em 24 de novembro de 2018. **6. Vista Parcial de Aracaju a partir do mirante sobre o morro do Urubu.** Foto: Arquivo pessoal. Dezembro de 2017.

Sobre o teleférico, o mesmo foi inaugurado em 4 de novembro de 2006. Sua instalação possui um percurso de 600 metros sobre o zoológico e a mata até o mirante de Nossa Senhora da Conceição. Ele possui capacidade para levar até 75 pessoas, num percurso que dura cerca de 20 minutos.

O Parque da Cidade é o único grande espaço socioambiental com ampla infraestrutura localizado fora do eixo centro-zona sul da capital sergipana. Ao todo, como pode ser observado na Figura 54, o parque é constituído por uma área de 11000 m² com espaços para prática de equoterapia, zoológico, bosque, teleférico e outros. Além de 30 hectares de mata atlântica conservada rodeada pela cidade, sendo essa a maior área verde da cidade de Aracaju.

Os problemas ligados à sua manutenção devem ser sanados. Apesar de o parque estar localizado longe dos holofotes dos detentores de poder econômico, o mesmo possui importância singular à manutenção e conservação/preservação de uma área verde dentro do centro urbano. Além disso, a carência de espaços de cunho socioambiental na região é tamanha, o parque possui importância ainda maior quando considerarmos que ele é o único local disponível às atividades socioambientais pela população daquela região e, desse modo, é preciso receber a devida atenção.

4.2. Parque da Sementeira: ambiente arborístico de passeios e lazeres

O parque Augusto Franco, mais conhecido como Parque da Sementeira, tem sua história iniciada a partir da destinação da área como campo experimental à plantação de coco por parte do Ministério da Agricultura, desde 1933. Anos se passaram e a área passou a ser de propriedade da recente criada Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), ampliando o cultivo para diversas outras espécies frutíferas ou não.

Até que em 4 de fevereiro de 1981, foram vendidos 48 dos 100 hectares pertencentes à EMBRAPA a um preço simbólico de 50 milhões de cruzeiros na gestão do prefeito Heráclito Rolemberg. Em homenagem ao governador da época, o parque recebeu a denominação de Augusto Franco, porém, devido ao campo experimental anteriormente existente, até hoje é mais comum que a população o denomine de Parque da Sementeira.

Hoje, “[...] o Parque possui uma área de 387.713m² de área verde e está localizado na Av. Beira Mar, s/n, em uma das áreas mais nobres da cidade” (RANGEL; LEDO; ROCHA. 2009, p. 1). O entorno do parque corresponde a uma área nobre da cidade, inserido no Bairro Jardins, sendo a Sementeira o objeto de valorização do local. Segundo França e Rezende:

No bairro Jardins, verifica-se a concentração de grande número de edifícios, com doze a dezesseis pavimentos, e arquitetura diferenciada, valorizados pela proximidade ao shopping e ao Parque da Sementeira, voltados para o segmento de luxo, especialmente aqueles localizados na porção norte e sul do bairro (FRANÇA; REZENDE, 2014, p. 896).

Na Figura 55 podemos observar parte do parque e seu entorno, com edifícios de alto padrão ao fundo. É preciso comentar que, juntamente ao parque, há uma vasta gama de serviços oferecidos pelo setor privado como: supermercados, farmácias, redes de *fast food*, shopping center e outros. Além do bairro possuir investimentos constantes em infraestrutura por parte do poder público.



Figura 55. Vista aérea do Parque Augusto Franco mais conhecido como Parque da sementeira, Aracaju-SE.

Foto: Sergipe Turismo. Disponível em: <<https://goo.gl/3CgKaX>>. Acesso em 30 de novembro de 2018

Dos usos atuais do Parque da Sementeira, podemos destacar a prática de esportes como corrida e ciclismo; uma vasta área para piquenique com quiosques disponíveis à

população e que devido à boa infraestrutura do parque, ele é palco de diversos eventos como encontros, shows, corridas e reuniões entre amigos.

No parque da sementeira ainda são cultivadas diversas espécies arbóreas destinadas, principalmente, ao paisagismo e arborização de toda a cidade de Aracaju. Em 2005 o Parque da sementeira passou por um projeto de revitalização, com o plantio 150 árvores de diversas espécies nativas e exóticas, listadas no Quadro 1.

ESPÉCIES NATIVAS	ESPÉCIES EXÓTICAS
aroeira (<i>Schinus terebinthifolius</i>)	manjelão (<i>Sygygium cumini</i>)
canafístula (<i>Cassia grandis</i>)	jaca (<i>Artocarpus heterophyllus</i>)
mulungu (<i>Erythrina mulungu</i>)	nim indiano (<i>Azadirachta indica</i>)
pau- brasil (<i>Caesalpinia echinata</i>)	chuva de ouro (<i>Cássia fistula</i>)
guapuruvu(<i>Schizolobium parahyba</i>)	acácia (<i>Acácia auriculiformis</i>)
ingá (<i>Ingá edulis</i>)	tamarindo (<i>Tamarindus indica</i>)
jabuticabeira (<i>Myrciaria cauliflora</i>)	gliricidia (<i>Gliricidia sepium</i>)
jacarandá-da-bahia (<i>Dalbergia nigra</i>)	algodoeiro de praia (<i>Hibiscus tiliaceus</i>)
jequitibá (<i>Cariniana estrellensis</i>)	
pau ferro (<i>Caesalpinia ferrea</i>)	
oitizeiro (<i>Licania tomentosa</i>)	
orelha de negro (<i>Enterolobium contortisiliquum</i>)	
pau- pombo (<i>Tapirira guianensis</i>)	
pau- jangada (<i>Apeiba tibourbou</i>),	
saboeiro (<i>Sapindus saponaria</i>)	
pitanga (<i>Eugenia uniflora</i>)	
murici (<i>Byrsonima sericea</i>)	
paineira (<i>Chorisia speciosa</i>)	
abricó-de- macaco (<i>Couroupita guianensis</i>)	
jenipapeiro (<i>Genipa americana</i>)	
joazeiro (<i>Zizyphus joazeiro</i>)	
mangaba (<i>Hancornia speciosa</i>)	
jatobá (<i>Hymenaea courbaril</i>)	
ipê rosa (<i>Tabebuia heptaphylla</i>)	
ipê amarelo (<i>Tabebuia alba</i>)	
jacarandá (<i>Jacaranda cuspidifolia</i>)	
ipê roxo (<i>Tabebuia avellanedae</i>)	
guabiroba (<i>Capomanesia xanthocarpa</i>)	
bacupari (<i>Rheedia gardneriana</i>)	
barriguda (<i>Chorisia speciosa</i>)	
cajueiro (<i>Anacardium occidentale</i>)	
araçá (<i>Psidium sp.</i>)	
goiabeira (<i>Psidium guajava</i>)	
castanheiro do maranhão (<i>Pachira aquatica</i>)	
sucupira (<i>Bowdichia virgilioides</i>)	
quaresmeira (<i>Tibouchina sp.</i>)	

Quadro 1. Espécies nativas e exóticas plantadas em 2005 no Parque da sementeira, Aracaju-SE.

Fonte: RANGEL, LEDO; ROCHA, 2009

Apesar do plantio das árvores, o parque ainda é desnudo em relação à cobertura vegetal. É necessário haver mais intervenção no tocante a esse assunto, dada a importância do Parque para a diminuição da sensação térmica da região, além dos seus diversos usos.

Dentro do parque funcionam ainda, o Planetário da CCTECA Galileu Galilei²², ilustrado na Figura 56, além da Diretoria de Espaços Públicos e Abastecimento (DIREPA) vinculada à EMSURB.



Figura 56. Planetário Galileu Galilei, localizado no Parque da sementeira, Aracaju/SE.

Foto: Prefeitura Municipal de Aracaju. Disponível em: <<https://goo.gl/KiRV4x>>. Acesso em 30 de novembro de 2018.

Importante para o Aracajuano, o Parque da Sementeira localiza-se num dos mais nobres bairros da cidade, sendo ele objeto de monetização das construções ao redor. Sua manutenção é necessária para além dos moradores daquela região, em virtude da sua localização, atrai aqueles que vêm nesse tipo de ambiente o local adequado às relações socioambientais. A Sementeira deve se manter como espaço aberto de livre acesso à toda

²² A CCTECA Galileu Galilei é um projeto piloto do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI) implementado pela Prefeitura de Aracaju através de seu órgão SEPLAN e com consultoria da UFS. Atualmente a instituição encontra-se como uma unidade da SEMED Secretaria Municipal da Educação de Aracaju.

população e servir, também, como área de conservação da área verde necessária ao bem-estar da vida urbana.

4.3. Parque dos Cajueiros: ambiente esportivo

Construído no início da década de 1990, o Parque dos Cajueiros é o mais jovem dos parques existentes na cidade de Aracaju. Inicialmente, o parque tinha uma estrutura de balneário com piscinas, tobogã e parque infantil com labirinto, uma cidade das crianças, conforme ilustrado na Figura 57, e outros brinquedos.

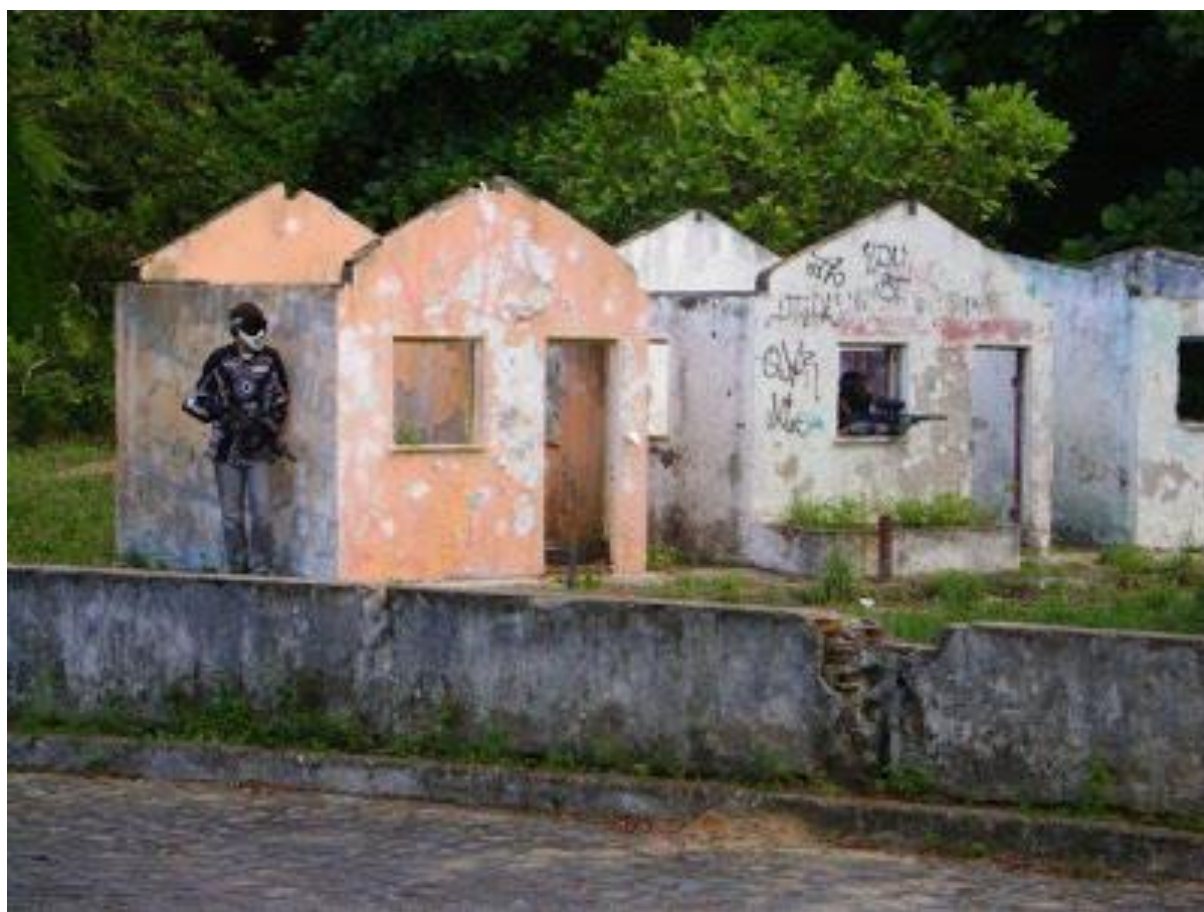


Figura 57. Antiga Cidade das Crianças do parque dos cajueiros sendo usada para prática de *Paintball* em um período de abandono, antes da última reforma de 2012.

Foto: Sergipe em Fotos. Disponível em: <<https://goo.gl/qNtE2d>>. Acesso em 30 de novembro de 2018

Desde o final da década de 1990, após um período de abandono, o parque foi fechado e reaberto somente em 2012 após uma obra orçada em R\$ 7,5 milhões, que o reestruturou e o reconfigurou. Pois, “[...] a falta de manutenção e o abandono fez com que a população deixasse de frequentar o local há cerca de dez anos. A revitalização trouxe de volta a cor e a vida daquele trecho da avenida Beira Mar, no bairro Farolândia, na capital sergipana” (G1-SE, 2012). Desde então, o parque da sementeira passou a ser um espaço aberto com quadras esportivas, pistas de ciclismo, patinação e *skate*, podendo ser observado na Figura 58.



Figura 58. **Vista aérea do Parque dos Cajueiros, Aracaju-SE.**

Foto: Sergipe Turismo. Disponível em: <<https://goo.gl/vXa25w>>. Acesso em 30 de novembro de 2018.

O parque margeia a foz do Rio Poxim, nele há um *pier* onde pessoas praticam a pesca nas águas do rio. Segundo a arquiteta responsável pelo projeto, Angélica Rocha, o projeto foi fruto de:

pesquisas humana e técnica, dados para garantir um projeto harmonioso com elementos urbanos construtivos aliados à natureza e à paisagem existente. [...]

Criei uma passarela elevada margeando toda a face externa do parque com a Avenida Beira Mar, garantindo, assim, o ir e vir seguro dos pedestres e ciclistas sem agredir o meio ambiente. Grandes arcos marcam e sinalizam os acessos principais do parque, ciclovias e pistas de caminhadas circulam todo o parque. [...]

O Parque dos Cajueiros é um espaço urbano e de referência em lazer para sergipanos e turistas. (F5NEWS, 2013)

De fato, a nova roupagem dada ao parque dos Cajueiros trouxe uma sensação de revitalização necessária àquela região. A reconfiguração, deixando de ser balneário, foi necessária, dadas as atuais necessidades de usos desse tipo de espaço atualmente, sendo necessária a criação de espaços em harmonia com os ambientes naturais para que a população os utilize para a sociabilização entre si como também com a natureza.

5. Praças de Aracaju: espaços frequentados para lazeres

De acordo com o catálogo de logradouros da Empresa Municipal de Obras e Urbanização de Aracaju (Emurb), a cidade possuía 172 praças em 2011 distribuídas por toda a cidade. Não foi possível obter um levantamento atual do número, mas deve ter havido, de certo, um crescimento no total desse tipo de logradouro em Aracaju.

Fazendo um levantamento de praças por bairro, em 2011 o bairro com maior número de praças era o Ponto Novo (20 praças); seguido pela Atalaia (15 praças); e pelos bairros Farolândia (14 praças) e Luzia (14 praças). É possível notar que há uma má distribuição das praças pela cidade, quanto mais periférico é o bairro, menor a quantidade ou inexistência de praças no local, como podemos observar na Figura 59.

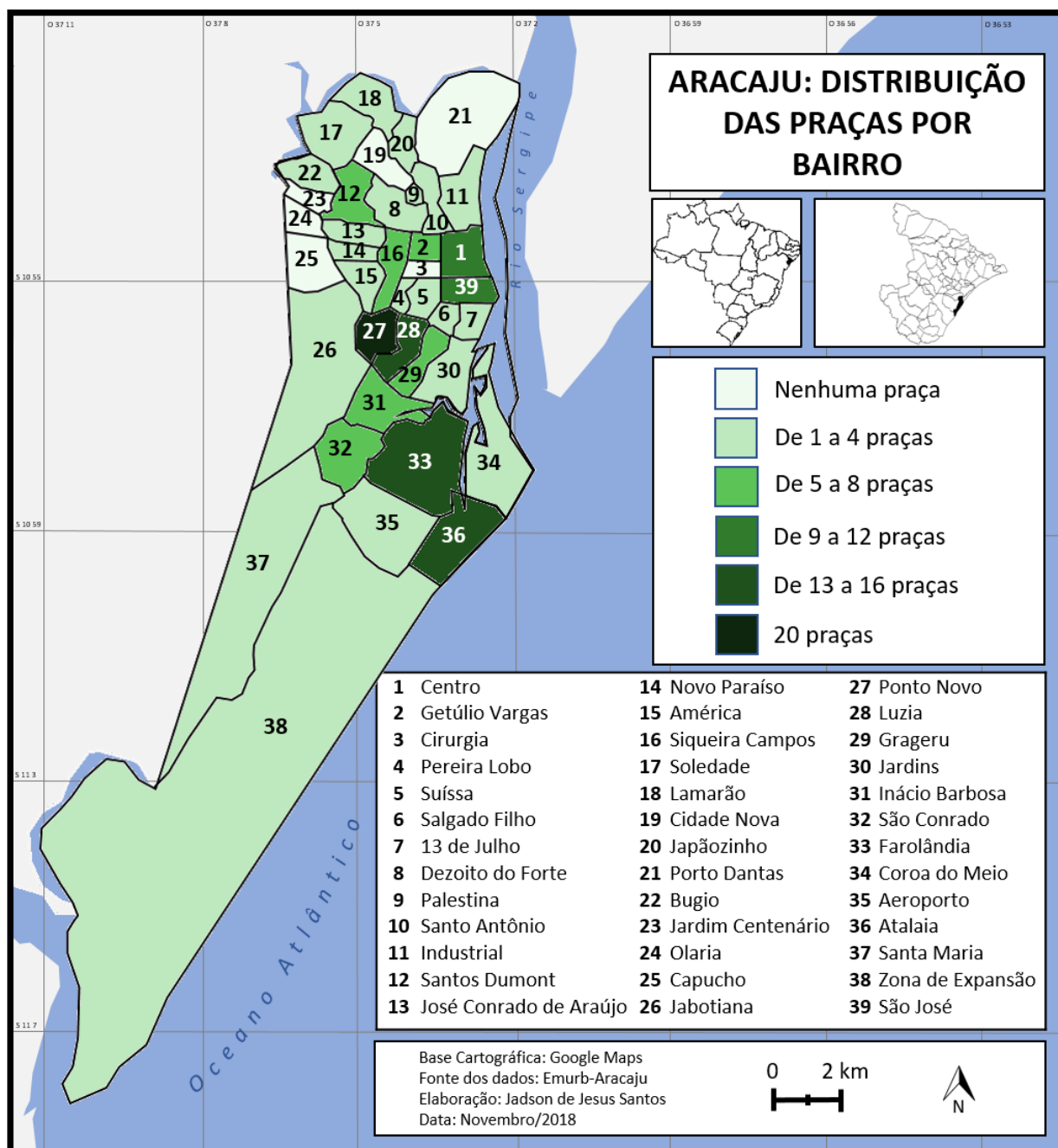


Figura 59. Aracaju: distribuição das praças por bairro.

Fonte: Emurb-Aracaju. (Mapa elaborado pelo autor)

Apesar da existência de um número razoável de praças, elas não são distribuídas uniformemente, além disso, as demais áreas verdes da cidade não se constituem em corredores verdes, sendo a maior parte delas isoladas, Santos afirma que, em Aracaju “[...] existe um déficit de áreas verdes associadas ao lazer como praças e parques na maioria dos bairros da cidade. Logo, faz-se necessário a implantação de mais parques de recreação, implantação de mais praças públicas nas áreas que apresentaram os piores déficits” (2013, p. 133).

Vale ressaltar a relevância das praças para a cidade e as questões ambientais, além de servirem de espaços à sociabilização, servem também, como pontos verdes que ajudam a equilibrar as ilhas de calor existentes numa cidade. É importante frisar que segundo Santos:

As praças públicas constituem dentro do cotidiano da população os espaços mais importantes [...] é a categoria com maior frequência, dessa forma na maioria dos bairros da cidade a presença de vegetação de porte arbóreo fica condicionada dentro desses espaços. Logo, percebe-se a importância das praças tanto para o caráter social das áreas verdes, como para a manutenção de um microconforto ambiental (SANTOS, 2013, p. 96)

O município de Aracaju, a partir do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU)²³, qualifica suas praças como Áreas de Interesse Ambiental denominando-as como espaços abertos para fins de lazer, classificadas em três tipos:

Denominação	Função Principal	Diretrizes Básicas
Praça de Vizinhança Tipo II	Ponto de encontro e animação na escala de bairro.	<ul style="list-style-type: none"> • Áreas entre 4.000 e 29.999 m², Bancas de jornal e/ou revistas e quiosques de lanches em praças, na proporção de uma unidade, independentemente de seu uso, para cada 4.000 m² (quatro mil metros quadrados) de área de praça. • Equipamentos para prática de jogos, esporte, ginástica, parque infantil. • 50% da área deverá ser arborizada numa relação mínima de 1 árvore a cada 16,00 m² • Raio de atendimento: até 1.400m (mil e quatrocentos metros)
Praça de Vizinhança Tipo I	Pontos de encontro e animação na escala de vizinhança.	<ul style="list-style-type: none"> • Áreas de até 3.999 m² admite-se banca de jornais e/ou revistas ou quiosque de lanche na praça, limitado a um único equipamento, seja de que tipo for. • Equipamentos para prática de jogos e parque infantil • 50% da área deverá ser arborizada numa relação mínima de 1 árvore a cada 16,00m². Raio de atendimento: até 700m (setecentos metros)
Rua - Praça	Lazer Cotidiano Familiar.	<ul style="list-style-type: none"> • Ruas residenciais fechadas (permitido trânsito eventual de emergência) a serem regulamentadas. Raio de atendimento: até 300m (trezentos metros).

Quadro 2. Áreas de interesse ambiental: praças.

Fonte: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju

²³ O PDDU utilizado na pesquisa é de 2000, o mesmo encontra-se em revisão.

Assim como a função e a distribuição desses espaços, a qualidade da infraestrutura em cada uma delas é também heterogênea. Como os parques e orlas da cidade, as praças possuem diferenciações relacionadas ao cuidado dado por parte do poder público de acordo com o bairro onde está inserido, podendo, inclusive, apresentar ausência de intervenção urbanística, sendo apenas terrenos abertos com ou sem arborização. Em relação à sua morfologia, Silva descreve que:

a grande maioria das praças existentes na cidade se configura como espaço formado por 04 vias, gerando assim uma praça retangular com vias públicas em todas as faces, essa característica pode ser facilmente compreendida pelo arruamento ortogonal da cidade presente desde sua fundação (SILVA, 2010, p. 55).

Além disso, como é comum às cidades brasileiras, a maior parte delas possui denominações em homenagem a homens políticos, com poucas homenagens dadas a mulheres ou outros grupos profissionais, como descreve Alves:

um outro traço flagrante na nomenclatura das praças aracajuanas é o sexismo. Isto é, a pouca presença de mulheres como patronas. Conforme o catálogo, Aracaju possui doze (12) praças que homenageiam mulheres. Algumas delas, pelo menos para a maioria, ilustres desconhecidas. Pode-se afirmar que, ao menos no tocante às praças, representantes do sexo feminino são pouco frequentes.

[...]

Uma outra faceta, patente na onomástica das praças de Aracaju, é a predileção por políticos. Dezesete (17) delas cultua a memória de figuras que atuaram no legislativo e no executivo. Ao que parece, os nossos edis adoram prestar homenagem a sua própria classe. Nunca esquecem os nomes de membros de sua própria categoria para figurar como denominadores de espaços importantes da nossa capital. Presidentes, governadores, deputados, senadores e vereadores, emprestam seus nomes a espaços vitais. Nossas praças são verdadeiros “palanques”, cheias de evocações a políticos (ALVES, 2011, p. 6)

Vale ressaltar que desde a sua fundação, em 1855, Aracaju possui como característica a distribuição de um número considerável de praças de acordo com os espaços urbanizados construídos, regulamentados por leis específicas desde sua fundação. Para tanto, as praças são

essenciais para a melhoria climática do ambiente urbano, além de constituírem-se em espaços geográficos colocados como essenciais para que as relações socioambientais possam ser exercidas sem que sejam necessários longos deslocamentos dos moradores para outros locais da cidade ou para fora dela.

5.1. As praças das “Zonas Periféricas”: (des)caso paisagístico

O adensamento populacional em Zonas Periféricas de cidades é comum, o mesmo ocorre na cidade de Aracaju, onde o maior montante de população residente concentra-se nessas zonas, principalmente na Zona Norte da Cidade. Juntamente a isso e por falta de investimentos adequados por parte do poder público, problemas são constatados e enfrentados nessas localidades, como a falta de infraestrutura adequada, saneamento básico, segurança pública, acesso à serviços, à saúde e à educação.

Dito isso, a análise deste tópico considerou a infraestrutura e espacialização das praças das Zonas Periféricas da cidade, principalmente as localizadas na Zona Norte da Cidade e no bairro Santa Maria, na Zona Sul da cidade. Foram selecionadas algumas praças dessas regiões de forma aleatória, considerando sua localização dentro dos bairros dessas regiões, Santos (2016b) considera a importância das praças para a cidade de Aracaju e descreve que:

As praças aracajuanas são parte integrante da trama urbana da Capital. Suas características, seus elementos, seus frequentadores refletem a realidade de Aracaju, exprimem como a cidade se desenvolve. Mostram ainda como a população move-se, busca lazer, trabalho, descanso, convivência. Desde as praças que são pontos turísticos devido à sua importância para a cidade, até as localizadas em bairros periféricos, cada praça revela um pedaço da cidade e propicia o contato com a natureza através da vegetação presente (SANTOS, 2016b, p. 113)

A heterogeneidade da cidade de Aracaju toma forma ao compararmos espaços públicos entre as zonas periféricas e as zonas nobres. Há, de fato, duas cidades visíveis dentro de Aracaju. O cuidado dado em cada região é diferenciado e isso pôde ser visto a partir de incursões em campo realizadas nessas zonas da cidade além de poder averiguar e constatar

nas publicações, as quais descrevem Aracaju, segundo Resende et al. (2007), a partir da segregação socioespacial em que:

evidencia a formação e reprodução desigual da cidade, onde bairros são socialmente construídos para as classes mais privilegiadas, enquanto a maior parte da população é condicionada a viver em bairros de natureza periférica, sendo excluída de serviços e estruturas urbanas com melhores condições. A segregação urbana se efetiva nos diferentes bairros e zonas da cidade, cuja paisagem urbana dos bairros elitizados, a exemplo da Treze de Julho e Grageru/Jardins, revelam assimetrias e os contrastes quando comparada com a realidade de outros bairros da Zona Norte, principalmente, o Porto Dantas, Lamarão, Soledade, Olaria e José Conrado de Araújo, onde reside a população de baixo poder aquisitivo (RESENDE et al., 2007, p. 8-9).

E ainda, segundo Gonçalves et al.:

Apesar de a cidade ter nascido de um planejamento, o seu crescimento tem sido desordenado e fragmentado. O centro comercial encontra-se no centro histórico, a elite nas áreas mais privilegiadas da cidade, ou seja, nos bairros formados à beira do rio Sergipe, e a população menos favorecida em conjuntos habitacionais na região da periferia, em terrenos frágeis e inadequados à habitação (GONÇALVES et al., 2007, p. 180).

Foram notórias as diferenças encontradas em relação às praças de outras Zonas da cidade, consideradas nobres, sendo visível um menor cuidado com limpeza e paisagismo. Muitas delas não são urbanizadas e, quando são, não possuem manutenção adequada, apresentando falhas no calçamento, vegetação sem poda, bancos e lixeiras sem a manutenção adequada e, inclusive, servindo de depósito de lixo, além disso, quando há a presença de outros equipamentos como: quadra esportiva, aparelhos de ginástica e brinquedos infantis, os mesmos apresentam pontos que indicam deterioração.

As populações, quando são expulsas/afastadas do local onde residiam devido a questões legais referentes à posse de terrenos, tem as zonas mais afastadas das periferias da cidade como opção à sua moradia. É justamente nesses locais em que os problemas ficam ainda mais agravados, já que, segundo relata Gonçalves et al., “[...] em Aracaju, como as demais cidades, há um deslocamento da pobreza para os pontos mais distantes dos centros urbanos, existindo bolsões de pobreza em locais cada vez mais distantes” (2007, p.180).

O poder público, por sua vez, (des)considera as regiões periféricas da cidade em comparação a outras mais centrais. Isso é constatado pela falta de infraestrutura presente em que não há saneamento básico adequado e, nem tão pouco, ambientes socioambientais construídos a partir de projetos paisagísticos que visam urbanizar e melhorar a qualidade de vida dessas regiões. Podemos visualizar na Figura 60, a qual ilustra a avenida Anchieta, no bairro Santa Maria, com um largo canteiro central onde poderia existir um espaço de convívio socioambiental construído para a população, além disso, é possível observar que não há acesso por carros entre a avenida Alexandre Alcínio, paralela ao Aeroporto de Aracaju com a avenida Anchieta, dificultando o acesso da população ao seu bairro.



Figura 60. Falta de saneamento básico e infraestrutura na Avenida Anchieta, bairro Santa Maria, Aracaju-SE.

Foto: Jadson de Jesus Santos, em 14 de dezembro de 2018

As condições de infraestrutura e saneamento básico encontradas no bairro Santa Maria vão além da necessidade apenas de praças urbanizadas. O descaso do poder público para com a região é visível em diversos pontos, com ruas sem pavimentação e sem arborização, além de córregos de esgoto a céu aberto em solo sem impermeabilização, como ilustrado na Figura 61.



Figura 61. **Escavadeira em atuação em córrego de esgoto no bairro Santa Maria, Aracaju-SE.**

Foto: Jadson de Jesus Santos, em 14 de dezembro de 2018.

Na Zona Norte da cidade, as condições de infraestrutura são um pouco melhores que no bairro Santa Maria. Além do maior número de praças, algumas delas possuem boa infraestrutura, apesar de não haver o mesmo cuidado paisagístico e com a limpeza e manutenção em comparação a outras praças das Zonas Nobres da cidade, como podemos observar nas Figura 62, que ilustra a Praça Maria Terezinha dos Santos Menezes, no bairro Santos Dumont e na Figura 63, que ilustra a praça São Pio X, no bairro Dezoito do Forte, na qual é possível ver a presença de calçamento, canteiros, bancos e lixeiras.



Figura 62. **Praça Maria Terezinha dos Santos Menezes, bairro Santos Dumont, Aracaju-SE**
Foto: Jadson de Jesus Santos, em 15 de dezembro de 2018.



Figura 63. **Praça São Pio X, bairro Dezoito do Forte, Aracaju-SE**
Foto: Jadson de Jesus Santos, em 15 de dezembro de 2018.

As periferias de Aracaju ao longo de sua história surgiram às margens do planejamento dado a outras áreas da cidade, isso é possível ser verificado pela configuração

de suas vias, assim como no tratamento dado pelas gestões públicas aos espaços de convívio socioambiental pela população local. Além disso, como as gestões municipais continuam a dar menos atenção a essas regiões e, juntamente a isso, devido ao avanço demográfico, como afirma Machado, “[...] Aracaju, hoje, vive um grande problema decorrente da falta de planejamento urbano mais adequado a um modelo citadino, pois, nos últimos trinta anos vêm crescendo de maneira muito rápida” (2012, p. 177), assim, “[...] a proposta de realização de um planejamento adequado à boa qualidade de vida e de proteção contínua ao meio ambiente é fator primordial para se tentar minimizar este caos urbano” (2012, p. 182).

É preciso que os olhares dados pelas gestões municipais sejam os mesmos em todas as áreas da cidade. As praças das periferias de Aracaju devem ter a mesma atenção dada às de outras zonas mais nobres. A carência da população nas zonas periféricas aumenta a necessidade de urbanização desse tipo de espaço, a fim de que seja oferecido, a essa população, o acesso à equipamentos de convívio socioambiental, de lazer, para prática esportiva, de atividade física e para crianças e outros.

5.2. As praças das “Zonas Nobres”: paisagismo embelezado para visitantes

Das mais antigas, podemos destacar a Praça Fausto Cardoso com importância fundamental por ter sido palco de diversos fatos históricos de Aracaju, como comícios, ilustrado na Figura 64, além de abrigar Palácios de Governo, Tribunal de Justiça, Ministério Público e Câmaras Municipal e Legislativa.

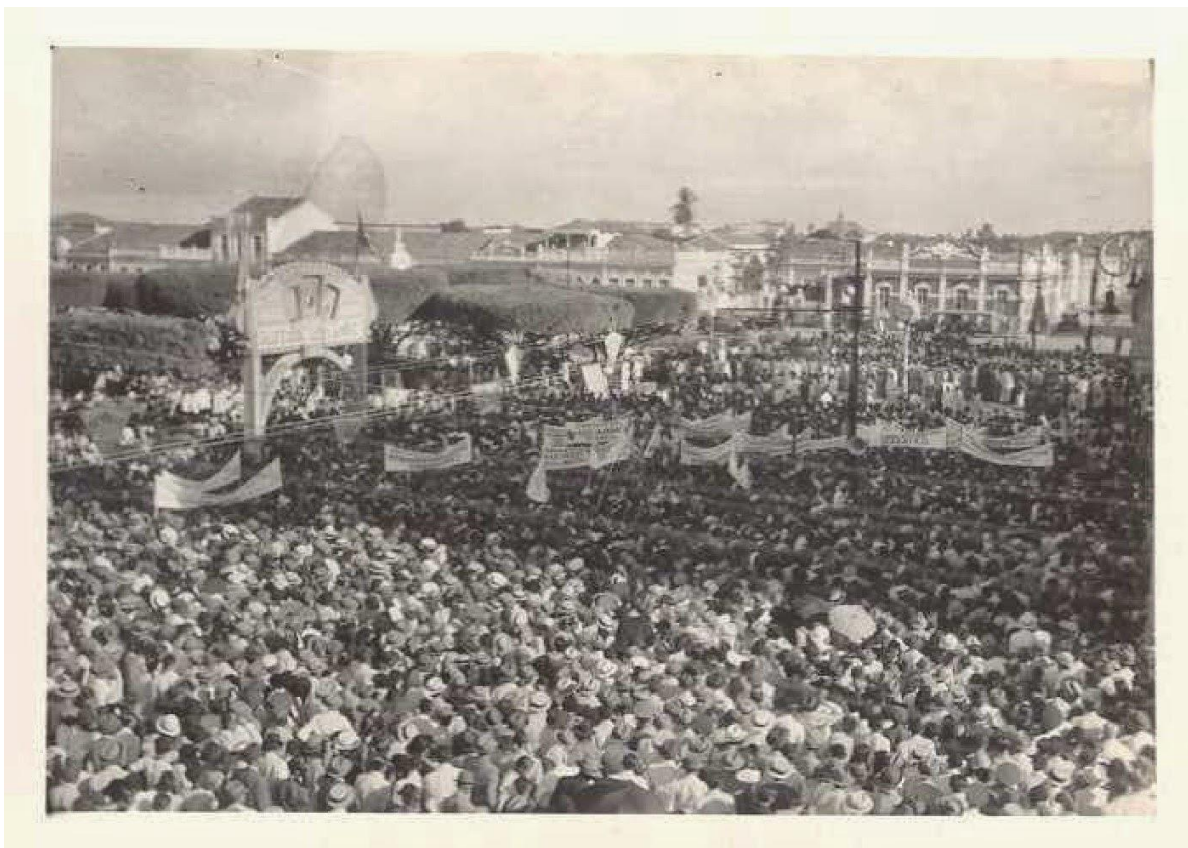


Figura 64. **Comício político na Praça Fausto Cardoso em meados do século XX.**

Foto: Waldemar Neto. Disponível em: <<https://goo.gl/XqHaUx>>. Acesso em 14 de outubro de 2018.

Sua denominação, inclusive, é homenagem ao político assassinado em 1906 dentro do Palácio do Governo, ironicamente, seu rival Olímpio Campos, também assassinado posteriormente, dá nome à Praça detrás do Palácio do Governo, ilustradas na Figura 65. Foi aí que, segundo Montalvão:

No primeiro semestre de 1912, o intendente municipal de Aracaju, Napoleão de Carvalho, após requerimento da comissão, sancionou a lei alterando o nome da principal praça do centro da cidade, em frente ao palácio do governo, de praça Benjamim Constant para praça Fausto Cardoso, com as novas placas indicativas afixadas em 17 de abril. Em 15 de agosto, os restos mortais de Fausto Cardoso foram retirados do cemitério Santa Isabel e levados para a base do monumento. Finalmente, em 8 de setembro, Siqueira de Meneses inaugurou a estátua que consagrava a memória cívica do político sergipano. (MONTALVÃO, s/d. p. 4)



Figura 65. **Praça Fausto Cardoso à frente e Olímpio Campos por trás do Palácio do Governo em meados da década de 2000.**

Foto: Lineu Lins. Disponível em: <<https://goo.gl/rjdqne>>. Acesso em 14 de outubro de 2018.

Por serem essas as mais antigas praças da cidade e estarem localizadas na região central, há um investimento constante em manutenção e reforma de sua infraestrutura. É possível observar na Figura 66, que já no início do século XX, pouco tempo após receber a denominação de Fausto Cardoso, já possuía infraestrutura com pavimentação feita com pedras portuguesas e paisagismo.



Figura 66. **Praça Fausto Cardoso em meados do século XX.**

Foto: Autoria desconhecida. Disponível em: <<https://goo.gl/b7daqy>>. Acesso em 14 de outubro de 2018.

Nesta região central da cidade, não somente as praças Fausto Cardoso e Olímpio Campos recebem trato cuidadoso em relação às suas infraestruturas. Podemos citar, ainda, outras duas importantes praças que passaram por reformas recentes: a Camerino e da Bandeira. Esta última, teve uma conturbada reforma que foi alvo de críticas e indignações à época devido ao capeamento asfalto sobre as pedras portuguesas anteriormente existentes. Segundo o secretário Municipal de Infraestrutura da época, Luiz Durval Tavares, “[...] Nesta praça, nós temos uma área de pedra portuguesa extremamente deteriorada que teve uma execução ruim na época em que foi feita e está se soltando em quase toda sua extensão” (PMA, 2016). E ainda, a prefeitura municipal alegava à época que:

Há ainda a ideia de associação entre as pedras comumente vistas em muitas calçadas da cidade com a pedra portuguesa original. O secretário esclarece que, por não serem pedras portuguesas legítimas, não há uma superfície uniforme, em parte por terem sido aplicadas de forma equivocada. O efeito disso é o já mencionado desprendimento das pedras e a conseqüente falta de segurança dos transeuntes. Outro problema encontrado é a falta de profissionais capacitados para a realização de reparos (PMA, 2016).

Certo ou não, o fato é que as pedras foram encobertas pela camada asfáltica dando uma outra sensação à paisagem da praça, como podemos ver na Figura 67.



Figura 67. **Praça da Bandeira após o capeamento asfáltico em 2016.**

Foto: Marcos Borges. Disponível em: <<https://goo.gl/giXQHn>>. Acesso em 26 de novembro de 2018

É importante destacar que a permeabilidade asfáltica traz impactos positivos e negativos. Por exemplo, dentre os positivos, há o auxílio no deslocamento das pessoas entre os canteiros e como negativo, a falta de drenagem dificulta o fortalecimento das plantas ali existentes.

Também na mesma região, a poucas quadras da praça da Bandeira, outra praça histórica da cidade constitui-se como importante espaço verde para a população. Nas primeiras décadas da fundação da cidade a praça Camerino constituía-se em um espaço com arborização recente e espelho d'água rodeada pelos casarões construídos pela elite aracajuana, como podemos visualizar na Figura 68.



Figura 68. **Praça Camerino na década de 1940.**

Foto: Waldemar Neto. Disponível em: <<https://goo.gl/ENaQ8t>>. Acesso em 8 de dezembro de 2018

Os espaços da região já estavam sendo ocupados pela classe mais nobre, os valores monetários dos terrenos ali existentes já estavam mais altos que em outras regiões da cidade, havia disponibilidade de lotes para construção residencial que seguisse o Código de Posturas imposto à época. Poeticamente, Figueiredo descreve como se dava a paisagem e costumes na praça Camerino entre as primeiras décadas do século XX:

Embora, totalmente, arborizada,
Tendo ao centro um jardim, ampla calçada,
Vivo contraste do que fora atrás...

A praça Camerino, ensimesmada,
Guarda consigo um quê de água parada...
- Presença que ficou daquela paz!
(FIGUEIREDO, s/d, p. 111)

Diniz descreve que foi nessa região que:

De fato, a partir do início do século XX, o fluxo mais forte de urbanização passou a se dirigir para essa área em busca de amenidades. Uma classe média e alta predominantemente [...] Nessa parte também as ruas foram implantadas dando continuidade ao plano de Pirro, e certos pontos, já bem urbanizados, se constituíram em áreas privilegiadas de moradia [...] (DINIZ, 2009, p. 91).

Décadas se passaram e, dois anos antes da reforma de 2016 da praça da Bandeira, a praça Camerino passou por mais uma reestruturação, sendo recuperada parte da pavimentação em pedra portuguesa e adicionados equipamentos de lazer e ginástica, além de espelho d'água com chafariz. Apesar das proximidades entre as praças, a diferença no trato entre elas foi visível, como podemos ver em notícia veiculada na imprensa em março de 2014:

POPULAÇÃO ARACAJUANA ESTÁ SATISFEITA COM A REFORMA DA PRAÇA CAMERINO

Na última quinta-feira (27), o prefeito de Aracaju, João Alves, entregou a obra de restauração da praça Camerino, localizada no centro da capital. A reforma levou 11 meses para ser concluída, custou 1 milhão e 300 mil reais e foi feita em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), financiada com recursos do PAC Cidades Históricas do Governo Federal. A população que já visitou o novo espaço gostou do que viu e aprovou a reurbanização.

[...]

Os mais de 10 mil m² da Camerino foram pavimentados com pedra portuguesa e concreto despolado, e o local contém também espaço para eventos, bancos, mesas, além do monumento a Silvio Romero localizado no centro da praça. A administração municipal anunciou ainda que, uma escultura de Francisco Camerino, executada por Oto Dumovich, será inaugurada dentro de dois meses. (RODRIGUES, 2014)

De fato, o alto investimento foi notado pela população local formada, principalmente, por classe média. Podemos observar, na Figura 69, a presença de bancos e mesas para piqueniques, leitura ou mesmo sociabilização na praça, além do piso em pedras portuguesas.



Figura 69. **Praça Camerino, Aracaju-SE.**
Foto: Jadson de Jesus Santos, em 14 de dezembro de 2018

Isso demonstra as diferenças de investimentos de infraestrutura em cada gestão, as quais são influenciadas por fatores ligados ao poder econômico que é exercido por seus aliados, em que essas concepções podem ser averiguadas nos diferentes projetos de restauração executados em cada praça, distintamente.

Já no bairro São José, naquele ano de 2014 também foi inaugurada outra praça com mesmo padrão de infraestrutura dada à Camerino. A praça Tobias Barreto, Figura 70, também das mais antigas da cidade, passou por ampla reforma e reestruturação, passando por paisagismo e novos equipamentos de lazer e ginástica. Gomes e Fontenele descrevem que “[...]com a reforma, a Praça Tobias Barreto, conta agora com um lago artificial, parque infantil, aparelhos de ginástica para a população da terceira idade, espaço de leitura, arquibancadas e estacionamentos” (2014, s/p).



Figura 70. Praça Tobias Barreto após a reforma em 2014.

Foto: Marina Fontenele/G1. Disponível em: <<https://goo.gl/U3AB1d>>. Acesso em 26 de novembro de 2018.

Com base na análise da paisagem, podemos assegurar que fica identificado que a formatação/reestruturação dada às praças que ficam situadas em regiões considerados nobres são ilustrativas e apaziguadoras de bem-estar. O cuidado dado à paisagem nessas regiões evidencia a existência de fatores ligados ao poder econômico exercido por parte da população, os quais influenciam ou determinam como serão realizados os projetos de construção ou reestruturação de ambientes urbanos como as praças.

Ao longo de outros bairros nobres da cidade podemos elencar mais praças com qualidade de infraestrutura, equipamentos e paisagismo, como a praça da Imprensa, no bairro São José, a praça Luciano Barreto Junior, no Jardins e a praça Missionária Zilda Arns, no Grageru, ilustradas nas Figuras 71, 72 e 73, as quais demonstram privilégios atribuídos a determinadas regiões da cidade de Aracaju.



Figura 71. Praça da Imprensa, bairro São José.

Foto: Sergipe em Fotos. Disponível em: <<https://goo.gl/7FhFvS>>. Acesso em 28 de novembro de 2018.



Figura 72. Praça Luciano Barreto Junior, bairro Jardins.

Foto: Prefeitura Municipal de Aracaju. Disponível em: <<https://goo.gl/zNQ2Ka>>. Acesso em 28 de novembro de 2018.

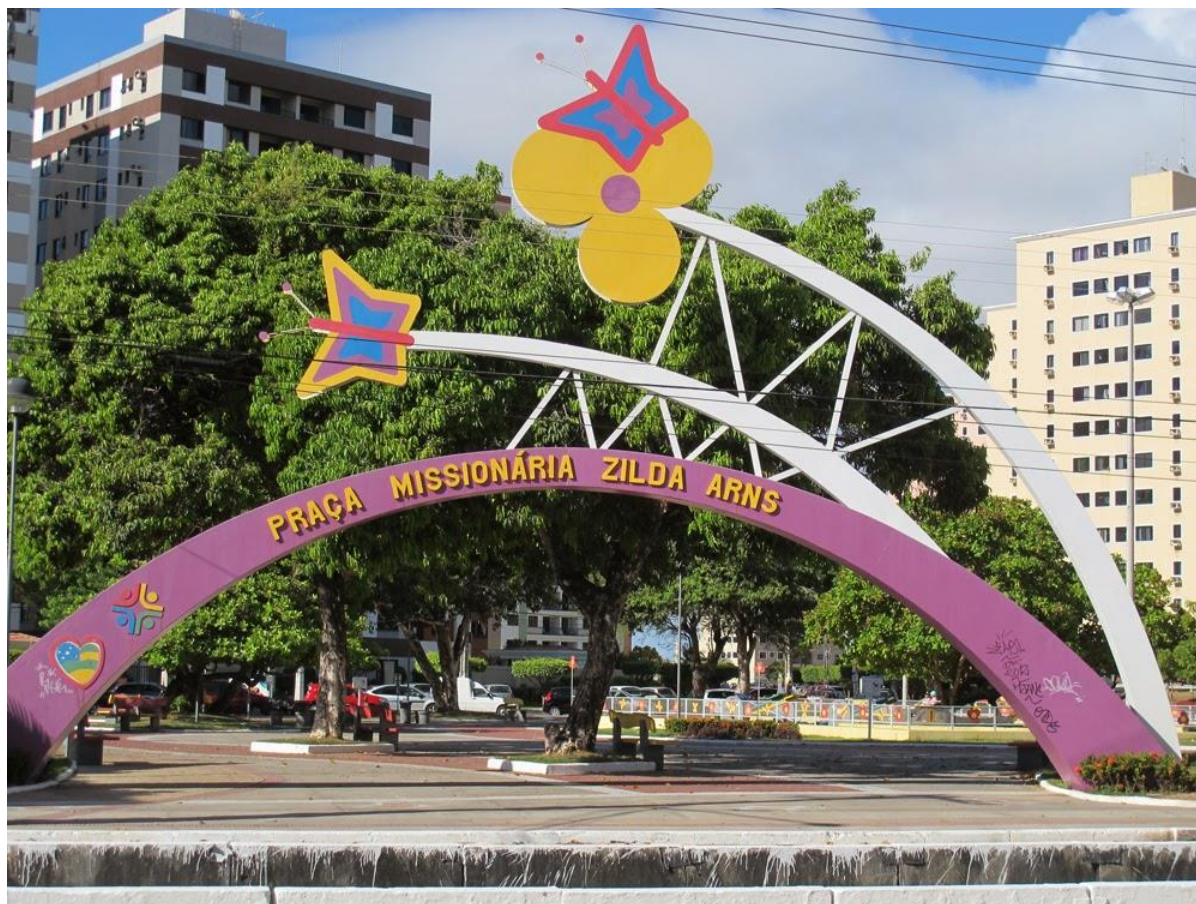


Figura 73. **Praça Missionária Zilda Arns, bairro Grageru.**

Foto: Na Pracinha. Disponível em: <<https://goo.gl/tHAELa>>. Acesso em 28 de novembro de 2018.

Além dos quesitos infraestrutura e paisagismo, é possível observar que nessas praças são constantes os projetos de intervenção por parte da administração municipal, principalmente em relação aos usos dados a elas. Exemplo disso é a Praça Luciano Barreto Junior, ela faz parte de um grupo de praças destinadas ao uso de eventos, como os de *Food Truck*²⁴, que movimentam a dinâmica socioambiental pela circulação regular de pessoas da localidade e do seu entorno.

Em 2016 foi aprovada a Lei Municipal nº 4.820 que regulamentava a organização e comercialização desse tipo de empreendimento em praças públicas de Aracaju. Em notícia

²⁴ Os *Food Trucks* surgiram em cidades dos Estados Unidos e Canadá e logo espalharam-se por outros países mundo afora, como o Brasil. Nesse tipo de comércio, alimentos de todos os tipos são vendidos dentro de uma carroceria ou do próprio veículo que pode ser uma van, mini caminhão ou micro-ônibus adaptados. No Brasil, nos últimos anos, esse ramo cresceu, principalmente com a venda de comidas *gourmet* a partir de eventos realizados com a reunião desse tipo de comércio.

veiculada pelo site SeNotícias de 8 de janeiro de 2018, é possível visualizar que a prefeitura privilegia a organização inicial desses espaços em praças de áreas nobres. Segundo informação do diretor de espaços públicos da Emsurb, Bira Rabelo, serão organizados rodízios desse tipo de comércio em diversas praças da cidade, para ele “a partir desse cadastro poderemos ter condições de implementar uma política de rodízio para esses comerciantes móveis, de acordo com o decreto que regulamenta esse tipo de atividade” (SeNotícias, 2018).

Segundo a reportagem, “atualmente, já é possível encontrá-los em diversas praças de Aracaju, a exemplo da Alameda das Árvores (Luzia), Alda Teixeira (Jardins), Luciano Barreto Júnior (Jardins), Zilda Arns (Jardins) e na avenida Quirino, no bairro Inácio Barbosa” (SeNotícias, 2018). A Figura 74 ilustra um desses eventos de *Food Truck* na praça Alda Teixeira, no bairro Jardins.



Figura 74. Evento de *Food Trucks* na Praça Alda Teixeira, bairro Jardins.

Foto: Seujaco. Disponível em: <<https://goo.gl/nx6H7C>>. Acesso em 28 de novembro de 2018.

Sobre os usos dos espaços urbanos destinados à convivência socioambiental, como é o caso das praças urbanas, corroboramos com Silva, ao afirmar que:

em Aracaju, as praças ainda são apropriadas como espaço de lazer na maioria dos casos. Uma parcela da população usa seu tempo livre para passear, praticar atividades esportivas, se alimentar, enfim, desfrutar os momentos de folga em companhia de outras pessoas (SILVA, 2010, p. 143).

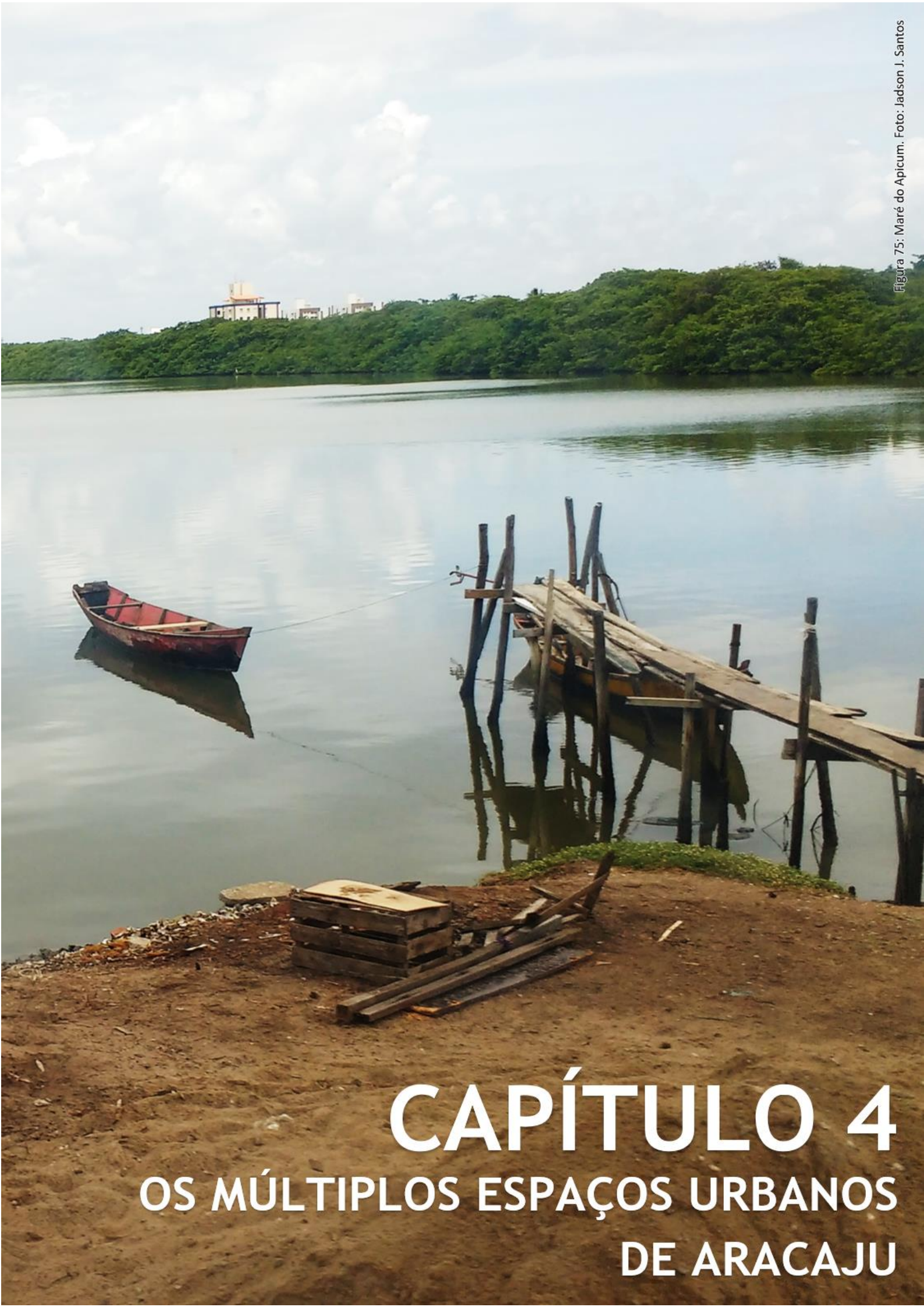
Contudo, para Silva esse contexto ocorre:

onde o crescimento urbano acontece sem planejamento e o poder público não consegue suprir as carências de uma população cada vez mais ávida na busca por espaços públicos com qualidade e que possam estar suprindo uma demanda por lazer, descanso e prática esportiva, as praças públicas se configuram como espaço de suma importância na busca da sustentabilidade urbana (SILVA, 2010, p. 147).

São questões como essas que devem ser levadas em conta pelas administrações públicas das cidades. Devem, também, serem ponderadas as necessidades de todos os bairros desconsiderando, neste caso, o poder econômico envolvido pela parcela moradora de cada região e, com isso, possibilitar uma infraestrutura adequada e mais homogênea em toda a cidade, dando possibilidades à população de maneira geral e não apenas a uma parcela dela, privilegiada pelo poder econômico que exerce influências nas decisões das gestões municipais.

Como já fora advertido por Santos (2013), Silva (2010) e em outros estudos realizados no PRODEMA, apesar da má distribuição, as praças são para a população da cidade, juntamente aos demais espaços verdes, como importantes locais destinados ao uso socioambiental pelos moradores e visitantes.

Por fim, é preciso evidenciar que a cidade e seus espaços socioambientais são construídos para o beneficiamento do poder econômico, para valorização monetária bem como para ser “vista” e “maquiada” para os olhares de quem as visita, ou seja, são embelezadas para favorecer o processo capitalista com foco ao consumo e a quem detém o capital para tal fim.



CAPÍTULO 4

OS MÚLTIPLOS ESPAÇOS URBANOS DE ARACAJU

CAPÍTULO 4 - OS MÚLTIPLOS ESPAÇOS URBANOS DE ARACAJU

1. Espaços de análise na cidade de Aracaju: pontos reflexivos...

Para melhor análise e elaboração deste Capítulo, foi feito um recorte espacial utilizando o Bairro Coroa do Meio e o percurso de dois canais que atravessam a cidade entre os bairros Soledade e o Treze de Julho, em que foi construído o Calçadão Formosa Aracaju, como área de estudo na cidade de Aracaju, conforme Figura 76, e no último Tópico do Capítulo foram abordadas problemáticas relacionadas à infraestrutura das periferias da cidade. O bairro Coroa do Meio possui 18.871 habitantes (IBGE, 2010). A Coroa do Meio é fruto de aterramento de mangue na península Serigy por parte da Empresa Municipal de Urbanização de Aracaju (EMURB) no início da década de 80, na gestão do então prefeito João Alves Filho, por meio do projeto elaborado pelo arquiteto Jaime Lerner. Inicialmente, o objetivo era tornar a região como zona de expansão para a cidade e para tanto houve a construção de um shopping, uma ponte de ligação e investimentos em infraestrutura no tocante à urbanização das vias.

Contudo, devido ao avanço do mar sobre a área aterrada, por ter sido feito de forma indiscriminada, o projeto inicialmente não obteve sucesso. Tempo depois, houve a ocupação de parte do bairro, na região da maré do Apicum – região que seria a quarta etapa do projeto, que não foi executada, por isso a ocupação – pela população carente da região, formada, principalmente por famílias de pescadores e catadores de caranguejo.

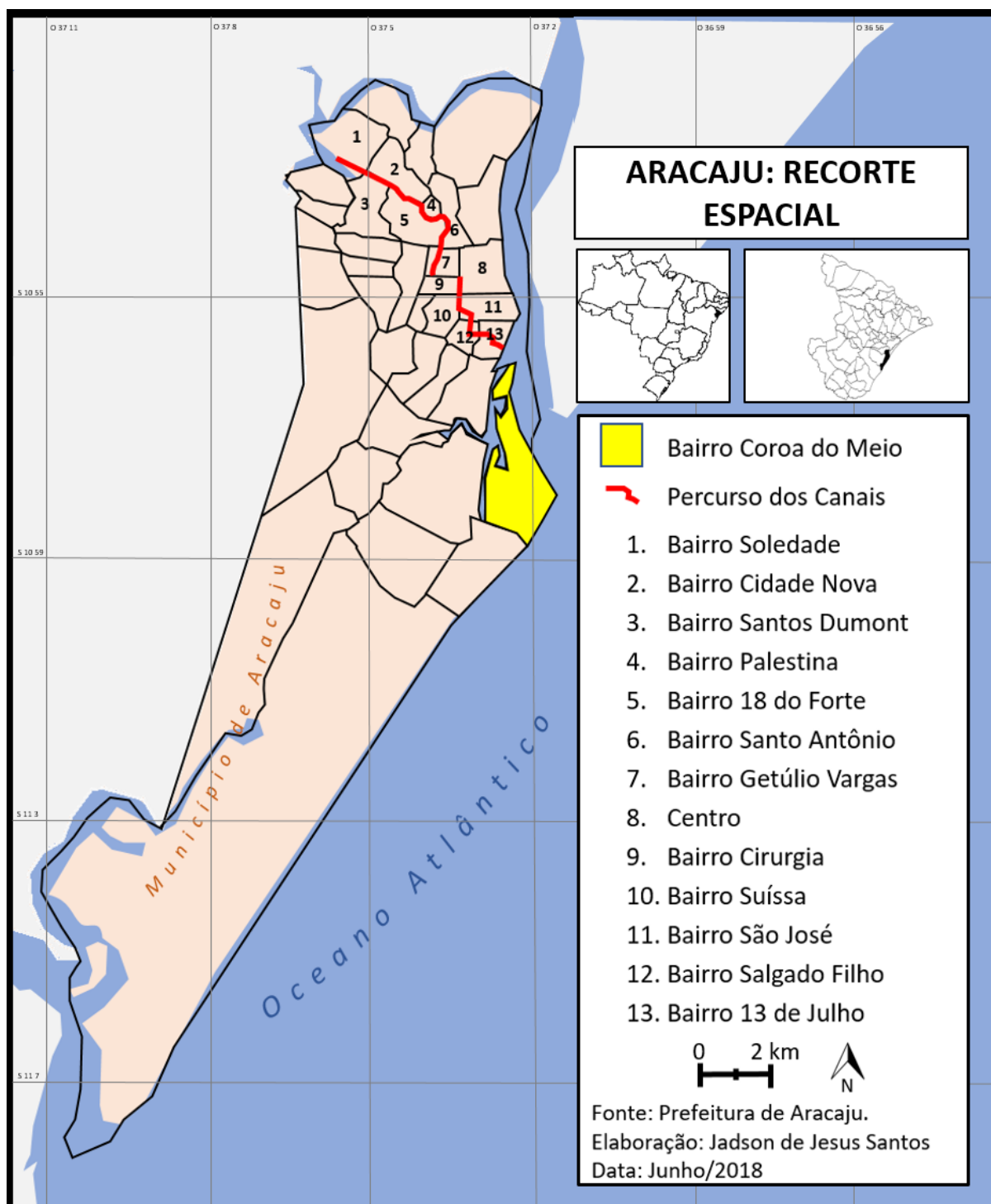


Figura 76. Aracaju: recorte espacial.

Fonte: Prefeitura de Aracaju, 2017. (Elaborado pelo autor)

No decorrer deste capítulo serão apontados dados de investimentos do bairro, tal como o projeto de reurbanização da Maré do Apicum, assim como a construção da orla marítima que estende-se pelos bairros Atalaia e Coroa do Meio a qual foi importante atração de investimentos da rede hoteleira na região, viabilizando, dessa forma, o turismo para o bairro.

Neste aspecto, o turismo é colocado pelos planos de governo como transformador das comunidades em mercadoria lucrativa, levando, segundo esses planos à melhoria da qualidade de vida das pessoas de uma dada comunidade. De acordo com Coriolano (2006), o turismo

é predador do espaço e gerador de agravos ambientais e danos irreversíveis. Estes são desafios do mundo de hoje: transpor a enorme distância entre ricos e pobres, promovendo a luta contra a pobreza e manter os recursos da terra para futuras gerações. (CORIOLANO, 2006, p. 176)

O que se vê, geralmente, é a expulsão dessas pessoas de seus locais onde criaram raízes para zonas afastadas ou periféricas, dando espaço a empreendimentos turísticos, enquanto eles, agora não mais pertencentes de seu próprio lugar, acabam sendo obrigados a criar novas raízes e possibilidades de (sobre)vivências, tentando transplantar a comunidade do antigo para o novo lugar.

Prosseguindo a pesquisa, os outros espaços de análise margeiam dois canais que cortam a cidade de Aracaju. O primeiro deles vai desde a Avenida Gonçalo Prado Rolemberg, localizado no Bairro São José, até a Avenida Beira Mar, bairro Treze de Julho, onde foi construído o calçadão Formosa Aracaju às margens do Rio Sergipe. O segundo começa na Avenida Geltil Tavares, bairro Getúlio Vargas, indo até a Rua A, bairro Soledade, onde desagua no Rio do Sal.

Esta região abrange 13 bairros da cidade fazendo um recorte entre a Zona Norte, passando pelo centro em direção à Zona Sul. O que se pretende analisar nesse recorte é como funcionam as espacialidades referentes às infraestruturas – no tocante à qualidade, investimentos e manutenção, além de sua formatação e destinação de uso – em cada um desses bairros, já que eles atravessam várias zonas da cidade, conforme Quadro 3.

BAIRRO	POPULAÇÃO	MORADORES POR DOMICÍLIO	DOMICÍLIOS OCUPADOS	DOMICÍLIOS NÃO OCUPADOS
Soledade	9.484	3,5	87,4%	12,6%
Santos Dumont	25.808	3,5	90,1%	9,9%
Lamarão	8.983	3,5	92,4%	7,6%
Dezoito do Forte	22.251	3,5	92,2%	7,8%
Industrial	18.871	3,5	90,6%	9,4%
Siqueira Campos	14.525	3,3	86,8%	13,2%
Cirurgia	5.349	3,4	85,6%	14,4%
Suíça	11.051	3,3	88,3%	11,7%
São José	5.349	3,1	82,1%	17,9%
Treze de Julho	8.328	3,2	89,1%	10,9%
Santo Antônio	12.459	3,4	85,7%	14,3%
Cidade Nova	21.220	3,5	89,2%	10,8%
Getúlio Vargas	6.587	3,3	83,9%	16,1%

Quadro 3 - População por bairro: recorte espacial da pesquisa.

Fonte: Censo IBGE 2010.

É possível, a partir dos dados apresentados, observar a dinâmica da distribuição da população nos bairros por onde os dois canais passam. É uma área que concentrava em 2010, segundo Censo do IBGE, 170.275 habitantes, cerca de 3,4 pessoas por domicílio. Além disso, é possível perceber que havia uma maior porcentagem de domicílios vazios na região central da cidade, chegando a uma taxa de não ocupação de 17,9% no bairro São José e 16,1% no Getúlio Vargas, já os bairros Lamarão e Dezoito do Forte apresentavam as maiores taxas de ocupação de domicílios com 92,4% e 92,2% respectivamente.

Esses dados apontam um espelho comum às grandes cidades em que há um esvaziamento dos centros urbanos e concentração da população nas periferias, principalmente em países subdesenvolvidos, havendo, dessa maneira, uma concentração populacional.

2. A evolução da mancha urbana da cidade de Aracaju

A cidade enquanto espaço de vivência possui como característica a hierarquização de suas relações em cada um de seus espaços, isso a torna heterogênea em sua essência. Ao considerar a absorção do campo pela cidade, podemos considerar como um ponto alto de uma escala que leva em consideração a agregação de valores, comportamentos e equipamentos urbanos de um espaço. Ao atingir isto é possível considerá-lo como consolidado. Lefebvre coloca da seguinte forma:

Por hipótese, tracemos da esquerda para a direita um eixo que vai do zero de urbanização (a inexistência da cidade, a predominância completa da vida agrária, da produção agrícola, do campo) à urbanização cem por cento (absorção do campo pela cidade, predominância completa da produção industrial até mesmo na agricultura). Este esquema abstrato coloca entre parênteses, momentaneamente, as discontinuidades. Permitirá, numa certa medida, que se situem os pontos críticos, isto é, as próprias censuras e discontinuidades. (LEFEBVRE, 2011, p. 77).

No estágio avançado de consolidação urbana de áreas de uma cidade, quando seus espaços são preenchidos e colocados em uso urbano aos mesmos, é possível elencar características urbanas sobrepondo ou extinguindo as características rurais. Mais uma vez, por a cidade ser heterogênea, raras serão essas áreas nas cidades, se considerarmos apenas as atividades urbanas. Em contrapartida, os centros urbanos mostraram características desse ápice de consolidação urbana e, ao mesmo tempo, de resgate do campo e da natureza em pequenas manifestações como por exemplo, uma feira de hortifrútis (Figura 77) ou feiras com produtos artesanais (Figura 78).



Figura 77. Feira de hortifrúti no centro da cidade de Aracaju.
Foto: Jadson de Jesus Santos, em 4 de agosto de 2018.



Figura 78. Feira de Artesanato em frente à Catedral Metropolitana de Aracaju.
Foto: Jadson de Jesus Santos, em 4 de agosto de 2018.

A cidade de Aracaju se expande de forma contínua pois é comparada a um organismo vivo com crescimento e estagnação em alguns fatores como: violência, diminuição da taxa de fecundidade, envelhecimento da população, falta de empregos, dentre outros. Além disso, são

diversos os fatores que contribuem para o crescimento das cidades, como o aspecto econômico que pode ser considerado como o principal, pois, é a movimentação da economia da cidade que move, também, sua expansão. Para Sposito (2004), os fatores econômicos contribuem para o crescimento da cidade pois:

Dado o caráter urbano da produção industrial (produção essa totalmente diferenciada das atividades produtivas que se desenvolvem de forma extensiva no campo, como a agricultura e a pecuária) as idades se tornaram sua base territorial, já que nelas se concentram capital e força de trabalho (SPOSITO, 2004, p. 43).

Contudo, pode-se concluir que a partir do processo de mecanização da agropecuária, a demanda por mão-de-obra no campo decaiu, contribuindo para o inchaço da população urbana nas cidades em decorrência da migração para a cidade em busca de trabalho na indústria, no comércio, no turismo e outros aspectos de ordem formativo.

O acelerado crescimento das cidades trouxe o debate sobre como (re)organizar o espaço urbano. As cidades passam, desde então, principalmente em países subdesenvolvidos, por dificuldade de gestão dos espaços devido à alta demanda populacional pois, as áreas são ocupadas, muitas vezes sem organização, devido ao inchaço e à falta de planejamento. Além disso, ao crescer, a cidade absorve do novo espaço urbano com a possibilidade de desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, a de geração de empregos – também atrativo à concentração urbana.

A cidade tem o poder de absorver os espaços como descreve Villaça (2001, p. 82) ao afirmar que “[...] à medida que a cidade cresce, ela se apropria e absorve os trechos urbanos das vias regionais, como nos casos das rodovias antigas que, com o tempo, se transformaram em vias urbanas”. Pois, a consolidação da área, antes rural, em urbana é percebida ao considerar que mesmo uma rodovia toma forma de via urbana com características à circulação não apenas de veículos, mas, também pelos pedestres.

Os centros urbanos maiores, principalmente as capitais, são polos de atração da população que busca estar ativa economicamente. Contudo, nem sempre é possível haver a efetivação no trabalho, colocando-os em situação de vulnerabilidade. Esse é um dos fatores que contribui para o surgimento das favelas nas cidades em que geralmente se formam em áreas de risco por meio de ocupações (não) organizadas. Silva (2005, p. 10) defende que “[...] a favela é parte da cidade. Com suas particularidades e idiossincrasias, também lida, como

agente, com os demais agentes e processos de conformação do urbano. Sofre seus efeitos”. Entretanto, são nas entrelinhas do processo de formação de cada favela que se pode elencar os principais problemas daquela população.

Além disso, fatores econômicos ligados ao processo de surgimento de favelas, segundo dados do Censo de 2010, realizado pelo IBGE, aponta que a cidade de Aracaju é a capital com menor índice de favelização, com 61.847 pessoas vivendo em habitações subnormais, o que corresponde a 10,83% da população residente.

Aracaju, por margear um rio, possuía restrições, de uma das direções, à expansão, ao longo do tempo, sua expansão deu-se em direção à oeste e, posteriormente, ao sul. Os espaços consolidados da cidade estão no entorno do centro.

Aracaju concentra as áreas mais nobres no entorno da área central em direção ao sul da cidade, margeando o Rio Sergipe até a praia de Atalaia, conforme Figuras 79 e 80.

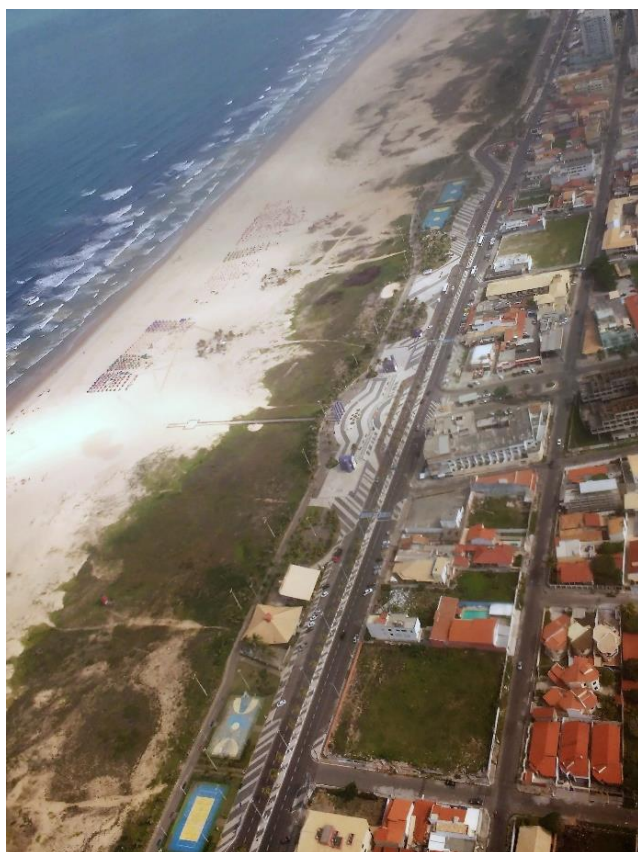


Figura 79. (Esquerda) **Vista parcial aérea da Orla de Atalaia.**
Foto: Jadson de Jesus Santos, em 12 de maio de 2017.



Figura 80. (Direita) **Vista parcial aérea do Calçadão Formosa Aracaju.**
Foto: Thiago Paiva Braga, em 29 de setembro de 2016.

Aracaju passou pelo processo de gentrificação urbanística na orla litorânea ilustrado na Figura 79 e, na Figura 80 a qual encontra-se localizada às margens do Rio Sergipe. Por ser uma cidade nordestina litorânea, é também polo de atração à atividade turística, pois na concepção de Rabelo (2010), as obras de urbanização com viés gentrificadores são fruto de uma exigência do mercado e, sobre a Treze de Julho:

A reflexão do fenômeno de gentrification para o Bairro Treze de Julho poderia incorrer em forçar o conceito se não apresentássemos essas arestas. Vemos uma aproximação quando entendemos que era uma área central de lazer para a cidade de Aracaju, e estava ficando deteriorada para os olhos burgueses com a presença resistente de casas simples, principalmente no interior do Bairro, onde, hoje, se situam as galerias consideradas de luxo (RABELO, 2010, p. 161-162).

Assim como o Calçadão da Treze de Julho, a orla de Atalaia representa um marco de reestruturação e enobrecimento de um bairro. Apesar de quase sempre usarem do discurso de destinação ao público em geral, outras questões como o poder econômico são o principal fator de inserção desse tipo de infraestrutura em um local. Na Orla de Atalaia, como relata Pereira (2018), o primeiro ponto a ser construído foi a praça dos Arcos, o qual inicialmente iria:

demarcar um momento de mudança, de uma nova Orla, que seria um marco entre o passado e o presente. Segundo, constituir um símbolo para a cidade, algo que se entendia não haver em Aracaju. E, por último, a propositura de ser esse um espaço democrático. [...] Os Arcos seriam um marco para o desenvolvimento da cidade, os quais simbolizariam a Orla, e esta, por sua vez, seria, simbolicamente, o marco do desenvolvimento de Aracaju (PEREIRA, 2010, p. 276-277).

O projeto ousado – devido aos números relacionados a custos de obra, equipamentos, tamanho e outros relacionados ao porte da cidade – de urbanização da orla de Atalaia trouxe a Aracaju a criação de um espaço de vivência – mais direcionado aos de fora da cidade que aos locais porque estão localizados em frente a rede hoteleira com mais de 4 km ao sul da cidade. Segundo Villaça (2001):

O que há de peculiar na orla de alto-mar é que, ao contrário dos setores rodoviários e ferroviários, onde a cidade ‘ganha gratuitamente’ um componente vital da infra-estrutura urbana (um sistema de transportes)

decidido, inclusive quanto a seu traçado, por entidades e razões supralocais, a urbanização ao longo das orlas nas metrópoles litorâneas, inclusive e especialmente a infra-estrutura de transportes, decorre de decisões que atendem a interesses intra-urbanos. Tais interesses são os das camadas de alta renda e seus agentes imobiliários. [...] nesses setores define-se uma área que atrai o interesse das camadas de alta renda. Estas, pelo poder político que apresentam, pressionam o Estado, que investe nesses setores. A orla oceânica atua como fator a atrair a expansão urbana antes de haver significativa melhoria do sistema de transportes regional e mesmo do local. (VILLAÇA, 2001, p. 107)

Fato, que retrata a influência do poder público em corroborar com os investimentos e as necessidades impostas pela classe alta (econômico). São eles, todos detentores de poder – via poder público, via poder econômico – que determinam a intensidade e possibilidades nos investimentos e criação de equipamentos urbanos às suas necessidades gentrificadas. Villaça (2001) descreve ainda que:

Nessas orlas oceânicas, pode eventualmente surgir uma via de interesse regional, mas ela independe da urbanização que ali ocorre, embora possa beneficiá-la. [...] Essas estradas são pavimentadas somente depois que a ocupação já foi concretizada pelas burguesias, mesmo que de maneira incipiente. (VILLAÇA, 2001, p. 110)

Além desse contexto relacionado ao turismo apresentado até aqui, houve uma concentração industrial na cidade à nordeste – inicialmente – e à sul – posteriormente, com a criação do Distrito Industrial, em Aracaju, sendo fator à expansão dessas áreas na cidade, como afirma França ao descrever que:

a criação do Distrito Industrial de Aracaju – DIA, em 1971, no bairro Inácio Barbosa, e a abertura e prolongamento da avenida Hermes Fontes, ligando o DIA ao centro da cidade, beneficiaram a expansão para essa direção, sob a forma de parcelamento para fins residenciais (FRANÇA, 2016, p. 131).

É perceptível na Figura 81 uma ilustração que demonstra o *boom* da expansão da mancha urbana da cidade de Aracaju deu-se a partir dos anos 1990, característica comum em diversas cidades brasileiras, coincidentemente data em um período de forte crescimento populacional no Brasil – nesta década a população brasileira teve um aumento de mais de 20

milhões de habitantes em menos de 10 anos, 152,2mi em 1991 passando para 174,5mi em 2000, segundo dados do IBGE.

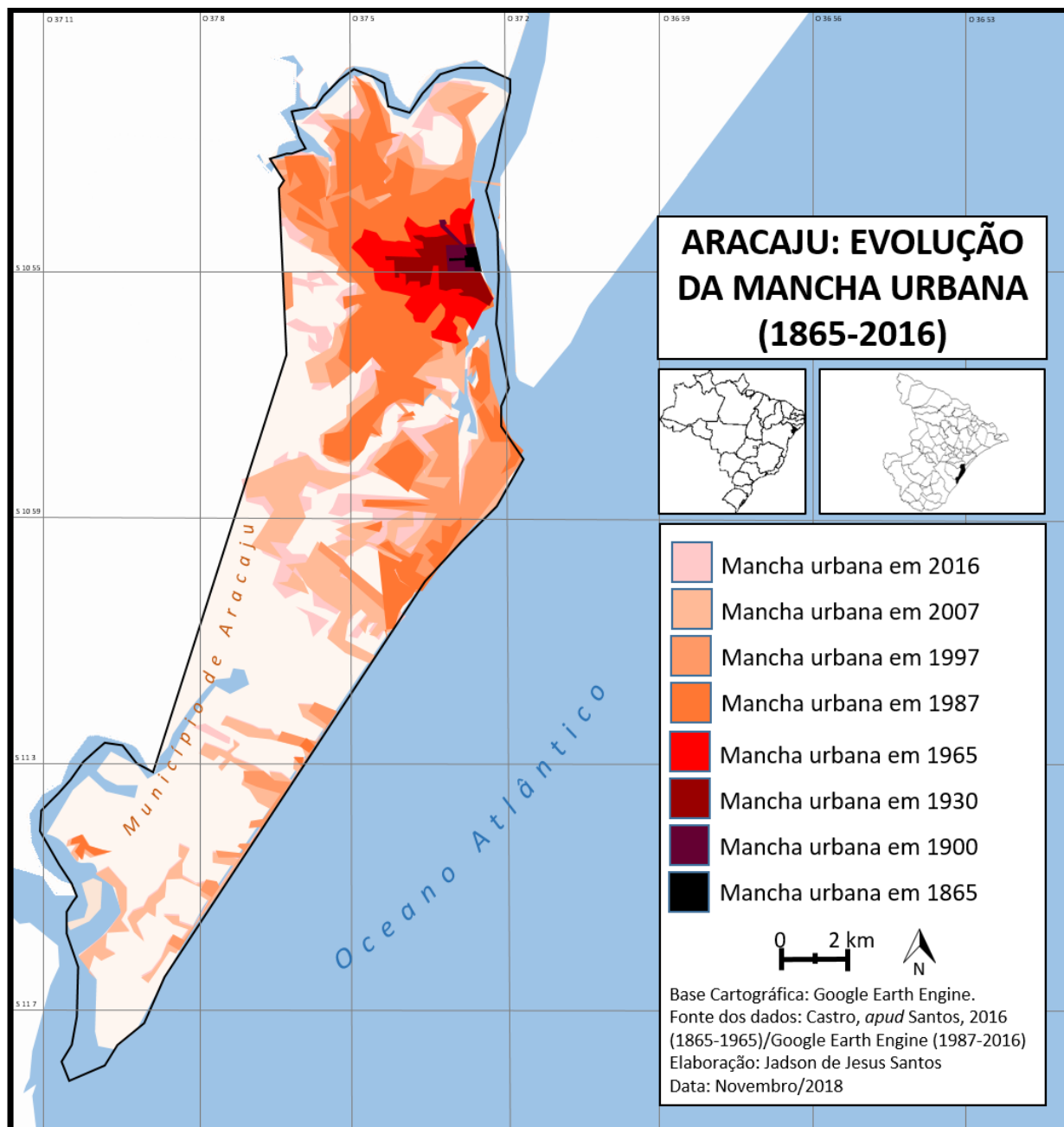


Figura 81. Aracaju: Evolução da Mancha Urbana.

Fonte: Castro *apud* Santos, 2016a (1865-1965)/Google Earth Engine, 2016 (1987-2016). (Elaborado pelo autor)

É possível determinar que alguns fatores históricos no processo de urbanização de Aracaju foram decisivos no tocante ao seu crescimento e expansão com destaque à implantação das primeiras indústrias no início do século XX, da instalação da Petrobrás na

década de 1960, além da expansão na região da Coroa do Meio com a construção do Shopping Riomar no final da década de 1980 e da expansão na região do Bairro Jardins a partir da construção do shopping de mesmo nome. Nessa época foi criada a Região Metropolitana de Aracaju, formada, além da capital, pelas cidades de Barra dos Coqueiros, Nossa senhora do Socorro e São Cristóvão e, segundo Andrade “[...] esta nova configuração trouxe à cidade de Aracaju novas possibilidades de planejamento urbano integrado com características regionais” (2017, p. 54)

Podemos observar nas Figuras 82 e 83 algumas diferenças de paisagem na região central de Aracaju, com destaque às praças Fausto Cardoso e Olímpio Campos, no tocante à expansão e ao processo de verticalização da cidade.



Figura 82. **Região da Catedral metropolitana no início do século XX evidenciando as quadras de Pirro.**
Foto: Acervo do Professor Amâncio Cardoso. Disponível em: <<https://goo.gl/3KQXdh>>. Acesso em 14 de outubro de 2018.



Figura 83. Região da Catedral Metropolitana em 2013 destacando o processo de verticalização que a cidade sofre desde a sua fundação.

Foto: Aron Setton. Disponível em: <<https://goo.gl/XDPBJN>>. Acesso em 26 de novembro de 2018

É importante destacar que, na cidade de Aracaju, o processo de ocupação e formação de favelas não se dá em morros ou em suas encostas, como ocorre na maior parte das favelas brasileiras, devido, principalmente, à dinâmica do relevo em que a cidade está constituída. Aracaju, construída em áreas aterradas, possui relevo de planície sem grandes elevações, como é possível ser notado na Figura 84, recortada por rios e sua interiorização foi observada a partir da instalação da Universidade Federal de Sergipe na região metropolitana, onde hoje está o Bairro Rosa Elze, que apesar de pertencer ao município de São Cristóvão, tem forte influência urbana da capital sergipana.

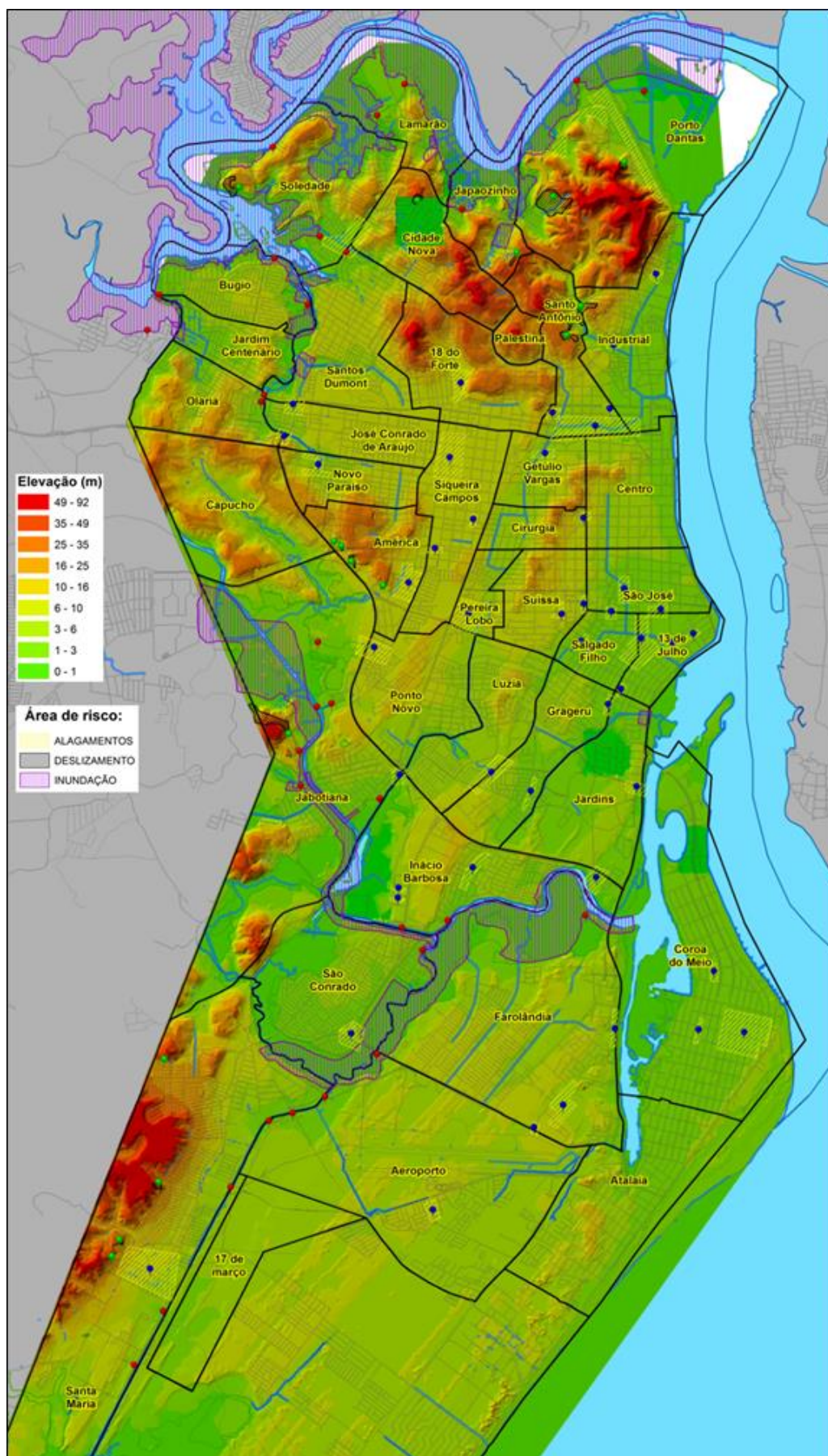


Figura 84. Elevação do relevo e áreas de risco de Aracaju.

Fonte: PMA. Disponível em: <<https://goo.gl/Xq61Bp>>. Acesso em 13 de dezembro de 2018.

Áreas de mangue e restinga foram – e continuam sendo – aterradas, abrindo espaços vazios à construção de novos espaços urbanos da cidade. Toda a região do Bairro Jardins – e adjacências – é fruto da expansão e especulação imobiliária após o aterramento e agregação de valores aos terrenos com a construção, inclusive, de um Shopping Center, inaugurado em 20 de novembro de 1997. A Figura 85 ilustra uma Aracaju antes do aterramento das restingas e mangues da Zona Sul. É possível observar uma vasta área plana encoberta por vegetação litorânea a qual, a partir do final dos anos 1980 e mais abruptamente após a construção do Shopping Jardins, é possível observar uma rápida expansão da cidade em um período de pouco mais de 20 anos.



Figura 85. **Vista aérea da zona sul de Aracaju em 1973.**

Foto: Júnior Gomes.

Disponível em: <<https://goo.gl/7vGRtt>>. Acesso em 26 de novembro de 2018.

Na Figura 86, após a construção do Shopping Jardins já é possível ser verificado que a rápida expansão da região se iniciou já verticalizada. A construção de condomínios residenciais de médio e alto padrão são as edificações mais comuns da região, fazendo desse bairro, um dos mais nobres de Aracaju.



Figura 86. Vista aérea da zona sul de Aracaju em 2013, destaque ao Shopping Jardins à direita.

Foto: Sergipe Em fotos.

Disponível em: <<https://goo.gl/yG5kTd>>. Acesso em 26 de novembro de 2018.

A expansão da cidade depende de alguns fatores, dentre eles, os ligados à infraestrutura e à gentrificação dos espaços urbanos. Podemos considerar, segundo Villaça, que o “[...] primeiro elemento é determinado por forças externas à cidade; o segundo elemento, pelos interesses de consumo das burguesias que, comandando o setor imobiliário urbano, decidem a escolha/produção de suas localizações residenciais” (2001, p. 140).

Dessa maneira, podemos afirmar que a expansão de Aracaju, dentre outros fatores, se deu principalmente por questões ligadas à construção de rodovias e expansão industrial e à especulação imobiliária em áreas de orlas e que, portanto, áreas de ambientes naturais que sofreram impactos ambientais de grande porte e que terá repercussões impactantes a longo prazo em relação aos aspectos socioambientais, a exemplo de inundações, mobilidades, mudanças climáticas e outras alterações advindas da falta de planejamento.

3. Os espaços urbanos em Aracaju

A cidade é palco da essência deste aglomerado de pessoas das diferentes classes sociais, o qual fomenta a formação da identidade cultural de um povo. Esse equilíbrio é percebido como constante, dando possibilidades conceituais à denominação desse espaço como um lugar, propriamente dito.

A cidade é o local que melhor possibilita a apropriação do capital como foi destacado anteriormente, porém essa detenção vai potencializar o lucro do capitalista, em decorrência, vai gerar a submissão da classe trabalhadora a níveis elevados de extração de mais-valia e a segregação espacial, obrigando-os a residirem em bairros periféricos e/ou em ocupações de espaços vazios. Dessa forma, a cidade é o palco dessa segregação socioespacial e da materialização do capital. Para Carlos (2001):

o espaço geográfico é produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais no sentido amplo de reprodução da sociedade, num determinado momento histórico – um processo que se define como social e histórico; o que significa que há uma relação necessária entre espaço e sociedade que é o cenário que encaminha a análise. (CARLOS, 2001, p. 63)

Nesse sentido, a cidade é definida enquanto espaço para a reprodução do capital, em que é visível a concentração dos meios de produção e de pessoas ligadas à divisão técnica e social do trabalho, articuladas ao processo produtivo. Desse modo, o urbano é o espaço para a reprodução da sociedade humana, evidenciando seu papel como sujeito da produção da história, com seus valores e cultura, percorrendo sua vida ao longo do tempo.

Dessa maneira, ao considerarmos os espaços selecionados no decorrer dos dois canais, podemos perceber uma diferenciação em cada um dos seus percursos, há a presença de diferentes equipamentos urbanos, praças e infraestruturas diferenciadas no percurso; além de investimentos públicos em infraestrutura socioambientais que apresentam diferenças em relação ao montante investido como também à qualidade do que foi construído, possuindo, dessa maneira, diferentes usos socioculturais em cada um desses espaços.

Enquanto aglomerado, a cidade é também palco da cultura urbana. Este, intrínseco à cidade, modifica-se ao passo em que há, uma contínua modificação urbana. O espaço urbano está disposto à pluralidade de usos. São esses usos que definem os espaços da cidade e se

diferencia quando se muda a forma de como são utilizados. Esta ideia está em torno das novas concepções de usos dadas pelo capitalismo a fim de criar setores de atividades produtivas como o turismo. Na visão de Carlos

A criação de espaços turísticos de lazer a partir de novas estratégias interfere na produção de novas centralidades, no sentido que promovem polos de atração que redimensionam o fluxo das pessoas num espaço mais amplo. O fato de que o espaço se transforma em mercadoria produz uma mobilização frenética desencadeada pelos promotores imobiliários e pode levar à deterioração ou mesmo destruição de antigos lugares em função da realização de interesses imediatos, em nome de um presente programado e lucrativo, que traz, como consequência, a destruição de áreas imensas que passam a fazer parte do fluxo de realização do valor de troca. (CARLOS, 2001, p. 67)

Dentre esses espaços, podemos destacar o Calçadão Formosa Aracaju, construído sobre a contenção de maré às margens do Rio Sergipe. Foi uma grande obra de urbanização na região, compreendendo uma área de aproximadamente 20 mil metros quadrados em que foram investidos o valor de 4 milhões de reais. É possível destacar que, por estar localizada num dos bairros com o metro quadrado mais caro da cidade, foram construídos diversos equipamentos urbanos com diferenciais arquitetônicos até então novos à cidade de Aracaju, como um corredor de passagem com túnel formado por 16 (dezesseis) canhões articulados de jato d'água, além de um terraço-jardim em forma de elevado em que foram instalados espaços de convivência e de jogos, conforme ilustrado na Figura 87 - 6.



Figura 87. Pontos de análise no decorrer dos percursos dos canais.

Fontes: 1. Google Street, abr. 2015; 2. Google Street, out. 2011; 3. Jadson Santos, jun. 2018; 4. Jadson Santos, jun. 2018; 5. Jadson Santos, jun. 2018; 6. Thiago Braga, set. 2016. (Organizado pelo autor)

Nesta perspectiva, o espaço urbano é produto das lutas de classes, pois, com o desenvolvimento desigual do capital e das relações sociais, criou-se na cidade um campo de batalha entre os detentores de capital, e consequentemente a subordinação da classe pobre, quando constroem seu próprio espaço, através de improvisos e construções em áreas periféricas.

Assim, em todo processo de urbanização e expansão da cidade é visível a modificação no cenário espacial em que as contradições e desigualdades do capital se materializaram. O espaço urbano é o local ideal para a apropriação do capital pelos detentores dos meios de

produção quando potencializam a exploração dos trabalhadores, com altas jornadas de trabalho.

Um exemplo dessas diferenciações de investimentos nos espaços é o final de um dos canais apresentados aqui que fica localizado às margens do Rio do Sal, no Bairro Soledade. Diferentemente do que foi apresentado no outro que desagua no Rio Sergipe, o que margeia a Rua A do Bairro Soledade (Figura 87 - 1) não apresenta nenhuma infraestrutura, nem mesmo em relação a saneamento básico adequado. Esse tipo de problema é comum em cidades subdesenvolvidas, onde a força do poder econômico determina toda essa variação infraestrutural.

É preciso que haja investimentos em todos os espaços das cidades, considerando, as necessidades básicas para a posteriori, poder investir recursos de paisagismo. Tudo isso é preciso já que as cidades, como palco de socialização entre as pessoas, começam a acompanhar as transformações da nova era da comunicação.

Nas relações sociais numa cidade enquanto um organismo em constante modificação e desenvolvimento, há disputas e entraves pertinentes a essas relações, as quais determinam o surgimento de limites imaginários definidos a partir de fatores diversos, a saber: diferenciação de espaços de lazer, saneamento com embelezamento florístico, equipamentos diferenciados, dentre outros.

O produto das disputas por espaços na cidade determina como serão utilizados cada um dos espaços e a quem serão destinados. O complexo movimento dos espaços urbanos torna-os como palco do exercício das relações sociais, assim afirma Maia (2010):

A cidade é manifestação de relações sociais e, como tal, é impregnada pelo poder, por símbolos e signos, por marcas, por afeto, elementos esses que inviabilizam a apreensão imediata de seu dinamismo. Seus protagonistas criam e recriam enredos, disputam espaços, forjam lugares, tornando a cidade matizada, dividida em vários “pedaços” – um palco de disputas territoriais. (MAIA, 2010, p. 122)

A cidade deve ser pensada de modo a fornecer a todos os que vivem nela instrumentos para que haja qualidade de vida. Para isso é necessário que haja planejamento em relação aos investimentos em infraestrutura socioambientais e disponibilização de serviços a essa população. Para Ferraz (1996):

A cidade como um todo envolve, necessariamente, o humano, e suas características fundamentais são sociologicamente relevantes, uma vez que operam como fatores condicionantes da vida social. Em outras palavras: como ambiente, a cidade molda o caráter do indivíduo. As cidades são, portanto, não apenas consumidoras de homens e de espaços, mas são, também, e em proporções muito mais elevadas do que se pode imaginar, produtoras de personalidades. (FERRAZ, 1996, p. 15)

Na atualidade, as cidades, no âmbito do seu desenvolvimento, exigem que sejam elaborados planejamentos em diferentes áreas com diversas finalidades. Neste aspecto, cabe aos gestores públicos a definição do foco para a correta destinação do dinheiro público, a fim de garantir que sejam investidos recursos em setores vulneráveis e com necessidades inerentes ao processo da construção urbana. Desse modo, Ferraz (1996, p. 10) afirma que “[...] a atividade urbana é, pois, um desencadear ininterrupto de relações mantidas pelos homens entre si, tendo em vista a produção daquilo que é necessário à vida”. Sobre o sistema produtivo das grandes áreas urbanas, Arcoverde (1985) afirma que:

novas e crescentes necessidades se põem à reprodução da força de trabalho que, por sua vez, geram aumento da demanda por serviços de infra-estrutura, pelo acesso à habitação e aos transportes coletivos, ampliando consideravelmente, a expectativa da população por equipamentos sociais e culturais, bem como pela melhoria dos serviços existentes. (ARCOVERDE, 1985, p. 70)

Fatos como o barulho das ruas e praças, onde antes era predominado por vozes e sonoridades musicais, hoje há predomínio do som de veículos automotivos. As exceções são nos locais gentrificados, em que os atrativos extrapolam as necessidades locais para o seu uso, transformando-os em espaços a serem emoldurados numa espécie de cartão postal para atrair os desconhecidos externos.

É possível observar no decorrer dos canais uma grande diferenciação entre os bairros em que eles percorrem, na periferia pobre há apenas o escoamento do canal a céu aberto sem urbanização, à exceção do trecho que passa pela Avenida Visconde de Maracaju onde está localizada a Praça José Andrade Góis (Figura 87 - 2), construída sobre o canal a fim de servir como espaço de vivência para a comunidade. Apesar de ser uma praça com alguns equipamentos para o esporte como quadra esportiva, não apresenta condições favoráveis ao

seu uso por fatores como a falta de manutenção adequada e por estar localizada no centro de uma avenida de grande movimento, sendo perigoso à população por causa de possíveis acidentes.

Já no outro canal, em que há uma preocupação em todo o seu percurso com o paisagismo – este canal também percorre a cidade à céu aberto – possuindo assim, características de gentrificação devido à sua localização em bairros mais valorizados da cidade. Aos olhos da gentrificação, o que é belo pode tornar-se ainda mais belo, assim como o que ainda não é poderá, sim, tornar-se como tal. São esses olhos gentrificadores que favorecem a transformação de espaços vividos em espaços construídos.

Aracaju, desde sua fundação, constrói seu espaço urbano sob mangues e regiões alagadas. Morros foram desmontados para encobrir as áreas onde seria expandida a cidade. Além disso o aumento populacional, segundo Santos et al.:

tem exercido pressão sobre o ecossistema manguezal provocando perdas de áreas naturais pelo desmatamento e aterro dos manguezais, além das construções de habitações, poluição pelo aumento do volume de esgoto sanitário descartado no ambiente e lixo urbano. A coleta do esgoto sanitário está sendo realizada com tratamento individualizado de fossa e filtro, lançando seus dejetos na rede de drenagem pluvial (SANTOS et al., 2011. p. 82)

Desmontam-se assim, espaços de vivências apropriadas pela população para serem criados novos espaços, muitas vezes não medindo as consequências dadas pela agressão ao meio ambiente, assim como para a vivência da própria população.

Os espaços vividos são aqueles onde, naturalmente, as pessoas usam simplesmente por considerá-los como um espaço de pertencimento. Os espaços construídos, ao contrário, são os que foram moldados para fins diferentes, ou aprimorados, para usos de públicos distintos. É preciso que sejam feitos estudos a partir das necessidades da população residente sobre o que se deve ou não ser construído em determinados espaços. Por vezes, o poder público não leva em consideração esse quesito fazendo com que haja problemas relacionados ao que a população possui como carência efetiva sobre o que realmente será construído.

Dessa forma, o planejamento da cidade é suscetível a diversas problemáticas, devido ao fato de os planejadores não levarem em consideração alguns fatores além dos dados

quantitativos – geralmente contratados para justificar o uso do capital público. O bom planejador é, segundo Santos,

aquele que apresenta as chamadas soluções ‘objetivas’ e ‘viáveis’ dentro do sistema, de maneira a não abalar a sua continuidade e a afastar as soluções abrangentes, com a alegação de serem inviáveis. De um lado, existe uma confusão deliberada entre objetividade e sobrevivência e, de outro, a não-objetividade e as propostas de mudança. (SANTOS, 1978, p. 67)

O planejamento e gestão urbanos têm como finalidade a execução de atividades para sanar as demandas de diversas situações ligadas aos vários setores urbanos, tais quais: saúde, educação, infraestrutura dentre outros. Desse modo, o planejamento e a gestão segundo Souza (2006):

é a superação de problemas, especialmente fatores de injustiça social, e a melhoria da qualidade de vida, ambos deveriam ser vistos como pertencendo ao amplo domínio das estratégias de desenvolvimento regional, nacional etc. Planejamento e gestão urbanos, vistos por essa ótica de ciência social, nada mais são que estratégias de desenvolvimento urbano, alimentadas por pesquisa social básica, tanto teórica, quanto empírica (ou seja, diagnósticos). (SOUZA, 2006, p. 73)

Assim, podemos definir que o planejamento e gestão urbanos são peças fundamentais à administração pública devendo ser levado em consideração as barreiras do que é local apenas, dialogando com os gestores e os planejadores regionais e globais, considerando a eficiência e a eficácia dos serviços prestados à população para melhoria da qualidade de vida. Os subúrbios e periferias atolam-se dos problemas da má gestão dos tomadores de decisões estes, que só veem o imediato, desconsideram os problemas que devem ser resolvidos a longo prazo.

Vale ressaltar que em países subdesenvolvidos as cidades são constituídas, principalmente, relacionadas ao comércio e serviços, setores da economia que ancoram e sustentam a maior parte dos centros urbanos desses países, a exemplo de Aracaju.

Segundo Santos (1965, p. 6), “[...] a cidade é, pois, um pólo de atração de capitais, mas que não são usados, senão em reduzida proporção, para a mudança da situação atual, não raro contribuindo para agravá-las”. Desse modo, a cidade se torna um “[...] lugar de encontros, convergência das comunicações e das informações, o urbano se torna aquilo que ele sempre foi: o lugar do desejo, desequilíbrio permanente, sede da dissolução das normalidades e coações, momento lúdico e do imprevisível” (LEFEBVRE, 2011, p. 84-85).

Da necessidade ao fomento das transformações urbanas, a gentrificação dos espaços é tida pelo poder público como modificação do que não deve ser visto aos olhos de quem detém o poder, a partir da modificação da paisagem a fim de deixá-la limpa e bela. A pobreza deve, para os detentores do poder, ser escondida a fim de maquiar questões não resolvidas em suas gestões de modo que aos olhos de quem passa por determinados locais de uma cidade, ela deve sempre parecer o ideal, mesmo que assim não seja.

As dificuldades envolvidas à correta gestão e administração pública é tida como o principal empecilho à real concretização da conjuntura dada ao ideal de cidade. É por isso, aos olhos do poder, que a gentrificação dos espaços se torna cada vez mais recorrente nas cidades, principalmente naquelas em que o setor do turismo é empregado como um dos principais arrecadadores econômicos à cidade.

Nesta perspectiva, a gentrificação é concebida em fases, Smith (2007) coloca que primeiramente se dão os pioneiros munidos de visão intelectual, veem espaços vazios, próximos aos centros valorizados, a possibilidade de investimento e transformação, posteriormente, esses espaços são consolidados, frente aos entes imobiliários que promovem a valorização desses espaços.

Por fim, o estágio final da gentrificação dá-se pelo investimento do setor público, este atrai investimentos de grandes marcas que agregam valor a esses espaços gentrificados a fim de atrair a denominada classe média que se encanta e consome esses espaços devido à inserção, por parte do poder público, dos parques, praças e toda uma infraestrutura e equipamentos urbanos do tecido urbano do entorno, como ocorre em Aracaju. Na visão de Zoloni (2007):

O que se percebe realmente é o conforto crescente para que esta nova classe média venha a investir no espaço em transformação. O movimento espiral de valorização é solidamente construído entre a nova classe média e o espaço do qual ela se apropria. À medida que os investimentos crescem, mais as melhorias urbanas se voltam para adequar os bairros aos novos moradores que, por sua vez, justificam o crescimento dos investimentos, sejam públicos ou privados. (ZOLONI, 2007, p. 44)

Para Smith (2007) as cidades tomaram sua forma a favor das elites e os traços arquitetônicos, as infraestruturas e a paisagem natural dão início às concretizações das classes mais favorecidas.

Segundo Furtado (2014), o processo de gentrificação apesar de sua recente análise, possui laços descritos e fundamentados por pensadores em épocas anteriores. Para ele a descrição que Marx faz sobre a reestruturação urbana frente às melhorias – como o alargamento das ruas e prédios e palácios rodeados do tráfego comercial – já mostra o que hoje é possível definir como gentrificação do espaço urbano. Furtado (2014) determina ainda que a gentrificação:

aparece como um dos elementos de um processo permanente de (re)estruturação urbana. Processo esse que é parte da organização do espaço urbano, de acordo com as necessidades do modo de produção dominante na economia e que está em sintonia com os propósitos da estrutura dominante da sociedade em um período histórico determinado. (FURTADO, 2014, p. 342)

Desse modo, Furtado conceitua gentrificação “[...] como facetas de processos distintos de (re)estruturação urbana, de acordo com os requerimentos do desenvolvimento da produção e consumo capitalistas” (2014, p. 361), nessa perspectiva, se considerarmos que a gentrificação é o processo de transformação da cidade para atender o consumo encadeado pelo capitalismo, podemos afirmar, então, que o processo de gentrificação das cidades está ligado às várias reestruturações urbanas no tocante ao seu crescimento e/ou desenvolvimento ao longo da história. Assim, a gentrificação caminha lado-a-lado da reestruturação e que para Smith (2007):

O que é novo, hoje, é a intensidade em que esta reestruturação do espaço se apresenta como um componente imediato de uma ampla reestruturação social e econômica das economias capitalistas avançadas. Determinado ambiente construído expressa uma organização específica da produção e reprodução, do consumo e da circulação, e conforme esta organização se modifica, também se modifica a configuração do ambiente construído. (SMITH, 2007, p. 20)

A gentrificação abrange, além dos setores econômico e arquitetônico, também as questões socioculturais. As mudanças nos padrões sociais que ocorrem constantemente, também são fortes influenciadoras à gentrificação urbana. A redução do número de filhos, a solteirização de parcela da população economicamente ativa; o crescimento das mulheres no

mercado de trabalho e outros fatores causaram modificações nos espaços urbanos. Zoloni adverte ainda que:

a gentrificação hoje deve ser considerada uma categoria de transformação urbana, típica dos reflexos de uma economia e estratificações culturais cada vez mais globalizadas, que seriam singularidades de uma urbanização contemporânea inserida no sistema capitalista de produção. (ZOLONI, 2007, p. 55-56)

Segundo Smith “[...] embora a ênfase da mídia tem sido na gentrificação recente e na renovação de habitações da classe trabalhadora, também ocorreu considerável transformação de uso em antigas áreas industriais” (2007, p. 22). A indústria é colocada, atualmente, como o foco à reestruturação de suas antigas áreas agregando valor de consumo a esses espaços. O valor dos espaços é dado por diversos fatores, dentre eles: o tempo dado às modificações e construção dos equipamentos. Na concepção de Furtado (2014),

As intervenções públicas têm sido de grande valor para todos aqueles capacitados a investir subsequentemente no espaço, apropriando-se, assim, de todos os benefícios relativos a uma boa localização. Assim, as intervenções do Estado criam, através do tempo, as condições para a apropriação do solo por aqueles grupos específicos habilitados a pagar o novo preço de localização correspondente a seu novo valor de uso. (FURTADO, 2014, p. 357)

Fato que ocorre nas áreas nobres de Aracaju, em que o poder público investe nos espaços para práticas socioambientais, como é o caso do Calçadão Formosa Aracaju, ilustrado na Figura 88. Na visão de Smith (2007, p. 29) “[...] a selva urbana produzida pelo movimento cíclico do capital e sua desvalorização se tornaram, do ponto de vista do capital, novas fronteiras urbanas da lucratividade. A gentrificação é uma fronteira na qual fortunas são criadas”.



Figura 88. Espelho d'água como recurso de valorização da paisagem, Calçada Formosa Aracaju.

Foto: Jadson de Jesus Santos, em 14 de dezembro de 2018.

Para Marchioni (2016, p. 36), “[...] são as comunidades em condição de maior vulnerabilidade social e econômica, aquelas que mais sofrem com os deslocamentos forçados, legitimados pela estigmatização e pelo preconceito, a partir das classificações de hierarquia social” como ocorreu na Coroa do Meio, em Aracaju. O valor agregado da gentrificação aos espaços transforma-se em aumento dos lucros, expulsando quem não convém e atraindo quem convém ao espaço gentrificado.

O gestor público deveria atender às necessidades de todos sem determinar privilégios entre um ou outro. Na prática isso não acontece, os privilégios são dados aos que assim os tem. Em contrapartida, os que não possuem recursos/privilégios são obrigados a se deslocarem para outros lugares, causando impactos quanto ao seu pertencimento naquela localidade.

Assim, a identidade e pertencimento devem ser articulados aos espaços, os quais irão determinar a sua importância dada aos espaços de vivências daquelas pessoas, geralmente moradoras do entorno, que atribuem usos diversos de acordo com as necessidades dos mesmos.

Os espaços construídos são emoldurados como um cartão postal, em que tudo fica em perfeita harmonia, considerando a paisagem formada. O emolduramento da paisagem entra

mais uma vez como algo que é colocado à frente das necessidades primordiais de uma população. Souza e Braz (2015, p. 72) esclarecem que “[...] a produção de imagens e sua propagação para o consumo em detrimento da vivência real cotidiana é uma das principais armas de alienação instaurada nessa sociedade”, a exemplo do que ocorreu em Aracaju na Orla de Atalaia.

A criação dessa paisagem tem por finalidade, dentre outras, a gentrificação do espaço, ou seja, tende a agregar valor na imagem, evidenciando o processo de produção do espaço como mercadoria para o consumo e não para a vivência da população residente. Sobre a gentrificação dos espaços urbanos, Souza e Braz (2015) colocam, ainda, que:

O processo de espetacularização do espaço urbano também está relacionado à busca pela inserção das cidades numa rede global que compete por turistas, mídia e capital. Valoriza-se uma imagem idealizada da cidade, reforçando sua identidade, estereotipada ou não, transformando-a numa marca. A imagem da cidade a ser veiculada a nível global, num primeiro momento, busca um aspecto identitário como maneira de obter destaque num panorama internacional, porém o que se vê é uma forte tendência à homogeneização das cidades que passam por esses processos de renovação, já que os cenários são formados segundo moldes do padrão internacional e são propagandeados como imagem das cidades-mercadoria. (SOUZA; BRAZ, 2015, p. 72)

Desse modo, é possível afirmar que os espaços transformados em Aracaju foram e são vistos como agregadores de valor a empreendimentos imobiliários, reorganizando a cidade ao novo urbanismo tratado por Lefebvre como sendo “ [...] valor de troca. O projeto dos promotores de vendas se apresenta como ocasião e local privilegiados: lugar da felicidade numa vida cotidiana, miraculosa e maravilhosamente transformada” (LEFEBVRE, 2011, p. 32).

Essa espetacularização das paisagens urbanas não é em si negativa, o que é colocado como problema é a falta de consideração em não eleger como as prioridades aquelas apontadas pela população residente, colocando-os apenas como atores coadjuvantes deste processo.

Este duo de contraposições coloca em xeque a cidade como espetáculo e àquela que resiste por meio das relações espaciais, da vivência. O quesito que implica nas diferenças entre os espaços vividos e os construídos é, a definição dos usos e por quem será usado. Na diferenciação entre esses dois espaços podem ser considerados, a interação cultural e social como determinantes da construção, como ocorreu na praça Tobias Barreto, no bairro São José

e na praça Camerino. Contudo, as áreas problemáticas e não consolidadas, urbanisticamente falando, são espaços em que as pessoas se tornaram pertencentes sendo espaços de usos contínuos mesmo não havendo a infraestrutura adequada, como ocorre na Orlinha do bairro Industrial de Aracaju.

Assim, na trajetória realizada entre os bairros da zona norte onde o canal passa, foi possível constatar que há uma população de renda menor, diferentemente do outro canal. Foi observado nessa área de estudo que quanto mais o canal atingia bairros mais pobres, menor era a presença de espaços de vivência e lazer à população. Contudo, se fazem necessários investimentos nesse quesito para que haja a denominada consolidação dos espaços urbanos. Essa consolidação urbanística dos espaços se define por meio do planejamento como e por quem farão usos naquela localidade.

As discussões sobre como são definidas as novas configurações dos espaços urbanos, adequando ao crescimento e ao desenvolvimento das cidades, quando se aumentam as relações sociais, criam-se necessidades e transformam antigas carências em algo que pode ser desconsiderado devido ao crescimento daquela área urbana. Nicolau e Mendes (2015) defendem que:

Estamos perante um modelo de desenvolvimento urbano que responde a três categorias chave de atores que operam no espaço urbano: a dos investidores (eventos), consumidores (sociedade de consumo) e a de uma outra classe média alta. A cidade padece de todas estas vicissitudes e os cidadãos, pese embora a retórica do discurso político, têm cada vez mais um papel marginal. (NICOLAU; MENDES, 2015, p. 22)

Os cidadãos que estão fora desses grupos correspondem aos principais formadores dos espaços de vivência, sendo enquadrados pelo poder público colocados em situação de vulnerabilidade perante a infraestrutura urbana dos espaços onde vivem, a exemplo das comunidades constituídas em periferias nas denominadas invasões.

O poder público passa a ver esses grupos vulneráveis de modo cíclico, fonte de votos em épocas eleitoreiras e como sendo um problema no decorrer da gestão administrativa da cidade. Assim, podemos observar que as áreas mais pobres possuem maiores problemas relacionadas à vulnerabilidade, principalmente relacionada à segurança pública e condições de saneamento, como foi percebido no entorno do segundo canal, listrado na Figura 87-1.

Esses problemas de vulnerabilidade possibilitam a segregação dos espaços de acordo com o poder econômico da população, aqueles espaços com menor infraestrutura relacionadas ao saneamento básico vão sendo menos valorizados e sofrendo menores investimentos por parte do poder público, enquanto os espaços onde há mais infraestrutura, possuem maior valorização e, conseqüentemente, encarecimento dos domicílios, fazendo com que somente aqueles que possuem poder econômico possam adquirir, como ocorreu em Aracaju com as zonas periféricas e nobres.

A segregação agregada aos projetos urbanísticos é notória em alguns casos onde é perceptível a diferenciação do que é feito, levando em consideração os grupos da sociedade que serão beneficiados com aquele investimento, como visto por Nicolau e Mendes como sendo “[...] um instrumento de regulação e de implementação das políticas urbanas” (2015, p. 26), a exemplo do Calçadão Formosa Aracaju, localizada no bairro Treze de Julho.

No contexto espacial, a análise das relações existentes entre as pessoas que ali interagem no seu dia-a-dia deve considerar o espaço de forma transformada e adaptada ao que o homem utiliza para seu bem-estar, como ocorreu na construção dos shoppings Riomar e Jardins.

A interação entre as pessoas e os seus espaços traz à tona a necessidade de evidenciar que o homem no meio ambiente urbano, no caso dos parques da sementeira, Cidade e Cajueiros, faz interpretações diferenciadas na utilização para seu bem-estar, criando espaços de urbanidade. Assim, a urbanidade é considerada como o ato de utilizar-se da cidade como espaço de transformação e exercício das relações sociais. Netto destaca, ainda, que “[...] a espacialidade urbana tem, portanto, relação intrínseca aos ritmos variados da prática – uma forma de presença na produção das temporalidades diversas das ações das pessoas e suas experiências do tempo. Conjuntamente constituem urbanidade” (2012, p. 39).

A urbanidade é, então, a execução das atividades sociais pelos homens em torno dos equipamentos urbanos, pois o homem em suas relações sociais e a cidade caminham juntos na construção de novas interações socioambientais no decorrer do tempo, como ocorre no parque da Sementeira, implicando na possibilidade de determinar os usos de cada um dos espaços de acordo com os valores agregados nessas relações. Desse modo, Villaça (2001, p. 72) destaca que todo espaço social “[...] é produzido pelo trabalho social dispendido na produção de algo socialmente útil. Logo, esse trabalho produz um valor”.

Assim, os investimentos dados a cada uma das infraestruturas socioambientais necessárias enquanto equipamentos urbanos são colocados por meio do planejamento e dos interesses de quem planeja. Para Santos (2008, p. 299) “[...] a localização de infra-estruturas é o resultado de um planejamento que sobretudo interessa aos atores hegemônicos, da economia e da sociedade”.

Os valores agregados aos espaços dão, mais uma vez, o compasso à espacialização das cidades, pois, determina, inclusive, o movimento segregatório comum à vida urbana – não apenas relacionado aos salários, como também aos acessos aos equipamentos urbanos.

Quanto ao valor dos espaços construídos no ambiente urbano, Villaça (2001) defende que o que define o valor ao espaço construído não são os edifícios que intercalam as ruas e praças, para o autor, a terra é – para o espaço construído – como matéria-prima à cidade, “[...] o espaço produzido tem valor, e seu preço, como o preço dos produtos produzidos em geral, é a expressão monetária desse valor” (2001, p. 73). E, ainda, “[...] a localização ou ponto é o valor de uso produzido pelo trabalho coletivo dispendido da construção da cidade” (2001, p. 74), a exemplo das mudanças ocorridas nos mangues em que hoje se encontra parte da cidade de Aracaju como nos bairros Jardins e Coroa do Meio.

A cidade, multável tal qual o homem, segue alguns (des)padrões relacionados à economia, cultura e história local. O avanço da mobilidade – física (ônibus, carro, moto, carroças, bicicletas e outros), bem como a tecnológica (comunicações e equipamentos) – comparecem no cenário aracajuano para facilitar a vida dos moradores da Atalaia quando foi construída a ponte de ligação até o centro. Pois, “[...] a mobilidade se tornou praticamente uma regra. O movimento se sobrepõe ao repouso. A circulação é mais criadora que a produção. Os homens mudam de lugar, como turistas ou como imigrantes. (SANTOS, 2008, p. 328)

Nesta perspectiva, ao mudar-se para a cidade, o homem traz consigo a cultura herdada mediante vivências anteriores e agregam a essa composição o urbanismo como modo de inserção à nova morada. Para Santos (2008, p. 329), “[...] o homem busca reaprender o que nunca lhe foi ensinado, e pouco a pouco vai substituindo a sua ignorância do entorno por um conhecimento, ainda que fragmentário”. E, ainda:

O homem de fora é portador de uma memória, espécie de consciência congelada, provinda com ele de um outro lugar. O lugar novo o obriga a um novo aprendizado e a uma nova formulação.

A memória olha para o passado. A nova consciência olha para o futuro. O espaço é um dado fundamental nessa descoberta. Ele é o teatro dessa novação por ser, ao mesmo tempo, futuro imediato e passado imediato, um presente ao mesmo tempo concluído e inconcluso, num processo sempre renovado. (SANTOS, 2008, p. 330)

Ademais, uma mesma cidade pode ser configurada em seus diferentes espaços com vivências diferenciadas, pois a cidade, enquanto palco das relações sociais, é colocada como heterogênea e diversa nas vivências. Além disso, podem ser consolidadas no processo social evidenciado pelo homem, quando cria estratégias para sobrevivência, de modo que poder econômico se coloca à frente das necessidades humanas e da organização da cidade. Assim, a infraestrutura urbana vai definindo os espaços “nobres” e “periféricos” de quem lá residirá de modo que a cidade busca mecanismos para ser (in)visível.

4. O esconderijo da pobreza: periferias ocultas

É comum definir a pobreza mediante dados estatísticos apresentados e/ou interpretados sem fundamentação qualitativa, os quais foram criados por meio do método estatístico que possui importância no tocante à quantificação da renda, nível de escolaridade, moradia, saneamento e outros que provocam alterações no cenário das cidades com o inchaço nos subúrbios, surgimento de uma favela e/ou como um “Espaço de Esperança” (SANTOS, 1978). Neste sentido, corroborando com a definição de Santos, em que a “[...] pobreza não é apenas uma categoria econômica, mas também uma categoria política acima de tudo. Estamos lidando com um problema social” (1978, p. 10).

Assim, Aracaju esconde níveis de pobreza nos bairros periféricos, como exemplos: o bairro América, ilustrado nas Figuras 89 e 90, originado ainda nas primeiras décadas da fundação da cidade, ali os mais pobres fixaram moradia, devido à falta de recursos financeiros para residirem no Quadro de Pirro; e invasões como a comunidade Nova Esperança, a qual surgiu no início desta década no bairro Olaria, ilustrada na Figura 91.



Figura 89. **Vista parcial do bairro América a partir da avenida Dr. José da Silva Ribeiro Filho.**
Foto: Jadson de Jesus Santos, em 9 de dezembro de 2018.



Figura 90. **Rua de acesso a parte do bairro América sem saneamento básico.**
Foto: Jadson de Jesus Santos, em 9 de dezembro de 2018.

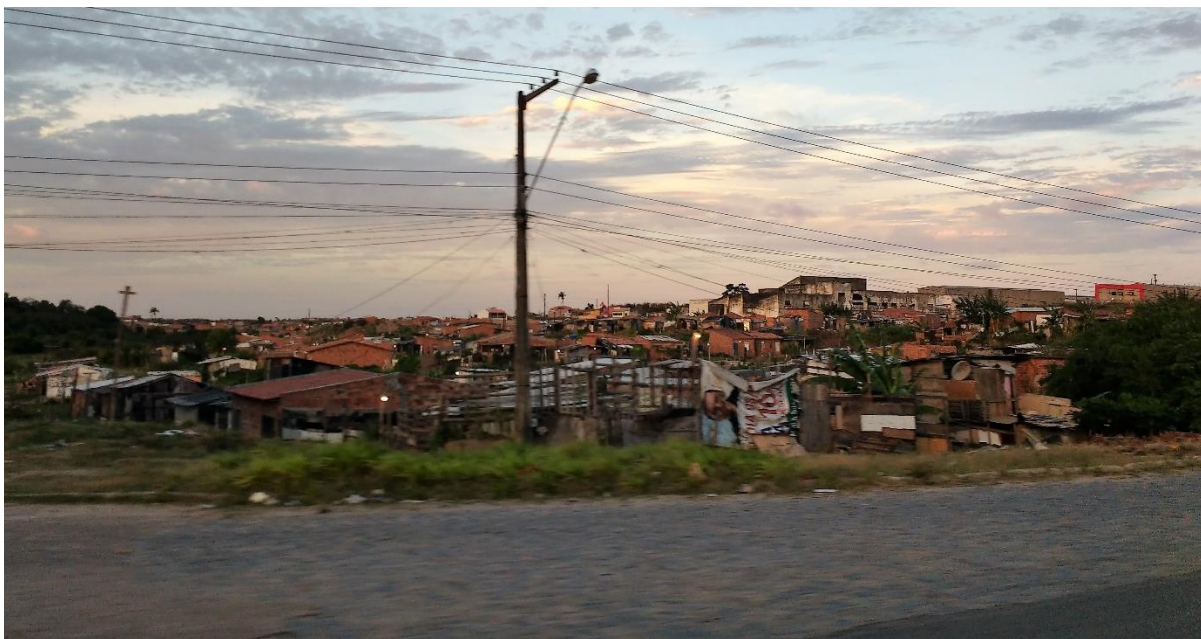


Figura 91. **Comunidade Nova Esperança, localizada na entrada da cidade no bairro Olaria.**
Foto: Jadson de Jesus Santos, em 4 de setembro de 2015.

Assim, a pobreza urbana é o conjunto de fatores e acontecimentos intrínsecos à cidade e ao urbanismo que findam na restrição de oportunidades a uma parcela da população, devido a numerosos e (in)definidos fatores que contribuem para o agravamento ou cura do processo de empobrecimento das denominadas periferias. Vale destacar aqui, que o referido termo não remete à distância, e sim aos acessos a serviços essenciais à vida urbana. Santos (2008) explica que:

A palavra periferia pode ser utilizada em diferentes acepções. [...] em termos geográficos, a periferia não será definida pela distância física entre um polo e as zonas tributárias, mas antes em termos de acessibilidade. Esta depende essencialmente da existência de vias e meios de transportes e da possibilidade efetiva de sua utilização pelos indivíduos, com o objetivo de satisfazer necessidades reais ou sentidas como tais. (SANTOS, 2008, p. 290-291)

As periferias são espaços destinados à população mais pobre. São áreas que recebem menos atenção por parte do poder público no tocante à qualidade da infraestrutura. Aracaju tem escondido sua população pobre desde a sua fundação, quando criou-se o Código de Posturas que dificultava a fixação de moradia no Quadro de Pirro por quem não tinha dinheiro para atender às exigências arquitetônicas, além dos monumentos construídos para atender a interesses do poder público e assim surgiram habitações subnormais em áreas não adequadas

para o olhar do poder público, a exemplo da Figura 92 que ilustra a favela existente ao redor do Mercado Central de Aracaju até 1971 ano em que seus moradores foram transferidos, durante a gestão do prefeito Aloisio Campos, para o recém construído Conjunto Jardim Esperança, atual bairro Inácio Barbosa, é preciso ressaltar que esta região, à época era ainda inabitada e longe do centro urbano, onde os moradores residiam.

Tempos depois, surgiu outra favela no mesmo local, ilustrado na Figura 93, em que é possível observar a região dos mercados de Aracaju no final da década de 1990 que foi reestruturada com a finalidade de retirar os barracos ali existentes, em que eram comercializados na denominada Feira da Lona, também, todo tipo de mercadoria, já que, à época, os mercados estavam em condições insalubres de utilização e como consequência, a população pobre foi transferida, expulsa ou escondida, mais uma vez para outra região distante de onde residiam. A obra de restauração e reestruturação dos mercados centrais de Aracaju durou dois anos, iniciada em 1998 na gestão do prefeito Augusto Gama e foi coordenada pela arquiteta Ana Libório, a qual defendia que os mercados centrais seriam restaurados a fim de torná-los centro de atração turística na cidade.



Figura 92. Favela ao redor do antigo Mercado Central.

Foto: Arquivo Público de Aracaju. Disponível em: <<https://goo.gl/sorw61>>. Acesso em 9 de dezembro de 2018.



Figura 93. Vista do centro de Aracaju, antes da reforma dos mercados, em 1998.

Foto: acervo Libório Gândara Ateliê de Arquitetura. Disponível em: <<https://goo.gl/DwJcHT>>, Acesso em 14 de outubro de 2018.

Com a necessidade de reconfigurar aquele espaço e destiná-lo ao turismo na cidade, a população foi retirada para que a paisagem fosse limpa, os comerciantes foram organizados de acordo com o tipo de mercadoria que vendiam, dando aspecto de organização e qualidade de vida para Aracaju, como podemos observar na Figura 94 a paisagem recente da região dos Mercados, a qual fica empoderada como local para ser visto.



Figura 94. **Vista aérea atual do centro de Aracaju, com destaque aos mercados centrais.**
Foto: Pedro Leite. Disponível em: <<https://goo.gl/kYaFiA>>, Acesso em 14 de outubro de 2018.

O aumento populacional da cidade traz consigo consequência nas alterações dos espaços, provoca o inchaço populacional, ocasionando a abertura de novos espaços sem infraestrutura em que passam a residir uma parcela da população de migrantes de outras áreas com característica de pobreza. Assim, a pobreza gerada nas grandes cidades, principalmente em países subdesenvolvidos, é causada por um conjunto de questões econômicas, sociais e, também, ambientais. Lefebvre (2011) indaga que em:

países mal desenvolvidos, a favela é um fenômeno característico, enquanto nos países altamente industrializados essa característica é a proliferação da cidade em ‘tecidos urbanos’, em subúrbios, em setores residenciais cuja relação com a vida urbana constitui um problema. (LEFEBVRE, 2011, p. 80)

É limitado pensar que a pobreza é gerada somente pelas limitações empregatícias nas cidades, em virtude do crescimento populacional, mas outros fatores e causas influenciam para o surgimento, crescimento ou diminuição dos bolsões de pobreza nas periferias e subúrbios das cidades os quais podem ser distinguidos por Santos (1978), como sendo:

a pobreza viria do fato de um país passar por um *crescimento* sem que nele haja *desenvolvimento*. [] O crescimento seria o simples aumento das quantidades globais. O desenvolvimento seria acompanhado pela transformação das estruturas sociais mentais. [...] não se pode pensar em crescimento que não seja acompanhado por transformações estruturais frequentemente profundas, mas esse crescimento, considerado como condição prévia, termina por se tornar um obstáculo ao desenvolvimento ‘humano’, devido aos bloqueios de estruturas que ele provoca por toda parte. (SANTOS, 1978, p. 21)

A pobreza passa, ainda, por questões conceituais que são trabalhadas ao longo do tempo. A pobreza é tratada pelo nome, criam-se terminologias que enfatizam adereços de forma mais lúdica. Santos (1978) destaca que:

A pobreza, como muitos outros problemas, prestou-se a uma avalanche de papel escrito, que, entretanto, mostrou-se incapaz de encontrar um tratamento eficiente para o mal. Chegou a hora de chamar a pobreza pelo seu nome real e, respondendo ao desafio lançado a toda a humanidade. (SANTOS, 1978, p. 29)

A título de exemplo, o modelo econômico ligado à indústria dita das novas relações sociais, usa de novas tecnologias que segrega ao passo em que determina o valor a ser atribuído aos equipamentos e restringe o acesso por parte da população a determinados bens de consumo ao que o capitalismo possibilita. Nos centros urbanos esses fatos são mais visíveis e, para Santos (1978):

A sociedade urbana é dividida entre aqueles que tem acesso às mercadorias e serviços numa base permanente e aqueles que, embora tendo as mesmas necessidades, não estão em situação de satisfazê-las, devido ao acesso esporádico ou insuficiente ao dinheiro. Isso cria diferenças quantitativas e qualitativas de consumo. (SANTOS, 1978, p. 37)

Para Aracaju, o movimento de urbanização brasileiro trouxe ao poder público municipal uma nova demanda de investimentos em infraestrutura. Assim, a gestão pública investe em espaços públicos e de usos coletivos, mas que geralmente, na periferia onde os investimentos em infraestrutura são mais reduzidos, em relação aos bairros mais nobres. Arcoverde (1985, p. 73) descreve que a “[...] pobreza constitui o componente básico, inerente à condição de população urbana periférica, sendo concebida como entrave ao crescimento econômico e, por isso mesmo, em contraposição e negação à cidade”. Segundo descreve França, “[...] é possível notar a apropriação periférica pelo Estado [...] como uma estratégia segregadora de afastar os ‘pobres’ para ‘fora’ da cidade” (2016, p. 123).

Periferias pobres são desprovidas de investimentos em infraestrutura, contudo são os locais mais frequentados em campanhas eleitorais, mas pouco vistas pelos que foram eleitos. A carência de serviços e infraestruturas adequadas torna esses espaços ainda mais pobres e carentes, Sposati (1988) destaca que:

O combate à pobreza é entendido comumente a partir do rebaixamento das condições de vida, o que termina levando a que as propostas governamentais dirigidas aos pobres sejam operadas como ‘pobres soluções’: os pobres terminam sendo mais pobres pela pobreza dos serviços com que contam. (SPOSATI, 1988, p. 23)

Assim, a distribuição dos investimentos em infraestrutura socioambiental pela cidade pode ser considerada como sendo uma relação povo-governo, disseminada na política brasileira, à medida em que essas comunidades são carentes em serviços e infraestrutura, já que, há uma demanda eleitoral em todas as eleições subsequentes, pois seus discursos em campanhas estão atrelados às necessidades das comunidades pobres. Nesse sentido, Sposati (1988, p. 39) afirma que “[...] os mais pobres são apresentados, nos planos oficiais, como aqueles de maior vulnerabilidade social, embora a importância resida, sim, na vulnerabilização política que representam para a manutenção da ordem social”, como ocorreu no bairro Santa Maria, em Aracaju.

5. Comunidade oculta: Programa Socioambiental Coroa do Meio, Aracaju-SE

A Coroa do Meio (Figuras 95 e 96) é um bairro criado pela Prefeitura de Aracaju na década de 1970, num local, cedido pela União, de dinâmica ambiental diversificada, ocupada, à época por restinga, manguezais, lagoas e riachos. Durante o processo de criação e ocupação do bairro, áreas de manguezais foram aterradas dando lugar ao projeto urbano ambicioso, que visava expandir a cidade naquela região.



Figura 95. (Esquerda) **Vista aérea da Coroa do Meio na década de 1970.**

Fonte: aracajusaudade.blogspot.com, disponível em <<https://goo.gl/3Nenty>>.

Figura 96. (Direita) **Vista aérea da Coroa do Meio após a construção da ponte Godofredo Diniz e do lago, além da demarcação das ruas e avenidas.**

Fonte: aracajusaudade.blogspot.com, disponível em <<https://goo.gl/nZUjis>>.

Os decretos nº 77.439 e 77.440, ambos de 14 de abril de 1976, foram o pontapé inicial à urbanização do Bairro Coroa do Meio. Nesses decretos, a União cedia à Empresa Municipal de Urbanização de Aracaju as áreas de marinha na região, uma de 5.000.000,00m² (cinco milhões de metros quadrados) e a outra de 13.500.000,00m² (treze milhões e quinhentos mil metros quadrados), para execução do plano urbanístico, por parte da prefeitura de Aracaju, na área por meio do projeto CURA, financiado pelo Banco Nacional de Habitação, previa a execução em 4 etapas. Sobre a destinação da área, Santos (2009) descreve que:

Do total de 479ha urbanizáveis 227ha foram previstos para ocupação com habitação (multifamiliar ou unifamiliar); 118ha destinados a recreação; 91ha a sistema viário, sendo ainda, 39ha para comércio e serviços e 4ha para a construção de escola e centro comunitário. Tratava-se assim de uma proposta de urbanização entendida como uma solução mista no que tange às diretrizes de uso e ocupação do solo. (SANTOS, 2009, p. 43)

A partir da comparação das imagens de satélite ilustradas nas Figuras 97 e 98 é possível ver as diferenças entre a forma e ocupação na década de 1970 em relação a atual configuração.



Figura 97. (Esquerda) **Foto de satélite do estuário do rio Sergipe. Em meados da década de 70.** Fonte: Sergipe em Fotos, disponível em <https://goo.gl/nCi1KD>.

Figura 98. (Direita) **Foto de satélite do estuário do rio Sergipe, atualmente.** Fonte: Digital Globe/ Data SIO/Google Maps, disponível em <https://goo.gl/nS8byj>.

Alves Filho (1997) expõe sobre a importância urbanística em sua administração com a elaboração e execução de alguns projetos urbanísticos na cidade de Aracaju, dentre eles a urbanização do Bairro Coroa do Meio. Em nome do *Instituto de João-de-Barro*, ele relata que comandou, em sua administração, a revolução urbanística na capital, e:

Fato relevante é que, naquela ocasião, convidei um jovem urbanista, ainda pouco conhecido a nível nacional, para consolidar minhas ideias sobre o futuro de Aracaju. Seu nome: Jaime Lerner, arquiteto e atual Governador do Paraná, que se transformaria no maior urbanista brasileiro nesse fim de milênio.

De suas ideias, saíam pelo menos 14 avenidas, que interligariam os bairros entre si, até então isolados, praças, o transporte de massa, o Parque da Cidade, a segunda rua de pedestre do Brasil, o Bairro Coroa do Meio etc. da

união do urbanista futurista com o construtor entusiasmado resultaria uma Aracaju preparada para crescer e se transformar hoje na *cidade de melhor qualidade de vida do Nordeste brasileiro*, segundo parecer autorizado de recente relatório da ONU. (ALVES FILHO, 1997, p. 201)

O Bairro Coroa do Meio é caracterizado, segundo documento de revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbanístico (PDDU) de Aracaju, por quatro categorias morfológicas distintas. A primeira delas (Figura 100) – e a última executada – junto à Maré do Apicum, ocorreu a partir de 2001 com o projeto de reurbanização com a finalidade de melhoria nas condições de moradia dos pescadores, residentes à época em palafitas, conforme ilustrado na Figura 99, com a construção de 648 (seiscentos e quarenta e oito) casas.

Hoje, esta área é constituída por paisagem irregular, já que a população alterou as características das residências do conjunto com a ampliação das casas, seja nas áreas de jardim ou em andares superiores.



Figura 99. Palafitas construídas sobre a Maré do Apicum na Coroa do Meio em 2001.

Fonte: Instituto Marcelo Déda, disponível em: <http://www.institutomarcelodeda.com.br/moradores-da-coroa-do-meio-apoiam-projeto-da-prefeitura>.

A segunda categoria, ainda segundo o documento de revisão do PDDU-Aracaju, é formada por residências de classe média com um ou dois pavimentos e recuo com jardim. A terceira categoria é formada pelo conjunto do projeto CURA, com blocos de quatro pavimentos em condomínios no correr da Avenida Mário Jorge Menezes Viêira. E a quarta, nas proximidades da orla marítima, com residências e condomínios de construção recente, área de maior especulação imobiliária do bairro, conforme imagem de satélite, Figura 100.

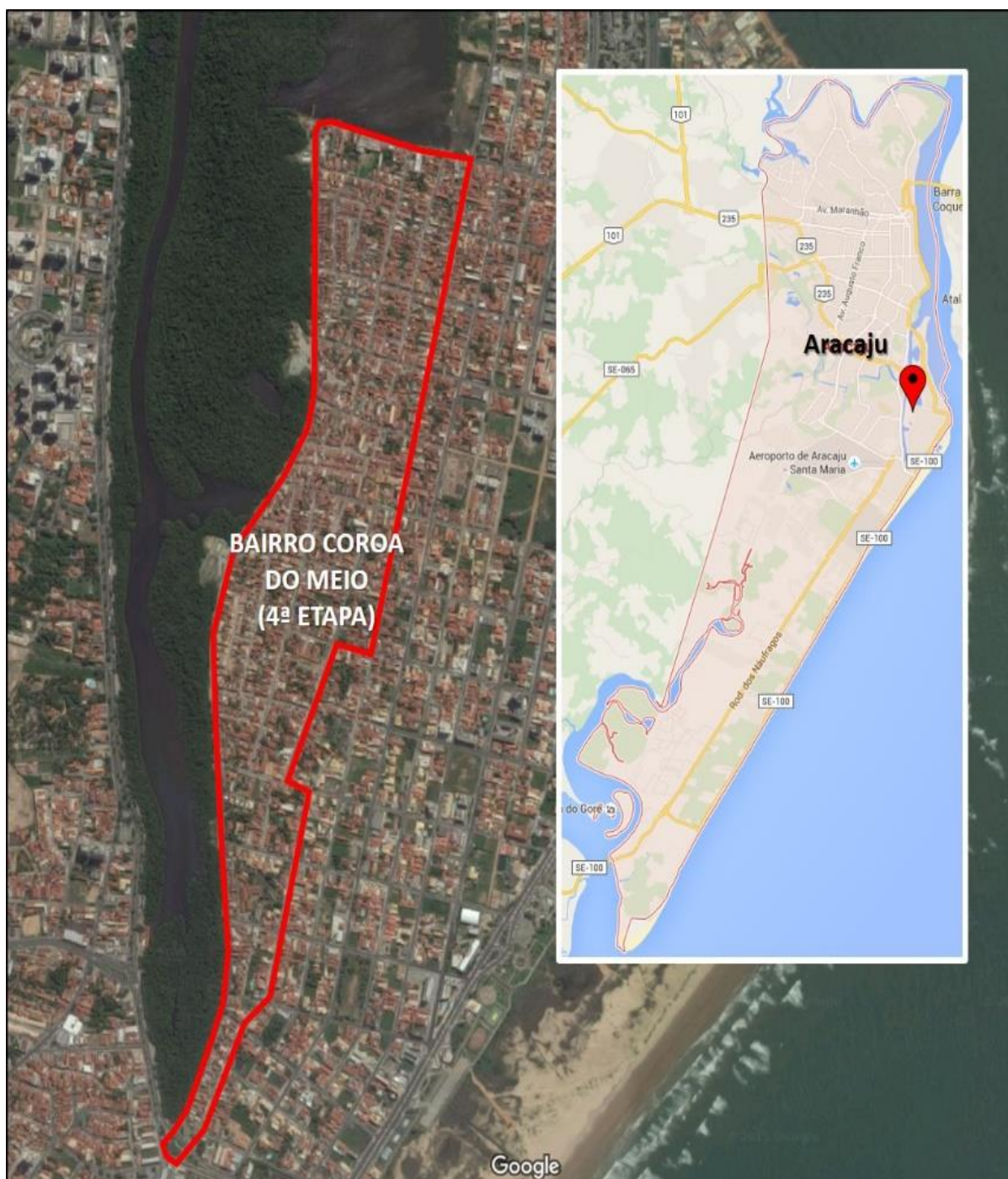


Figura 100. Imagem de satélite da localização da quarta etapa do Bairro Coroa do Meio, Aracaju-SE.

Fonte: DigitalGlobe – Google 2015. (Organizado pelo autor)

Problemas ocorreram e ocorrem até hoje relacionados a questões socioambientais. Lima considera que o manguezal é um ecossistema sensível “[...] altamente complexo e dinâmico e tem sofrido, historicamente, constantes agressões antrópicas; que têm provocado importantes impactos ambientais com consequências naturais e socioambientais bastantes significativas” (2013, p. 96). No início da estruturação do bairro, moradores já residentes foram remanejados para a chamada quarta etapa do projeto do Bairro Coroa do Meio, a qual não era urbanizada.

Este fator foi um dos principais causadores dos surgimentos de habitações subnormais na região, causando problemas graves referentes à qualidade de vida dos moradores. De acordo com Silvânio (1984), o bairro Coroa do Meio:

foi implantado numa área cuja ocupação era apenas de pescadores, muitos dos quais migrantes, notadamente da região do Baixo São Francisco, que trabalhavam em Aracaju e faziam daquele local o seu espaço residencial, de lazer e de complementação de renda, com a captura de caranguejo, moluscos e peixes, muitas vezes vendidos em barracos na praia de Atalaia. (SILVÂNIO, 1984, p. 33)

A transferência dos moradores para uma etapa do novo bairro não urbanizada, teve como consequência a piora das condições de vida dos pescadores que já residiam na região. O principal problema causado foi o surgimento de moradias em forma de palafitas ao longo da Maré do Apicum, como ilustrado na Figura 99 (Página 224). Hoje, é possível notar que a Maré do Apicum não possui mais as palafitas anteriormente existentes, como podemos ver na Figura 101.



Figura 101. **Maré do Apicum no bairro Coroa do Meio, Aracaju-SE**
Foto: Jadson de Jesus Santos, em 14 de dezembro de 2018.

Em 2002 começou a ser desenvolvido um projeto que visava erradicar as habitações subnormais da região, urbanizando a área. O Projeto Social para a Unidade de Assentamento Subnormal – Coroa do Meio, do Programa Moradia Cidadã, da Prefeitura Municipal de Aracaju, financiado pelo Programa Habitar Brasil/BID, através da CAIXA, com o objetivo principal de dar qualidade de vida aos moradores da região, previa ações no projeto que incluíam, de acordo com França (2005):

a erradicação de 600 habitações subnormais e a construção de igual número de habitações; a abertura de uma via de contenção ao longo da Maré do Apicum, indo desde a rua José Steremberg, na conexão com a Avenida Rotary, até a rua Urbano Neto; a ampliação de equipamentos públicos (escola, centro de saúde e creche); construção de um Centro de Referência em Educação Ambiental (Museu do Mangue), um ponto de apoio para os pescadores e de uma nova escola; pavimentação e drenagem das ruas; rede de esgotamento sanitário além da regularização fundiária, dentre outras. (FRANÇA, 2005, p. 44)

Vale destacar que o conjunto foi dividido em lotes de 144m² para construção de residências de 36m² compostas por um quarto, sala, cozinha e banheiro. Além disso, o projeto previa a construção e reforma de escola, posto de saúde, praça e drenagem e pavimentação de ruas principais e secundárias. Além da construção do Museu do Mangue, conforme ilustração

na Figura 102, – desativado desde 2012 – que tinha como finalidade resgatar a história da comunidade de pescadores residentes.



Figura 102. **Projeto do Museu do Mangue.**

Fonte: Prefeitura de Aracaju, disponível em:

<<http://www.aracaju.se.gov.br/imagem.php?act=popUp&id=11431&largura=200&altura=117>>.

Este projeto tinha, não somente no âmbito habitacional, amplitude voltada à inserção da comunidade à vida urbana, reestruturando não apenas as moradias, mas dando uma nova possibilidade para a melhoria da qualidade de vida, ao reestruturar os equipamentos urbanos da comunidade.

Em todas as etapas, a comunidade era convidada a participar das reuniões de planejamento e definição do projeto. Além disso, desenvolveu-se o Programa de Educação Sanitária e Ambiental, em parceria com a comunidade, como descreve França (2005), sobre o referido programa:

como objetivo promover a mudança de hábitos e atitudes, visando a sustentabilidade ambiental e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida da sociedade. Além disso, visa à formação de agentes multiplicadores

que disseminem as informações recebidas junto aos comunitários, nas suas diversas instâncias. (FRANÇA, 2005, p. 48).

Durante a execução do projeto, segundo dados da Prefeitura Municipal de Aracaju, foi recuperada uma área de manguezal na Maré do Apicum, com a formação de um cordão verde que se estendia por 12 hectares. Isto foi necessário após um acerto definido pelo Ministério Público, a Administração Estadual do Meio Ambiente – ADEMA e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, com a Secretaria de Planejamento de Aracaju – SEPLAN, devido ao corte de parte do manguezal da região para o projeto urbanístico.

Além disso, a prefeitura de Aracaju construiu a Avenida Perimetral, com cerca de 2700 metros de extensão, com pista de rolamento de nove metros de largura, calçadas de dois metros de largura e uma ciclovia margeando a Maré do Apicum, além de fazer a regularização fundiária de 3 mil imóveis do bairro. O direito à regularização fundiária ficaria disponível apenas para famílias cadastradas como baixa renda, como descrito na Lei nº 3077, de 30 de dezembro de 2002:

Art. 1º: Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder, através da Empresa Municipal de Obras e Urbanização - EMURB, a regularização fundiária da 4ª etapa da Invasão da Coroa do Meio, na modalidade de concessão de direito real de uso não onerosa ou onerosa, àquelas pessoas que construíram em áreas já consolidadas urbanisticamente, em face do Plano de urbanização da já referida localidade.

Art. 2º: A concessão de direito real de uso, a título não onerosa, a que se refere o artigo anterior, somente será efetuada àquelas famílias já cadastradas como de baixa renda pela Prefeitura Municipal de Aracaju e ficará vinculada ao termo de ajuste de conduta junto ao Ministério Público Federal.

Devido à amplitude do projeto, em 2005, a Prefeitura de Aracaju recebeu o prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil 2005 (ODM Brasil 2005), concedido pelo governo federal, juntamente com a ONU e o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade, conforme ilustração na Figura 103.



Figura 103. **Prêmio ODM 2005, referente ao Programa Socioambiental implantado no Bairro Coroa do Meio, Aracaju-SE.**

Foto: Jadson de Jesus Santos, em 11 de dezembro de 2015.

O referido prêmio foi o reconhecimento dos resultados trazidos pela execução do projeto que não visava apenas a reestruturação urbana de uma área, mas também a educação ambiental, melhoria da qualidade de vida por meio de construção e reforma de equipamentos urbanos, além de dar a possibilidade aos moradores da comunidade de qualificação profissional e a preservação/conservação dos mangues da região.

Apesar do sucesso dado ao projeto durante e após a sua execução, é possível constatar a descontinuidade das atividades de cunho social para a integração da comunidade. Além disso, o quadro atual do bairro consta com a deterioração de diversos espaços construídos que vão desde praças até mesmo o Museu do Mangue, ilustrado na Figura 104, que deixou de funcionar em 2012 devido à falta de manutenção, além da presença constante de problemas relacionados à segurança pública na região.



Figura 104. **Museu do Mangue em estado de abandono.**
Foto: Jadson de Jesus Santos, em 14 de dezembro de 2018

Em novembro de 2018 foi ajuizada uma ação civil pública pelo Ministério Público Estadual – MPE, para obrigar a Prefeitura de Aracaju e a Emurb a adotar medidas para reativação do Museu do Mangue. Foi dado um prazo de 30 dias para que a prefeitura e a Emurb apresentassem um projeto de recuperação do museu. Já que, para o MPE, segundo informa a Infonet, a “[...] área se encontra em péssimo estado de conservação e sem segurança, necessitando de urgente [sic] medidas de preservação” (INFONET, publicado em 9 de novembro de 2018).

O envolvimento do poder público na execução desta última etapa do Bairro Coroa do Meio é visto como fundamental à sua (re)estruturação, porém, diferentemente das outras etapas de constituição do bairro, como é o caso da que rodeia o Shopping Riomar e da que margeia a orla marítima, a quarta etapa, mesmo tendo sido a última executada, possui

características visíveis de degradação frente à falta de manutenção dos espaços públicos por parte da administração municipal.

Podemos considerar que esta falta de interesse pode ser abonada ao cunho dado à região: moradias populares para a classe social baixa. Enquanto as demais áreas consolidam-se como áreas de habitação às classes média e média-alta, além da presença de um shopping center e de uma orla marítima, esta responsável pela atração da maior parcela de turistas à cidade de Aracaju, em que concentra diversos espaços de vivência ligados ao lazer, gastronomia, esportes e, além disso, concentra os grandes hotéis e pousadas da cidade.

A política habitacional é uma das possibilidades dadas à erradicação da pobreza. Ela, em conjunto com a melhoria da educação, dá igualdade de tratamento a todos e, conseqüentemente, torna viável as mudanças nos paradigmas relacionados à pobreza e à miséria. O direito à habitação e à educação deve ser respeitado, visto que todos devem ter a possibilidade de viver em sociedade com oportunidades pareadas. A partir disso, cada um pode buscar as próprias melhorias em suas condições de vida e, assim, melhorando, inclusive, a disparidade dada à concentração de renda que encadeia a existência de um abismo financeiro entre o mais pobre e o mais rico.

A participação popular nas decisões do poder público é primordial, ao passo que possibilita haver a manutenção da história de uma comunidade. Dados relativos às possíveis soluções dessas questões tem em comum a necessidade de haver a vontade política em solucionar os problemas que envolve todos os que constituem a sociedade. Sem a vontade política, dada pelos detentores de poder, fica quase inviável a solução desses problemas que devem ser sempre elaborados e executados em conjunto com toda a sociedade.

6. As zonas excluídas da infraestrutura paisagística da cidade de Aracaju

A cidade enquanto habitat ao homem, é palco de intervenções, construções, sociabilizações, cultura, história e outras atividades a qual o homem exerce. Devido a cidade sofrer influência do sistema capitalista ela é também produto e, devido a isso, possui valor monetário em que seus espaços são comercializados. Devido a isso, a cidade tornou-se também o palco da exclusão e segregação humana, em que sua organização espacial se dá de

acordo com o poder econômico que cada indivíduo possui, a população miserável nas cidades em todo mundo, segundo Guimarães (2010), continua crescente e é fruto dos problemas ligados ao desemprego, violência e moradias insalubres, além disso:

Os contrastes sociais no espaço urbano em todo o mundo estão cada vez maiores. As grandes cidades concentram a riqueza e a pobreza, a justiça e o crime, a saúde e a doença. Nunca as desigualdades sociais foram tão acentuadas, e a tendência atual é de agravá-las ainda mais. (GUIMARÃES, 2010, p. 259)

A engrenagem do mundo globalizado e capitalista dificulta a ascensão da camada mais pobre da população mundial, já que o acúmulo do capital é dado principalmente pela mais-valia produzida por essa parcela da população, sem ela a produção e acumulação do capital fica dificultado. Assim, a pobreza torna-se necessária para que o capitalismo do mundo globalizado continue gerando lucro e de tal modo, se mantendo como o sistema econômico vigente para um mundo em que o crescimento demográfico urbano encontra-se constante o qual, Pequeno (2010) afirma que do:

crescimento urbano, predominantemente excludente, emergem diversas questões associadas à forma desigual como se dá o acesso aos benefícios trazidos pela urbanização assim como aos conflitos e incompatibilidades de uso e ocupação do território, levando ao surgimento de marcas de degradação ambiental comprometedoras das condições de habitabilidade nas diferentes escalas. (PEQUENO, 2010, p. 42)

A partir dessa problematização dada entre o crescimento urbano e a segregação da pobreza, há também as questões que são levantadas a partir dos problemas socioambientais que surgem conjuntamente. Os espaços centrais das cidades, supervalorizados monetariamente, expulsam aqueles que não possuem condições de fixar moradia nesses locais, ocasionando a necessidade de buscar novos espaços para construção de suas habitações.

Por vezes, os espaços encontrados pela parcela da população excluída são aqueles afastados do centro urbano, nos limites das periferias das cidades onde são tomados espaços públicos, de preservação/conservação ambiental e, quase sempre, inadequados e insalubres à habitação humana. Gerando, ainda, consequências à população ainda mais excluída que nem

sequer possui condição de moradia nos espaços mais periféricos da cidade devido às questões, principalmente ligadas ao desemprego, problemas familiares, abandono e violência, tornando-os como indigentes ou moradores de rua.

A Prefeitura Municipal de Aracaju, divulgou em 2017 um levantamento feito pela Coordenadoria Geral do Desenvolvimento Urbano (COGEDURB) e pelas Secretarias Municipais do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLOG) e da Assistência Social (SEMASC), em que foi criado o mapa da Pobreza e Desigualdade Social de Aracaju, como ilustra a Figura 105.

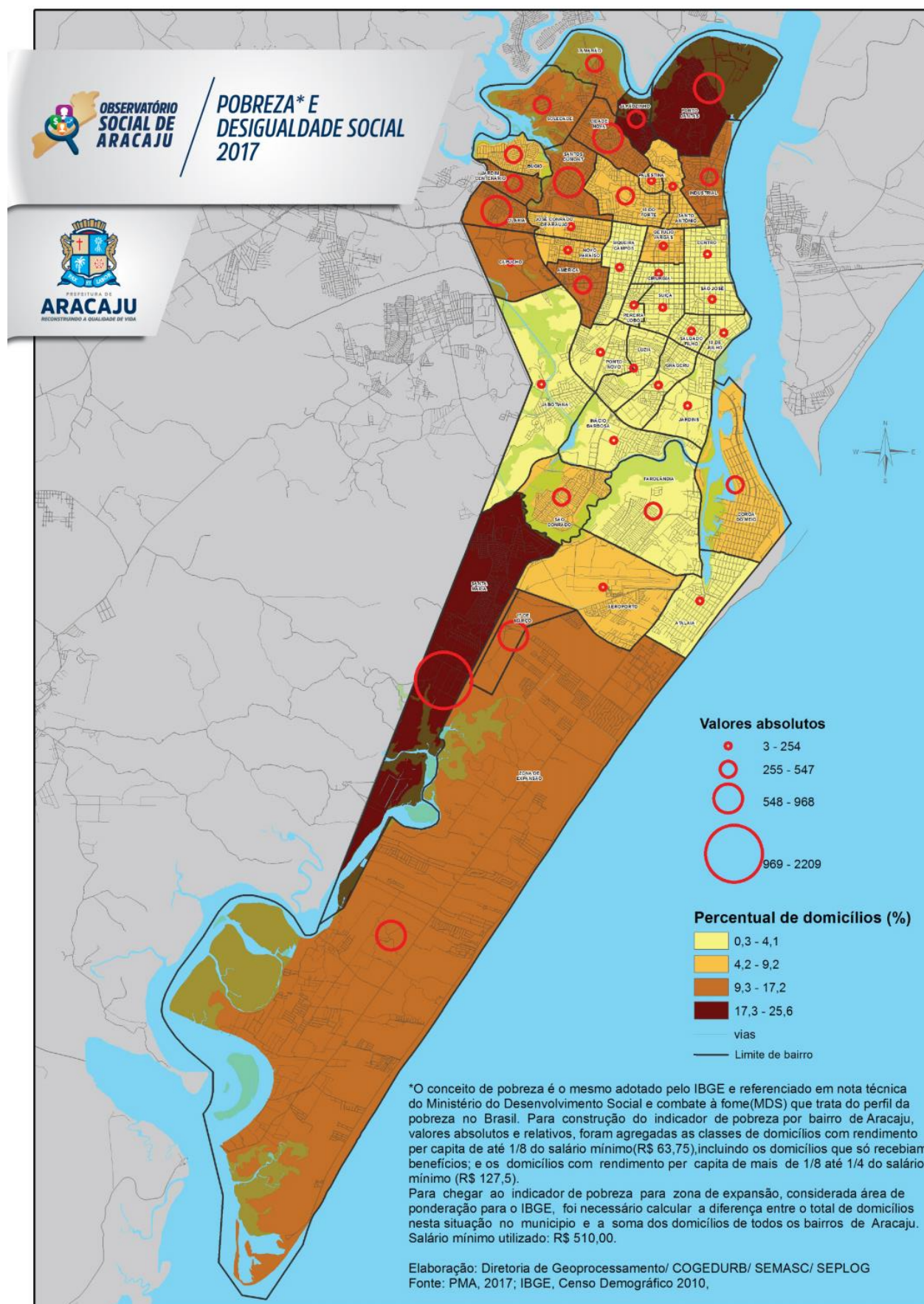


Figura 105. Aracaju: pobreza e desigualdade social, 2017.

Fonte: Prefeitura Municipal de Aracaju. Disponível em: <<https://goo.gl/PxTxTc>>. Acesso em 13 de dezembro de 2018.

O mapa elaborado espacializa a pobreza dentro de Aracaju, considerando o conceito de pobreza adotado pelo IBGE. É possível notar percentuais maiores da população pobre nos bairros periféricos da cidade, principalmente na Zona Norte, com destaque aos bairros Japãozinho e Porto Dantas e no Santa Maria, na Zona de Expansão da cidade em que possuem índices de 17,3% a 25,6% dos domicílios com famílias vivendo em níveis abaixo da pobreza. Em valores absolutos, o índice chega a 2209 famílias vivendo abaixo da pobreza no bairro Santa Maria, ilustrado na Figura 106, sendo este o mais pobre da cidade de Aracaju.



Figura 106. **Vista parcial do Bairro Santa Maria, Aracaju-SE.**
Foto: Jadson de Jesus Santos, em 14 de dezembro de 2018

A condição de pobreza instaurada nesses bairros geram agravantes relacionados à habitação e às condições de vida para a população lá residente, devido a esse tipo de problema, o bairro Santa Maria, por exemplo, sofre com problemas relacionados à infraestrutura e “[...] vê-se obrigada a habitar as áreas ambientalmente impróprias para ocupação, que em conjunto com a falta de políticas públicas e infra - estrutura intensificam a formação dos processos causadores de risco” (SANTOS; SANTOS et al., 2011, p.7), como visualizamos na Figura 107, que mostra um condomínio residencial popular e ao fundo casas que foram construídas sobre o morro.



Figura 107. **Padrões residenciais encontrados no Bairro Santa Maria: Condomínios populares e casas construídas em morros.**

Foto: Jadson de Jesus Santos, em 14 de dezembro de 2018.

A Prefeitura de Aracaju construiu, ainda, o Índice CadÚnico de Condições de Vida (ICCV) o qual, a partir dos dados coletados pela Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social (SMFAS), classificou os bairros de acordo com as condições sociais existentes: educação, trabalho, rendimento, características domiciliares e condição familiar. O levantamento da Prefeitura de Aracaju constata ainda que:

em 37 bairros pelo menos a metade das famílias está nas faixas de pobreza ou extrema pobreza, podendo destacar o bairros Soledade (0,1905), Japãozinho (0,1827), Santa Maria (0,1590), Porto Dantas (0,1445) e Zona de Expansão (0,0000) como os que apresentam maiores vulnerabilidades por possuírem os piores índices de condições de vida. (PMA, 2018, p. 7)

Os problemas gerados pela segregação e aumento da pobreza ocasionam o surgimento de habitações subnormais, como são denominadas as favelas nos Planos Diretores das cidades. Pequeno (2010), lista as características comuns visualizadas nessas áreas das grandes cidades brasileiras:

- desenho espontâneo das áreas de ocupação em desacordo com as normas urbanísticas, intensificando-se a situação de irregularidade fundiária;
- intensificação da favelização nos espaços de propriedade do poder público e nas áreas de proteção ambiental;
- aumento das áreas de ocupação em situação de risco;
- precariedade das condições de moradia, refletindo na qualidade de vida da população (PEQUENO, 2010, p. 43).

Além disso, o desvio do olhar por parte do poder público para essas áreas é percebido a partir das diferenças encontradas na infraestrutura desses espaços em relação às áreas nobres da cidade, como é possível notar na Figura 108 que ilustra um córrego que faz um trajeto e passa pelo Bairro Soledade, demonstrando a “céu aberto” que não possui um tratamento adequado no tocante à limpeza, paisagismo e infraestrutura.



Figura 108. Sujeira e falta de infraestrutura encontrada no Bairro Soledade, Zona Norte de Aracaju.

Foto: Jadson de Jesus Santos, em 12 de dezembro de 2018

O contexto histórico da construção da cidade de Aracaju até os dias atuais é colocado a partir da dinâmica entre o centro projetado/planejado e a periferia invadida/ocupada. Os termos encontrados são os mais diversos no tocante a construção e ocupação na cidade de

Aracaju, mas em comum há a concordância de que Aracaju é dividida em duas paisagens diferenciadas, Vilar (2006) afirma que:

Em Aracaju, a diversidade paisagística, o uso diferenciado do território e a apropriação desigual do espaço dão o tom da cidade. Espaços antagônicos e ambivalentes acompanham toda a história urbana de Aracaju: uma cidade onde o centro está em contraposição com a periferia. Na verdade, a construção de Aracaju é um processo de apropriação dos ambientes mais aprazíveis, das topografias mais suaves pelos mais abastados e, em contrapartida, cabe aos mais desfavorecidos os sítios mais problemáticos. (VILAR, 2006, p. 105).

A falta de cuidado dado aos espaços periféricos pobres é notória em diversas partes da cidade. O cuidado dado às periferias pobres de Aracaju é precário até mesmo em obras de melhoramento da infraestrutura urbana. Em recente obra de construção da Avenida Lauro Porto, ilustrada pela Figura 109, entregue pelo então governador Jackson Barreto, em outubro de 2016, é possível notar essas diferenças de acabamento dado por estar localizada na periferia da cidade.



Figura 109. Vista parcial da Avenida Lauro Porto, nas proximidades dos bairros Jardim Centenário e Olaria.

Foto: ASN. Disponível em: <<https://goo.gl/B8dRwy>>. Acesso em 13 de dezembro de 2018.

A avenida foi construída com a finalidade de melhorar o fluxo da Avenida Osvaldo Aranha, sendo opção para a entrada na cidade a partir das BR 101 e 235. Foi investido um montante de R\$ 26.811.037,52 (vinte e seis milhões, oitocentos e onze mil e trinta e sete reais e cinquenta e dois centavos), proveniente do programa Sergipe Infraestrutura. Apesar de possuir em toda sua extensão passeios para pedestre e ciclovias, é possível constatar em vários pontos que não houve preocupação no tocante ao acabamento, sendo deixados restos de construção e espaços sem calçamento entre o passeio e as ruas paralelas à avenida em determinados pontos, como podemos notar na Figura 110.



Figura 110. **Avenida Lauro Porto, bairro Jardim Centenário.**
Foto: Jadson de Jesus Santos, em 12 de dezembro de 2018.

Em decorrência desses problemas, são constantes as manifestações organizadas por moradores de regiões pobres reivindicando melhorias em suas condições de vida. Fato constatado, inclusive, em publicações da imprensa de décadas atrás, como exemplo, no ano da entrega da primeira etapa da Orla da Atalaia onde, de um lado da cidade era entregue uma grandiosa obra de intervenção, enquanto no bairro Santa Maria, ainda denominado de Terra Dura e pertencente ao município de São Cristóvão, a população clamava por melhorias, como descreve a Gazeta de Sergipe de 1º de março de 1994:

SITUAÇÃO NA TERRA DURA É LASTIMÁVEL

Os moradores do povoado Terra Dura, no município de São Cristóvão, vivem hoje uma situação dramática, pois enfrentam graves problemas e praticamente não têm a quem recorrer. Isto porque nem a Prefeitura de São Cristóvão nem a de Aracaju providenciam a solução de seus problemas como a falta de água, energia elétrica e principalmente segurança. [...] Coleta de lixo simplesmente inexistente e os moradores reclamam da Secretaria de Segurança Pública a implantação de pelo menos um módulo policial. (GAZETA DE SERGIPE, publicado em 1º de março de 1994)

À época, o prefeito de Aracaju era Jackson Barreto e o de São Cristóvão Isaías Almeida, ambos jogavam os problemas da localidade para o outro município. Lembro que em outra época havia um problema parecido em questões territoriais entre os dois municípios, mas, diferentemente do Santa Maria, à época a Atalaia era disputada entre os dois para inserção em seus limites municipais.

As diferenças dadas entre os dois bairros mostram como são tratados os locais a partir de quem neles reside ou pode vir a residir, na Atalaia, dos abastados, a disputa era dada pela posse enquanto no Santa Maria, a disputa era dada para não querer a localidade e agregar os seus problemas a um dos municípios.

Os problemas enfrentados no Santa Maria continuam até hoje, como podemos visualizar na Figura 111, e como dito no início deste tópico, é o bairro com a maior concentração de pobreza da cidade de Aracaju. Ainda são constantes as manifestações dos moradores da região por melhorias, inclusive relacionadas à moradia, como ilustra a Figura 112.



Figura 111. **Rua sem pavimentação no Bairro Santa Maria, Aracaju-SE.**
Foto: Jadson de Jesus Santos, em 14 de dezembro de 2018



Figura 112. **Registro de uma manifestação por questões habitacionais na comunidade Alto da Bela Vista, no bairro Santa Maria, Aracaju em 2014.**
Foto: Alisson Fernandes. Disponível em: <<https://goo.gl/t44cVH>>. Acesso em 13 de dezembro de 2018

Em publicação do portal A8SE, moradores reivindicam a posse do terreno em que foram construídas as suas casas, o impasse, mesmo após quase 20 anos em que a região pertence a Aracaju, se dá devido ao registro do terreno pelo município de São Cristóvão:

No total são 105 famílias, que alegam falta de assistência por parte da prefeitura desde que a ordem de reintegração de posse foi executada. O terreno que hoje faz parte da capital, foi registrado no município de São Cristóvão e a ordem judicial também foi expedida pelo poder judiciário do local.

Sem receber auxílio por parte dos órgãos públicos algumas famílias construíram novos barracos em uma área próxima ao terreno que foi desocupado e outras estão morando em casas de parentes. (A8SE, publicado em 24 de novembro de 2014)

O jogo de “empurra-empurra” continua entre os dois municípios, já que ambos tentam se afastar dos problemas existentes na região, em vez de consertá-los. Moradores de outras periferias da cidade também sofrem devido a problemas habitacionais e de infraestrutura como na comunidade Nova Esperança, no bairro Olaria, entrada da cidade, ilustrada na Figura 113.



Figura 113. Manifestação na comunidade Nova Esperança, bairro Olaria, Aracaju, em dezembro de 2015. Foto: ITNET. Disponível em: <<https://goo.gl/6WTW9w>>. Acesso em 13 de dezembro de 2018.

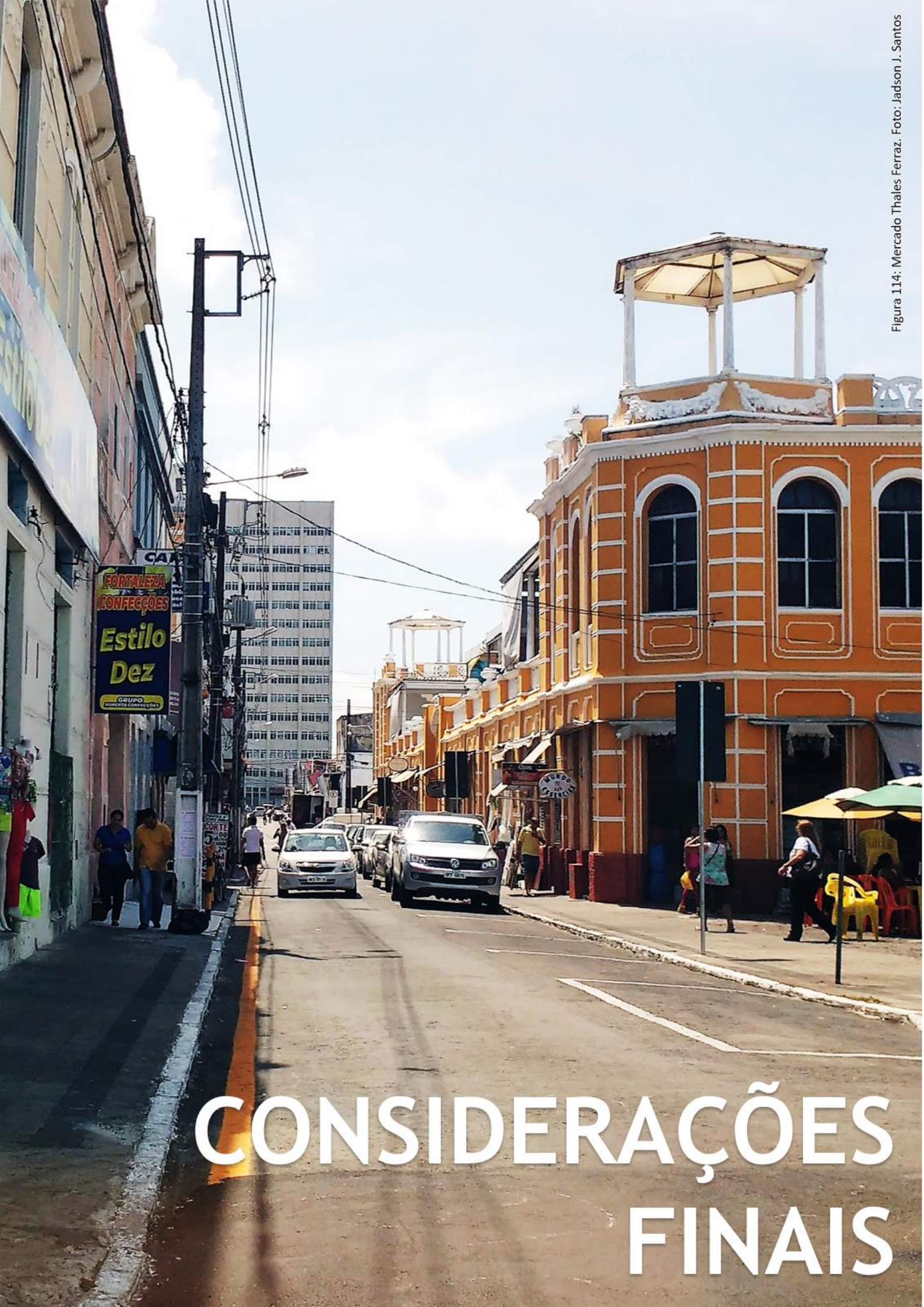
É possível constatar a partir do que foi apresentado até aqui que as cidades possuem critérios diferenciados no trato de seus distintos espaços urbanos. O poder econômico, reafirmo mais uma vez, destina as prioridades dadas por parte do poder público no tocante à organização da infraestrutura assim como do olhar dado aos novos microcentros urbanos que vão surgindo com a expansão das cidades, onde há interesse pela classe abastada. A cidade agrega e organiza, onde não há, o interesse dado acaba sendo reduzido, assim as cidades constroem suas características de acordo com o que o poder econômico dita e, segundo Campos, “[...] nas cidades brasileiras onde há contraste entre os diferentes padrões habitacionais, revela-se uma gama de especificidades geradas pela acumulação desigual do capital e o aprofundamento tardio de políticas habitacionais” (2006, p. 224), além disso:

verifica-se um grande descompasso entre a política habitacional e o ritmo de crescimento da economia urbana e infra-estrutura [sic] de Aracaju, não somente em termos de abastecimento de água, esgoto, escolas, mas no que diz respeito às atividades produtivas, ou seja, na geração de empregos. (CAMPOS, 2006, p. 242)

Dessa maneira, podemos considerar que as periferias da cidade de Aracaju passam, ao longo de sua história, por problemas semelhantes aos quais, por indefinições do poder público e do poder econômico, permanecem a “mendigar” por melhorias que não chegam no mesmo tempo em que a paisagem vai sendo embelezada e modificada nas zonas nobres da cidade.

É preciso que o poder público tome como seus os problemas da cidade em geral e não somente aqueles que convém à classe abastada. É preciso que haja condições favoráveis à qualidade de vida em toda a cidade e não apenas um *marketing* elaborado e maquiado nas regiões que formam a zona nobre e o eixo do turismo na cidade.

Além disso, na tomada das decisões de alteração da paisagem e melhoramento da infraestrutura devem ser levadas em consideração as prioridades dadas pela população como um todo, para que os recursos financeiros sejam utilizados para o bem comum de todos e não apenas para o agrado de quem detém o poder econômico.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerações Finais

O ser humano transforma o próprio ambiente em que vive desde que percebeu que podia valer-se da natureza e transformá-la para suprir suas necessidades. Com base na evolução social humana, trouxe consigo possibilidades de criar e adaptar o ambiente ao seu redor para que tarefas imprescindíveis à sobrevivência fossem mais fáceis de serem executadas.

A princípio, o homem andava em busca de distintos espaços usufruindo até que cessassem os recursos existentes, porém, desde o princípio cada local onde era fixada a sua moradia, mesmo que temporária, era escolhido de acordo com o que ele considerava como necessário naquele momento.

Assim, como outros animais que transformam o seu ambiente para melhorar a sua vida e a sua sobrevivência, o homem executa essas alterações de modo mais avançado à medida que usa da capacidade de pensar para melhorar e realmente transformar o que é natural em algo novo e modificado, simplesmente para atender às suas necessidades. Desse modo, consideramos que a vida urbana passou a existir devido ao poder de transformação que o homem tem, para com a natureza.

A análise feita nesta tese sobre a função da cidade enquanto habitat ao homem possibilitou que o espaço urbano fosse considerado como o espaço de transformação do homem, pelo homem e para o homem, sendo que é nesse espaço em que ocorrem as relações socioambientais. Contudo, é necessário que haja harmonia entre o natural e o espaço construído já que os dois são passíveis de alterações constantes.

Com a evolução das relações socioeconômicas, evoluiu-se também a maneira de como passaram a ser feitas as escolhas sobre o espaço onde o homem reside. É perceptível que hoje, mesmo que o coletivo decida, é o individual por meio do poder econômico ao qual tem acesso que decide sobre as modificações realizadas no espaço urbano.

A parcela mais pobre da população fica à mercê das decisões feitas pelo alto escalão da sociedade economicamente constituída, desse modo, percebemos que a construção espacial do ambiente urbano se dá pelo trabalho por todos e em conjunto, mas o mesmo não garante que o acesso a esses espaços seja garantido. O que vai determinar isso é a intensidade do poder econômico que cada indivíduo possui.

Devido a cidade ser produto do capital e personificação do trabalho exercido pelo homem, é preciso que ela seja pensada como um espaço construído não somente para alguns. É mister que os espaços sejam pensados para o uso coletivo, a partir do planejamento conjunto, independentemente do poder econômico exercido por cada parcela da população para que, desse modo, a cidade seja considerada como o espaço do/para o homem e não somente um espaço do/para o consumo.

A paisagem construída na cidade é o reflexo do consumismo e é justamente por isso que a detenção do poder econômico e a definição dos investimentos em infraestrutura caminham juntos na transformação da paisagem urbana ao longo do tempo. Os valores dos espaços oscilam de acordo com o período histórico e, principalmente por quem os usa; é notório que cada espaço é destinado a cada grupo econômico a partir do seu valor de uso e venda e, juntamente a isso, definem o tipo de construção que será realizada ali, sejam de alto padrão para os mais abastados, ou as mais simples para os mais pobres, ocasionado a denominada segregação espacial urbana.

Os setores da economia, por onde circulam o capital como: indústria, comércio e serviços, também interferem na transformação do espaço urbano de forma (in)direta. A construção dos espaços a partir desse tipo de influência, como a localização de distritos industriais ou centro comerciais, que é determinada pelos usos, ocasionam uma possível consolidação do espaço urbano. Mais uma vez, o poder econômico decide sobre a organização dos espaços urbanos.

Em contrapartida, a supervalorização de terrenos em diversas partes da cidade, ocasionam o esvaziamento de espaços, seja devido ao desinteresse dado pela especulação imobiliária ou mesmo pelo alto valor colocado por seus proprietários para a venda. Há, nesse contexto a definição dos grupos socioeconômicos que residirão em cada setor da cidade.

Podemos afirmar que a cidade de Aracaju desde sua fundação em 1855, foi construída, consolidada e colocada aos desejos da elite sergipana, em que, devido à crise instaurada na produção açucareira ocasionada pela falta de logística necessária ao escoamento da produção, colocou em xeque a região onde poderia ser escoado todo açúcar produzido, independente, inclusive, do tipo de terreno que ali existia: formado por mangues, várzeas e alagadiços. O poder econômico decidia naquele momento que era necessário aquele tipo de intervenção, visto as prioridades impostas pelo poder econômico à época.

Assim, à margem direita do Rio Sergipe começavam a serem aterrados os mangues e várzeas encobertos pela terra das colinas desmontadas. De tal modo, às pressas, o projeto foi traçado em quadros simétricos formando ruas em linhas retas, a todo custo. A nova cidade era construída para que a elite açucareira retomasse sua força a partir do escoamento da produção pela nova capital sergipana. A crise Imperial carecia de força em todos os âmbitos e a cana-de-açúcar produzida em terras sergipanas poderiam ajudar a conter os problemas econômicos da Coroa Imperial.

Mas, não somente uma cidade era criada, iniciava-se ali também a criação de uma cidade segregada desde o princípio. Somente os abastados sergipanos possuíam condições de atender aos projetos arquitetônicos impostos pelo Código de Posturas que determinava o que e como seria construído. Para os que não possuíam condições para isso, restava apenas fugir do quadro de Pirro, que era colocado como moderno e inovador.

A segregação por meio de regras de difícil acesso a quem não tem recursos possibilitou, também, a construção de uma segunda Aracaju, aquela sem planejamento, sem as mesmas regras de construção. Casas de palha foram construídas em locais ainda sem o aterramento necessário, insalubres, criando o ambiente adequado para que os vetores de doenças se desenvolvessem. Nasce, assim, juntamente à sua fundação: a Aracaju planejada, para os detentores de poder econômico e a escondida e sem planejamento para os que não possuem recursos financeiros.

Hoje, são perceptíveis os problemas ocasionados por essas diferenças de planejamento em partes da cidade: alagamentos constantes, falta de saneamento básico nas periferias, canais de esgoto a céu aberto e outros. Além disso, a especulação desenfreada dos espaços urbanos está tornando o centro da cidade vazio e, em contrapartida, a periferia incha demograficamente ao passo que os investimentos continuam não sendo suficientes para suprir as necessidades da população.

Enquanto isso, nas áreas nobres da cidade são construídas Orlas, Calçadas, Praças e Parques com toda a infraestrutura adequada para que a população dessas regiões da cidade possa desfrutar de paisagens belas, limpas e organizadas de uma cidade que, aparentemente, funciona perfeitamente para todos, ou ao menos para os moradores dessas áreas nobres.

É preciso analisar sempre para quem e por quem são usados os espaços das cidades e quais as prioridades para investimentos em todas as áreas da cidade. Devemos considerar aqui

que a construção desses espaços socioambientais belos, limpos e organizados são realmente necessários e torna a qualidade de vida na cidade melhor. O que é constatado nesta tese é de que todos os espaços urbanos devem ser levados em consideração, independentemente do nível econômico da população.

Considerando que o dinheiro público deve ser colocado para melhoria de vida de todos e não somente a uma parcela da população, as prioridades devem ser levadas em consideração antes de investir em projetos arquitetônicos grandiosos que muitas vezes não são necessários naquele momento, apesar de tornar a paisagem urbana bela.

A cidade deve se reinventar a todo momento, isso é apropriado. Mas, em sua reinvenção deve ser inserida toda a população que nela reside e que contribui para o seu crescimento e desenvolvimento e para tanto, a população sente-se pertencente ao seu lugar, isso é fundamental para que os espaços sejam ocupados e utilizados.

Os espaços socioambientais como praças, parques, feiras e orlas são essenciais para que a cidade possa vir a ter bons indicadores de sustentabilidade. Os investimentos feitos nesses espaços por parte dos gestores públicos, devem ser elencados a partir das prioridades existentes para a elaboração dos planos de gestão os quais nas áreas em que há uma dinâmica mais expressiva da população, quando das visitas e da mobilidade na área urbana. Assim, é imperativo haver atenção especial aos ambientes com concentração de rios, córregos e lagoas que podem provocar proliferação de insetos e outros microrganismos que causam danos à saúde pública, além dos riscos de inundações causadas pelas chuvas ou marés.

É preciso (des)espetacularizar a cidade e torná-la acessível a todos, independentemente do poder econômico que cada um possui. Os espaços de vivência devem ser construídos em todas as áreas da cidade, desde as zonas nobres às zonas periféricas e, tudo isso, deve caminhar em conjunto à preservação/conservação do meio ambiente para que a cidade vá além da necessidade e do interesse, atinja também a qualidade de vida a todos e todas.

Concluimos assim que, a partir das incursões em campo, pesquisa bibliográfica e análise da paisagem, podemos afirmar que a cidade de Aracaju, assim como em outras cidades brasileiras, possuiu desde sua fundação diferenças relacionadas ao investimento dado à infraestrutura urbana em cada parte da cidade. Foi possível notar que o poder econômico foi o indutor, por diversas vezes das mudanças na infraestrutura de cada local da cidade, ocasionando a segregação econômica. Porém, é preciso que esse caminho seja consertado e

que Aracaju possa crescer e (des)envolver continuamente para toda a população. Por fim, é notória a necessidade de avaliar o meio ambiente como parte do homem e da sociedade, ambos devem ser levados em consideração para que o desenvolvimento urbano ocorra de modo a possibilitar a harmonia entre o natural e o urbano.



Figura 115: Bairro Treze de Julho. Foto: Jadson J. Santos

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A8SE. **Famílias fazem manifestação e bloqueiam avenida no bairro Santa Maria.**

Publicado em 24 de novembro de 2014. Disponível em:

<<https://a8se.com/sergipe/noticia/2014/11/38325-familias-fazem-manifestacao-e-bloqueiam-avenida-no-bairro-santa-maria.html>>. Acesso em 18 de dezembro de 2018.

ABIKO, Alex; COELHO, Leandro de oliveira. **Urbanização de favelas: procedimentos de gestão.** Porto Alegre: ANTAC, 2009.

ADM-BRASIL. **Programa socioambiental de Coroa do Meio.** Disponível em:

<<http://www.odmbrasil.gov.br/sobre/vencedores/1a-edicao-2005/programa-socioambiental-de-coroa-do-meio>>. Acesso em: 7 de dezembro de 2015.

ALENCAR, Claudiene de Jesus. **Áreas verdes e risco de contaminação parasitológica: parques urbanos de Aracaju-SE.** Dissertação de Mestrado. UFS. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, São Cristóvão-SE: 2017. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/6742/2/CLAUDIENE_JESUS_ALENCAR.pdf>. Acesso em 9 de dezembro de 2018.

ALMEIDA, Fernanda Cordeiro; RIBEIRO, Adauto de Souza. A esfera pública e a devastação dos manguezais aracajuanos, Sergipe, Brasil. In: **Revista Eletrônica do PRODEMA.**

Fortaleza, v. 3, n. 1, p. 23-41, jun. 2009. Disponível em:

<<http://www.revistarede.ufc.br/rede/article/view/18/16>>. Acesso em 28 de novembro de 2018.

ALVARENGA, Augusta Thereza de; PHILIPPI Jr., Arlindo. Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI Jr. Arlindo; SILVA NETO, Antônio J. (Orgs.). **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação.** Barueri, SP: Manole, 2011.

ALVES, Francisco José. **Praças de Aracaju: o que os seus nomes revelam?** Jornal da Cidade, Aracaju, 5 de março de 2011. Caderno B, p. 6. Publicado no site oficial da Universidade Federal de Sergipe em 29 de março de 2011. Disponível em:

<<http://www.ufs.br/conteudo/3166-pra-as-de-aracaju--o-que-os-se>>. Acesso em 25 de novembro de 2018.

ALVES, Ronaldo. **Um breve histórico da evolução urbana em Aracaju.** Jornal do Dia, edição online, publicado em 22 de março de 2013. Disponível em:

<http://www.jornaldodiase.com.br/noticias_ler.php?id=5025>. Acesso em 24 de novembro de 2018.

ALVES FILHO, João. **Nordeste, estratégias para o sucesso:** propostas para o desenvolvimento do Nordeste brasileiro, baseadas em experiências nacionais e internacionais de sucesso. Rio de Janeiro: Mauad, 1997.

AMBIENTE BRASIL. **Benefícios das áreas verdes nas cidades.** 2005. Disponível em:

<<http://www.ambientebrasil.com.br>>. Acesso em 16 de dezembro de 2018.

ANDRADE, José Waldson Costa de. **Desenvolvimento de um índice para a avaliação da ciclabilidade na cidade de Aracaju.** Dissertação de Mestrado. UFS. Programa de Pós-

Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, São Cristóvão-SE: 2017. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/8814/2/JOSE_WALDSON_COSTA_ANDRADE.pdf>. Acesso em 10 de dezembro de 2018.

ARACAJU, Prefeitura de. **Lei nº 3077, de 30 de dezembro de 2002. Autoriza o poder executivo municipal a efetuar concessão de direito real de uso de terrenos localizados na invasão da Coroa do Meio (4ª etapa) e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.aracaju.se.gov.br/userfiles/emurb/licenciamento_de_Obras/legislacao_municipal/Lei_3077_2002.pdf>. Acesso em: 8 de dezembro de 2015.

_____. **Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju.** Aracaju: 2015. Disponível em: <<http://aracaju.se.gov.br/userfiles/plano-diretor-vpreliminar-jul2015/CAPITULO-III-DINAMICA-URBANA.pdf>>. Acesso em 17 de junho de 2017.

_____. **Projeto de reurbanização da Coroa do Meio: uma nova realidade social.** Disponível em: <<http://www.aracaju.se.gov.br/index.php?act=imprimir&codigo=2104>>. Acesso em 7 de dezembro de 2015.

_____. **Lei Nº 19, de 10.06.1966. Código de Urbanismo do Município de Aracaju.** Disponível em: <https://www.aracaju.se.gov.br/userfiles/seplan/arquivos/planodiretor/COD_URBANISMO.pdf>. Acesso em 8 de novembro de 2018.

_____. **Índice CadÚnico de condições de vida.** 2018. Disponível em: <<https://www.aracaju.se.gov.br/userfiles/observatorio/arquivos/OBSERVATORIO-Relatorio-Cadonico-A4.pdf>>. Acesso em 13 de dezembro de 2018.

_____. **Perfil das Famílias do CadÚnico Municipal.** 2017. Disponível em: <<https://www.aracaju.se.gov.br/userfiles/observatorio/arquivos/OBSERVATORIO-Perfil-Geral-das-Familias.pdf>>. Acesso em 13 de dezembro de 2018.

_____. **Perfil das Famílias CadÚnico Santa Maria.** 2017. Disponível em: <<https://www.aracaju.se.gov.br/userfiles/observatorio/arquivos/OBSERVATORIO-Bairro-Santa-Maria.pdf>>. Acesso em 13 de dezembro de 2018.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. **O coletivo do ilusório: uma reflexão sobre o conceito de comunidade.** Recife, PE: Universitária UFPe, 1985.

ARAÚJO, Hélio Mário de. Elementos componentes do sistema ambiental físico de Aracaju. In.: ARAÚJO, Hélio Mário de [et. al.] (Org.). **O ambiente urbano: visões geográficas de Aracaju.** São Cristóvão, Sergipe: Departamento de Geografia da UFS, 2006. p. 15-44

ASN. **Governo do Estado promove nova fase de desenvolvimento para o turismo de Sergipe.** Disponível em: <<http://www.agencia.se.gov.br/noticias/governo/governo-do-estado-promove-nova-fase-de-desenvolvimento-para-o-turismo-de-sergipe>>. Acesso em 10 de dezembro de 2018.

BASTOS JUNIOR, Edson Magalhães (*et. al.*). Orla de Atalaia: poder público ou privado? Turismo e lazer para quem? Notas sobre o processo de Gentrification em Aracaju. In: FRANÇA, Vera Lúcia de Oliveira; FALCON, Maria Lúcia Alves (org.). **Aracaju: 150 anos de vida Urbana.** Aracaju: PMA/SEPLAN, 2005. p. 159-172

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. 94 p.

_____. **Tempos líquidos**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

BERTRAND, Claude; BERTRAND, Georges. **Uma geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades**. Maringá, PR: 2009.

BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 5ª ed. Vol. 2. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: imprensa Oficial do Estado, 2000.

BOLLE, W. Introdução: Walter Benjamin, Fisiognomista da Metrópole moderna. In: _____. **Fisiognomia da metrópole moderna: Representação da história em Walter Benjamin**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. pp. 23-45.

BRASIL. **Decreto nº 77.439, de 14 de abril de 1976. Autoriza a cessão, sob o regime de aforamento, dos terrenos que menciona, situados no Município de Aracaju, Estado de Sergipe**. Diário Oficial da União - Seção 1 - 19/4/1976, Página 4902 (Publicação Original). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-77439-14-abril-1976-426000-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 17 de junho de 2017.

_____. **Decreto nº 77.440, de 14 de abril de 1976. Autoriza a cessão, sob o regime de aforamento, dos terrenos que menciona, situados no Município de Aracaju, Estado de Sergipe**. Diário Oficial da União - Seção 1 - 19/4/1976, Página 4902 (Publicação Original). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-77440-14-abril-1976-426003-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 17 de junho de 2017.

BRITO NETO, Aquilino José de. **“Ao sul de Aracaju...”**: memória e história da Atalaia Velha (1900-1952) Dissertação (mestrado em História), Universidade Federal de Sergipe, 2015. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/5670/1/AQUILINO_JOSE_BRITO_NETO.pdf>. Acesso em 23 de novembro de 2018.

BURNS, George W.; BOTTINO, Paul J. **Genética**. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan. 6.ed. 1991.

CALAIS, Sandra Leal. Delineamento de levantamento ou *survey*. In: BAPTISTA, Makilim Nunes; e CAMPOS, Dinael Corrêa de. **Metodologias de pesquisa em ciências: análises quantitativa e qualitativa**. Rio de Janeiro: LTC, 2007. p. 81-89.

CAMARGO, Luís Henrique Ramos de. **A ruptura do meio ambiente: conhecendo as mudanças ambientais do planeta através de uma nova percepção da ciência: a geografia da complexidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CAMPOS, Antonio Carlos. A construção da cidade segregada: o papel do Estado na urbanização de Aracaju. ARAÚJO, Hélio Mário de [et. al.] (Org.). **O ambiente urbano: visões geográficas de Aracaju**. São Cristóvão, Sergipe: Departamento de Geografia da UFS, 2006. p. 223-246

CAMPOS, Dinael Corrêa de. A análise de conteúdo na pesquisa qualitativa. In: BAPTISTA, Makilim Nunes; e CAMPOS, Dinael Corrêa de. **Metodologias de pesquisa em ciências: análises quantitativa e qualitativa**. Rio de Janeiro: LTC, 2007. p. 265-288.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. “Novas” contradições do espaço. In: DANIANI; CARLOS; SEABRA (Orgs.). **O espaço no fim do século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 2001. pp. 62-74

_____. **A Cidade**. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2007

CARVALHO. **A pré-história sergipana**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2003.

CAU/BR, Conselho de Arquitetura do Brasil. **Pilotis**. Disponível em: <<http://arquiteturaurbanismotodos.org.br/pilotis/>>. Acesso em 8 de novembro de 2018.

CCTECA, Casa de Ciência e Tecnologia da Cidade de Aracaju. **Conheça a CCTECA Galileu Galilei**. Disponível em: <<http://cctecaplanetario.blogspot.com/>>. Acesso em 30 de novembro de 2018.

CHIARINI, Túlio. Pobreza e Meio-Ambiente no Brasil Urbano. In: **Economia-Ensaios**, Uberlândia, 20(2) e 21(1): 7-33, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/1552/1379>>. Acesso em 10 de novembro de 2018.

CINFORM. **História dos Municípios**. Aracaju: Editora Cinform, 2002.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

CORREIO DE SERGIPE. **Solene inauguração da estrada Atalaia-Mosqueiro**. Ano L, número 6083 de 17 de janeiro de 1957. Disponível em: <<http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/12759>>. Acesso em 23 de novembro de 2018.

DAMINELI, Augusto; STEINER (Org.), João. **O Fascínio do Universo**. São Paulo : Odyseus Editora, 2010. Disponível em: <<http://www.astro.iag.usp.br/fascinio.pdf>>. Acesso em 07 de junho de 2017.

DIEGUES, Antônio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1994.

DINIZ, Dora Neuza Leal. **Aracaju: A construção da imagem da cidade**. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-15032010-155846/publico/Dissertacao_Final_Dora_Diniz.pdf>. Acesso em 2 de novembro de 2018.

ELIAS, Nobert. **O Processo Civilizador**. Tradução de Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994.

EMURB, Empresa Municipal de Obras e Urbanização de Aracaju. **Catálogo de Denominação de Logradouros Público**. Aracaju: Emurb, 2011. Disponível em:

<https://www.aracaju.se.gov.br/userfiles/emurb/licenciamento_de_Obras/nomenclatura_logradouros/Praca.pdf>. Acesso em 25 de novembro de 2018.

F5NEWS. **Parque dos Cajueiros volta a fazer parte da rotina dos aracajuanos.** Publicado em 15 de março de 2013. Disponível em: <https://www.f5news.com.br/cotidiano/parque-dos-cajueiros-volta-a-fazer-parte-da-rotina-dos-aracajuanos_10479/>. Acesso em 30 de novembro de 2018.

FERRAZ, Hermes. **Cidade e vida.** São Paulo: João Scortecci, 1996.

FIGUEIREDO, Jacintho de. **Motivos de Aracaju.** Aracaju: Prefeitura Municipal, 3ª ed., s/data. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/pesquisa/biblioteca/item/1787-motivos-de-aracaju-jacintho-de-figueiredo.html>>. Acesso em 8 de novembro de 2018.

FRANÇA, Sarah Lúcia Alves. **Estado e Mercado na produção contemporânea da habitação em Aracaju-SE.** Tese. (doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2016. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/50420899/Estado_e_Mercado_na_producao_de_habitacao_contemporanea_de_Aracaju-SE_Sarah_Franca.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1543588075&Signature=qXH3Gqw6xggaYc4AQhQ1078NxaA%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DEstado_e_Mercado_na_producao_contemporan.pdf>. Acesso em 30 de novembro de 2018.

FRANÇA, Sarah Lúcia Alves. REZENDE, Vera França. Conflitos Ambientais e Ocupação da Zona de Expansão Urbana de Aracaju: Distanciamento de uma Prática Sustentável. In: V Encontro Nacional da Anppas. 4 a 7 de outubro de 2010. **Anais.** Florianópolis-SC. p. 1-18. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT3-470-419-20100903191545.pdf>>. Acesso em 15 de outubro de 2018.

_____. Urbanização dispersa da Zona de Expansão urbana de Aracaju/SE: materialização de conflitos socioambientais (sic). In: **Revista VITAS – Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade** – www.uff.br/revistavitas ISSN 2238-1627, Nº 3, junho de 2012. Disponível em: <http://www.academia.edu/2140061/URBANIZA%C3%87%C3%83O_DISPERSA_DA_ZONA_DE_EXPANS%C3%83O_URBANA_DE_ARACAJU_SE_MATERIALIZA%C3%87%C3%83O_DE_CONFLITOS_S%C3%93CIOAMBIENTAIS>. Acesso em 15 de outubro de 2018.

_____. Produção do espaço urbano e novos eixos imobiliários em Aracaju-SE, Brasil: mercado e estado. In: **XI Simposio de la Asociación Internacional de Planificación Urbana y Ambiente.** Anais. La Plata, Buenos Aires, Argentina. Setembro de 2014. Disponível em: <<http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/55466>>. Acesso em 30 de novembro de 2018.

FRANÇA, Vera Lúcia Alves; CRUZ, Maria Elisa da. **Projeto de reurbanização da Coroa do Meio: uma estratégia de inclusão social.** Revista da Fapese de Pesquisa e Extensão, v. 1, p. 43-54, mar./jun. 2005. Disponível em: <http://www.fapese.org.br/revista/artigo_vera.pdf>. Acesso em 7 de dezembro de 2015.

FONTES, Amando. **Os Corumbas.** 24ª. Ed. Rio de Janeiro, José Olímpico, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FURTADO, Carlos Ribeiro. Intervenção do Estado e (re)estruturação Urbana: um estudo sobre gentrificação. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, vol.16 no.32, p. 341-363, nov. 2014. ISSN 2236-9996. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2014-3203>>. Acesso em 5 de junho de 2017.

G1-SE. **Parque dos Cajueiros, em Aracaju, é reinaugurado após anos de abandono**. Publicado em 20 de abril de 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2012/04/parque-dos-cajueiros-em-aracaju-vai-ser-reinaugurado-nesta-sexta-20.html>>. Acesso em 30 de novembro de 2018.

GAZETA DE SERGIPE. **Começou o verão**. Ano IV, número 445 de 27 de setembro de 1959. Disponível em: <<http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/12759>>. Acesso em 23 de novembro de 2018.

_____. **Shopping Center é aberto com festa e começa a funcionar**. Ano XXXIV, nº 9159 de 9 de maio de 1989. Disponível em: <<http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/37666>>. Acesso em 28 de novembro de 2018.

_____. **Situação da Terra Dura é lastimável**. Ano XXXIX, nº 10.554 de 1º de março de 1994. Disponível em: <<http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/39216>>. Acesso em 13 de dezembro de 2018.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Tradução: Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GLASS, Ruth, **London: aspects of change**, London: MacGibbon & Kee, 1964.

GOIS, D. V.; FIGUEIREDO, M. L. F. G.; BARBOSA, E.; MELO e SOUZA, R.. O processo de apropriação da natureza no espaço urbano em cidades tropicais: problematizando a distribuição de áreas verdes em Aracaju (SE). In: **Natural Resources**. Aquidabã, v.2, n.1, p.44-67, 2012. Disponível em: <<http://sustenere.co/journals/index.php/naturalresources/article/view/ESS2237-9290.2012.001.0004>>. Acesso em 18 de outubro de 2018.

GOMES, Denise; FONTENELE, Marina. **Praça histórica de Aracaju será reinaugurada após revitalização**. G1 Sergipe, 19 de março de 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2014/03/praca-historia-de-aracaju-sera-reinaugurada-apos-revitalizacao.html>>. Acesso em 26 de novembro de 2018.

GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos; RIBEIRO, Thainara Guimarães et al. O trabalho social e a política habitacional. In: **Sociedade em Debate**, Pelotas, 13(2): 175-190, jul.-dez./2007. Disponível em: <<http://www.rsd.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/download/407/361>>. Acesso em 15 de dezembro de 2018.

GOOGLE EARTH ENGINE. **Timelapse: Aracaju, Sergipe, Brasil**. Disponível em: <<https://earthengine.google.com/timelapse/#v=-10.96917,-37.02432,9.776,latLng&t=2.58>>. Acesso em 12 de dezembro de 2016.

GROENING, Gert. *Garden Culture* e desenvolvimento de *Open Spaces* como parte de uma sociedade democraticamente construída. In.: MENDONÇA, Francisco [et. al] (org.). **Impactos socioambientais urbanos**. Curitiba: Ed. UFPR. 2004. p. 79-98.

GUIMARÃES, Anna; BOMFIM, Katlen. **A reforma do Mercado Municipal de Aracaju - 1998 a 2000**. Publicado em 17 de março de 2016. Disponível em: <<https://soundcloud.com/anna-rosa-guimaraes/a-reforma-do-mercado-municipal-de-aracaju-1998-a-2000-reporteres-anna-guimaraes-e-katlen-bomfim>>. Acesso em 13 de dezembro de 2018.

GUIMARÃES, Raul borges. A pobreza e complexos técnico-patogênicos. In: OLIVEIRA, José Aldemir de (org.). **Cidades Brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais**. Manaus: Editora da Universidade Federal de Manaus, 2010. p. 258-271

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1980. 291 p.

_____. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2009. 382 p.

HIGGINS, Silvio Salej. **Fundamentos Teóricos do Capital Social**. Chapecó: Argos Ed. Universitária, 2005. 263 p.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, col. Os Economistas, 1985.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Área Territorial Brasileira - Consulta por Município**. Resolução da Presidência do IBGE de nº 1 (R.PR-5/13). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/area.php?nome=Aracaju&codigo=&submit.x=0&submit.y=0>>. Acesso em 07 de setembro de 2016.

_____. **IBGE divulga as estimativas populacionais dos municípios para 2017**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/16131-ibge-divulga-as-estimativas-populacionais-dos-municipios-para-2017.html>>. Acesso em 26 de janeiro de 2018.

_____. **Cidades (Censo 2010)**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/aracaju/panorama>>. Acesso em 26 de janeiro de 2018.

_____. **Cidades (Estimativa 2018)**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/aracaju/panorama>>. Acesso em 5 de janeiro de 2019.

INAGAKI, Ana Dorcas de Melo; CARDOSO, Nadyege Pereira; Lopes, Renata Julie Porto Leite; [et al]. Análise espacial da prevalência de Toxoplasmose em gestantes de Aracaju, Sergipe, Brasil. In: **Revista Brasileira de Ginecologia Obstetrícia**. vol.36 no.12 Rio de Janeiro Dec. 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/So100-720320140005086>>. Acesso em 04 de julho de 2018.

INFONET. **Nova orla do bairro Industrial é inaugurada com festa**. Publicado em 20 de dezembro de 2003. Disponível em: <<https://infonet.com.br/noticias/cidade/nova-orla-do-bairro-industrial-e-inaugurada-com-festa/>>. Acesso em 29 de novembro de 2018.

_____. **MPE processa Prefeitura de Aracaju para revitalizar Museu do Mangue.**

Publicado em 9 de novembro de 2018. Disponível em:

<<https://infonet.com.br/noticias/cidade/mpe-processa-prefeitura-de-aracaju-para-revitalizar-museu-do-mangue/>>. Acesso em 0 de dezembro de 2018.

ITNET. **Governo inaugura nova entrada de Aracaju nesta quinta-feira, dia 27.** Publicado em 26 de outubro de 2016. Disponível em: <<http://itnet.com.br/noticia/31474/governo-inaugura-nova-entrada-de-aracaju-nesta-quinta-feira-dia-27>>. Acesso em 13 de dezembro de 2018.

_____. **Manifestantes fecham a BR-101 na entrada de Aracaju.** Publicado em 11 de dezembro de 2015. Disponível em: <<http://itnet.com.br/noticia/28993/manifestantes-fecham-a-br-101-na-entrada-de-aracaju>>. Acesso em 13 de dezembro de 2018.

JORNAL DA CIDADE. **Orlinha do bairro industrial está abandonada.** Publicado em 12 de julho de 2018. Edição online. Disponível em: <<http://www.jornaldacidade.net/turismo/2018/07/302049/orlinha-do-industrial-esta-abandonada.html>>. Acesso em 29 de novembro de 2018.

JORNAL DE SERGIPE. **Parque da Cidade está entregue ao abandono.** Edição 753 de 1º e 2 de fevereiro de 1981 do Jornal de Sergipe. Disponível em: <<http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/33925>>. Acesso em 24 de novembro de 2018.

_____. **Veja algumas obras que vão mudar a cidade.** Ano X, nº 3081 de 8-9 de dezembro de 1988. Disponível em: <<http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/42803>>. Acesso em 7 de dezembro de 2018.

JORNAL DO DIA. **Calçadão da 13 é inaugurado.** Publicado em 16 de julho de 2016. Disponível em: <http://www.jornaldodiase.com.br/noticias_ler.php?id=20904>. Acesso em 7 de dezembro de 2018.

JUSTIÇA FEDERAL-SE. **PROCESSO Nº: 0802025-26.2016.4.05.8500 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA.** AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro. Sentença em 29 de junho de 2018. Disponível em: <https://www.jfse.jus.br/vsix/sis_diversos/_lib/file/doc/Julho/decisaozoo.pdf>. Acesso em 24 de novembro de 2018.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade.** 3ª edição. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação Para a Ciência e a Tecnologia/Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2004.

LARRÈRE, Catharine; LARRÈRE, Raphael. **Do bom uso da natureza. Para uma filosofia do meio ambiente.** Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5ª edição – 3ª reimpressão. São Paulo: Centauro, 2011. 143 p.

LIMA, Luis Eduardo Pina. **A memória contra a maré**: lembranças sobre a degradação ambiental da Praia do Aracaju. Dissertação de Mestrado. UFS. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, São Cristóvão-SE: 2013. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/4321/1/LUIS_EDUARDO_PINA_LIMA.pdf>. Acesso em 10 de dezembro de 2018.

LISOCA-JAEGERMANN, Bogumila. Patrimonio cultural, identidad y territorio: problemas de investigación. In: **Espacio y Desarrollo**. Lima, Peru, nº 16, 2004. ISSN: 1016-9148.

MACHADO, Anselmo Belém. O plano diretor de Aracaju e suas contradições: uma análise preliminar. In: **Revista do Departamento de Geografia – USP**, Volume 24 (2012), p. 169-184. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rdg/article/download/52760/56615/>>. Acesso em 15 de dezembro de 2018.

MAIA, Rosemere. A força dos símbolos e os “pedaços” da cidade. In: OLIVEIRA, José Aldemir de (Org.). **Cidades brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais**. Manaus, AM: EDUA, 2010, vol. II. p. 122-146.

MARCHIONI, Alessandra. Comunidade da Vila dos Pescadores do Jaraguá, Maceió/AL e a (in) efetividade do Direito Internacional (“Direito à Moradia Adequada”). **Revista Eletrônica do Mestrado em Direito da UFAL**. V. 7, N. 1 (2016). ISSN 2237-2261. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/rmdufal/article/view/2557/2184>>. Acesso em 10 de junho de 2017.

MARCONDES, Nilsen Aparecida Vieira; BRISOLA, Elisa Maria Andrade. Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas. In: **Revista Univap** – revista.univap.br. São José dos Campos-SP-Brasil, v. 20, n. 35, jul.2014. ISSN 2237-1753

MARTINS, Daniel; CRISTINA, Jennifer. Bairro Industrial de Aracaju e o conflito entre a história e o ‘desenvolvimento’. In: **Revista REVER**. Edição online. Publicado em 26 de janeiro de 2015. Disponível em: <<https://reveronline.com/2015/01/26/bairro-industrial-de-aracaju-e-o-conflito-entre-a-historia-e-o-desenvolvimento/>>. Acesso em 29 de novembro de 2018.

MENDONÇA, Francisco. S.A.U. – Sistema Ambiental Urbano: uma abordagem dos problemas socioambientais da cidade. In: MENDONÇA, Francisco (org.). **Impactos socioambientais urbanos**. Curitiba: Ed. UFPR, 2004. p. 185-208.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Anuário Estatístico de Turismo – 2016**. Volume 43, ano base 2015. Disponível em: <http://www.dadosfatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-53-05/item/download/440_268262d9bdef3912cbdea85a0599e997.html>. Acesso em: 10 de setembro de 2016.

MONTALVÃO, Sérgio. **Cardoso, Fausto**: dep. fed. SE 1900-1902 e 1906. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CARDOSO,%20Fausto.pdf>>. Acesso em 25 de novembro de 2018.

MOREIRA, Ruy. Modelo industrial e meio ambiente no espaço brasileiro. In: **GEOgraphia**. Ano V, Nº 9, 2003. p. 7-28. Disponível em:

<<http://periodicos.uff.br/geographia/article/download/114/111>>. Acesso em 10 de novembro de 2018.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. **Sergipe del Rey**: população, economia e sociedade. Aracaju: Fundesc, 1986.

MOURA, Rosa. Políticas públicas urbanas: ausências e impactos. In.: MENDONÇA, Francisco [et. al] (org.). **Impactos socioambientais urbanos**. Curitiba: Ed. UFPR. 2004. p. 149-168.

NE-NOTÍCIAS. **Multidão na inauguração da 2ª etapa da Orla**. Publicado em 12 de maio de 2005. Disponível em: <http://www.nenoticias.com.br/43962_multidao-na-inauguracao-da-2-etapa-da-orla.html>. Acesso em 7 de dezembro de 2018.

NETTO, Vinícius de Moraes. A urbanidade como devir do urbano. In: AGUIAR, Douglas; NETTO, Vinícius M. (Orgs.). **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Folio Digital, Letra e Imagem, 2012.

NICOLAU, Jorge; MENDES, Maria Manuela. Urbanismo e democracia: a cidade e o projeto – o projeto urbano como elemento segregador. In: **Espaços Vividos Espaços Construídos**: Estudos sobre a Cidade 1. Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design da Faculdade de Arquitectura – Universidade de Lisboa: Lisboa - ISSN 2183-4644, 2015. Vol.1. p. 20-37.

OLIVAL, Cid. Do povoamento ao empresariamento: reflexões acerca do urbano em Sergipe. In: **Cadernos de Estudos Sociais**. Recife, vol. 21, nº 1-2. p. 147-184, jan/dez, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1354>>. Acesso em 7 de dezembro de 2018.

OVERMUNDO. **A quadradinha Aracaju**. Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br/overblog/a-quadradinha-aracaju>>. Acesso em 23 de maio de 2018.

PEQUENO, Renato. Condição de moradia: retrato das desigualdades socioespaciais. In: **Cidades Brasileiras**: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais. Manaus: Editora da Universidade Federal de Manaus, 2010. p. 40-56

PEREIRA, Simone de Araújo. Enobrecimento Litorâneo: a Orla de Atalaia. In: **Revista TOMO**. São Cristóvão, Sergipe, Brasil, n. 32, p. 269-306, jan./jun. 2018. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/8845/7050>>. Acesso em 30 de novembro de 2018.

PLÁCIDO, Débora da Rocha. Parque da Cidade: potencial paisagístico preservado. In: FRANÇA, Vera Lúcia de Oliveira; FALCON, Maria Lúcia Alves (org.). **Aracaju**: 150 anos de vida Urbana. Aracaju: PMA/SEPLAN, 2005. p. 193-206

PMA, Prefeitura Municipal de Aracaju. **Reforma das calçadas da Praça da Bandeira levará melhorias para a população**. Site oficial da PMA, publicado em 2016. Disponível em: <<https://www.aracaju.se.gov.br/index.php?act=leitura&codigo=61418>>. Acesso em 26 de novembro de 2018

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Ranking decrescente do IDH-M dos municípios do Brasil. **Atlas do Desenvolvimento Humano**. 2010. Disponível em: <<http://www.undp.org/content/brazil/pt/home/>>. Acesso em: 07 de setembro de 2016.

POMBO, Olga. Epistemologia da interdisciplinaridade. In: **Revista do Centro de Educação e Letras**. UNIOESTE - Campus Foz do Iguaçu. V. 10 - nº 1 - p. 9-40 1º sem. 2008. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4141/3187>>. Acesso em 24 de novembro de 2018.

PORTO, Fernando. **A cidade de Aracaju: 1855/1865**. Aracaju: Fundesc, 1991.

QUIGLEY, Carroll. **A evolução das civilizações: uma introdução à análise histórica**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961. 309 p.

RABELO, Josevânia Nunes. Enobrecimento urbano do bairro Treze de Julho em Aracaju. In: **Revista TOMO**, nº 16, São Cristóvão-SE, Jan./jun. 2010. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/viewFile/522/438>>. Acesso em 28 de novembro de 2018.

RAMOS, Frederico; KOGA, Dirce. Trajetórias de vida: desafios da pesquisa sociourbanística e contribuição para a gestão pública. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 106, p. 335-364, abr./jun. 2011. ISSN 2317-6318. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n106/n106a08.pdf>>. Acesso em 26 de maio de 2017.

RANGEL, Maria Salete Alves; LEDO, Ana da Silva; ROCHA, Ana Angélica Silva. Uso paisagístico de espécies arbóreas nativas e exóticas na revitalização do Parque Augusto Franco em Aracaju- SE. In: **XVII Congresso Brasileiro de Floricultura e Plantas Ornamentais e IV Congresso Brasileiro de Cultura de Tecidos de Plantas**. Anais. Aracaju, 18 a 23 de outubro de 2009. Disponível em: <<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/574254/1/F173.pdf>>. Acesso em 30 de novembro de 2018.

RESENDE, Wagner Xavier; SOUZA, Heloísa Thaís Rodrigues de; SOUZA, Rosimere Melo e. Índices de áreas verdes públicas: uma avaliação fitogeográfica da qualidade ambiental em Aracaju. In: **Anais do XIII Simpósio Nacional de Geografia Física Aplicada**. Natal: 2007. Disponível em: <http://www.geomorfologia.ufv.br/simposio/simposio/trabalhos/trabalhos_completos/eixo5/025.pdf>. Acesso em 15 de dezembro de 2018.

RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório: etapas da evolução sociocultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. 265 p.

RODRIGUES, Willams. **População aracajuana está satisfeita com a reforma da praça Camerino**. F5News online, 2 de março de 2014. Disponível em: <https://www.f5news.com.br/cotidiano/populacao-aracajuana-esta-satisfeita-com-a-reforma-da-praca-camerino_13448/>. Acesso em 26 de novembro de 2018.

ROLEMBERG, Paulo. Avanço do mar faz Justiça determinar fechamento de avenida em Aracaju. In: **UOL Notícias**. Publicado em 3 de maio de 2013. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/05/03/avanco-do-mar-faz-justica-determinar-fechamento-de-avenida-em-aracaju.htm>>. Acesso em 7 de dezembro de 2018.

SAMAIN, Etienne. Os riscos do texto e da imagem – Em torno de *Balinese Character* (1942), DE Gregory Bateson e Margaret Mead. In: **Significação Revista de Audiovisual**. Número 14, 2000.

SANTOS, Alizete dos; SANTOS, Wesley Alves dos; ARAÚJO, Helio Mário de; et al. Riscos geomorfológicos no bairro Santa Maria, Aracaju/SE. In: **Revista Geográfica de América Central**. Número Especial EGAL, 2011, Costa Rica. II Semestre, 2011. p. 1-8

SANTOS, Bruna Fortes. **Urbanização e clima urbano do bairro Atalaia na cidade de Aracaju/se**. Dissertação (Mestrado em Geografia). 2016a. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe.

SANTOS, Carla Zoaid Alves dos. **Subsídios para o planejamento das áreas verdes públicas de Aracaju, Sergipe**. Dissertação de Mestrado. UFS. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, São Cristóvão-SE: 2013. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/4296/1/CARLA_ZOAIID_ALVES_SANTOS.pdf>. Acesso em 8 de dezembro de 2018.

SANTOS, Emanuela Carla. **Territórios e Territorialidades em praças de Aracaju/SE**. Dissertação de Mestrado. UFS. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, São Cristóvão-SE: 2016b. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/4241/1/EMANUELA_CARLA_SANTOS.pdf>. Acesso em 14 de dezembro de 2018.

SANTOS, Geisedriely Castro. Derivações antropogênicas e Evolução do manguezal nos bairros 13 de julho e Jardins em Aracaju-SE. In: **Revista Brasileira de Geografia Física**. v. 7 n. 2. 2014a. p. 278-290. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/rbgfe/article/view/233038>>. Acesso em 28 de novembro de 2018.

_____. **Dinâmica da paisagem costeira da Coroa do Meio e Atalaia – Aracaju-SE**. Dissertação de Mestrado. UFS. Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, São Cristóvão, Sergipe: 2012. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/5635/1/GEISEDRIELLY_CASTRO_SANTOS.pdf>. Acesso em 7 de dezembro de 2018.

SANTOS, Jadson de Jesus. **Visões Cartográficas de Itabaiana-SE**. Dissertação de Mestrado. UFS. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, São Cristóvão-SE: 2014b. Disponível em: <https://bdtd.ufs.br/bitstream/tede/1295/1/JADSON_JESUS_SANTOS.pdf>. Acesso em 11 de junho de 2017.

SANTOS, Lidiana Vieira dos; SHIMADA, Shiziele de Oliveira. Espaço urbano do bairro industrial em Aracaju/SE e o romance “Os Corumbas”: diálogo entre geografia e literatura. In: **11 Encontro Internacional de Formação de Professores/12 Fórum Permanente de Inovação Educacional / 4 Encontro Estadual da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação - Seção Sergipe**. Anais. Aracaju: Universidade Tiradentes, 2018. ISSN: 2179-0663.

SANTOS, Marilda Colares Jardelina dos; DALTRO FILHO, José; MENDONÇA, Luciana Côelho. Dinâmica da ocupação urbana no Bairro Jardins e sua Relação com tensores

ambientais no manguezal do Tramandaí em Aracaju-SE. In: **Revista GeoNordeste**. Ano XXII, n.1. p. 73-94. ISSN: 2318-2695. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/2426/2108>>. Acesso em 30 de novembro de 2018.

SANTOS, Milton. **A cidade nos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

_____. **Pobreza urbana**. São Paulo, Recife: Editora Haucitec, 1978. 119 p.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora Haucitec, 1993.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª edição. 4ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 384 p.

_____. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, Priscila Pereira. VILAR, José Wellington Carvalho. A segunda residência no litoral de Sergipe (Brasil): entre os “velhos” e os “novos” territórios. In.: **VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales**. São Paulo, 8 a 12 de setembro de 2014. ISBN 978-85-7506-232-6. Disponível em: <<http://6cieta.org/arquivos-anais/eixo1/Priscila%20Pereira%20Santos,%20Jose%20Wellington%20Carvalho%20Vilar.pdf>>. Acesso em 23 de novembro de 2018.

SANTOS, Sheila Costa dos. **A análise da transformação urbana do Bairro Coroa do Meio mediante teoria da sintaxe espacial - Aracaju/SE**. Dissertação de Mestrado. UNB. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Brasília: 2009. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18570/1/2009_SheillaCostadosSantos.pdf>. Acesso em 17 de junho de 2017.

SENOTICIAS. **Emsurb realiza cadastro para comerciantes de food trucks**. Publicado em 8 de janeiro de 2018. Disponível em: <<https://senoticias.com.br/se/emsurb-realiza-cadastro-para-comerciantes-de-food-trucks/>>. Acesso em 28 de novembro de 2018.

SERGIPANA, Expressão. **Por que o nome da Sementeira?** Publicado em 16 de março de 2018. Disponível em: <<https://expressaosergipana.com.br/por-que-o-nome-parque-da-sementeira/>>. Acesso em 30 de novembro de 2018.

SILVA, Carlos Fabrício Rocha da. **Praças públicas e sustentabilidade da cidade**. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), Universidade Federal de Sergipe, 2010. Disponível em: <<https://ri.ufs.br/handle/riufs/4139>>. Acesso em 20 de novembro de 2018.

SILVA, Carlos Fabrício Rocha da; VARGAS, Maria Augusta Mudim. Sustentabilidade Urbana: Raízes, Conceitos e Representações. In: **Scientia Plena**. Vol. 6, Num. 3. 2010. p. 1-6. Disponível em: <<https://www.scientiaplenua.org.br/sp/article/view/158/32>>. Acesso em 10 de novembro de 2018.

SILVA, Maria Lais Pereira da. **Favelas Cariocas, 1930-1964**. Rio de Janeiro: Contraponto: 2005

SILVIANO, Cornélio. **Projeto Cura: um exemplo de intervenção do Estado nas transformações do espaço urbano**. Dissertação de Mestrado em Geografia, São Paulo, FFCL/USP, 1984.

SIMÕES, Zélia. Arte e design social urbano: visibilidade e sentidos. In: **Espaços Vividos Espaços Construídos: Estudos sobre a Cidade 1**. Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design da Faculdade de Arquitectura – Universidade de Lisboa: Lisboa - ISSN 2183-4644, 2015. Vol. 1. p. 59-69.

SOUZA; Antonio Lindvaldo; SANTOS; Claudefranklin Monteiro. **Abaixo-assinado Tombamento da fábrica Sergipe Industrial em Aracaju-Se (Brasil)**. Petição pública publicada em 10 de novembro de 2011. Disponível em: <<https://peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=P2011N16401>>. Acesso em 29 de novembro de 2018.

SMITH, A. **A riqueza das nações - investigação sobre sua natureza e suas causas, Volume I e II**. Ed. Nova Cultural, 1996.

SMITH, Neil. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. Traduzido por Daniel de Mello Sanfelici. **Revista GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 21, p. 15-31, 2007. ISSN 2179-0892. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2007.74046>>. Acesso em 5 de junho de 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Marina Marques de; BRAZ, Vitor cunha Longo. Espaços Públicos e Cultura: apropriações e sociabilidades no espaço público. In: **Espaços Vividos Espaços Construídos: Estudos sobre a Cidade 1**. Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design da Faculdade de Arquitectura – Universidade de Lisboa: Lisboa - ISSN 2183-4644, 2015. Vol.1. p. 70-78.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira. **Vida urbana e gestão da pobreza**. São Paulo: Cortez, 1988.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

TAYLOR, Charles. **Argumentos filosóficos**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

TEIXEIRA, Wilson; *et al.* **Decifrando a Terra**. 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

VILAR, José Wellington Carvalho. Problemas socioambientais na periferia de Aracaju. In: ARAÚJO, Hélio Mário de [et. al.] (Org.). **O ambiente urbano: visões geográficas de Aracaju**. São Cristóvão, Sergipe: Departamento de Geografia da UFS, 2006. p. 89-114

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2ª edição. São Paulo: Livros Studio Nobel, 2001.

ZOLONI, Gustavo Pimenta de Pádua. **A inflexão do conceito gentrificação em conjuntos urbanos patrimoniais em cidades de pequeno porte:** os casos mineiros de São Thomé das Letras e Tiradentes. 2007. 181 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2007. Disponível em:
<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/RAAO-7BQPVN/a_inflexao_do_conceito.pdf?sequence=1>. Acesso em 5 de junho de 2017.